



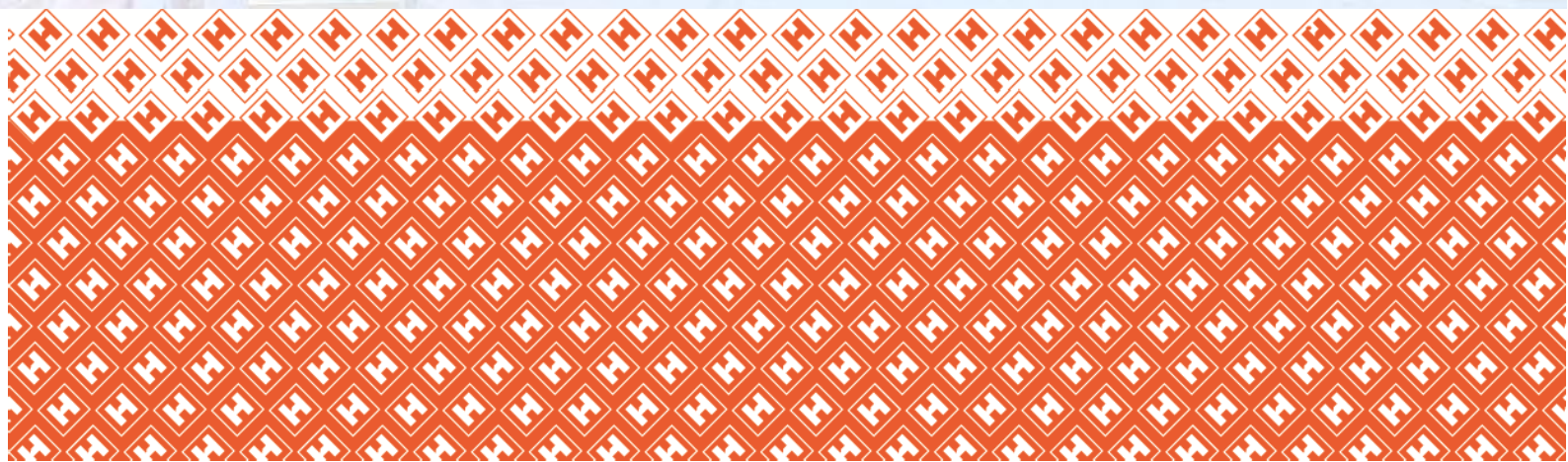
PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

MONIQUE LEANDRO DA SILVA

**OLHARES SOBRE A HISTÓRIA DE PIRPIRITUBA-PB: UMA
PERSPECTIVA DE ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL POR
MEIO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
MAIO/2024





**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
ENSINO DE HISTÓRIA**



MONIQUE LEANDRO DA SILVA

**OLHARES SOBRE A HISTÓRIA DE PIRPIRITUBA-PB: UMA PERSPECTIVA DE
ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL POR MEIO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Paraíba, como parte das exigências do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História na Linha de Pesquisa Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa

**JOÃO PESSOA - PB
2024**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586o Silva, Monique Leandro da.

Olhares sobre a história de Pirpirituba-Paraíba :
uma perspectiva de ensino de história local por meio da
educação patrimonial / Monique Leandro da Silva. - João
Pessoa, 2024.

221 f. : il.

Orientação: Ângelo Emílio da Silva Pessoa.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Ensino de História. 2. História local. 3.
Educação patrimonial. 4. Patrimônio cultural. 5.
Pirpirituba - Paraíba. I. Pessoa, Ângelo Emílio da
Silva. II. Título.

UFPB/BC

CDU 94:37.015(043)

OLHARES SOBRE A HISTÓRIA DE PIRPIRITUBA–PB: UMA PERSPECTIVA DE ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL POR MEIO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Monique Leandro da Silva

Dissertação de Mestrado Avaliada em: ____/____/2024, com conceito _____.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **ANGELO EMILIO DA SILVA PESSOA**
Data: 21/05/2024 15:27:46-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Drº. Ângelo Emílio da Silva Pessoa
Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – Universidade Federal da Paraíba
Orientador

Documento assinado digitalmente
 **ANDRE MENDES SALLES**
Data: 21/05/2024 13:32:12-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. André Mendes Salles
ProfHistória – Universidade Federal de Pernambuco
Examinador Titular Externo

Documento assinado digitalmente
 **NAYANA RODRIGUES CORDEIRO MARIANO**
Data: 20/05/2024 19:06:01-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano
Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – Universidade Federal da Paraíba
Examinadora Titular Interna

Profª Drª Itacyara Viana Miranda
Departamento de História – Universidade Federal da Paraíba
Examinadora Suplente Interna

Prof Dr. Ricardo Pinto de Medeiros
Departamento de História – Universidade Federal de Pernambuco
Examinador Suplente Externo

Dedico este trabalho aos estudantes e cidadãos de Pirpirituba, cujas práticas cotidianas, ao longo do tempo, têm sido fundamental para a construção e manutenção das memórias e identidades presentes na cidade.

“No local mora o universal, a cidade é atravessada por linhas de forças que revelam a ação de processos muito amplos, de natureza econômica, social, cultural e política. A cidade está presa ao mundo, mesmo que as coisas do mundo, nela apareçam de forma peculiar, o que a diferencia de outros espaços e lugares. Assim, refletir sobre a cidade é refletir sobre o mundo tendo como foco um lugar específico, um ponto de observação”.

Pessoa, 2004

AGRADECIMENTOS

A expressão de gratidão é uma tarefa desafiadora, pois qualquer palavra que eu escolha não estará à altura daqueles que estiveram ao meu lado durante toda a jornada do curso de Mestrado. Além disso, o receio de esquecer alguém persiste, e talvez eu omita algum nome. Peço antecipadamente desculpas por essa possibilidade, pois como bem sabemos, a memória é seletiva.

Em primeiro lugar, expresso minha profunda gratidão a Deus, que possibilitou a realização do meu sonho de reingressar no meio acadêmico após 18 anos, permitindo que esse desejo não se apagasse, mesmo diante dos obstáculos que a vida me impôs. Agradeço também a Nossa Senhora, que intercedeu por mim junto ao Seu Filho, dando-me a força e a coragem necessárias para prosseguir com meu sonho. Desde o momento em que entrei no Mestrado, pude contar com a amizade e colaboração de muitas pessoas, a todas as quais expresso minha sincera gratidão.

À minha família, meus queridos pais, Marluce Leandro e Luís Gonzaga, que com grande esforço me educaram possibilitando que eu chegasse até aqui. Agradeço à minha irmã, Michelle Leandro, pela amizade e colaboração. Expresso minha gratidão também à minha tia Albanete Terezinha (*In Memoriam*), eu sei que ter chegado ao mestrado foi um presente seu, concedido por Deus, por tudo que vivemos durante seu último ano de vida.

De maneira especial, meus agradecimentos se dirigem a uma pessoa que se destacou de forma singular no desenvolvimento deste trabalho: meu noivo, amigo e companheiro, Wandemberg da Silva. Sou grata por toda a paciência, companheirismo e apoio demonstrados no decorrer da trajetória no Mestrado. Você sempre me fez acreditar na concretização do sonho de me tornar mestra, e durante o curso, tive muitas provas do seu apoio incondicional, a começar pelas inúmeras vezes que, durante a madrugada, quando eu retornava de João Pessoa, lá estava você na praça, me esperando para me deixar em casa.

Aos meus amigos e amigas, que me apoiaram, com destaque para minhas colaboradoras na pesquisa por fontes sobre Pirpirituba, as professoras Liliane Tavares e Íris Cristina Anselmo. Ao gestor Luzardo Dantas pelo apoio quando precisei me afastar da Escola José Menino de Oliveira para poder cursar o mestrado. Não posso esquecer também dos meus amigos e companheiros de profissão Rosa Maria Marques, Cláudia Eufrázio, Maria do Socorro Alves de Freitas, José de Freitas Júnior, Dácia Simões, Arióstenes Santos da Costa e Judite Paiva pelo incentivo e colaboração.

Meu estimado orientador, Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa, merece a minha

gratidão especial. Com sua bondade, competência, experiência e serenidade, contribuiu significativamente para que eu pudesse realizar esta pesquisa e escrever esta dissertação.

Aos meus estimados mestres do Profhistória, Prof. Dr. Martinho Guedes, Prof. Dra. Priscilla Gontijo, Prof. Dr. Paulo Souto Maior Júnior, Prof. Dra. Livia Nascimento Monteiro (UFF) e Prof. Dr. Davison Hugo Rocha Alves (UNIFESSPA), meu sincero agradecimento.

À professora Vilma de Lourdes Barbosa e Melo, que gentilmente me orientou durante a pesquisa realizada no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), e me forneceu valiosas dicas para a construção da minha pesquisa, merece meu reconhecimento.

À professora Dra. Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano e ao Prof. Dr. André Mendes Salles (UFPE), pelo aceite em participar da banca examinadora e pela generosidade valiosa contribuição com o desenvolvimento desta pesquisa, expresso minha profunda gratidão.

Aos meus colegas de turma do Profhistória, aqui destaco, Maria França e Fabrício, que compartilharam muitos momentos dessa trajetória acadêmica, como os Congressos, os quais participamos, assim como nossos desafios com a escrita da pesquisa, e de maneira especial, Rosane Ramires, por todo o incentivo, solidariedade e contribuição com o meu produto final, agradeço de coração.

À toda equipe responsável pelo Profhistória da Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa, minha gratidão por proporcionar mais uma etapa para o meu aprimoramento acadêmico.

A todos, agradeço imensamente!

RESUMO

SILVA, Monique Leandro da. **Olhares sobre a História de Pirpirituba–PB: Uma Perspectiva de Ensino de História Local por meio da Educação Patrimonial**. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTÓRIA) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa–PB, 2023.

Esta dissertação aborda a prática docente em torno da Educação Patrimonial e Ensino de História Local por meio de pesquisa realizada na cidade de Pirpirituba–PB, com especial ênfase na Escola Monsenhor Walfredo Leal e na Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, em diálogo com outros bens patrimoniais relevantes da cidade. Reconhecendo a relevância das temáticas locais ao longo dos Anos Finais do Ensino Fundamental, entendendo-as como um processo contínuo e integrado, e não apenas restritas aos Anos Iniciais, nossa pesquisa foi estruturada com a convicção de que a experiência do aluno e sua relação com a comunidade são fundamentais em todo o percurso educacional. O trabalho se apresenta como uma proposta pedagógica voltada para o ensino de História Local e Educação Patrimonial, visando conscientizar e valorizar as expressões culturais e a memória presentes no cotidiano dos alunos. Também busca contribuir para um melhor conhecimento da história de Pirpirituba e estimular futuras e necessárias pesquisas acerca dessa história local. O produto final é a criação de um Caderno de Atividades destinado a professores de História e áreas relacionadas, com orientações sobre como incorporar as propostas deste trabalho com alunos e do Ensino Médio, podendo ser adaptado para qualquer série dos Anos Finais do Ensino Fundamental. O manual explora o uso de atividades pedagógicas tanto dentro quanto fora da sala de aula, visando promover um ensino de História mais engajado com o contexto local, despertando nos alunos um olhar mais atento para as manifestações culturais e identidades que os cercam, bem como a sua valorização e o desenvolvimento de uma consciência histórica sólida.

Palavras-chave: ensino de história; história local; patrimônio cultural; educação patrimonial; Pirpirituba–PB.

ABSTRACT

SILVA, Monique Leandro da. **Views on the History of Pirpirituba–PB: A Perspective on Teaching Local History through Heritage Education.** Dissertation (Professional Master's Degree in PROFHISTORIA National Network) – Federal University of Paraíba, João Pessoa–PB, 2023.

This dissertation addresses teaching practices regarding Heritage Education and the Teaching of Local History through research conducted in the city of Pirpirituba–PB, with a special focus on Monsenhor Walfredo Leal School and Nossa Senhora do Rosário Mother Church, in dialogue with other relevant heritage sites in the city. Recognizing the importance of local themes throughout the final years of elementary education, understanding them as a continuous and integrated process, not limited to the early years, our research was structured with the conviction that students' experiences and their relationship with the community are fundamental throughout the educational journey. The work presents itself as a pedagogical proposal aimed at teaching Local History and Heritage Education, aiming to raise awareness of and value the cultural expressions and memory present in students' everyday lives. It also seeks to contribute to a better understanding of Pirpirituba's history and to stimulate future and necessary research on this local history. The final product is the creation of an Activity Workbook intended for History teachers and related areas, providing guidance on how to incorporate the proposals of this work with high school students, and it can be adapted for any grade in the final years of elementary education. The manual explores the use of pedagogical activities both inside and outside the classroom, aiming to promote a more engaged approach to History teaching with the local context, encouraging students to pay closer attention to the cultural manifestations and identities surrounding them, as well as their appreciation and the development of a solid historical consciousness.

Keywords: history teaching; local history; cultural heritage; heritage education; Pirpirituba–PB.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organização Curricular de História para a 1ª série do Ensino Médio	40
Figura 2 – Organização Curricular de História para a 2ª série do Ensino Médio	41
Figura 3 – Localização geográfica do município de Pirpirituba – PB	51
Figura 4 – Região Geográfica Imediata e Intermediária	52
Figura 5 – Desdobramento da área primitiva dos municípios próximos à Pirpirituba.	54
Figura 6 – Estação de Pirpirituba nos anos 1950 (Autor desconhecido).....	56
Figura 7 – Parada “Desvio B X 8”	57
Figura 8 – Mexendo a Farinha no Forno: Tradições e Práticas em Pirpirituba.....	61
Figura 9 – O Ritual de Coar a Mandioca em Pirpirituba.....	61
Figura 10 – Escola Monsenhor Walfredo Leal- Pirpirituba–PB.	76
Figura 11 – As origens da nossa escola.	93
Figura 12 – Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário.	100
Figura 13 – Roteiro Turístico "Caminhos do Padre Ibiapina".	110
Figura 14 – Padre Ibiapina.	111
Figura 15 – Alunos em aula de campo – Cachoeira do Roncador– Pirpirituba–PB	112
Figura 16 –Turma na entrada do Anfiteatro Padre Ibiapina – Solânea–PB.	112
Figura 17 – Aluno do 2º Ano A apresentando atividade da disciplina eletiva.....	124
Figura 18 – Exposição dos patrimônios de Pirpirituba.	126
Figura 19 – Roteiro do estudo do meio realizado no centro de Pirpirituba.....	129
Figura 20 – Uma parada na Praça Padre Ricardo, em frente à Igreja Nossa Senhora do Rosário.....	130
Figura 21 – “Explorando” os espaços da cidade.	131
Figura 22 – Na cidade de Areia–PB.	133
Figura 23 – Visitando o Teatro Minerva- Areia–PB.....	134
Figura 24 – Conhecendo a Igreja Nossa Senhora do Rosário – Areia–PB.	135
Figura 25 – Registrando o estudo do meio em Areia–PB.	136
Figura 26 – Exposição fotográfica na escola.....	137
Figura 27 – Alunos durante aplicação de questionário avaliativo.....	138

LISTA DE QUADROS

Quadro I – População dos Distritos de Guarabira, no ano de 1952.	62
Quadro II – Recenseamento Geral de 1950 – Pirpirituba.	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CGC – Conselho Regional de Geografia
COBRASMA – Companhia Brasileira de Materiais Ferroviários
EJA – Educação de Jovens e Adultos
Enem – Exame Nacional do Ensino Médio
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
GEGHP – Gabinete de Estudos de Geografia e História da Paraíba
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGP – Instituto Histórico e Geográfico Paraibano
Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHAEP – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais
OSCIP – Organização da Sociedade Civil e de Interesse Público
PCNEM – Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
PCEMPB23 – Proposta Curricular do Ensino Médio da Paraíba 2023
PNE – Plano Nacional de Educação
PNLD – Plano Nacional do Livro e do Material Didático
Regic – Regiões de Influência das Cidades
Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEECT-PB – Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba
Sphan – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 HISTÓRIA LOCAL COMO POSSIBILIDADE NO ENSINO DE HISTÓRIA	24
1.1 Tecendo considerações sobre a História Local	25
1.2 Ensino de História: o Percorso da Abordagem sobre o Local nas Escolas e a História Local na Construção da Consciência Histórica	30
1.3 Narrativas Históricas de Pirpirituba: Fontes e Autores	46
1.3.1 Conhecendo os Locais da Nossa História: a Cidade de Pirpirituba–PB	50
CAPÍTULO 2 – PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: CONSTRUINDO CONVERGÊNCIAS.....	64
2.1 Trajetória do Conceito de Patrimônio e a Patrimonialização no Brasil	65
2.2 A Educação Patrimonial como Aprendizagem Histórica	76
2.3 Pirpirituba e alguns de seus patrimônios: A Escola Monsenhor Walfredo Leal e a Matriz Nossa Senhora do Rosário.....	83
CAPÍTULO 3 – ESTUDANDO A HISTÓRIA DE PIRPIRITUBA: PATRIMÔNIO E MEMÓRIA COMO FONTES DE APRENDIZAGEM HISTÓRICA	102
3.1 Realizando experiências com a História Local	103
3. 2 O estudo do meio como abordagem histórica.....	113
3.3 Estudando o Nosso Patrimônio: construindo uma proposta com a História Local.....	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
APÊNDICE – Caderno de Atividades: “Contando Histórias, Coletando Memórias na Cidade de Pirpirituba–PB”	142
FONTES E BIBLIOGRAFIAS	143

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação abordaremos o Ensino de História Local por meio do estudo do Patrimônio Cultural e da Educação Patrimonial. Dentro desse âmbito, será analisada a história do município de Pirpirituba–PB a partir de alguns de seus patrimônios culturais, com destaque para a Escola Monsenhor Walfredo Leal e a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, interligados a outros patrimônios, e desempenham um papel fundamental na construção das identidades locais. Apesar da presença de diferentes bens patrimoniais – materiais e imateriais – na cidade, optamos por esta seleção específica, cuja justificativa será apresentada posteriormente. Vale ressaltar que, devido aos critérios adotados nesta pesquisa, não se estabeleceu uma periodização fixa, por se tratar de duas heranças culturais de épocas distintas.

A importância deste projeto, que aqui se conclui, baseou-se em questionamentos pessoais. Dessa forma, peço licença para apresentar, nesse contexto, uma exposição sucinta sobre como se deu o início do meu exercício docente em Pirpirituba, visando fornecer uma compreensão mais adequada ao leitor.

Concluída a Graduação na Universidade Estadual da Paraíba – Campus III, no ano 2004, iniciei minha prática docente na cidade de Mogeiro–PB em 2006. Nesse início de jornada como professora de História, deparei-me com o desafio de despertar o interesse dos alunos pelo estudo da disciplina, especialmente no que tange à História Local. Nessa cidade lecionei até dezembro de 2009, quando solicitei uma transferência para a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Monsenhor Emiliano de Cristo, localizada em Guarabira.

Na referida instituição, ministrei aula por dois anos, porém, devido ao processo de reordenação das escolas da rede estadual, em 2012, a escola deixou de oferecer turmas do 6º ao 8º ano, restando apenas turmas do 9º ano e do Ensino Médio. Isso ocasionou a saída de vários professores da instituição, inclusive a minha, pois não foi possível completar a carga horária. Diante dessa circunstância, solicitei transferência para uma escola que possuísse turmas disponíveis, sendo Pirpirituba a cidade mais próxima com essa disponibilidade, onde então solicitei minha remoção.

Além dos desafios enfrentados no exercício do magistério de História, durante o ano de 2012, quando comecei a trabalhar em Pirpirituba, defrontei-me com uma realidade que me causou inquietação: muitos dos meus alunos possuíam pouco conhecimento sobre a história de seu próprio lugar e demonstravam pouca motivação para explorar suas raízes com maior profundidade.

Essa situação me levou a questionar se tal fato não ocorreria pelo fato do ensino de História Local não se fazer presente no currículo de História nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, conforme as propostas oficiais existentes. Penso que a concepção de uma educação que dialoga com a experiência local se faz necessária, pois se o currículo escolar não parte de abordagens sobre a História Local/Regional ou nelas não chega, não há como despertar no estudante olhares mais atentos para as suas raízes e espaços de saber e memória existentes na sua localidade.

Outrossim, a sequência de conteúdos trazidos nos livros didáticos também colaboram para esse cenário, já que estão alinhados à organização dos temas propostos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a disciplina de História¹, que enfatizam temáticas eurocentristas e, no contexto nacional, dão destaque aos acontecimentos de âmbito nacional articulados a um viés global e vinculados a um recorte que privilegia regiões de maior poderio econômico e político, excluindo-se temáticas relativas a contextos regionais e locais. Diante dessa realidade, o professor se vê desafiado a buscar iniciativas para incluir esses contextos históricos locais em seu planejamento de aula, porém, muitas vezes, enfrentando dificuldades e obtendo resultados insatisfatórios.

Aqui cabe ressaltar, que não se trata de considerarmos temas relativos à contextos nacionais, globais, que envolvam grandes centros urbanos, como irrelevantes para a construção do conhecimento pretendido. Devemos ponderar que, no ensino de história local se faz necessário estabelecer as relações – local, estadual, regional, nacional e mundial, evitando assim uma história circunscrita ao município.

Conforme menciona Neves (1997), assim como o passado e o presente estão interconectados na produção do conhecimento histórico, o âmbito geral e o local se entrelaçam na construção da nossa compreensão histórica. Cada local representa sempre uma parte de uma realidade mais ampla que o envolve e articula a outros espaços mais próximos ou distantes, e aquilo entendido como geral é uma soma de realidades locais que se relacionam por meio de processos mais abrangentes. Pois, “o local, fora do contexto geral, é apenas um fragmento, e o

¹ O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) estabelece critérios explícitos para a avaliação e seleção de obras didáticas, garantindo que estas estejam consoante as competências e habilidades esperadas para o ano específico do Livro Didático utilizado em sala de aula. Conforme estipulado nas disposições gerais do PNLD, contido no artigo 2º, tais critérios incluem o respeito às diversidades sociais, culturais e regionais, a promoção da autonomia pedagógica no ensino, a valorização do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, bem como o apoio à implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), entre outros aspectos relevantes para a qualidade da educação no Brasil. Dessa maneira, para serem aprovadas, é fundamental que as obras submetidas ao PNLD atendam a esses critérios a fim de promover uma educação de qualidade e inclusiva para todos os estudantes. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9099.htm. Acesso em: 13 set. 2023

geral, sem o respaldo das realidades locais, é apenas uma abstração, e, neste caso, ambos estarão destituídos de sentido”. (Neves, 1997, p. 22).

Interessante sublinhar que, a história que se pretende evidenciar neste trabalho não se reitera à história que podemos denominar tradicional², que traz uma narrativa que evidencia apenas as personalidades que deram origem ao município ou os “grandes” eventos que marcaram o cenário político local. O que se propõe é uma narrativa que contemple as particularidades da cidade de Pirpirituba–PB, os contextos que estão presentes no cotidiano das pessoas, de suas vivências e as formas como se relacionam, como constroem suas identidades culturais e sociais através da memória. Pois “na cidade, toda pedra pode contar uma história” (Samuel, 1990, p. 224).

Nesse contexto, também cabe evidenciar que a temática do Patrimônio Cultural e a Educação Patrimonial são ainda frequentemente ausentes no currículo escolar da Educação Básica no nosso país, apesar de sua importância para a formação integral dos estudantes e para a preservação da identidade cultural e histórica de uma sociedade.

Essa questão vai além da legislação brasileira e da disponibilidade de recursos financeiros, e se perpassa sobre a consciência histórica necessária para promover e preservar a cultura material e imaterial da nossa sociedade, seja no âmbito local, regional ou nacional. Outrossim, essa prática permite uma ampliação da capacidade de olhar e enxergar, permitindo que o estudante possa ler a paisagem que o cerca como dotada de historicidade, como já propusera Marc Bloch (2001).

Sendo assim, acredito que seja relevante promover reflexões em sala de aula que favoreçam a valorização dos espaços de saberes, da memória e das identidades construídas a partir do local de vivência dos nossos estudantes, considerando que, “na educação formal, a Educação Patrimonial deve ser uma proposta dinâmica e criativa de a escola se relacionar com o patrimônio de sua região e de sua localidade” (Tolentino, 2013, p. 08).

É pertinente salientar, além de trabalhos de ampla referência nacional, a relevância das pesquisas realizadas por professores-mestrands no âmbito do mestrado profissional em Ensino de História - ProfHistória, oferecido em todo o território nacional. Estas pesquisas resultaram na sistematização de ricas experiências realizadas nas diversas regiões do país e na consequente produção de materiais didáticos de grande significado para o ensino da disciplina de História,

² Como definir o que é história tradicional? Eis um termo bastante usado e pouco definido. Para efeito de nossa pesquisa, vamos definir “história tradicional” como aquela que interpreta os processos a grosso modo a partir de um eixo analítico quase que exclusivamente “político-institucional”, com um apego rígido à cronologia linear e uma ênfase quase absoluta aos personagens governantes ou aos grupos detentores de poder.

muitos dos quais se concentram na área do ensino de História Local e Educação Patrimonial.

Esses materiais frequentemente contêm sugestões de atividades que podem ser adaptadas às particularidades de cada município e suas instituições de ensino, enriquecendo, assim, o currículo escolar e facilitando o processo de aprendizagem.

Dentre as contribuições no âmbito dessas pesquisas, por meio de um breve levantamento bibliográfico. No Portal eduCAPES e nas bibliotecas digitais de teses e dissertações de universidades, que participam do ProfHistória, podemos destacar alguns desses trabalhos, a saber:

1) A dissertação de Gabriela Viana Diniz, intitulada "Educação Patrimonial e Ensino de História: experiências com plataformas digitais relacionadas ao Centro Histórico de São Luís"³, que resultou na criação de quatro *podcasts* orientados para docentes de História e áreas afins. Estes oferecem diretrizes para o uso da Educação Patrimonial no contexto do Centro Histórico de São Luís, fazendo uso de tecnologias digitais, tanto em sala de aula quanto fora dela, para promover um ensino de História mais ancorado na realidade local e na consciência histórica;

2) A dissertação de Fábio Diego Quintanilha Magalhães Maia, intitulada "Meter-se a besta na feitura: passeando, ensinando e aprendendo história em lugares, memórias e patrimônios outros"⁴, que aborda o ensino de história no contexto das aulas-passeio no Quintal dos Pescadores, em Itaipu, Região Oceânica de Niterói–RJ. Além de apresentar o roteiro da aula-passeio, o trabalho oferece quatro propostas de sequências didáticas para serem aplicadas nesse contexto, pensadas para os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano);

3) O trabalho desenvolvido por Roberta de Souza Antonello, sob o título "História Local no Processo de Ensino e Aprendizagem Histórica: O Caso do Município de Guarantã do Norte–MT"⁵, que resultou na criação de material didático complementar, contendo propostas de oficinas sobre a história do município em questão. Este material destaca a participação de grupos historicamente invisibilizados, como os indígenas e as mulheres, nas narrativas históricas locais.

4) A pesquisa de Maria das Dores Fonseca Ribeiro Santos, intitulada "Descolonizar o pensamento para reaprender a História: o povo indígena Potiguara no ensino de História no contexto do ensino médio na Paraíba"⁶, que analisa várias representações da história indígena

³ DINIZ, Gabriela Viana (2022).

⁴ MAIA, Fábio Diego Quintanilha Magalhães (2021).

⁵ ANTONELLO Roberta Siqueira de Souza (2020).

⁶ SANTOS, Maria das Dores Fonseca Ribeiro (2022).

no Brasil, com foco nos Potiguara da Baía da Traição. O estudo aborda aspectos curriculares, que englobam planos de ensino e atividades, para repensar a abordagem desse tema nas aulas de História, visando desconstruir as diferenças a partir de uma perspectiva de descolonização do conhecimento escolar.

5) O próprio ProfHistória, no âmbito da UFPB, publicou um volume da Coleção “Experimentos e reflexões sobre práticas no ensino de História”, denominado “Saberes Históricos, Patrimônio e Espaços de Memória”, no qual experiências com educação patrimonial foram apresentadas por docentes e mestrands egressos atuantes no Programa, em cidades como Rio de Janeiro–RJ, Jacarezinho–PR, Viçosa–MG, ou mesmo em espaços como cemitérios, igrejas, teatros, de tal maneira que mostra um forte interesse e uma pujança de reflexões sobre essas questões⁷.

Conforme enfatizamos, este movimento de pesquisa, no contexto do ProfHistória tem gerado propostas pedagógicas significativas, especialmente no que se refere ao ensino de História Local e Educação Patrimonial, permitindo uma abordagem mais contextualizada da disciplina.

Nesse sentido, nosso objetivo foi contribuir para o debate sobre essa temática, com um enfoque específico na cidade de Pirpirituba–PB, cidade que apresentaremos adiante. No intuito de criar iniciativas educacionais voltadas para a valorização e preservação do patrimônio cultural local, considerando a atuação dos agentes envolvidos nesse processo, bem como, identificar os desafios e potencialidades dessa prática educativa, visando contribuir para a construção de uma consciência histórica e uma maior valorização da cultura material e da memória da comunidade pirpiritubense.

A metodologia utilizada em nossa pesquisa encontra-se embasada, num primeiro instante, em uma pesquisa bibliográfica fundamentada nos conceitos de História Local, Ensino de História, Patrimônio Cultural, patrimonialização e Educação Patrimonial. Buscando priorizar uma prática de ensino e inserção de um currículo escolar que converse com as propostas de ensino previstas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) juntamente com os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) e a Proposta Curricular do Ensino Médio da Paraíba para o ano de 2023 (PCEMPB23).

Também fizemos uso de fontes escritas que tratam da História do município de Pirpirituba, aqui cabe mencionar, as fontes escritas utilizadas na construção deste trabalho: o Esboço Histórico de Pirpirituba de Lídio Gomes Barbosa (2013); Contos, Cantos e Recantos

⁷ MAIOR, Paulo Souto; PESSOA, Ângelo Emílio da Silva; SALLES, André Mendes (2022).

da Nossa Terra (2004); Coletânea Mensagens e Histórias contadas em Versos (2022), ambas do cordelista Zé Luís. A pesquisa em jornais do Estado da Paraíba e do município de Guarabira–PB, no site da Prefeitura de Pirpirituba, o IBGE Cidades, também foram relevantes para a construção deste trabalho.

Cabe aqui frisar a destruição, inexistência ou inacessibilidade de acervos locais, tais como os da Prefeitura Municipal, da Câmara dos Vereadores, Paróquia, entre outros, cuja precária preservação ou mesmo a perda acompanha uma triste realidade bastante disseminada no nosso país. Dessa maneira, a escolha das fontes escritas utilizadas nesta pesquisa foi um processo desafiador, especialmente devido à natureza da História Local, que muitas vezes enfrenta obstáculos relacionados à preservação e ao acesso à documentação histórica. E em Pirpirituba, essas dificuldades foram particularmente evidentes.

Uma das principais dificuldades enfrentadas foi a negativa por parte do pároco da igreja matriz local, que não permitiu o acesso ao livro Tombo da Igreja, uma fonte de grande relevância para o desenvolvimento deste trabalho. A documentação efetiva que pudemos acessar, foram os levantamentos para uma obra não finalizada, realizada na década de 1990, cujo acervo está depositado no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da UFPB (NDIHR), sobre o qual trataremos adiante.

Diante disso, o processo de contato e seleção das fontes ocorreu mediante a busca do que estava disponível em acervos, sejam eles particulares ou públicos. O esboço para o recorte temático foi elaborado a partir das discussões propostas pela pesquisa, buscando documentos e registros que poderiam contribuir para a compreensão da história de Pirpirituba, sua cultura, sociedade e transformações ao longo do tempo.

Por fim, mas não menos importante, o Estudo do Meio realizado com estudantes da Escola Monsenhor Walfredo Leal, a partir da disciplina eletiva “Patrimônio, História e Memória em Pirpirituba–PB”, realizado em agosto de 2023, foi de maior relevância, uma vez que permitiu uma prática direta com os estudantes, de tal forma que gerou ricos subsídios para o conjunto das nossas reflexões, bem como agregou a concretude da experiência dos discentes da referida Escola, de tal forma que permitiu constatações embasadas na prática docente.

O presente trabalho está dividido em três capítulos. No capítulo 1, intitulado *A História Local como Possibilidade no Ensino de História* são abordados no primeiro momento, os conceitos de História Local apresentados por Barros (2005), Barbosa (1999), Batista (1999), Constantino (2004), Costa (2006), Fonseca (2013), Gonçalves (2007), Goubert (1992), Horn e Germinari (2006), Neves (1997), Le Goff (1990), Pinski (2018), Samuel (1990) e Toledo (2010). A partir dos fundamentos desses estudiosos, realizamos uma reflexão sobre a força do

enfoque local no processo de ensino-aprendizagem da disciplina de História.

Na sequência do mesmo capítulo, analisamos fontes escritas que trabalham sobre o contexto local no ambiente escolar e a importância da História Local como meio de desenvolver a consciência histórica. Para isso, utilizamos as considerações de Apple (2006), Assis; Pinto (2019), Bandeira (2010), Bittencourt (2008), Costa (2019), Fonseca (2006), Germinari; Buczenko (2012), Gildate (2018), John (2021), Junqueira (2019), Martins (2013), Melo (2007), Melo (2015) e Paim; Picolli (2007), Pinheiro (2006), Santos e Schneider Neto (2022), Rodrigues (1992). Abordamos, também, o âmbito das leis, parâmetros e documentos governamentais que regem o ensino de História e as perspectivas que estes nos trazem sobre o ensino de História Local e Educação Patrimonial, para assim fundamentar a proposta deste trabalho.

Encerrando este capítulo, apresentamos uma visão panorâmica da cidade de Pirpirituba–PB, explorando seu percurso histórico e destacando seus espaços construídos por saberes e memórias. Para essa última parte, recorreremos aos trabalhos de memorialistas que discorrem sobre a cidade e a região, os quais, Araújo (2022), Barbosa (2013), Coelho (1995), Costa (1990), Firino (2021), Maia (1973) e as obras do cordelista Zé Luís (2022). Cabe destacar que esses estudos foram fundamentais para as discussões trazidas sobre o município de Pirpirituba–PB, tendo em vista a escassez de fontes escritas que retratem a referida localidade. Apesar de não consistirem em fontes primárias, esses escritos acabam estabelecendo uma visão predominante da história local, que poderá ser revisada um dia com pesquisas em acervos primários, constantemente inacessíveis nesse momento.

No segundo capítulo, *Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial: Construindo Convergências*, iniciamos uma análise sobre a evolução do conceito de patrimônio ao longo do tempo, bem como as diferentes abordagens e políticas públicas de preservação do Patrimônio Cultural no Brasil e as discussões que envolvem patrimônio e memória.

Tratamos também sobre Educação Patrimonial, buscando compreender como essa temática se entrelaça com o Ensino de História e pode influenciar como lidamos com nosso legado cultural, assim como, pode oferecer meios para proporcionar aos estudantes a oportunidade de se conectarem com sua própria história e cultura, reconhecendo-se como agentes ativos na preservação do seu patrimônio. Nesse sentido, buscamos nos fundamentar teoricamente nos trabalhos de Braga (2016), Bourdieu (2005), Castells (1999), Chagas (2013), Costa (1998), Chuva (2012), Diniz (2022), Garcia e Canclini (1997), Constituição Brasileira de 1988, Gil (2019), Farias (2002), Ferro (1989), Florêncio (2014), Fonseca (2001), Funari; Pelegrini (2009), Horta; Grumberg, Magalhães (1997), Mignolo (2003), Monteiro (1999), Nora

(1993), Oliveira (2019), entre outros.

Ainda neste capítulo, apresentamos um relato sobre a referida pesquisa realizada pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR/UFPB) e sua tentativa de resgate histórico do município de Pirpirituba na década de 1990. Como também discorreremos sobre os patrimônios culturais estudados nesta pesquisa: a Escola Monsenhor Walfredo Leal e a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, destacando como esses espaços representam parte importante da diversidade cultural presente em seu entorno. Assim, utilizamos como referência os aportes teóricos de Bosi (1987), Pesavento (2002), Souza Júnior (2015) e as bibliografias que trazem registros sobre essa cidade, já mencionadas anteriormente.

Importante salientar que, a escolha dos dois patrimônios, a Escola Monsenhor Walfredo Leal e a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, para o propósito deste trabalho acadêmico foi respaldada por meio de atividades. Inicialmente, durante a já mencionada disciplina de Itinerário Formativo⁸, foi aplicado um questionário diagnóstico através do *Google Forms*, com as turmas da 1ª série do Ensino Médio, no ano de 2023. Nesse questionário, foi solicitado que os alunos identificassem os lugares e expressões culturais que, ao seu ver, representariam a sua cidade. Essa atividade revelou que, tanto a Igreja Matriz, quanto a Escola foram mencionadas com frequência como referências culturais relevantes.

Em 2023, os alunos das mesmas turmas, agora cursando a 2ª série do Ensino Médio, responderam outro exercício em sala de aula, com o mesmo propósito de identificar os patrimônios que para eles representam a cidade de Pirpirituba. Mais uma vez, observou-se que a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário e a Escola Monsenhor Walfredo Leal foram citadas como referências de patrimônios culturais.

Além disso, a seleção também se baseou na pesquisa realizada no NDIHR/UFPB, entre os meses de abril e maio, de 2023. Nesse estudo, constatou-se que a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário foi amplamente mencionada no acervo encontrado. Assim, a escolha desses patrimônios se justifica tanto pela percepção dos alunos, quanto pela relevância histórica identificada em fontes de pesquisa acadêmica realizadas.

O capítulo subsequente, *Estudando a História de Pirpirituba: Patrimônio e Memória*

⁸Através da promulgação da Lei n.º 13.415/2017, ou Lei do Novo Ensino Médio, foi estabelecida uma nova estrutura curricular que contemple a BNCC e a disponibilização dos itinerários formativos. Estes últimos compreendem um conjunto de disciplinas, projetos, oficinas e outras atividades educacionais destinadas aos estudantes do Ensino Médio. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#:~:text=Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20%2D%20Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 13 set. 2023.

como *Fontes de Aprendizagem Histórica*, constitui-se do relato sobre as experiências e ações desenvolvidas em projetos de intervenção sobre a temática Patrimônio Cultural, buscando promover a compreensão e favorecimento de práticas de valorização e conscientização do Patrimônio Cultural da cidade de Pirpirituba, e como essa vivência em sala de aula direcionou para a criação de uma disciplina eletiva sobre Patrimônio Cultural, na Escola Monsenhor Walfredo Leal. E assim, por meio das atividades desenvolvidas com os alunos e as experiências que a disciplina proporcionou, favoreceram para o desenvolvimento do produto final desta dissertação.

Aqui faz-se um diálogo com as ponderações de Benjamin (1985), Berutti; Marques (2009), Bittencourt (2008), Borne (1998), Civale e Martins (2022), Freire (1996), Halbwachs (2003), Hartog (2013), Luc (1981), Oliveira (2010), Schmid; Cainelli (2009), Silva (2019), Monteiro (2001), Perrenoud (1999) e Rüsen (2001).

Apresentamos também a descrição da minha experiência com a Eletiva *Patrimônio, História e Memória em Pirpirituba–PB*, desenvolvida na Escola Monsenhor Walfredo Leal, no ano corrente, compartilhando registros das ações e atividades culminantes realizadas. No âmbito da referida disciplina realizamos um Estudo do Meio com os alunos da referida instituição, que trouxe significativas experiências e reflexões, discutidas mais adiante. Para a referida atividade, as reflexões de Bittencourt (2008), Luc (1981) e Pessoa (2023) foram de grande relevância.

Por fim, discorreremos sobre o produto final desta dissertação que se constitui do Caderno de Atividades *Construindo Histórias, Coletando Memórias na Cidade de Pirpirituba–PB*, voltado para alunos do Ensino Médio, podendo ser adaptado para qualquer série dos Anos Finais do Ensino Fundamental. Este recurso poderá servir como guia para a implementação da Educação Patrimonial na cidade, possibilitando que a História Local se faça presente em outros segmentos da Educação Básica por meio de atividades que se conectam com os conteúdos curriculares propostos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais com a realidade específica do município de Pirpirituba.

CAPÍTULO 1– HISTÓRIA LOCAL COMO POSSIBILIDADE NO ENSINO DE HISTÓRIA

“Talvez mostrando as pessoas eu possa ser mais fiel ao lugar e à época”.

Aldir Blanc, 1996

“Se queres ser universal, começa por pintar a tua aldeia”.

Leon Tolstoi

O campo da historiografia no século XX e nas primeiras décadas do XXI foi palco de constantes discussões e questionamentos que contribuíram para grandes mudanças metodológicas e com o ensino de história não foi diferente. Nesse contexto, surgiram novas propostas, visando o engajamento dos alunos no processo de ensino-aprendizagem, capacitando-os a questionar e construir conhecimento juntamente com os professores, como destacam Paim e Picolli (2007).

Assim sendo, a valorização da História Local na produção historiográfica e nas diretrizes curriculares refletiram a busca por uma história mais ampla, incluindo não apenas os segmentos dominantes de sua população, mas também as classes populares, conforme afirmam Horn e Germinari (2006). O trabalho com a História Local, assim, surge como uma estratégia de ensino capaz de contribuir para a construção da consciência histórica dos alunos, permitindo compreenderem sua realidade de forma contextualizada.

A pesquisa histórica no âmbito local – caso realizada numa perspectiva renovada e crítica – fornece uma compreensão histórica, enquanto abre espaço para histórias, excluídas pelas narrativas direcionadas para o âmbito político e administrativo e para os grupos sociais abastados, construindo conexões entre diferentes grupos sociais e entrecruzamentos de histórias, conforme discorre Bittencourt (2008, p.168).

Dessa maneira, ao longo deste capítulo, iniciamos nossa caminhada realizando algumas reflexões de ordem mais geral sobre a prática da História Local e suas renovações teóricas, suas relações possíveis e eventualmente enriquecedoras com o ensino da disciplina História, para então chegarmos ao local específico que pretendemos estudar, a cidade paraibana de Pirpirituba.

Cabe, por fim, apresentarmos os desafios e caminhos trilhados para atingir essa finalidade. Entre os quais, a escassez de registros formais e o acesso limitado a documentos históricos, que foram obstáculos a serem superados, o que nos levou a uma busca por fontes complementares como fotografias antigas, jornais locais, cordéis e outros vestígios materiais que puderam lançar luz sobre a história de Pirpirituba.

1.1 Tecendo considerações sobre a História Local

A História Local nos apresenta várias perspectivas que estão intrinsecamente ligadas ao movimento historiográfico do século XX, em especial os Annales, que trouxeram importantes mudanças metodológicas no campo da historiografia. Com isso, a concepção da história deixou de ser meramente uma sequência de eventos político-administrativos ou a narrativa dos feitos dos grandes heróis e passou a ser entendida como uma totalidade, abrangendo todos os aspectos da vida humana e suas transformações ao longo do tempo.

A interdisciplinaridade e a análise da longa duração também se tornaram elementos essenciais na abordagem histórica, incentivando os historiadores a dialogarem com outras disciplinas, como as Ciências Sociais e, em particular, a Geografia. Essa integração incluiu novas discussões no campo historiográfico, ultrapassando apenas a ideia de localidade, de modo a ampliar a dimensão dos acontecimentos e ações humanas através dos tempos, inserindo-se conceitos como: lugar, paisagem e região para além do conceito de espaço.

Nesse sentido, conforme as reflexões de Barros (2005, p. 96 - 97), a história como "estudo do homem no tempo e no espaço" expandiu a percepção de que o estudo dos seres humanos, das sociedades, dos fatos e das culturas está intrinsecamente ligada a contextos e espaços, sejam eles físicos, geográficos ou políticos, proporcionando uma visão diferenciada do local, evitando narrativas apenas sob uma ótica política e administrativa ou restringindo a visão a grupos sociais detentores do poder.

Sob essa perspectiva, a disciplina da História experimentou notável mudança a partir dos anos 1930, ampliando consideravelmente seu campo de estudo no âmbito das Ciências Humanas. Essa redefinição constante foi corroborada pela inclusão de novos objetos de pesquisa e subcampos espaciais, permitindo à História se apropriar de uma área mais recente do seu domínio que é o Tempo Presente, conforme observado por Barros (2005, p. 96).

Com base em premissas similares, Raphael Samuel (1990) argumenta que a História Local fornece compreensões valiosas sobre a vida e a cultura das comunidades locais, assim como sobre suas relações com o mundo ao redor. Essa abordagem permite aos investigadores descobrir histórias e personagens que foram negligenciados ou esquecidos pela história nacional, ou tratar o local de forma mais diversa e abrangente, para além da trajetória dos indivíduos poderosos de uma localidade, de tal forma que elas se tornam confiantes para a construção de uma narrativa mais completa e precisa do passado e do presente. A História, segundo Samuel (1990, p. 221- 224), "também possui uma força popular. [...] na cidade, toda pedra pode contar uma história".

Como podemos perceber, essa forma de fazer história possibilita compreender e “explicar as lacunas e os silêncios da história, e assentá-la tanto sobre os vazios quanto os cheios que sobreviveram” (Le Goff, 1990, p. 54). No entanto, é importante não estudar o local por si, a fim de evitar a construção de uma história estritamente localista. Pois a História Local não deve ser tratada como “uma entidade distinta e separada, fenômeno único, como um conjunto cultural específico e periodização própria” (Fonseca, 2006, p. 129).

Nesse contexto, Pierre Goubert (1992) apresenta considerações relevantes sobre a evolução da História Local renovada na década de 1950, destacando que esse movimento foi impulsionado pelo interesse em estudar uma amplitude social maior, indo além do estudo de indivíduos ilustres, presentes nas crônicas regionais do século XIX. O autor ainda ressalta que a História Local se refere,

a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum (como um county inglês, um contado italiano, uma Land alemã, uma bailiwick ou pays francês). Praticada há tempos atrás com cuidado, zelo, e até orgulho, a história local foi mais tarde desprezada — principalmente nos séculos XIX e primeira metade do XX — pelos partidários da história geral. A partir, porém, da metade desse século, a história local ressurgiu e adquiriu novo significado; na verdade, alguns chegam a afirmar que somente a história local pode ser autêntica e fundamentada (Goubert, 1992, p. 70).

Horn e Germinari (2006) argumentam que a História Local é uma forma de abordagem histórica que busca compreender as particularidades e as complexidades das dinâmicas históricas, culturais e sociais de uma determinada região, ela “é entendida [...] como aquela que desenvolve análises de pequenos e médios municípios, ou de áreas geográficas não limitadas e não muito extensas” (Horn e Germinari, 2006, p. 118).

Concordamos também com a historiadora e educadora Toledo (2010), quando nos oferece uma definição mais objetiva sobre os limites da História Local, segundo a autora, esta abordagem historiográfica pertence a uma:

Modalidade de estudos históricos que, [...] interessa-se pelos modos de viver, coletivos e individuais, dos sujeitos e grupos sociais situados em espaços que são coletivamente construídos e representados, na contemporaneidade, pelo poder político e econômico, sob a forma estrutural de “bairros” e “cidades” (Toledo, 2010, p. 751).

Assim, podemos concluir, acompanhando Ercília Gonçalves (2007) que, a História Local se constitui como campo historiográfico que não se volta apenas para o estudo da cidade, mas também de outros espaços como “o bairro, o quarteirão, a aldeia em que cada indivíduo vive – **a escola, a igreja**” – é através do nível local que a democracia pode efectivamente ser participativa e se consegue a mobilização política” (Costa, 2006, p. 47. Grifo nosso).

Dessarte, a pesquisa pensada para o contexto local possibilita o desenvolvimento de abordagens interpretativas acerca da maneira como os indivíduos se constroem historicamente em suas formas de vida, considerando que esses espaços são socialmente construídos e repensados pelas instituições político-econômicas presentes na estrutura dessas localidades. Isso estimula o diálogo entre o presente, o passado e o futuro, além de permitir um reconhecimento mais efetivo das relações entre o mais próximo e o distante.

Ademais, cabe destacar que, a pesquisa que contemple o âmbito local deve ir além de meros fatos político-administrativos e das famílias proeminentes da região. Pois a História Local fornece um conhecimento do passado que transcende essas questões, permitindo que eles descubram evidências ao "dobrar a esquina e descer a rua. Eles podem ouvir seus ecos no mercado, ler seus grafites nas paredes e seguir suas pegadas nos campos" (Samuel, 1990, p. 220).

Discorrendo sobre a aplicação da História Local no ensino de História, Aryana Costa (2019) ressalta que a abordagem da História Local vai além da mera narrativa da história de uma cidade ou Estado, muitas vezes construída sob o mesmo paradigma de uma história nacional, que enfatiza eventos políticos e figuras ilustres, considerados como os únicos agentes históricos da localidade. Nesse sentido, é interessante pensar a História Local, adotando abordagens mais abrangentes que abarquem uma variedade de grupos sociais que coexistem na comunidade, explorando diferentes recortes históricos e proporcionando uma visão mais inclusiva e pluralista da história local.

Outrossim, o local se apresenta como possibilidade de estudo que valoriza as experiências das pessoas comuns, suas diversidades e vivências espontâneas ou sob normatividades, que constroem uma história e criam vínculos ou conflitividades entre os demais grupos sociais de condições diversas que participaram de entrecruzamentos de histórias do passado.

Partindo desta lógica, o local torna-se o objeto de análise que determina o trabalho do historiador, "O local seria um recorte eleito por aquele que desejasse refletir sobre as experiências de sujeitos humanos em espaços sociais delimitados" (Gonçalves, 2007, p. 177), sendo assim, a noção de local aqui se refere a uma concepção social construída pelo pesquisador que não se restringe apenas às suas fronteiras administrativas.

Aqui também cabe evidenciar a discussão sobre o percurso historiográfico da História Local no Brasil, que remonta ao século XIX, quando os Institutos Históricos Geográficos foram criados nas diferentes províncias brasileiras. Essa tradição continuou a se desenvolver na primeira metade do século XX, destacando-se as produções memorialistas voltadas para o

estudo dos espaços locais, quando [...] viveu-se o auge das corografias⁹, escritas quase sempre por membros dos institutos históricos, pessoas bem situadas nas hierarquias sociais e políticas de suas épocas.

Esses trabalhos tinham como foco o recorte político local, estudados de maneira isolada de outros contextos e quando relacionados às questões regionais, nacionais e globais se resumia à descrição dos impactos de fatos marcantes da História do país nos grandes centros urbanos e chegando vagamente às menores cidades. “A narrativa, a seleção e o encadeamento dos fatos, a referência recorrente a determinados tipos de personagens, tudo isso objetivava mostrar que a região é o resultado do protagonismo de figuras extraordinárias” (Martins, 2013, p. 140).

Segundo o autor referenciado, até os anos de 1960, as corografias serviram como fontes para a produção do material didático das escolas brasileiras, ou até mesmo seus textos foram utilizados como material pedagógico, mesmo apresentando evidências de sua fragilidade para uma compreensão mais ampla de contextos históricos do Brasil.

Nesse contexto, conforme discorre a historiadora Vilma de Lourdes Barbosa e Melo (2015), as produções historiográficas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) buscavam organizar uma identidade da nação brasileira que pensasse numa concepção de nação homogênea, na qual se destacasse seus aspectos político- administrativos e econômicos.

Não se considerava nas diversas regiões, microrregiões, estados e municípios – para falar apenas dos espaços geopolíticos definidos oficialmente – as suas diversidades, as formas com que as pessoas desenvolviam estratégias diferentes e experiências de sobrevivência, como se organizavam nos sindicatos e associações, como lidavam com a religião e a cultura (Melo, 2015, p. 29).

Essas corografias apresentavam frágil articulação entre história e outros campos de conhecimento, eram narrativas que exaltavam as proezas das elites regionais e locais, “concebidas como instrumentos para fazer despertar o amor ao passado e o patriotismo” (Martins, 2013, p.141). São obras que visavam produzir as memórias de um lugar. E geralmente faziam apenas os registros das fontes encontradas, sem estabelecerem um diálogo com outras obras que trabalhassem sobre o local e que tiveram um processo histórico semelhante ao campo de sua pesquisa.

Todavia, não significa dizer que o trabalho dos memorialistas, que se dedicam ao local

⁹As corografias eram monografias dedicadas à análise de aspectos municipais e regionais, nas quais se reuniam elementos históricos, tradições culturais e a preservação da memória coletiva. Estas obras adotaram uma estrutura formal padronizada, que englobava uma série de elementos descritivos, abrangendo desde as características fisiográficas das regiões até a exposição detalhada da fauna e da flora, bem como um inventário dos recursos naturais. Além disso, eram contempladas análises das atividades econômicas predominantes na região abordada. Por fim, as corografias incluíam datas importantes e resumo biográficos de indivíduos notáveis da história local e regional. (Martins, 2013, p.140-141).

não tenha relevância, pois possuem arquivos pessoais e conhecimentos sobre aspectos geográficos, econômicos e culturais da região, como também acesso privilegiado às fontes orais ou visuais, de modo que, esses pesquisadores são boas referências quando se realiza um estudo acadêmico de recorte local, principalmente quando as fontes bibliográficas sobre uma determinada localidade são escassas.

De modo que, importantes trabalhos de história de municípios na Paraíba foram produzidos por estudiosos, professores, pessoas de sólida formação cultural que nos apresentam pesquisas muito rigorosas sobre o local. Podemos citar muitos trabalhos sobre a História da Paraíba e algumas cidades paraibanas, como, por exemplo, o de Horácio de Almeida¹⁰, Sabiniano Maia¹¹, Cleodon Coelho¹², bem como outros membros do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), que muito embora apresentem narrativas muito ligadas aos aspectos político-administrativos e às trajetórias das principais famílias dessas localidades isso não diminui essa contribuição historiográfica, exigindo que as gerações subsequentes busquem alargar essas perspectivas.

Nesse diálogo sobre as pesquisas de âmbito local e regional, Núncia Constantino (2004) nos mostra que o trabalho sobre o local e o regional deve partir da relação existente entre as pessoas e o lugar onde elas vivem, assim sendo possível identificar o papel que as pessoas têm na construção da história do seu lugar e verificar como estas pessoas se identificam com esses processos. Para a autora:

Conhecer realidades do processo histórico local e regional é indispensável à construção da identidade do grupo humano. Além disso, satisfaz a necessidade de entender aquilo que está próximo de nós, diretamente relacionado à nossa vida social, econômica e cultural. (Constantino, 2004, p. 176).

Convém destacar as reflexões de Agnaldo Barbosa (1999), quando nos coloca que não significa dizer que o pesquisador que se volta para o local não possa escrever uma história tão homogeneizante quanto a História Geral. É interessante se perceber que:

A importância da História Local e Regional está, assim, no fato de que, enquanto a história generalizante destaca as semelhanças, homogeneizando o amálgama das vivências dos locais, a história elaborada com base nas realidades particulares dos locais trabalha com a diferença, com a multiplicidade. (Barbosa, 1999, p. 127).

¹⁰ ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba** - vol. I. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1978.

¹¹ MAIA, Sabiniano Alves do Rego. **A História das Quatro Viagens**. João Pessoa: Nova Paraíba – Ind. Gráfica Ltda., 1973.

¹² COELHO, Cleodon. **Guarabira Através Dos Tempos**. Guarabira-PB. Tipografia Nordeste, 1955.

Em vista disso, Melo (2015), ao analisar as discussões sobre a questão da História Local, nas duas últimas décadas do século XX e primeira deste século, nos acrescenta que:

[...] podemos chamar de revisão nas concepções do que são as histórias regionais e histórias locais, quando são consideradas novas dimensões, novos olhares, novos objetos e novas preocupações, especialmente em tributo aos protagonistas históricos até então silenciados, excluídos e alijados da historiografia oficial que, a partir de então, alcançam uma maior visibilidade nos processos históricos (Melo, 2015, p. 30).

Assim sendo, a História Local pode favorecer a valorização de peculiaridades e das diversidades, constituindo-se como “um ponto de partida para a formação de uma identidade que valoriza o local/lugar”. (Pinsky 2018). Pois, “O local é uma janela para o mundo” (Fonseca, 2013, p. 244) e é fundamental para a (re) construção e identificação das memórias e identidades sociais construídas pelos sujeitos através de suas ações cotidianas.

Oportuno salientar que, embora tenhamos apresentado as definições de História Local, reforçamos aqui que não pretendemos restringir ou limitar o trabalho apenas às questões conceituais dessa abordagem historiográfica. É importante ponderar que, a História Local como metodologia de ensino de História pode contribuir para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, pois conhecendo a história de sua própria região poderão reconhecer as relações e contribuições de sua comunidade com contextos mais amplos.

Nesse sentido, conforme apontamos anteriormente, diversas experiências com história local trouxeram um rico cabedal para o ensino de História e é pretensão desse trabalho adensar as mesmas em relação ao Município de Pirpirituba.

1.2 Ensino de História: o Percurso da Abordagem sobre o Local nas Escolas e a História Local na Construção da Consciência Histórica

Assim como as discussões e questionamentos foram constantes no campo da historiografia, no século XX, o mesmo não se fez diferente para o ensino de história. E de acordo com Paim; Picolli (2007, p. 111) foi nesse contexto que surgiram as novas propostas de Ensino de História preocupadas com as formas e práticas didáticas, que visavam a formação do senso crítico do aluno, tornando-o capaz de questionar e de construir conhecimento juntamente com os professores dentro do processo de ensino-aprendizagem.

Considerando essas premissas, o trabalho com a História Local pode ser uma estratégia de ensino capaz de colaborar com o processo de formação do conhecimento histórico do aluno.

A partir da compreensão contextualizada de seu lugar e vivência, bem como das relações diversas com a comunidade, o estudante pode tornar-se capaz de promover uma nova concepção da disciplina de história, tornando-a mais ativa, democrática e inclusiva.

Vale evidenciar que essa proposta de ensino não é nenhuma novidade no Brasil. Nos anos 1970 e 1980, especialmente após o processo de redemocratização política do país, houve uma reorganização dos conteúdos da disciplina de História, os quais foram incorporados à educação infantil. A partir dos princípios do movimento Escolanovista¹³, a abordagem de ensino sob uma perspectiva local se fez presente mediante documentos curriculares nacionais que orientavam sobre o ensino de História Local para os anos iniciais do Ensino Fundamental.

As propostas curriculares foram organizadas em círculos concêntricos, com abordagem dos estudos sociais partindo da realidade mais próxima do aluno [...], sendo a história local colocada como estratégia pedagógica, para garantir o domínio do conhecimento histórico (Germinari; Buczenko, 2012, p.128).

Os currículos concêntricos apresentavam uma proposta metodológica de ensino que partia da realidade do aluno para ir ampliando a sua reflexão sobre o mundo. “Buscava-se, assim, primeiro trabalhar a história pessoal do aluno, de sua família, depois a rua, o seu bairro, a comunidade, a cidade, a unidade da federação, o país e o mundo” (Assis e Pinto, 2019, p. 11), utilizando recursos que trouxessem informações históricas do local, como: fotografias, artigos em jornais e revistas, dentre outros.

Analisando a questão da prática pedagógica que tendia a colocar o público escolar em contato com seu entorno, o chamado “estudo do meio”, Santos e Schneider Neto (2022) observaram que:

É possível se afirmar que ainda nos primórdios do processo de institucionalização da educação – no Brasil a partir de meados do século XIX – quando se atribuíram circunscrições e limites entre as escolas e as comunidades, quase que por ironia, as instituições escolares viram-se obrigadas a transpor seus muros para (re)conhecerem aquilo e aqueles que se apresentavam de maneira insuficiente, aquém de seus próprios portões (Santos e Schneider Neto, 2022, p. 273).

Dessa maneira, mesmo que a escola eventualmente pudesse tentar se manter alheia às suas relações com seu entorno (bairro, cidade), era constantemente desafiada, nas várias disciplinas e, na prática docente, a procurar algum tipo de contato com essa realidade da escala local, mesmo que muitas vezes restrita àqueles moldes de conhecimento demarcados pelo aspecto político-institucional, haja vista que as já mencionadas corografias buscavam atender a essa demanda constante.

¹³ Movimento conhecido como Escola Nova, também denominado de Escola Ativa ou Escola Progressiva, surgiu no fim do século XIX e ganhou força na primeira metade do século XX, promovendo uma renovação no ensino.

No caso paraibano, conforme observou Araújo (2022), diversas publicações, direcionadas para o ensino sobre a história do Estado e de alguns municípios, já se faziam presentes nas primeiras décadas do século XX¹⁴.

A partir da década de 1980, notamos um aumento na disseminação das discussões sobre as reformas educacionais em nosso país. Além das reflexões teóricas que sugeriam práticas de ensino inovador e pioneiro, várias medidas jurídicas foram adotadas para garantir que “o ensino desempenhasse a função social que lhe cabia, no sentido de auxiliar as pessoas a viverem melhor na sociedade e dela participarem de forma ativa e crítica” (Brasil, 2006, p. 66).

Com a promulgação da Lei 9394/96 e as discussões que surgiram em relação ao papel da disciplina de História no contexto do Ensino Médio, observando as diretrizes e fundamentos traçados nesses documentos que orientam a educação no Brasil, percebe-se que, essas questões foram ainda mais esclarecidas e desenvolvidas pelos PCNEM, instituídos como Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, em 1998. Embora o estudo da dimensão local fosse privilegiado nos PCN’s referentes ao Ensino Fundamental, ela não foi descurada no que tange ao Ensino Médio.

Nesse contexto, os PCNEM representam uma contribuição significativa no campo do ensino da História, quando nos possibilitam incorporar o estudo da História Local no currículo escolar, conforme salientado, no referido documento, o ensino de História busca, assim, estabelecer uma conexão “entre as dimensões de realidades locais, regionais e globais, uma vez que essa visão é fundamental para uma compreensão verdadeira e significativa da vida cotidiana dos alunos do ponto de vista histórico” (Brasil, 2006, p. 69). Dentro dessa perspectiva, as principais diretrizes deste documento foram estruturadas com base em um paradigma de pensamento que visa, entre outras questões, capacitar os estudantes a:

1. compreender os elementos cognitivos, afetivos, sociais e culturais que constituem a identidade própria e a dos outros;
2. compreender a sociedade, sua gênese e transformação, e os múltiplos fatores que nela intervêm, como produtos da ação humana; a si mesmo como agente social; e os processos sociais como orientadores da dinâmica dos diferentes grupos de indivíduos. (Brasil, 2000, p. 96).

Nesse contexto, as orientações para o desenvolvimento das atividades relacionadas ao componente curricular de História enfatizam a importância de conectar o aluno com o contexto

¹⁴Apenas a título informativo, remetendo para Araújo (2022), na segunda década do século XX João de Lyra Tavares lançou o seu “Pontos de História Pátria – Parahyba do Norte” (1912), sendo seguido por Manuel Tavares Cavalcanti com sua “Epítome de História da Parahyba para uso das escolas primárias” (1913). Seguem-se outros títulos publicados em décadas seguintes, apontados na referida dissertação. Cumpre-nos, aqui, observar que tais obras tendiam a privilegiar os maiores centros urbanos do Estado, tendo ainda pouca abertura para a realidade de cidades menores.

histórico contemporâneo, suas relações sociais e uma compreensão histórica que se baseia em observações próximas à sua realidade em diálogo com outras escalas. Isso se justifica pelo entendimento de que “o cotidiano e as relações decorrentes do ambiente físico e social permitem dar significado a qualquer conteúdo curricular, fazendo a ponte entre o que se aprende na escola e o que se faz, vive e observa no dia-a-dia” (Brasil, 2006, p. 81).

Ao abordar alguns dos conceitos fundamentais que servem de alicerce para a disciplina de História, bem como a sua abordagem em sala de aula, os PCNEM fazem menção à dimensão histórica que sustenta esses conceitos, eles ressaltam que a produção historiográfica contemporânea tem se esforçado para recontextualizar tanto a história econômica quanto a política e a cultural, permitindo, assim, que as vozes de grupos e classes sociais anteriormente marginalizados ganhem visibilidade.

Entrelaçando essa discussão com as reflexões apontadas por Horn e Germinari (2006) podemos pensar num Ensino de História com perspectivas interdisciplinares que incorporem outras discussões, como o Patrimônio Cultural e as identidades presentes no entorno do aluno, visando incluir realidades mais aproximadas à sua vivência, e a superação da exclusão das pessoas historicamente marginalizadas no ensino de história nas escolas públicas brasileiras. Pois conforme discorrem os autores:

o ensino de História não pode ficar limitado a uma concepção de história que apenas destaque os segmentos dominantes da sociedade. O conhecimento histórico escolar tem o desafio de superar tal obstáculo, objetivando uma noção mais ampla, onde as classes populares sejam também inseridas em suas análises. Um ensino de História mais próximo da realidade da grande maioria dos alunos brasileiros, oriundos de famílias pobres [...] (Horn e Germinari, 2006, p. 124).

Além disso, conforme Horn; Germinari (2006) e Bittencourt (2008) citados em Assis e Pinto (2019, p. 12), “a valorização da História Local na produção historiográfica resultou em uma ênfase teórica na proposta de ensino local nos currículos da educação básica em todo o país”. Isso incentivou os professores a abordarem essa temática, mesmo diante da quase sempre recorrente falta de fontes e materiais didáticos adequados para o desenvolvimento dessas práticas.

No estudo do percurso historiográfico do ensino de História no Brasil, é notável a expansão, principalmente na última década do século XX, das orientações e diretrizes curriculares que visam incorporar abordagens mais inclusivas e diferenciadas. Essas propostas pretendem contemplar olhares multiculturais e reconhecer a importância da diversidade na construção de uma narrativa histórica mais abrangente e justa. Desse modo,

apresentam-se os conteúdos que fazem parte da chamada cultura comum, permitindo

a todos os alunos igualdade de acesso ao que há de mais universal e permanente nas produções do pensamento humano, mas também conhecimentos de experiências históricas específicas dos grupos e projetos representativos para a história de cada um (Fonseca, 2006, p. 35).

Diante das considerações supracitadas, oportuno destacar que nosso propósito não se resume apenas em apresentar uma discussão sobre o Ensino de História Local no Ensino Médio, mas sim encontrar as “brechas” que as Diretrizes Curriculares de âmbito Nacional, Estadual e Municipal forneceram para embasar nossa reflexão acerca da voz da temática para o contexto local nessa modalidade de ensino.

Nessa perspectiva, ao examinarmos as diretrizes curriculares dos PCNEM, na disciplina de História, percebemos que esse texto sugere a estruturação dos componentes curriculares alinhados à “base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada que atenda a especificidades regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e do próprio aluno (Art. 26)”. (Brasil, 2006, p. 07).

O documento ainda enfatiza que o “avanço determinado por tais diretrizes consiste na possibilidade objetiva de pensar a escola a partir de sua própria realidade [...]” (Brasil, 2006, p. 07). Consideramos, assim, o ensino de História Local como fundamental para o desenvolvimento de uma consciência histórica, uma vez que conecta o aluno ao seu contexto local e aos processos históricos que ocorreram na sua região.

Todavia, é interessante sublinhar que as possibilidades para o ensino de História Local com vistas à Educação Patrimonial aqui pretendidas não se resumem a utilizar uma prática pedagógica de mera seleção de temas e assuntos que não possibilitem a problematização do ambiente social dos alunos com outros contextos que os levem a compreender a sua realidade com outras dimensões de nível nacional e mesmo global. Como já mencionamos de Neves (1997) antes, não podemos ficar espremidos entre os possíveis fragmentos do local ou as abstrações do geral, “a história não é somente entrelaçamento de tempos, é também entrelaçamento de espaços” (Le Goff, 1988, p. 169).

O meio é um ponto de partida. Não podemos ficar nele. Cedo ou tarde sua superação se faz necessária e desejável. Necessária, porque situa a criança, **o jovem e o adulto** frente a novos vestígios, às vezes mais antigos ou mais pertinentes que os de seu entorno imediato. Desejável, porque evita restringir sua consciência histórica nascente aos limites do seu bairro ou cidade (Luc, 1981, p. 123. Grifo nosso).

Assim também, deve-se acentuar que:

A trama da História não é o resultado apenas da ação de figuras de destaque, consagradas pelos interesses explicativos de grupos, mas consequência das construções conscientes ou inconscientes, paulatinas e imperceptíveis, de todos os agentes sociais, individuais ou coletivos (Brasil, 2006, p. 75).

Além das orientações para abordagens que partam da realidade social dos alunos, é importante destacar que a BNCC também traz discussões sobre a interdisciplinaridade, a contextualização dos conteúdos e a promoção da reflexão crítica por parte deles.

Partindo para o estudo das diretrizes curriculares propostas pela BNCC para a disciplina de História, constatamos que as competências gerais da Educação Básica, a BNCC, visam levar o aluno a:

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta (Brasil, 2018, p. 07).

De acordo com, o Artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), os currículos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio devem possuir uma base nacional comum, “a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos” (Brasil, 2018, p. 09).

No que concerne às metas de aprendizado a serem alcançadas, na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, no Ensino Médio, visando aprofundar as habilidades fundamentais já adquiridas no Ensino Fundamental, a BNCC estabelece uma série de princípios para se atingir esses objetivos. Conforme o referido documento, é importante que os estudantes conheçam conceitos como espaço, tempo, território e fronteira, a fim de compreender a construção das identidades que sofrem influência de diferentes tipos de limites e fronteiras, estimulando, assim, “a curiosidade investigativa dos alunos sobre seu lugar no mundo, possibilitando a sua transformação e a do lugar em que vivem, enunciar aproximações e reconhecer diferenças” (Brasil, 2018, p. 552-553).

Mais adiante, a BNCC, também nos coloca como atitudes essenciais no processo de aprendizagem da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, levar o estudante a conhecer as interações entre o indivíduo e sua conexão com o meio ambiente e o processo que determina sua posição como membro da sociedade, considerando os mecanismos de assimilação e internalização de valores, papéis e identidades.

As diferenças e semelhanças entre os indivíduos e as sociedades foram sedimentadas ao longo do tempo e em múltiplos espaços e circunstâncias. Procurar identificar essas diferenças e semelhanças tanto em seu grupo social (familiar, escolar, bairro, cidade, país, etnia, religião, etc.) quanto em outros povos e sociedades constitui uma aprendizagem a ser garantida aos estudantes na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Afinal, o exercício de deslocamento para outros pontos de vista é central para a formação das juventudes no Ensino Médio, na medida em que ajuda a superar posturas baseadas na reiteração das referências de seu próprio grupo para avaliar os demais (Brasil, 2018, p.554).

Considerando tais preceitos e em consonância com as habilidades fundamentais da Educação Básica, a BNCC define habilidades específicas e competências a serem desenvolvidas na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, no Ensino Médio. Observamos que o referido documento faz referência ao estudo do local na competência 1, quando afirma:

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles (Brasil, 2018, p. 558).

Esta competência específica propõe como objetivo a ser alcançado, ampliar as habilidades dos estudantes na formulação de hipóteses e na construção de argumentos, com base na organização de dados (sejam eles quantitativos ou qualitativos). Além disso, visa-se a capacidade de compreender e empregar procedimentos metodológicos específicos para analisar diversos contextos históricos e sociedades. A competência também enfatiza a aplicação de conceitos como temporalidade, memória, identidade, sociedade, territorialidade e espacialidade, bem como a utilização de diversas linguagens e narrativas que favoreçam para autonomia dos alunos.

A análise dos princípios estabelecidos pela BNCC, por meio de suas competências e habilidades a serem alcançadas, revela que este documento apresenta de maneira discreta a possibilidade de incluir o ensino de História Local no Ensino Médio. Para tanto, é crucial uma observação mais atenta ao que está nas entrelinhas de cada objetivo proposto, a fim de viabilizar a integração dessa perspectiva metodológica.

Dessa maneira, a BNCC (2018, p.16) enfatiza que os currículos desempenham papéis complementares essenciais para garantir a concretização das aprendizagens fundamentais definidas em cada fase da Educação Básica. E que essas aprendizagens só se concretizam por meio das decisões que moldam o currículo, na prática. Essas determinações, por sua vez, têm a responsabilidade de adequar as diretrizes da BNCC à realidade local, levando em conta a soberania dos sistemas educacionais, redes de ensino e instituições escolares, que abrangem diversas iniciativas, incluindo,

contextualizar os conteúdos dos componentes curriculares, identificando estratégias para apresentá-los, representá-los, exemplificá-los, conectá-los e torná-los significativos, com base na realidade do lugar e do tempo nos quais as aprendizagens estão situadas; selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas, recorrendo a ritmos diferenciados e a conteúdos complementares, se necessário, para trabalhar com as necessidades de diferentes grupos de alunos, suas famílias e cultura de origem, suas comunidades, seus grupos de socialização, etc. (Brasil, 2018, p.16-17).

Considerando essas premissas, a BNCC, nos possibilita abordagens que tenham como ponto de partida o contexto local como questão relevante que pode fornecer visões valiosas sobre o passado e o presente. Desse modo, aprender sobre processos históricos que caracterizam uma determinada localidade é uma forma de compreender melhor a região imediata às nossas vivências, além de percorrer diversos contextos culturais e mostrar como grupos sociais e pessoas, em relações de interação ou conflitividade, influenciaram o desenvolvimento da localidade. Isso permite que os alunos conheçam mais sobre o seu lugar e as transformações ocorridas ao longo do tempo.

Da mesma maneira, ajuda a preservar a memória e a herança de um lugar e mesmo a alargar suas perspectivas, pois ao identificar a história e as memórias presentes em determinado local, como o município de Pirpirituba–PB, os estudantes têm a oportunidade de compreender como os eventos e suas mudanças afetaram a cultura em diferentes temporalidades nesse espaço específico. Além disso, desempenha um papel importante na preservação dos bens patrimoniais da cidade, ao proporcionar às gerações mais jovens uma compreensão mais completa do seu contexto histórico. Isto vai de encontro com umas das habilidades propostas pela BNCC, que visa “(EM13CHS104) Analisar objetos da cultura material e imaterial como suporte de conhecimentos, valores, crenças e práticas que singularizam diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço” (Brasil, 2018, p. 560).

No que se concerne à Proposta Curricular do Ensino Médio da Paraíba (PCEMPB23), esta começou a ser construída em 2019 e foi submetida à análise e aprovação pelo Conselho Estadual de Educação em 2020¹⁵. Esse documento, publicado em 2021, surgiu como resposta às mudanças impostas pela Lei 13.415/2017, que reconfigurou a estrutura do Ensino Médio no Brasil e alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, reorganizando o currículo escolar de modo a contemplar uma Base Nacional Comum Curricular.

Dessa maneira, o currículo escolar do Estado da Paraíba, para o Ensino Médio, segue as diretrizes da BNCC. Além disso, ao estabelecer competências e habilidades específicas, o Estado busca direcionar o processo de ensino e aprendizagem para a formação integral do aluno dentro dos mesmos princípios da BNCC. No entanto, é fundamental compreender que a construção do currículo não se limita apenas a uma mera adaptação às orientações nacionais, mas é permeada por relações de poder, interesses e conflitos que estão presentes na sociedade. “Um currículo tem um sujeito pensado para o final de sua trajetória. Um sujeito não apenas

¹⁵Disponível em: < <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-ciencia-tecnologia-inovacao-e-ensino-superior/noticias/pandemia-marcou-as-acoes-do-conselho-estadual-de-educacao-em-2020>>. Acesso em: 20, set. 2023.

com alguns conhecimentos específicos, mas com determinadas condutas, dentro de alguns modelos e respeitando alguns padrões” (Bandeira, 2010, p. 346).

Nesse contexto, o currículo se revela como uma prática educativa que se adequa a elementos filosóficos, políticos, econômicos e sociais. Ele não é uma entidade isolada, desvinculada do sistema social no qual as escolas estão inseridas, mas sim uma ferramenta que reflete e influencia a formação dos sujeitos e a construção da sociedade.

A discussão sobre o currículo não se limita apenas a quais conteúdos devem ser ensinados, mas também a que tipo de sociedade se pretende formar e o que se deseja construir. Portanto, a elaboração da PCMPB23 não é apenas um processo técnico, mas um espaço onde se delineiam escolhas, valores e visões de mundo que moldarão a educação e a sociedade para as gerações futuras.

Os conteúdos e as abordagens presentes no currículo educacional refletem o plano cultural e o processo de socialização em curso na sociedade. Dessa forma, o currículo incorpora “[...] compromissos com determinadas estruturas econômicas e políticas educacionais, cuja implementação muitas vezes pode agravar a desigualdade”, conforme apontado por Apple (2006, p. 103).

Como evidenciamos, a discussão em torno do conhecimento a ser abordado na escola envolve uma vasta gama de argumentos, perspectivas e conflitos. No entanto, dado nosso foco atual, não aprofundaremos essas questões aqui, mas retornaremos à análise dos objetivos propostos na Proposta Curricular do Estado da Paraíba.

Nesse contexto, é fundamental destacar que este documento estabelece como meta principal da disciplina de História a capacidade de permitir aos alunos o "reconhecimento de sua historicidade, participando como autores e sujeitos históricos, fortalecendo sua construção identitária e capacitando-os a adotar uma postura crítica diante do mundo” (PCMPB23, p. 398).

A aproximação dos objetos de conhecimento e dos objetivos de aprendizagem com as múltiplas realidades dos estudantes é uma premissa necessária, que possibilita dar voz às histórias das pessoas e do lugar. A sua história, a história das nossas comunidades, nossos saberes e tradições são patrimônios. Dessa forma, culturas, saberes, práticas e tradições passam a ser atribuídos de novos significados e a figurar na aprendizagem escolar (PCMPB23, p. 399).

E acrescenta:

O trabalho com regionalismos e história local são fundamentais para o uso e a análise de unidades temáticas como identidade, cultura, sociedade, território e cidadania. Por meio dessa interlocução, é possível a superação de uma História homogeneizadora, na qual as particularidades são deixadas de lado em nome de uma projeção genérica relacionada às ideias de civilização e nação. Como destaca Vilma de Lurdes Barbosa

e Melo (2015, p.39), “a abordagem regional e local da história, considerando o sentido de redimensionar espaços, oferece óticas de análise ao estudo da própria história nacional [...]”. Destarte, o estudo da história local é o fio condutor de conceitos desenvolvidos na historiografia e as vivências cotidianas dos/as jovens estudantes (PCMPB23, p. 399).

Nesse sentido, a Proposta Curricular do Estado da Paraíba propõe habilidades que direcionam o ensino de História para o contexto local. E ainda salienta sobre o conhecimento e o uso de fontes históricas na dinâmica do ensino de História, bem como o debate sobre patrimônio cultural e ambiental e a consequente Educação Patrimonial. Reforçando que, a utilização de fontes históricas, como recurso pedagógico, deve fazer-se presente em todo o Ensino Médio, bem como a ampliação do seu conceito, enquanto fonte histórica não se constitui apenas em um documento oficial escrito, visto como prova ou verdade irrefutável do passado, mas envolve discursos, intenções e propósitos socialmente construídos, que só podem ser apreendidos mediante uma interpretação crítica dos mesmos.

Entretanto, é importante ressaltar que tanto a BNCC, quanto a PCMPB23 organizam os conteúdos programáticos o estudo da localidade apenas para os anos iniciais do Ensino Fundamental. No que tange aos Anos Finais dessa mesma modalidade e o Ensino Médio, direcionam, mas não determinam, os conteúdos e os assuntos que podem ser abordados na sala de aula.

Dessa maneira, consideramos relevante que as discussões sob o âmbito local também se estendam aos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, pois possibilitam a introdução e o desenvolvimento de um pensamento histórico que contempla o indivíduo, com sua experiência confiante para o fortalecimento de suas ações coletivas.

Ao explorar a História Local nesses níveis de ensino, os alunos têm a oportunidade de se conectar mais profundamente com sua realidade e compreender como ela se insere em um contexto mais amplo. Além disso, essa abordagem promove uma visão mais crítica da história, incentivando os alunos a questionar narrativas dominantes e reconhecer a diversidade de perspectivas históricas, uma vez que:

[...] o cidadão, embora pertencendo à Nação, tem no município suas raízes. É nela que ele nasce, cria seus filhos, trabalha; a relação fundamental da vida do cidadão, ocorre, portanto, no município. Então começemos por ensinar nossos alunos a acompanhar os administradores municipais, em sua atuação política; começemos por ensiná-los a conviver com a realidade concreta dos municípios, pelo conhecimento da vida política, administrativa, cultural e social de onde ele vive. Será através desse conhecimento que o cidadão poderá dimensionar sua real parcela de influência na transformação da realidade vivida. Tal envolvimento o levará à compreensão de sua importância e papel na transformação dos rumos da nação (Rodrigues, 1992 Apud Melo, 2015, p. 111).

Assim sendo, por meio da História Local, é possível conhecer a trajetória do lugar onde

se vive, compreender como ele foi construído a partir das relações sociais e os eventos e processos que ali ocorreram e que influenciaram na construção de sua história. Além disso, essa prática pode contribuir para o fortalecimento da identidade cultural local, abrindo caminho para a valorização das tradições e memórias que se estabelecem em seu ambiente mais próximo, bem como para consolidar a construção de uma cidadania mais plena e participativa que apenas os discursos formais em torno dela.

Neste contexto, é importante ressaltar que, as identidades são frequentemente alinhadas às representações que emergem de grupos dominantes, muitas vezes com o propósito de fortalecer as forças políticas autoritárias e o mandonismo local, o que pode resultar na marginalização de outros grupos sociais como negros, indígenas, mulheres, mestiços, pobres trabalhadores, entre outros.

Posto isto, é necessário reforçar que, em princípio, as identidades não são – ou não devem ser – exclusivamente construídas pela influência de figuras de destaque consagradas pelos interesses dos grupos dominantes, mas também por uma multiplicidade de ações de diversos grupos sociais, e que refletem a riqueza de suas relações e experiências que permeiam a comunidade local.

Figura 1- Organização Curricular de História para a 1ª série do Ensino Médio

1ª SÉRIE				
Unidades Temáticas	Eixos Temáticos	Habilidades Específicas da Área	Objetivos de Aprendizagem	Objetos de Conhecimento
Tempo e Espaço	Humanidades, Saberes e Culturas	EM13CHS101 EM13CHS102 EM13CHS103 EM13CHS104 EM13CHS105	Analisar os modos de viver, relacionar-se e coexistir dos grupos humanos entre si, com o lugar e com a natureza, e seus efeitos nos processos históricos, sociais, culturais e econômicos.	Tempo, memória, culturas, identidades e diversidades, da Pré-História ao Medieval, do local ao global.
Territórios e Fronteiras	Cidadania, Direitos Humanos e Política	EM13CHS106 EM13CHS201 EM13CHS306 EM13CHS401 EM13CHS402 EM13CHS404 EM13CHS501	Conhecer as fontes históricas (conceitos,	Processos migratórios, de sedentarização e formação de cidades e Estados: territórios, disputas e relações ser
Natureza, Sociedade e Indivíduo	Natureza,			

Fonte- PCMPB23, p. 400. Grifo nosso.

Conforme podemos observar, na imagem acima, a organização da disciplina de História, para o Ensino Médio, é pautada em unidades temáticas relacionadas diretamente a eixos temáticos. “As unidades temáticas são as categorias de reflexão trazidas pelo documento da BNCC, para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Os eixos temáticos abordam as

categorias mais específicas que são trabalhadas ao longo das séries” (PCMPB23, p. 397).

Dessa maneira, nas 1ª e 2ª séries do Ensino Médio, existem propostas, nas quais o objetivo de aprendizagem e o objeto de conhecimento estão dentro da temática local, porém, ainda que abordem sobre a possibilidade da inserção da localidade no ensino de história, existem obstáculos no que se refere, não somente à aplicabilidade destas temáticas em sala de aula, como também na estrutura curricular que, caminhando para os anos subsequentes, distancia-se cada vez mais das análises históricas sob o prisma da identificação e do pertencimento local, ocorrendo uma predominância de abordagens de âmbito nacional e mundial.

Figura 2- Organização Curricular de História para a 2ª série do Ensino Médio

2ª SÉRIE				
Unidades Temáticas	Eixos Temáticos	Habilidades Específicas da Área	Objetivos de Aprendizagem	Objetos de Conhecimento
		Conhecer e compreender a relevância dos estudos e das perspectivas decoloniais nos estudos históricos, considerando as narrativas dos povos afetados por discursos colonialistas e neocolonialistas. Dialogar sobre diferentes visões de mundo, urbanas e rurais, destacando suas intersecções e distinguindo-as nas suas particularidades. Argumentar sobre possibilidades de relacionar-se com a natureza, considerando padrões mais sustentáveis de consumo e produção. Dialogar sobre as juventudes e seus papéis, em diversos tempos históricos, considerando as diversidades nos modos de viver, pensar e existir. Historicizar a tecnologia, destacando as TDIC		Desdobramentos do patriarcalismo, da escravidão e das desigualdades: machismo, racismo, sexismo, intolerância religiosa e formas de exclusão na Modernidade, do local ao global. Populações indígenas, afrodescendentes e comunidades tradicionais: culturas (material e imaterial); sociedades; trabalho; modos de viver e resistir frente à tentativa de dominação civilizatória ocidental, do local ao global. Movimentos de contestação social, política e econômica ao longo da Modernidade, do local ao global Patrimônio histórico, artístico e cultural (material e imaterial): compreensão, interpretações e possibilidades, do local ao global.

Fonte- PCMPB23, p. 404. Grifo nosso.

Também é importante falar sobre o que foi visto nas Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Municipal de Ensino de Pirpirituba. Apesar de os sistemas educacionais da cidade oferecerem modalidades para os Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, enquanto nosso foco é o Ensino Médio, é importante salientar que, uma grande parte dos estudantes que ingressam no Ensino Médio, na Escola Monsenhor Walfredo Leal, é oriunda das escolas municipais. Assim sendo, é importante considerar as diretrizes curriculares para essas instituições, a fim de identificar quais orientações esse documento apresenta em relação ao

ensino da História Local.

Dessa forma, ao analisarmos as Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Municipal de Ensino de Pirpirituba para o ano de 2023, observamos que este documento é composto por 30 páginas, divididas em seis partes, abordando de maneira geral, temas administrativos como: matrículas, organização de turmas, Conselho Escolar, Proposta Pedagógica das Escolas, Calendário Escolar, Funcionamento das Escolas, Educação Inclusiva, Métodos de Avaliação, dentre outros.

Nestas diretrizes são indicados normas e procedimentos que procuram garantir a participação plena de todos os participantes no processo educativo municipal. E também recomendam a sua socialização nas unidades escolares, destacando a sua execução como um instrumento fundamental para se promover a cooperação e integração entre todas as escolas e a Secretaria Municipal de Educação.

No que tange ao ensino, o documento destaca a importância da educação para a diversidade étnico-racial e determina que os temas relacionados à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros sejam integrados em todo o currículo escolar, a sejam abordados especialmente nas áreas de Educação Artística, Literatura e História brasileira, segundo as “Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008 alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/96”¹⁶.

Apenas para na modalidade de Educação do Campo, percebemos que as diretrizes evidenciam um enfoque específico no ensino de História Local ao estabelecerem como objetivos o fortalecimento da identidade, valores, memórias e saberes das comunidades locais. Além disso, o documento oferece orientações para o desenvolvimento das atividades nas disciplinas de Educação Física e Ciências. No entanto, em relação ao ensino de História, observamos uma lacuna, limitando-se apenas à definição da carga horária semanal e anual para os Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental.

Dessa forma, o ensino de História Local, ou diálogo com essa perspectiva, surge como uma iniciativa dos professores que se comprometem a romper ou ultrapassar as diretrizes curriculares oficiais. Eles buscam criar espaços de diálogo com o contexto dos alunos, fornecendo um processo mais crítico de compreensão e aquisição do conhecimento histórico

¹⁶ A Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, alterou o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.º 9.394/96, tornando obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Em 10 de março de 2008, foi sancionada a Lei n.º 11.645/08 que ampliou a Lei 10.639/03, incluindo também o ensino da história e da cultura dos povos indígenas brasileiros. Disponível em: < https://www.cnm.org.br/storage/biblioteca/NT%20006-09%20%20Lei_10.639_e_11.645.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

local. É importante destacar que o documento orientador do município estabelece a elaboração de projetos de intervenção nas escolas, visto que essas ações contribuem para o melhor desempenho dos alunos no processo de ensino-aprendizagem.

Dessa maneira, diante das discussões supracitadas, percebemos que esta é uma prática que ainda se faz de maneira limitada e é trabalhada de forma superficial e aleatória em muitas escolas do nosso país, fato este que muitas vezes ocorre, porque muitos professores não receberam formação adequada para realizar um trabalho dentro dessa ótica, como também por lhes faltar material de subsídio pedagógico que englobe aspectos das trajetórias locais e regionais, além das elevadas jornadas de trabalho e da pouca oferta de formação continuada, o que acaba tornando essas iniciativas poucas exceções, conforme nos mostram Assis e Pinto (2019):

Grande parte dos materiais disponíveis para o ensino e pesquisa de história local seriam compilações de memorialistas, encartes produzidos pelos representantes políticos do local/região ou órgãos administrativos, ou ainda por famílias de políticos tidos como personalidades do local. Em comum, essas publicações guardam o caráter de promoção de algumas pessoas, e seus feitos considerados importantes, em detrimento do conjunto da população do local e de suas experiências (Assis; Pinto, 2019, p. 02).

Outrossim, observa-se que o ensino de História Local é muitas vezes deixado de lado ou negligenciado à medida que os estudantes avançam para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Tal situação decorre de diversos fatores, incluindo a ênfase dos conteúdos apresentados pela BNCC e pela Proposta Curricular do Estado da Paraíba, que enfatizam conteúdos de âmbito nacional e eurocêntrico, voltados para os reconhecidos exames avaliativos como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que em certa medida, mantém traços tecnicistas. Somando-se a esses obstáculos está a redução da carga horária destinada à disciplina de História, após a publicação do Novo Ensino Médio no Brasil, dentre outros fatores.¹⁷

Dessa forma, a proposta de elaboração de um material de suporte pedagógico para ser utilizado no Ensino Médio busca oferecer alternativas de atividades que priorizem a construção de diferentes perspectivas sobre uma mesma localidade. Logo, amplia-se o espaço para os debates e o conhecimento em torno da diversidade cultural e das múltiplas identidades presentes na cidade de Pirpirituba–PB, “bem como, influenciará a imagem que tem da sociedade da qual é partícipe” (Melo, 2015, p. 106).

¹⁷ No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, durante o processo de finalização desta dissertação, diversas disciplinas, entre as quais história, foram retiradas do 3º ano do Ensino Médio. Fonte: <https://cbn.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2024/02/01/disciplinas-com-nomes-estranhos-causam-duvidas-e-amedrontam-alunos-do-novo-ensino-medio.ghtml>. Acesso em 05 mar. 2024.

Consideramos que a partir da utilização de recursos pedagógicos que possibilitam a análise das identidades do aluno e do outro, é possível desenvolver um pensamento crítico e reflexivo sobre a localidade. Vale salientar, que não é objetivo desta pesquisa a supervalorização do local em detrimento do nacional e do global. Uma vez que, a História Local não pode ser abordada como objeto de compreensão por si mesma, aleatória a outros âmbitos de nível regional, nacional e mundial. Pois, “ao invés de considerar a localidade por si mesma como objeto de pesquisa, **o professor de História** – poderá escolher como ponto de partida algum elemento da vida que seja, por si só, limitado, tanto em tempo como em espaço” (Samuel, 1990, p. 229. Grifo nosso).

Dessa maneira, nossa propositura busca utilizar a História Local como metodologia de ensino de História que pode se articular, seja nos Anos Finais do Ensino Fundamental, seja no Ensino Médio, por meio do desenvolvimento de ações de investigação e questionamentos, que permitam aos discentes se perceberem enquanto sujeitos como partes integrantes da História. Outrossim, eles poderão fazer conexões entre processos próximos e distantes, abrindo essa “janela para o mundo” (Samuel, 1990, p. 229).

Nesse sentido, ao propor atividades que direcionam os alunos para o patrimônio cultural de Pirpirituba e para as memórias que ainda se fazem presentes na comunidade sobre este lugar, buscamos compreender se é possível que os alunos desenvolvam a capacidade de identificar as características identitárias da cidade. Bem como, estas características são únicas e percebidas do mesmo modo por todos os moradores e como esses espaços de saber podem contribuir para a construção da percepção do que é ser um pirpiritubense.

Aqui se faz oportuna uma discussão relacionada ao patrimônio cultural, percebido não como algo dado, mas sim como uma construção social. Este processo, por sua vez, reflete e, muitas vezes, representa as dinâmicas políticas e sociais predominantes em uma determinada localidade. E que pode instituir padrões culturais e de memória associados a grupos privilegiados, impondo sua visão no imaginário coletivo da cidade. A noção de "lugares de memória", estabelecida tanto pela sociedade quanto pelas instâncias governamentais, assume um papel central nesse contexto, pois define o que deve ser preservado e celebrado, bem como o que deve ser relegado ao esquecimento, conforme observado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM, 1999, p. 54).

Nessa perspectiva, os "lugares de memória" se manifestam como construções contemporâneas da sociedade, instrumentos que, muitas vezes, servem para importar uma memória específica, que silencia e uniformiza a diversidade de memórias associadas a diferentes grupos sociais, que historicamente são excluídas as memórias de grupos sociais

marginalizados, como escravos, indígenas, trabalhadores, mulheres, entre outros, do que é convencionalmente considerado como memória nacional.

Neste contexto, é importante ressaltar que as abordagens propostas neste trabalho buscam dialogar com a diversidade e a multiplicidade do patrimônio cultural da cidade de Pirpirituba, registrando sua relevância na formação das identidades presentes nessa cidade. Se em nossa seleção, dois espaços considerados mais “canônicos” da cidade foram selecionados, isso não implica na desconsideração de outros espaços e práticas sociais que transcendem os mesmos, o que se coloca aqui é que a abordagem que pode ser realizada em torno desses espaços pode trazer elementos que ressaltem a diversidade e a possibilidade de perceber embates sociais em torno dos mesmos. Isso também não impede que futuras pesquisas, de nossa lavra ou de terceiros, possa trazer outros elementos à cena.

Como podemos perceber, quando se criam estratégias de ensino voltadas para as “[...] experiências de vida dos alunos que se dão no *”locus”* específico, no caso, o município” (Fernandes, 1995, pág. 45 apud Macedo, 2017, p. 76), abrem-se possibilidades para que eles possam conhecer e compreender a realidade do passado do seu lugar de vivência, **“aproximando-os de suas raízes** – além disso, pode instrumentalizar o aluno para uma história da pluralidade, onde todos os sujeitos da história tenham voz” (Germinari; Buczenko, 2012, p. 132 apud Gildate, 2018, p. 29. Grifo nosso).

Ao estudar a história do seu lugar, os alunos podem compreender melhor como diferentes grupos interagem e constroem a história de sua região e do seu país, por meio de suas práticas cotidianas, consensuais ou mesmo conflitivas. Essa abordagem permite uma reflexão sobre o contexto local de maneira significativa, conectando-os com o seu passado histórico e permitindo a compreensão de como as experiências passadas influenciaram a formação da sua comunidade. “Pois a História propõe reconstruir os tempos distantes da experiência do presente e assim transformá-los em tempos familiares para nós” (Bittencourt, 2008, p. 204).

Ainda assim, a História Local também inclui o estudo de preservar, proteger e compartilhar as tradições, culturas e histórias locais com a comunidade. Isso engloba manifestações que permeiam o cotidiano dos habitantes da localidade, por meio de suas práticas religiosas, celebrações festivas e outras manifestações coletivas (disputas políticas, lutas sociais, etc.). Vale ressaltar que essas expressões são plurais, e são resultados das relações entre os diversos grupos que compõem a comunidade local. Essas mesmas tradições também não estão alheias às possíveis dimensões de conflitividade no plano local, uma vez que certas contradições atravessam as distintas formações sociais, para além dos elementos de identidade e coesão.

Assim sendo, essas discussões, dentro do espaço escolar, podem inspirar os alunos a se

tornarem cidadãos mais conscientes e contribuirão para a história e cultura de sua comunidade. Todavia, como metodologia pedagógica deve-se considerar que “a História Local não se escreve por si mesma, mas como qualquer outro tipo de projeto histórico, depende da natureza da evidência e do modo como é lida” (Samuel, 1990, p. 237-239), pois se aplicada de maneira restrita a uma localidade, fechada em sua abordagem, pode se tornar uma história do localismo sem possibilitar a compreensão dos processos históricos mais amplos.

1.3 Narrativas Históricas de Pirpirituba: Fontes e Autores

A cidade é um ambiente complexo e diversificado, no qual as vivências individuais e coletivas se entrelaçam para moldar a sua história. Ao considerarmos como uma localidade é construída, não podemos deixar de pensar nas pessoas e nas relações que compõem esse cenário e como suas próprias histórias contribuíram para narrativas que dão forma às identidades ali presentes.

No entanto, antes de adentrarmos na história de Pirpirituba propriamente dita, pensemos nas fontes escritas elaboradas sobre o passado da cidade, produzidas pelos memorialistas. Ao realizar uma pesquisa bibliográfica inicial sobre o município, identificamos esses registros mediante contato com moradores locais que possuem exemplares dessas obras e gentilmente os disponibilizaram para nossa consulta.

Vale ressaltar que a biblioteca municipal de Pirpirituba abriga algumas obras escritas por Lídio Gomes Barbosa (2013), enquanto as publicações que abordam a História de Guarabira, com referências a Pirpirituba, podem ser encontradas na biblioteca da cidade vizinha. Algumas dessas obras, como a de Cleodon Coelho (1955), foram digitalizadas, embora não estejam disponíveis ao público. Nesse caso, também contamos com a generosidade de pessoas que possuem acervos particulares relacionados à história do município.

Buscamos, também, pesquisar o Livro Tombo da Igreja Nossa Senhora do Rosário, encontramos a restrição à sua consulta, com a justificativa de que a Diocese de Guarabira, à qual a Igreja está subordinada, não permite o acesso a pessoas que não fazem parte do corpo religioso. No entanto, o pároco nos possibilitou a obtenção de algumas informações por meio de um questionário que elaboramos e entregamos à Secretaria Paroquial via *WhatsApp*. Apesar das diversas visitas que realizamos à secretaria na tentativa de obter respostas às perguntas formuladas no questionário, ainda não obtivemos retorno até o momento.

Contudo, é importante ressaltar que, esses desafios não desestimularam nossa pesquisa.

Como pesquisadores, estamos cientes de que uma investigação exige perseverança e a utilização de todas as fontes acessíveis para construir as discussões propostas, nesta pesquisa, sobre a história de Pirpirituba.

Posto isto, passamos as considerações sobre as fontes escritas sobre a história do referido município. Inicialmente, destacamos o "Esboço Histórico de Pirpirituba" de autoria de Lídio Gomes Barbosa (1903-1989), natural de Pirpirituba, personagem conhecido na localidade por sua atividade como barbeiro, e que ao longo de sua vida registrou, por meio de suas memórias e dos relatos que colhia de frequentadores de sua barbearia, eventos e acontecimentos que marcaram a história da cidade.

É pertinente mencionar que os escritos de Lídio Gomes foram datilografados por Pedro Veloso Costa, médico ortopedista e amigo de infância do autor, e foram apresentados à comunidade pirpiritubense em 1988. Quando tomou conhecimento sobre a existência destes escritos, Luiz Manoel de Freitas, membro fundador da Organização Projeto Reviver¹⁸, juntamente com Sheyla Maria Ramalho Batista, decidiram levantar recursos financeiros para publicar a referida obra.

Nesse contexto, no ano de 2013, o referido livro foi publicado. Esta obra é composta por 58 breves capítulos, distribuídos em 125 páginas, que abrangem uma diversidade de registros sobre a origem da cidade, sua emancipação política, bem como informações sobre prefeitos, vereadores, aspectos geográficos e econômicos de Pirpirituba. Além disso, apresenta descrições sobre a sociedade local, aspectos culturais e as mudanças ocorridas ao longo do tempo na cidade. Em certo sentido, lembra as corografias que já mencionamos anteriormente, pois ao escrever sobre a cidade de Pirpirituba, Barbosa (2013), em um espírito de "patriotismo local", discorre sobre personalidades, às quais ele se refere como "construtores da cidade", indivíduos vinculados a grupos socialmente privilegiados.

[...] Ajoelhemo-nos para presenciar a passagem solene saudosa dos arquitetos de Pirpirituba. Coloque as mãos sobre o peito e mantenha os lábios em preces. [...] Já apontou o primeiro: o Capitão Luiz Cordeiro de Melo, fundador de Pirpirituba, em 1860. Inicialmente as construções do cemitério e da capela Nossa Senhora do Rosário, elevada a Matriz em 1925. Segue o Capelão Padre Ricardo Brasiliense [...] Professor Antônio Florentino, Tenente Antônio Pontes de Oliveira, Farmacêutico Antônio Batista e o pai, João José Batista. Ex- delegado Antônio Soares, coronel Emídio Brasileiro da Costa, Industrial Elpídio de Araújo [...] (Barbosa, 2013, p. 79).

¹⁸ Organização criada no ano 2000, por Luiz Manoel de Freitas, por via de ações voluntárias em parceria com sócios, entidades, empresas e Instituições Públicas e Privadas, promovem ações que abrangem serviços de assistência odontológica e programas educacionais, com o intuito de capacitar e iniciar profissionalmente os seus membros filiados. Além disso, a Organização também apoia e difunde elementos históricos e culturais da cidade de Pirpirituba.

Em continuidade, é pertinente mencionar o livro intitulado "Guarabira através dos tempos"¹⁹, de autoria de Cleodon Coelho²⁰ (1900-1955), natural do município de São Miguel de Taipu–PB. Cleodon Coelho foi professor, redator dos jornais "O Município" (1929) e "Jornal de Notícias" (1925), além de ter atuado como escrivão do Cartório de Registro Civil e Eleitoral da cidade de Guarabira, onde assumiu um cargo na administração do Prefeito Sabiniano Maia, entre os anos de 1937 e 1940, período em que Pirpirituba ainda estava vinculada ao território de Guarabira.

A referida obra compreende capítulos que abrangem desde a fundação da cidade, festas religiosas, casamentos, até óbitos, esportes e notícias relacionados ao comércio, além de atos administrativos, bem como biografias de pessoas de destaque na sociedade. Também são destacadas as tendências ocorridas ao longo do tempo na cidade, oferecendo um panorama dos aspectos sociais, políticos e geográficos, tanto de Guarabira, como dos distritos que compunham seu território.

No caso específico de Pirpirituba, o livro traz informações sobre a toponímia, delimitações territoriais do distrito, dados demográficos dos anos 1950 e um breve histórico sobre a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário. Além disso, há informações sobre o comércio local, retratos da vida cotidiana e aspectos culturais que nos permitem conhecer sobre Pirpirituba.

Destacamos, também, a contribuição dos cordéis de José Luís de França Segundo²¹, nascido em 25 de março de 1965, natural do sítio Ipueira, município de Pirpirituba, chamado popularmente como Zé Luís. Além de ser bastante conhecido pela arte de produzir cordéis, Zé Luís também se destaca, por ter atuado como ator e diretor de grupos teatrais locais, compor cânticos para a comunidade católica e como membro de uma Associação de Moradores do bairro da Caixa d'Água, onde residia. Recentemente, fundou e participa do grupo de poetas Raízes da Poesia.

Por meio de seus cordéis, Zé Luís apresenta as peculiaridades de Pirpirituba, incluindo sua história, cultura, economia, política e personagens locais. Dessa forma, é pertinente mencionar duas obras escritas por Zé Luís. A primeira delas é intitulada "Contos, Cantos e Recantos de Nossa Terra - Pirpirituba em versos" (2004), que se baseia no "Esboço Histórico

¹⁹ Possuímos uma versão digitalizada, sem uma divisão nítida de capítulos, com um número de 235 páginas.

²⁰ As informações sobre a vida do autor foram escritas com base no texto de autoria do professor Vicente Barbosa (Barbosa, Vicente. "Cleodon Coelho: Guarabira através dos tempos." **Hoje**, edição quinzenal, set. 2009, n.p).

²¹ As descrições sobre o autor foram coletadas no trabalho acadêmico de Íris Cristina Anselmo França (2017).

de Pirpirituba" de Lídio Gomes. Nessa obra, o cordelista apresenta, em 145 versos, narrativas sobre a origem da cidade, acontecimentos políticos, festas, atividades econômicas, lugares, paisagens e personagens que o autor considera relevantes na construção da história local.

A segunda obra é a "Coletânea Mensagens e Histórias Contadas em Versos" (2022), composta por 139 páginas e 43 textos em formato de cordel. Nela, são retratados temas relacionados à educação, meio ambiente, religião e personagens que ele considera ilustres, bem como pessoas simples da sociedade. Aqui se faz oportuno destacar o texto sobre a origem da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário e da Escola Monsenhor Walfredo Leal.

Também recorremos à pesquisa realizada na obra intitulada "História das Quatro Viagens" (1973), de autoria de Sabiniano Alves do Rego Maia²² (1903-1994), com um total de 57 páginas. Natural da fazenda "Olho d'Água" no município de Itatuba–PB, Sabiniano formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade do Recife, no ano de 1928. A referida obra consiste no discurso proferido por Sabiniano Maia ao receber o título de cidadão guarabirense, na qual o autor relata sua trajetória política na cidade e no Estado, fornecendo informações acerca de sua gestão enquanto esteve à frente da administração municipal de Guarabira.

Ao analisarmos diversos trechos do livro, podemos constatar a presença de informações convergentes às veiculadas no jornal "O Município"²³. No que se refere a Pirpirituba, são apresentados dados referentes aos tratados e limites do referido distrito, provisão de energia elétrica e inauguração da Escola Monsenhor Walfredo Leal.

É relevante ressaltar que a identificação dessas fontes foi possível por meio de colaborações de amigos que residem na cidade, os quais nos auxiliaram na identificação de obras relevantes para a investigação histórica de Pirpirituba. Em particular, destacam-se as contribuições de Barbosa (2013) e Zé Luís (2004), cujas obras têm sido utilizadas como referências de pesquisa acadêmica sobre a cidade.

Dada a limitada disponibilidade de fontes escritas diretamente relacionadas ao nosso

²² As informações sobre a biografia do autor foram transmitidas a partir da seguinte fonte bibliográfica: COSTA, Antônio. Quem foi Sabiniano Maia. **Associação Cultural Memória Viva – Memorial Itabaianense**. Itabaiana–PB, 15 fev. 2018. Disponível em: <http://itabaianapbmemoria.blogspot.com>. Acesso em: 05 set. 23.

²³ O periódico em questão, cuja circulação inicial ocorreu entre os anos de 1925 e 1929, teve sua publicação retomada como órgão oficial durante a administração do prefeito Sabiniano Alves do Rego Maia, nomeado para governar a cidade no período de 1937 a 1940. O referido jornal desempenhava a função de publicar informações relativas à prestação de contas, execução de obras públicas e despachos do prefeito, além de registrar aspectos sociais da época, como casamentos, festividades, funerais, práticas esportivas, entre outros. Vale ressaltar que, devido ao contexto histórico do "Estado Novo" sob o governo de Getúlio Vargas, é perceptível a presença de elogios ao governo federal e estadual (Argemiro de Figueiredo), bem como referências a temas históricos da época, como a eugenia e do combate ao comunismo e integralismo. Disponível em: <https://brejo.com.br>. Acesso em: 30 abr. 2023.

objeto de pesquisa, passamos a pesquisar obras que se tratam sobre as cidades circunvizinhas, na esperança de encontrar narrativas que lançassem luz sobre Pirpirituba. Nesse contexto, a primeira cidade que consideramos foi Guarabira, uma vez que foi sede do município ao qual Pirpirituba esteve integrada em determinado período histórico. Seleccionamos, portanto, as obras de Sabiniano Maia (1973) e Cleodon Coelho (1955), uma vez que, essas fontes nos fornecem informações mais completas para nossa pesquisa.

A partir desse ponto, iniciamos uma pesquisa no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) com o intuito de encontrar informações sobre Pirpirituba, analisando jornais antigos, documentos históricos e registros arquivados que remontam à história da cidade. Além disso, procuramos por fontes no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) da UFPB, buscando obter dados que nos levassem a obtenção de conhecimento e contextualização histórica de Pirpirituba.

Nossa pesquisa nos levou a descobrir que, o NDIHR havia iniciado um trabalho com as escolas da rede municipal de ensino, que seria suporte para a elaboração de um livro sobre a história local, como parte do Projeto de Resgate do Processo Histórico e Cultural dos Municípios Paraibanos. No entanto, esse livro didático, destinado a preencher uma lacuna existente no sistema local de ensino e a estimular novas linhas de estudo sobre a História Local, não chegou a ser concluído.

Mediante as considerações sobre a pesquisa historiográfica das obras que serviram como fontes primárias para embasar o presente trabalho, procederemos agora para um aprofundamento histórico sobre as origens da cidade de Pirpirituba, com a intenção de fornecer ao leitor uma compreensão mais abrangente, iremos traçar uma abordagem que contemple tanto o processo geral de formação histórica do município quanto as mudanças ocorridas ao longo do tempo.

1.3.1 Conhecendo os Locais da Nossa História: a Cidade de Pirpirituba–PB

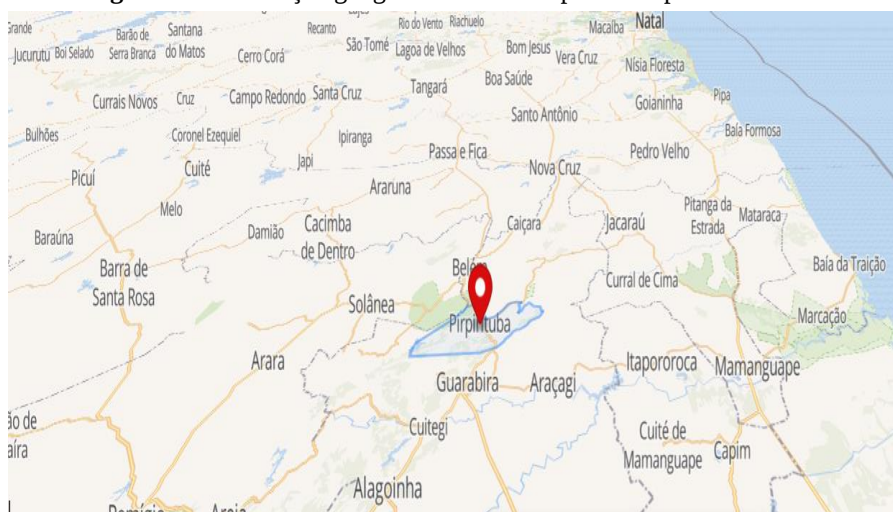
Nesse momento, faremos uma incursão mais detida sobre a história local. Não obstante, não é a pretensão aqui de fazer uma abordagem completa, mas trazer alguns elementos mais presentes na historiografia acerca do Município, que giram em torno das suas características geográficas, sua povoação indígena e colonial, a formação do município, sua emancipação e desenvolvimento econômico, com ênfase na presença da ferrovia. Alguns desses processos deixaram marcas perceptíveis no território, como a antiga Estação, os vestígios da Usina, entre

outros, que apresentaremos adiante.

Outrossim, ao abordar os vestígios patrimoniais, deixamos para o terceiro capítulo dois deles, em especial, que foram objeto de nosso trabalho didático-escolar e que dão suporte ao material apresentado nessa dissertação. Certamente, como dissemos, ainda são necessárias muitas investigações que adensem mais o conhecimento da história local, mas isso é trabalho de muitos estudos e estudiosos, que esperamos motivar doravante.

Pirpirituba é uma cidade do Estado da Paraíba, seu gentílico é pirpiritubense. De acordo com dados estatísticos do IBGE, o município se estende por 80.672 km². Sua densidade demográfica é de 115,78 hab./km² e sua população é de 9.340 habitantes. Situada a 108 metros, de altitude média, Pirpirituba limita-se ao norte com o município de Belém, ao sul com Guarabira e Araçagi, a leste com Sertãozinho e a oeste com Pilõezinhos, Borborema e Bananeiras²⁴. A povoação do atual Município remonta ao período colonial, que em 1892 foi elevado a Distrito de Guarabira, mas apenas em 1953 o mesmo obteve a sua emancipação política.

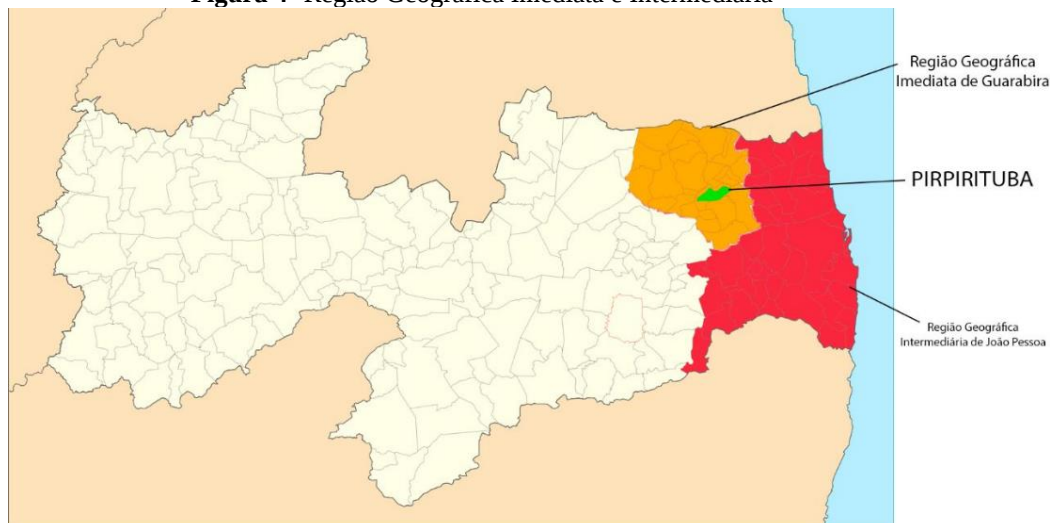
Figura 3- Localização geográfica do município de Pirpirituba – PB



Fonte- <<https://www.viamichelin.pt>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

De acordo com, o estudo da Região de Influência (Regic), realizado pelo IBGE (2018), o município encontra-se no arranjo populacional da Região Imediata de Guarabira devido ao movimento pendular que a população exerce, seja para trabalho, estudos ou serviços diversos. Hierarquicamente, o município ainda recebe influência da Região Intermediária de João Pessoa, concluindo assim seu ciclo de dependência na rede urbana.

²⁴ Fonte: **Cidade Brasil**. Município de Pirpirituba. Disponível em: <<https://www.cidade-brasil.com.br>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

Figura 4- Região Geográfica Imediata e Intermediária

Fonte-<https://pt.wikipedia.org>. Acesso em: 20 mar. 2023.

Segundo Lídio Gomes Barbosa (2013) na região, onde este município está situado, o junco²⁵ era abundante e os indígenas a denominavam de ‘Pery-pery-tuba’. Perypery, significa capim e Tuba significa abundante, muito capim na região, é a conclusão. Ainda segundo o autor, o nome da cidade deveria ser “Pirirituba”, mas foi adulterado para “Pirpirituba”, o motivo da adulteração é desconhecido. De maneira semelhante, Cleodon Coelho (1955) assim descreve a cidade, “existia ali uma vegetação da espécie de capim-junco, bastante aproveitada no fabrico de cangalhas. Os índios denominavam a planta com o nome de pery-pery-tuba e o povo adulterou a palavra para o nome de Pirpirituba” (Coelho, 1955, p. 4-5).

Em função da denominação que deu origem ao nome da cidade, uma das ruas era conhecida como Rua do Capim. Barbosa (2013), ao discorrer sobre suas memórias, nos coloca que a designação era tão antiga que nem os moradores mais velhos sabiam dizer o período do seu surgimento e que atribuíram esse título devido à abundância de capim-junco. No ano de 1910, a referida via passou se chamar Rua Celso Cirne. O mesmo ainda faz referência à existência de uma lagoa nas imediações da entrada da Rua Cordeiro de Melo (localizada na região central da cidade, nas proximidades da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário), onde o capim brotava em abundância.

²⁵ O termo refere-se a um conjunto de plantas gramíneas que, em sua maioria, se desenvolvem em terrenos alagados. Elas pertencem aos gêneros *Cyperus* e *Scirpus*, possuem folhas que lembram a grama e flores de aparência discreta. Essas plantas são amplamente cultivadas por seu valor ornamental e também para a produção de artigos artesanais, como cestas, esteiras e até mesmo assentos de cadeira. Fonte: Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br>. Acesso em: 28 set. 2023.

Segundo o site IBGE Cidades²⁶, situada no território onde originou o município de Guarabira, do qual foi distrito, ao longo da história, Pirpirituba foi ponto de passagem percorrido pelos conquistadores que iam em direção à serra de Cupaóba (atual Serra da Raiz), ponto de intensa atração desde o período colonial, em busca das riquezas da localidade. A região foi habitada pelos Potiguaras e também foi uma das primeiras áreas a receber a presença dos conquistadores.

Através do conhecimento histórico, podemos saber que as sesmarias foram um importante instrumento de ocupação e legalização das terras pelos colonizadores. Além disso, elas foram fundamentais para a expansão da fronteira agrícola e se tornaram foco de conflitos com as populações indígenas da região. Por meio da concessão de sesmarias se estabeleceu a posse de terras por grandes proprietários. Isto não se fez diferente na região onde hoje está situada a cidade de Pirpirituba.

Conforme descreve Costa (1990, p. 82) as povoações mais antigas e melhor plantadas chegaram até a ser verdadeiras “capitanias” regionais, dada a influência que passaram a exercer sobre outros agrupamentos urbanos. Nesse contexto, cabe mencionar que, a cidade de Guarabira, região a qual o município de Pirpirituba foi parte integrante, cresceu e se desenvolveu até se tornar centro polarizador dos sertões da Cupaóba²⁷.

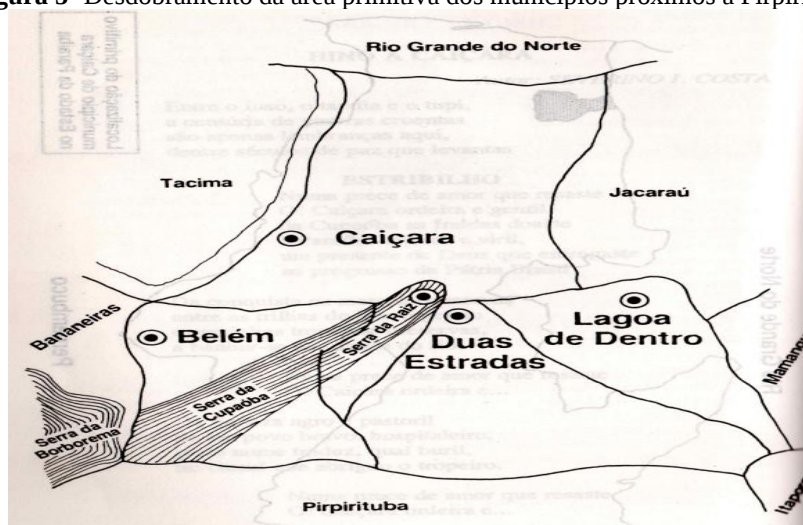
Analisando a produção historiográfica de Costa (1990), percebemos que nos seus primórdios, a história de Pirpirituba–PB, tem relação com a “Serra da Cupaóba” (atual Serra da Raiz), topo do contraforte da Serra da Borborema na Paraíba. Tradicionalmente, a referida localidade tem notoriedade no processo de conquista da Paraíba porque foi cenário das chamadas “Guerras da Cupaóba”, conflitos longos e violentos travados entre os conquistadores e os potiguaras, que resistiram em defesa de sua terra.

A penetração para as terras da Cupaóba deu-se em três direções, partindo da ribeira de Mamanguape na “... passagem por onde passaram André de Miranda e Duarte Gomes da Silveira.” Que foi a porta de entrada para a ocupação das terras ali distribuídas. Dessa passagem, rumando para a esquerda e para o sul, seguiram-se André de Miranda e Duarte da Silveira em demanda do rio Araçagi. Aí iniciaram o povoamento das terras dos atuais municípios de Pirpirituba, Guarabira, Araçagi e circunvizinhos. (Costa, 1990, p. 83).

²⁶ Ver: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pirpirituba/historico>. Acesso em: 28 set. 2023.

²⁷ De acordo com Coriolano de Medeiros (2016, p. 81) a palavra "copaoba" tem origem na língua tupi e pode ser interpretada como "que se estende ou se alonga". Em uma tradução mais livre, é interpretada como "lugar onde se planta folha"— Serra do sistema da Borborema, separando a zona do Brejo da Caatinga. Essa área é predominantemente agrícola e ao longo da sua extensão também foi a denominação dada a Serra da Copaoba, atual Serra da Raiz.

Figura 5- Desdobramento da área primitiva dos municípios próximos à Pirpirituba.



Fonte- Costa (1990, p. 38).

Coelho (1955, p. 04) nos coloca que “Pirpirituba há 100 anos pertencia ao proprietário Francisco Corrêa de Mélo principal latifundiário daquela zona brejosa”. Por sua vez, Segundo (2022, p. 85) menciona os fazendeiros Luiz Correia de Melo e Lourenço Cordeiro, que na segunda metade do século XIX, iniciaram o povoamento na localidade, estabelecendo suas fazendas, em torno das quais, foram construídos os primeiros núcleos populacionais, o cemitério e a capela de Nossa Senhora do Rosário.

Ao tratar sobre as origens de Pirpirituba, Barbosa (2013, p. 79) também menciona o Capitão Luiz Correia de Melo, como construtor “do cemitério e da capela Nossa Senhora do Rosário”. O mesmo discorre sobre a ausência de mais registros sobre o referido Capitão, visto que “nem mesmo os remanescentes de sua família souberam esclarecer” (Barbosa, p. 108), sua principal fonte de informações teria sido o seu pai que possivelmente teria conhecido de perto.

Com base nas memórias de Barbosa (2013, p. 27-28), é possível conhecer sobre a fundação de Pirpirituba, nos anos 1860, a qual, tornou-se distrito de Guarabira em 1892, por meio do Decreto Lei n.º 24. Conforme o autor, as delimitações das fronteiras do espaço territorial não foram justas, visto que a localidade tinha relevante desenvolvimento em relação a outros distritos foram contemplados com áreas bem maiores. Houve tentativas de desmembramento do Distrito em 1907 e 1922, mas as fronteiras estabelecidas quando Pirpirituba ainda era Distrito de Guarabira foram mantidas em 1937, através do Decreto n.º 1.010 de março de 1938. E ainda relata que as mudanças na estrutura administrativa mais significativas da localidade ocorreram por meio do Decreto n.º 318 de janeiro de 1939, quando o antigo distrito passou a categoria de Vila.

Poucos são os pirpiritubenses, que tem conhecimento, que por ocasião da linha demarcatória pela Assembléia Estadual do nosso Estado, coube a Pirpirituba, como distrito de Guarabira, apenas 75 quilômetros quadrados de extensão territorial. A pobreza de comunicação de então, trazia quase todo o povo brasileiro isolado como se fosse em ilhas. [...] o fato passou despercebido, desconhecendo seus habitantes as linhas divisórias do distrito e a injustiça que se fazia. (Barbosa, 2013, p. 26).

Nesse viés de discussão, Sabiniano Maia (1973, p. 23) nos coloca que, a extensão territorial de Guarabira frequentemente gerava conflitos de limites e jurisdição. Em razão disso, quando prefeito de Guarabira (1937- 1940), enviou José Menino Sobrinho, secretário da prefeitura e João Coelho Cordeiro, agente municipal de estatística, percorrerem as linhas fronteiriças, acompanhados dos representantes dos municípios vizinhos. Em seguida, o mesmo contratou o engenheiro Leon F. Clerot para fazer o levantamento topográfico, englobando o mapa geral e plantas do município de Guarabira e das vilas, Mulungu, Pirpirituba, Alagoinha, Cuitegi e Araçagi, concluída a pesquisa, encaminhou ao Conselho Regional de Geografia (CRG), em João Pessoa. Após recebimento do mapa geográfico do município, pelo referido Conselho, foram assinados os decretos “delimitando respectivamente as áreas urbanas e suburbanas da cidade e das vilas, e, as divisas interdistritais” (O Município, 15 abr. 1939, p. 08).

Os primeiros anos do século XX foram marcados por mudanças em todo o mundo, que influenciaram profundamente a política, a economia, a cultura e a sociedade. O regime de novas tecnologias também revolucionou como as pessoas se comunicavam e se locomoviam. Além das mudanças políticas e sociais que marcaram o início do século XX, outro fato que teve grande impacto foi a construção de ferrovias. De acordo com Camilo de Melo (2007), “[...] as ferrovias inglesas²⁸, ao serem construídas no Nordeste do Brasil, provocaram mudanças no meio ambiente, produziram mudanças sociais, bem como provocaram atitudes políticas, tais como alianças com a classe dominante [...]” (Melo, 2007, p. 41).

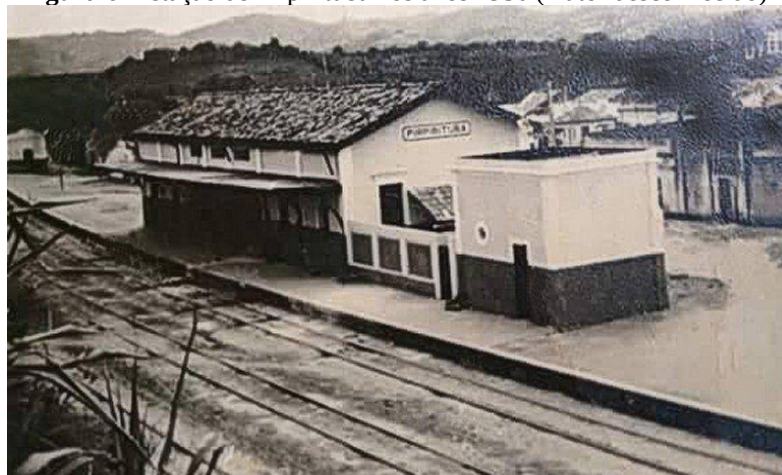
A expansão das ferrovias tornou-se importante via de transporte e meio de comunicação, promovendo a integração entre diferentes regiões do país e incentivando a economia exportadora, cujo objetivo era atrair investimentos estrangeiros para o país. Nesse cenário, a construção das ferrovias foi um elemento importante para o desenvolvimento econômico e social da Paraíba. “Os caminhos ligados por trilhos [...] causaram certo crescimento espacial e urbano, não só nas capitais, mas principalmente no interior, onde engenhos viraram vilas e depois cidades” (Melo, 2007, p. 42).

²⁸ Além da *Great Western*, outras companhias foram responsáveis pela construção da malha ferroviária na Paraíba, como a Companhia Ferroviária Norte do Brasil e a Estrada de Ferro Conde D’Eu. Ver: Melo (2007).

Nesse contexto, Pirpirituba, que possuía apenas estradas de terra para as ligações vicinais, recebeu com euforia a construção dessa linha ferroviária na localidade. De acordo com Barbosa (2013, p. 38), cerca de 5 mil trabalhadores foram contratados para a construção da ferrovia na região. No entanto, essa atividade também gerou apreensão, já que, conforme a singular ótica do autor, "os marginais dos estados vizinhos e regiões próximas integravam as frentes de trabalho da construção da ferrovia. Eram cossacos (sic)."²⁹

Essas mudanças também modificaram a paisagem de Pirpirituba, mesmo que em proporção menor que outras cidades do Estado, apresentou sinais de desenvolvimento em sua infraestrutura. Assim, no cenário de construção das ferrovias no Estado, a estação de Pirpirituba foi inaugurada, em 1910, pela *Great Western*, como ponta de linha do ramal de Bananeiras³⁰. A antiga estação da cidade, localizada na Rua Antônio Batista, foi tombada pelo Decreto n.º 22.082, de 03/08/2001³¹ e funciona atualmente a Secretaria de Saúde do município.

Figura 6- Estação de Pirpirituba nos anos 1950 (Autor desconhecido)



Fonte-<www.estacoesferroviarias.com.br>. Acesso em: 20 mar. 2013

Ainda segundo Pereira (2019), a construção da "Parada do km 11" ocorreu durante a extensão do ramal ferroviário de Bananeiras, sendo posteriormente renomeada como "Desvio BX-8", este desvio ferroviário está situado na entrada da antiga Usina São Francisco, a

²⁹ Cossacos é o termo popular usado para designar os trabalhadores braçais que tinham diversas funções na construção das ferrovias. Fonte: PEREIRA (2019). Disponível em: <<http://historiaferroviariaparaibana.blogspot.com>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

³⁰ O primeiro trecho do ramal de Bananeiras foi entregue em 1910 e durante três anos, a única estação era a de Pirpirituba. Somente em 1913, as estações de Cacimbas e Borborema foram inauguradas. O ramal levou 15 anos para chegar em Bananeiras, percorrendo 35 quilômetros. Em 1966, o trem deixou de circular pelo ramal. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/paraiba/pirpirituba.htm>. Acesso em: 30 abr. 2023.

³¹ Fonte: Iphaep – PB. iPatrimônio. Patrimônio Cultural Brasileiro. Disponível em: <<https://www.ipatrimonio.org>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

aproximadamente 2 km do centro da cidade. Essa usina, que foi inaugurada em 1948, era responsável pela produção de álcool e açúcar e seus produtos eram transportados por meio da ferrovia que passava por seu território.

Figura 7- Parada “Desvio B X 8”



Ano: 2013

Foto: Jonatas Rodrigues Pereira.

Fonte-<www.estacoesferroviarias.com.br>. Acesso em: 30 abr. 2013.

Hoje em ruínas, a Usina São Francisco, patrimônio da cidade, permite-nos compreender os ciclos econômicos da cidade, seus grupos sociais e costumes, além da ressignificação do lugar como ponto turístico utilizado para ensaios fotográficos. O legado desse lugar, que desempenhou papel fundamental na economia local, desperta na comunidade um sentimento de memória coletiva. Para efeito da presente dissertação e do trabalho com a disciplina optativa na Escola, não fizemos um trabalho de campo com a mesma, mas é objetivo em pesquisas futuras.

A construção da malha ferroviária, além de possibilitar o transporte de bens e pessoas, as ferrovias foram um fator importante na interconexão da cidade com outras regiões, promovendo um aumento no comércio, na comunicação e impulsionando o desenvolvimento da economia local. E quando os trens começaram a transitar foi um verdadeiro espetáculo para as crianças e adultos, “a alma do povo despertou alegremente” (Barbosa, 2013, p. 39).

Éramos nós atraídos pelo apito do trem. Pela maneira de apitar sabíamos se era Chico Diabo ou Vicente Pitó. [...] Quando um deles saudava o Posto – Sinal, corríamos todos para a Estação para ver a chegada. [...] Quando a sineta dava o aviso de próxima chegada de um trem, não eram somente os meninos a correrem à estação. Pois quando era o horário de trem de passageiros, a Estação ficava repleta de pessoas da sociedade, de ambos os sexos. (Barbosa, 2013, p. 39).

Em sua dissertação, Daniel Firino observou que, a partir dessa Estação de Pirpirituba,

em 1911, formou-se o primeiro grupo da Igreja Adventista do Sétimo Dia na Paraíba, em função de um grupo de funcionários da ferrovia que se converteram a essa denominação religiosa (Firino, 2021. p. 143). A ferrovia, além de fazer circular pessoas e mercadorias, ainda disseminava ideias e crenças que chegavam aos locais onde ela atingia.

Por outro lado, é necessário destacar que, embora a construção das ferrovias tenha desempenhado um papel significativo no desenvolvimento econômico e social das cidades da Paraíba, seus benefícios não foram igualmente distribuídos entre todas as classes sociais. É importante ressaltar que, esses resultados positivos foram majoritariamente desfrutados pelas elites produtivas e proprietários de terras. A classe pobre, por outro lado, foi excluída dos benefícios trazidos pela malha ferroviária, enfrentando condições precárias de trabalho nas obras e sofrendo com a falta de acesso aos serviços e oportunidades fornecidas pelo transporte ferroviário.

Em diversas regiões, as aberturas de ferrovias foram pretexto para desalojamento de populações indígenas ou camponesas, como numerosa historiografia atesta³². Os próprios trabalhadores envolvidos na construção, vistos, em geral, por Barbosa mediante uma ótica depreciativa e na operação das ferrovias, assim como em diversos lugares nos quais esse meio de transporte se instalavam, sofriam as agruras de trabalhos estafantes, acidentes constantes, que compõem um lado menos “luminoso e alegre” dessa história.

Apesar de nos faltarem informações mais específicas sobre a construção da linha férrea na região de Pirpirituba, que demanda maiores, investigações, é importante ressaltar que essa visão apologética das ferrovias tem um lado menos “luminoso e alegre”. Segundo a historiografia mais pertinente ao tema, existem registros de uma série de impactos de natureza econômica, social e ambiental nas áreas rurais atravessadas pela linha ferroviária. Esses impactos foram responsáveis pela reestruturação dos espaços e a interação de diferentes grupos sociais sob relações de poder, o que muitas vezes resultou na formação de territorialidades distintas, que desencadearam conflitos.

De acordo com Souza (2016), entre os principais problemas ambientais causados às comunidades pelo traçado do trem, destacam-se, o deslocamento de terra, que modificou o acúmulo de água dos açudes, resultando em inundações nas áreas de cultivo, perda de pastagens e desmatamento. Em relação aos impactos sociais, o referido autor menciona, a falta de diálogo

³² Em várias de suas conhecidas obras, o historiador Eric Hobsbawm apresenta as ferrovias como uma grande contradição do sistema capitalista, ao mesmo tempo, em que se distinguem como uma marca de avanço tecnológico, muitas vezes provocavam conflitos por terras e mantinham regimes de trabalho degradantes, que implicavam num lado bem menos romântico desse meio de transporte.

da empresa responsável pela construção com as comunidades afetadas antes do início das obras; danos na estrutura das casas, que precisaram ser desapropriadas; as dificuldades de acesso às áreas de produção agrícola; escavações fora da área do traçado da ferrovia, deixando buracos abertos; problemas de saúde causados pelo excesso de poeira; desrespeito com as questões culturais, etc.

Por sua vez, Aranha (2006, p. 208), ressalta que, o processo de expansão da estrada de ferro na Paraíba foi marcada por jogos de disputa de poder e interesses de toda ordem. Era evidente os interesses individuais e/ou de segmentos sociais relacionados às estradas de ferro: os exportadores de açúcar e/ou algodão esperavam uma redução nos custos de transporte para aumentar suas margens de lucro; os proprietários rurais viam a possibilidade de valorização de suas terras; e até mesmo as empresas ou responsáveis pela construção, que aumentavam os custos, sabendo que poderiam ser executados por valores consideravelmente inferiores.

Em muitos casos, especialmente em cidades pequenas, as oligarquias dominantes se beneficiavam desse processo, utilizando-o em seu próprio favor durante os períodos eleitorais, ao se apresentarem como os responsáveis pelo suposto "benefício público". Embora as políticas ferroviárias pudessem ser apresentadas para o bem público, a realidade durante todo o processo de construção das ferrovias na região demonstrava um completo desrespeito pelo interesse coletivo. Indivíduos ou grupos priorizavam seus interesses pessoais acima de tudo, negligenciando o bem comum, conforme menciona Aranha (2006).

Na década de 1920, foi aberta a primeira estrada de rodagem ligando Pirpirituba ao município de Guarabira. O autor na sua descrição traz uma visão que se esconde em uma concepção “progressiva” de história, na qual os grandes feitos tecnológicos apaga as formas de vida mais modestas anteriores.

Pirpirituba era povoado sem vias de transporte. Apenas caminhos de animais. A primeira estrada que chegou foi a ferroviária em 1910. [...] Em 1922 foi aberta a estrada de rodagem ligando a Guarabira. Quem tinha de se afastar e não utilizava trem e se não queria andar a pé, alugava animais do Sr. Juvino Lagoa ou ao Sr. João Lapa. Caixeiro viajante, logo ao saltar do trem tomava o hotelzinho do seu Manoel Fernandes. Daí se dirigia a casa de um dos cavalheiros e prosseguia viagem, visitando os fregueses da zona rural. (Barbosa, 2013, p. 19).

Barbosa (2013) também nos permite identificar os segmentos sociais que influenciaram o desenvolvimento da localidade: trabalhadores da construção da estrada; comerciantes e proprietários locais; caixeiros viajantes; o maquinista; assim como, os trabalhadores rurais. Estes últimos, responsáveis pelo cultivo de alimentos básicos como feijão, milho, mandioca, dentre outros, bem como pela lavoura algodoeira, atividade econômica de grande relevância na localidade. Através das suas atividades diárias e “das subjetividades diferenciadas de cada

grupo, [...] ou como lidavam com as questões do cotidiano (Melo, 2015, p. 30) essas pessoas desempenharam papel fundamental para a construção e o desenvolvimento da cidade.

No decorrer de seus relatos sobre cotidiano da cidade, Barbosa (2013) também discorre sobre a criação da hidrelétrica instalada no ano de 1919, no município de Borborema–PB, então distrito de Bananeiras, quando por ocasião, “o Riacho do Padre se tornou perene, criando condições [...], não somente para o desenvolvimento e produção de fruteiras, crescimento do capim para alimentação do gado e também [...] para a lavagem de roupa, nas épocas de estiagem” (Barbosa, 2013, p. 29).

Além das ferrovias, a energia elétrica foi um marco importante para o desenvolvimento do Brasil. No entanto, devemos reconhecer que esse progresso tem várias faces, acarretou desafios e desigualdades sociais. A disseminação da eletricidade não foi abrangente e igualitária, causou exclusões e disparidades. Os acidentes de trabalho e as condições precárias enfrentadas pelos trabalhadores envolvidos na produção e distribuição de energia elétrica evidenciam as consequências sociais negativas desse processo.

Os primeiros experimentos com eletricidade ocorreram no final do século XIX, mas somente na primeira década do século XX, tornou-se um fator crucial para o desenvolvimento do país. A introdução da iluminação pública no Estado da Paraíba, iniciou-se no final do século XIX, impulsionada pelos discursos modernos da época.

A eletricidade chegou a Pirpirituba em 1925, substituindo a iluminação pública por lâmpões a gás. Acerca do abastecimento de energia elétrica em Pirpirituba, Maia (1973, p. 40), nos fala que, por meio de recursos provenientes da Lei n.º 6 de 14 de julho de 1948, adquiriu um sistema elétrico para o referido Distrito, na Companhia Brasileira de Materiais Ferroviários (COBRASMA), de Recife. Segundo Barbosa (2013), o fornecimento de energia pela hidrelétrica de Paulo Afonso, ocorreu em 1961.

A chegada desses ícones de modernização no espaço público gerou impacto no cotidiano da população— ou, pelo menos, de alguns de seus segmentos —, essas mudanças também apoiaram o desenvolvimento econômico e cultural dessa localidade. Todavia, temos que considerar que a falta de acesso à eletricidade ainda era uma realidade para muitas pessoas pobres, perpetuando desigualdades e limitando suas oportunidades nesse cenário de desenvolvimento. Além disso, é importante destacar que comunidades mais pobres e rurais foram deixadas à margem, devido à falta de infraestrutura. Nesse cenário, muitos antepassados da maioria dos alunos da Escola Monsenhor Walfredo Leal, ficaram à margem desse equipamento apresentado como símbolo da modernização.

Comumente, a tecnologia, retratada como um fator unicamente positivo, capaz de

contribuir para o progresso e o desenvolvimento das sociedades, omite as complexidades e as implicações desfavoráveis relacionadas a esse avanço tecnológico. Ao idealizar a modernização, tende-se a minimizar ou até mesmo ignorar os impactos sociais, econômicos e ambientais negativos e práticas comuns no cotidiano, que frequentemente acompanham as inovações tecnológicas.

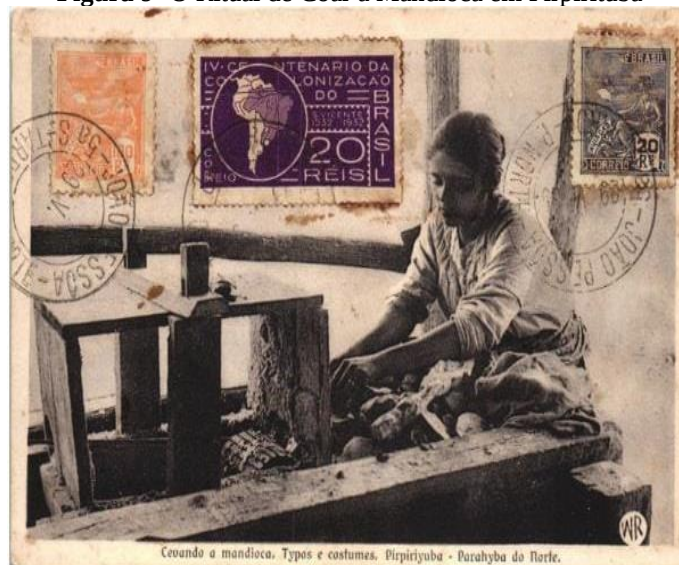
Figura 8- Mexendo a Farinha no Forno: Tradições e Práticas em Piripituba



Ano Desconhecido

Fonte: <https://www.delcampe.net>. Acesso em: 06 fev. 2024

Figura 9- O Ritual de Coar a Mandioca em Piripituba



Anos 1930

Fonte: <https://www.delcampe.net>. Acesso em: 06 fev. 2024

As duas imagens acima, obtidas num site de leilões de antigas fotografias e cartões postais, são referentes a Piripituba em torno da década de 1930 e mostram a longa permanência de antigas técnicas tradicionais de produção de farinha no município. Não há mais informações

sobre o fotógrafo, apesar do monograma WR aparecer em ambas, o que pode sugerir ter sido essa pessoa. Por outro lado, não há datas precisas, mas o carimbo postal datado de 29/05/1935 e o selo que alude aos 400 anos da colonização (1932) da figura acima, permite-nos colocar ambas as imagens (08 e 09) entre esses anos. Certamente, esses agentes sociais estavam bem longe das benesses que o progresso prometia.

Continuando sua narrativa sobre a cidade de Pirpirituba, Barbosa (2013), relata sobre o desejo de muitos habitantes da cidade de ter mais autonomia para tomar decisões administrativas e políticas. Isso levou as lideranças políticas da localidade a buscarem a sua emancipação, desde os primeiros anos do século XX, e vários foram os esforços para essa conquista, muitas vezes sem êxito. No pleito do Poder Legislativo Guarabirense, os vereadores, representantes da cidade, argumentaram que “Pirpirituba era superior a 35 cidades do Rio Grande do Norte, e em população, a 22 municípios da Paraíba” (Barbosa, 2013, p. 53).

Quadro I - População dos Distritos de Guarabira, no ano de 1952

POPULAÇÃO NAS SEDES DOS DISTRITOS		
Pirpirituba	3.110	Nota: o Distrito de Pirpirituba possuía uma população superior a 35 cidades do Rio Grande do Norte e 22 do Estado da Paraíba
Mulungu	2.480	
Alagoinha	1.866	
Araçagi	1.869	
Cachoeira	393	
Cuitegi	608	

Fonte: Coelho (1955, p. 03) * De todos os distritos apontados no quadro, apenas o de Cachoeira dos Guedes (nome oficial do referido distrito) ainda está integrado ao município de Guarabira, os demais conquistaram a sua emancipação política.

Pirpirituba foi elevada à categoria de município em 02 de dezembro de 1951, através da Lei Estadual n.º 938, aprovada pela assembleia e promulgada pelo então governador João Fernandes de Lima. No entanto, a sua emancipação político-administrativa só foi oficializada em 04 de dezembro de 1953. Nessa circunstância, a emancipação não pode ser vista apenas como um acontecimento de ordem político-administrativa, mas também, como um instrumento de desenvolvimento econômico e social, uma vez que as cidades emancipadas possuem mais condições para requerer investimentos perante o poder público estadual ou federal, fomentar o comércio, gerar emprego e renda, entre outros benefícios.

Todavia, é importante considerar que, em muitos casos, o discurso em torno da

necessidade de se emancipar pode ser utilizado como uma estratégia de manipulação por parte das elites locais. Em vez de buscar genuinamente o desenvolvimento econômico e social da comunidade, essas elites podem estar mais interessadas em expandir seus próprios negócios e consolidar seu poder. Nessa conjuntura, as iniciativas que provavelmente visam promover o desenvolvimento da localidade podem acabar servindo como um jogo de interesses particulares e perpetuação de poder dessas elites, sendo apresentado mais como uma quimera para boa parte da população.

A cidade foi, ao mesmo tempo, o local e o meio de transformações que contribuíram para o seu desenvolvimento e interferiram no cotidiano de seus habitantes. Vale salientar que todas essas conquistas tecnológicas e esse avanço econômico não se deram de forma linear e geral para toda a população. Antigas práticas e formas de vivência continuavam a vigor entre a população mais modesta da cidade, especialmente em seu meio rural.

Dois outros aspectos importantes na história local, que deixaram marcas relevantes em seu patrimônio, são a implantação da Igreja Matriz e a formação de sua rede escolar. Trataremos de ambas nos capítulos subsequentes. De toda maneira, constatamos em linhas gerais que a história local ainda apresenta muitas lacunas, esperamos que não apenas futuras pesquisas nossas possam trazer mais elementos, mas que, também, a própria dissertação e sua divulgação estimulem novos pesquisadores a aprofundarem estudos sobre Pirpirituba. Parte do nosso esforço se deu nesse sentido.

No próximo capítulo, adentramos em reflexões sobre o percurso histórico e conceitual do termo “patrimônio”. Destacando que, as discussões em torno dessa temática não devem ser meramente contemplativas, é necessário considerar que este é um campo que envolve um jogo de disputas e poder, frequentemente resultando no apagamento de memórias e identidades de grupos marginalizados.

Dentro desse contexto, a educação patrimonial se apresenta como uma abordagem metodológica e atividades, cujo propósito é conectar de forma interativa o patrimônio com a educação em um sentido mais amplo, visando promover uma relação mais abrangente entre o patrimônio e a sociedade, com resultados significativos nas políticas de preservação.

Os estudos do meio, como parte integrante desta dissertação, representam uma prática de ensino interdisciplinar, que possibilita a integração não apenas entre as disciplinas e os conteúdos ensinados, mas também entre professores e alunos, visto que, essa estratégia de ensino, aliada à educação patrimonial, favorece a interação com o saber dentro e fora do ambiente escolar.

CAPÍTULO 2 – PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: CONSTRUINDO CONVERGÊNCIAS

“Os monumentos constituem uma parte essencial da glória de qualquer sociedade humana: eles carregam a memória de um povo para além de sua própria existência e acabam por torna-lo contemporâneo das gerações que vêm se estabelecer em seus campos abandonados”.

Chateaubriand, Mémoires d’outre-tombe.

“Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é tampouco o processo de transmissão da cultura (...)”.

Walter Benjamin, Magia, Técnica, Arte e Política (1985)

É relevante apresentarmos considerações acerca da construção do conceito de patrimônio em contextos diversos. Historicamente, as definições pertinentes a esse termo passaram por transformações, refletindo as mudanças sociais, culturais e políticas ao longo do tempo. A evolução desta definição não apenas retrata as percepções da sociedade em relação, aos bens que considera relevantes, ao seu passado e sua identidade, mas também ressalta as questões inerentes à política de preservação e valorização do patrimônio cultural, conforme veremos adiante.

No entanto, é importante destacar que a preservação do patrimônio histórico muitas vezes foi restrita a locais de importância religiosa e estruturas governamentais, negligenciando outros aspectos do patrimônio cultural, como, edificações modestas, tradições orais, costumes populares e paisagens culturais. Nessa perspectiva, este capítulo discute sobre a necessidade de uma abordagem que considere todas as dimensões do patrimônio cultural. Dessa maneira, destacamos a importância da prática pedagógica que, conecta o conhecimento histórico à realidade dos alunos, por meio da Educação Patrimonial. Ao fazer isso, buscamos fortalecer os laços dos estudantes com sua comunidade e seus bens patrimoniais, bem como contribuir para desenvolver o seu senso de cidadania participativa.

O capítulo também aborda sucintamente, um relato pessoal sobre as práticas pedagógicas em sala de aula, com ênfase nas aulas de História, destacando a necessidade de conectar o conhecimento histórico às diferentes dimensões da prática cotidiana dos envolvidos no processo educacional. Em particular, enfoca-se na importância de tornar o conhecimento histórico significativo e relevante para a vida prática dos estudantes, estabelecendo vínculos com as relações sociais e os bens patrimoniais de sua cidade e comunidade.

2.1 Trajetória do Conceito de Patrimônio e a Patrimonialização no Brasil

A prática pedagógica em sala de aula deve favorecer a construção do conhecimento conectado às várias dimensões da vivência cotidiana dos envolvidos nesse processo, particularmente, nos referimos às aulas de História, que ao nosso ver devem fazer com que o conhecimento seja sentido e compreendido na vida prática dos estudantes. Dessa maneira, o conhecimento histórico estará propiciando vínculos com as relações sociais dos alunos, fortalecendo os laços que eles têm com a sua comunidade e com os bens patrimoniais de sua cidade.

Em vista disso, o professor de História, ao possibilitar a aproximação do saber histórico com o dia a dia dos alunos por meio do patrimônio cultural que se faz presente no lugar onde essas experiências cotidianas acontecem, passa a ser um agente educativo capaz de incentivar a participação social e cultural como fator essencial no ensino. Haja vista que muitos são os agentes educativos que estão em volta da escola.

Assim sendo, o patrimônio cultural estabelece conexões com a História por meio das experiências e vivências locais para assim compreender e pensar sobre processos sócio-culturais mais abrangentes. Dessa maneira, convém trazer os conceitos construídos sobre patrimônio para assim mostrar o sentido de patrimônio exposto aqui e que será desenvolvido ao longo de nosso trabalho.

Poucos termos em nossa vida cultural têm o poder evocativo tão marcante quanto o patrimônio. Sua presença está ligada à diversidade de celebrações e aniversários, reflexo da natureza variada da modernidade. O patrimônio é um conjunto de bens tangíveis e intangíveis de valor e significado histórico, cultural, econômico, social e político, que ao longo da história assumiu diversas formas.

A palavra patrimônio tem origem no latim e deriva de *pater*, que significa pai. Patrimônio é o que o pai deixa para o seu filho, sendo assim, a noção de patrimônio esteve ligada aos bens materiais familiares, voltados para o consumo, no período em que o conceito de pátria estava vinculado ao poder familiar, conforme pondera Choay (2006).

No período medieval, o patrimônio era representado por bens tangíveis, tais como terras, propriedades, templos, joias, armas e animais. Estes bens eram considerados um sinal de condição social e o seu proprietário era responsável pela sua preservação e conservação. Estes bens eram passados de geração em geração, e muitos deles eram considerados sagrados.

De acordo com Diniz, (2022), a partir do século XVIII, com a Revolução Francesa, o conceito de patrimônio começou a ganhar sentido de propriedade coletiva. Fase em que muitos

revolucionários pensavam em destruir todos os bens que fizessem referência ao poder da nobreza e do clero, como: obras de arte, construções e objetos que pertenciam a esses grupos. Segundo a autora, a partir desse momento, alguns intelectuais se manifestaram contrários a essa atitude, defendendo que o valor histórico daqueles monumentos e bens iam além da história dos nobres, do clero e dos reis, e que também contavam a história do povo francês, devendo ser preservados sob interesse de um grupo maior de pessoas: a sociedade que formava a nação francesa.

Ainda, conforme a autora mencionada, a criação da Comissão de Instrução Pública, no período da Revolução, desempenhou um papel fundamental nesse processo. A França se destaca, na Europa e no mundo, quando se trata de legislação relacionada a monumentos históricos, que também teve marcante influência no Brasil, tal como na historiografia. Segundo Françoise Choay (2006), o percurso que levou à criação da Comissão dos Monumentos Históricos em 1837, encarregado de catalogar monumentos da Antiguidade, bem como monumentos, igrejas e castelos medievais, foi um processo extenso trabalhoso.

Conforme a referida autora, na França se promulgou, em 1887, a primeira legislação relativa aos Monumentos Históricos, que posteriormente foi complementada, em 1889, e finalmente consolidada em 1913. “Essa legislação confirma a centralização, a unidade e a coerência da política francesa de conservação dos monumentos históricos, que se vê [...] dotada de meios de ação próprios” (Choay, 2006, p. 126).

Segundo o antropólogo Alexandre Corrêa (2001), mencionado por Diniz (2022, p. 19), a República Francesa criou novos símbolos nacionais, como bandeiras, calendário, hinos e arquitetura, para fortalecer a identidade nacional. A ideia de patrimônio histórico surge ligada à nacionalidade e à cidadania, reconhecendo a importância desses bens para a preservação cultural de um país. Esse interesse pela preservação do passado se estendeu aos governos, resultou na promoção de leis de conservação e restauração, tornando-se uma questão global.

De acordo com Viana (2016, p. 49), o conceito de patrimônio passou a abranger elementos protegidos e designados como bens culturais de um país, buscando estabelecer uma referência comum e uma identidade nacional. Nesse contexto histórico, esse conceito estava ligado às estruturas familiares, econômicas e jurídicas, em que as classes sociais mais abastadas detinham a propriedade cultural, além do controle dos meios de produção e da expropriação dos frutos do trabalho, possuíam a propriedade cultural, que deveria ser preservada.

No entanto, a preservação do patrimônio histórico era frequentemente relacionada à proteção de locais de importância religiosa, como igrejas e catedrais, ou a estruturas governamentais, como castelos e palácios. Conforme observado por Choay (2006, p. 128-142),

a concepção do que era patrimônio, compreendia os monumentos e edificações nacionais, assim considerados por critérios estéticos ou históricos. Essa visão enfatizava a preservação de elementos arquitetônicos e artísticos, muitas vezes negligenciando outros aspectos da herança histórica cultural, como tradições orais, costumes populares e paisagens culturais, e até mesmo, edificações modestas, de grupos sociais subalternos (vilas operárias, etc.).

Em meados do século XIX, o conceito de patrimônio se expandiu para abranger uma gama mais ampla de elementos culturais e sociais. Isso ocorreu em resposta a uma compreensão crescente da importância da diversidade cultural, da identidade coletiva e do valor intrínseco de diferentes manifestações culturais. “Assim começa a surgir o conceito de patrimônio histórico que temos hoje, não mais no âmbito privado ou religioso das tradições antigas e medievais, mas de todo um povo, comum à única língua, origem e território” (Funari; Pelegrini, 2006, p. 17). Mais adiante, os próprios autores remetem à “ampliação da noção de patrimônio histórico para a de patrimônio cultural” (Idem. p. 31).

Dessa maneira, esse conceito que inicialmente foi vinculado ao de monumento, especialmente relacionado aos edifícios históricos, e se difundiu progressivamente a partir do desafio de guardar, no presente, aspectos do passado que deixaram de existir, foi considerado insuficiente para dar conta de uma ampla gama de expressões sociais e culturais.

Trazendo para o caso brasileiro, nos anos finais do século XIX e início do XX, a nossa sociedade, sofreu mudanças significativas nas suas estruturas socioeconômicas e nos seus modos de pensamento, envolvendo a ideia de modernidade a alcançar. Tais pensamentos, criaram condições propícias para uma associação entre modernidade e nacionalidade, o que também refletiu nas políticas patrimoniais.

Segundo Chuva (2012), essa conjuntura, marcada por intensas transformações urbanas, com destruição de muitos conjuntos de bens arquitetônicos e desaparecimento de costumes populares remanescentes dos séculos coloniais, marcou o estabelecimento das iniciativas de preservação do patrimônio histórico e artístico do Brasil. Nesse contexto, a noção de um "país civilizado" estava intimamente ligada ao gosto europeu, assim como a busca por superar o atraso da cultura popular, que era caracterizada pela rusticidade dos costumes, das cidades e de suas construções.

Aqueles hábitos e costumes do povo deveriam ser induzidos ao desaparecimento, do mesmo modo que os vestígios materiais do período colonial eram apagados pelas reformas urbanas realizadas. [...] As mudanças nas fachadas, podem ser identificadas facilmente em inúmeras cidades brasileiras, no início do século XX, quando se destacou no Brasil a chamada arquitetura eclética, caracterizada por reinterpretar antigos estilos europeus (Chuva, 2012, p. 68-69).

O sentido de patrimônio no Brasil foi adequado, ao contexto do movimento modernista, durante a década de 1920. O marco simbólico desse período é a Semana de Arte Moderna, ocorrida, em 1922, que buscou representar uma ruptura com as concepções tradicionais da daquilo que depois de 1930 foi chamado de Velha República e suas instituições. Mas ainda no contexto anterior a 1930, a criação do Museu Histórico Nacional em 1922 – ano comemorativo do Centenário da Independência e da realização da Exposição Internacional no Rio de Janeiro –, marcou o início das medidas de patrimonialização em nosso país, para coletar, classificar e expor ao público objetos de importância histórica. Nesse momento, as políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil ganharam maior destaque e estruturação, alcançando resultados mais concretos.

Somente a partir dos anos 1930, durante o governo de Vargas, houve uma preocupação estatal mais consistente e efetiva com a preservação do patrimônio. A Busca por uma identidade nacional e também algumas iniciativas voltadas para a revitalização das cidades foram características importantes nesse período, que foi influenciado por discussões internacionais sobre princípios ligados à proteção dos monumentos, surgidas a partir da Carta de Atenas, em 1931, conforme pondera Diniz (2022, p. 23).

"As ações do governo Vargas tendiam, em grande medida, a selecionar e promover expressões consideradas 'genuinamente brasileiras', como representantes de nossa suposta identidade nacional" (Silva; Oliveira; Borges, 2011, p. 91).

A entrada do estado na questão se efetivou em 1936, quando o ministro Capanema se mobilizou para as iniciativas, já em curso desde os anos 20, visando à proteção dos monumentos e obras de arte nacionais. [...] Percebendo que o assunto requeria uma atuação abrangente, que compreendesse também as edificações e outras obras de arte, e alcançasse todo território nacional, o Ministro resolveu recorrer a Mário de Andrade, para que o intelectual [...] elaborasse um anteprojeto sobre o assunto. (Fonseca, 1997, p. 104).

Segundo Fonseca (1997), a concepção de patrimônio que temos hoje teve origem nas ideias de alguns intelectuais modernistas, como Mário de Andrade e Gustavo Capanema. Através de suas perspectivas sobre arte, história, tradição e identidade nacional, eles ampliaram o conceito de patrimônio que se tornou predominante no Brasil e foi adotado pelo Estado por meio do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), atualmente denominado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).³³

³³ Instituído pela Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) foi estabelecido como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) vinculado ao Ministério da Educação e da Saúde (Rezende et.al., 2015, p. 01). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 16 maio. 2023.

As políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil assumiram, então, maior destaque na sua organização. Um marco importante ocorreu em 1933, por Decreto Federal, quando a cidade de Ouro Preto foi oficialmente declarada monumento nacional. Essa medida impulsionou a implementação de iniciativas de preservação do patrimônio, como observado por Silva (2011, p. 70).

No ano seguinte, o governo federal estabeleceu a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, vinculada ao Museu Histórico Nacional, instituição que passou a realizar intervenções de restauração, sendo responsável pela coordenação e execução desses trabalhos, tutelados pelos especialistas no assunto. Neste mesmo ano, foi promulgada a Constituição de 1934, a qual incluiu entre os deveres do Estado a proteção dos "objetos de interesse histórico e patrimônio artístico do país", conforme mencionado por Andrade (1993, p. 109 Apud Pinheiro, 2006, p. 17-18).

De acordo com Chuva (2012, p. 67), por meio do Sphan, o Estado assumiu a responsabilidade de proteger o patrimônio artístico e cultural do país, estabelecendo normas e dispositivos para a identificação, seleção e conservação de bens culturais de natureza material (como áreas urbanas, imóveis rurais, edificações e objetos móveis de cunho religioso) e de natureza imaginária ou integrados à arquitetura, como forros e altares, enquadrando-os na categoria de patrimônio nacional.

No decorrer do século XX, celebraram-se sentimentos e convenções internacionais que ampliaram o campo do patrimônio histórico. Um evento de relevância foi a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 1945, que estabeleceu a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural em 1972.

Com o passar dos anos, o conceito de patrimônio cultural foi se ampliando, incluindo não apenas edifícios e monumentos, mas também áreas urbanas, paisagens culturais de importância histórica, sítios arqueológicos, manifestações culturais imateriais, como festas, rituais, danças e saberes tradicionais, tradições imateriais e registros documentais.

Nessa perspectiva, ao longo das décadas seguintes, o Iphan assumiu um papel central na preservação do patrimônio cultural brasileiro, desenvolvendo ações de inventário, tombamento, preservação e promoção de bens culturais em todo o país. “Essa ampliação foi institucionalizada em 2001, com o Decreto Federal n. 3.551 que regulamenta o registro do patrimônio cultural de natureza imaterial” (Chuva, 2012, p. 67). Em alguns Estados foram criados organismos estaduais, como no caso paraibano, que instituiu o Instituto do Patrimônio

Histórico e Artístico da Paraíba (IPHAEP) no ano de 1971.³⁴

Nascido da mente privilegiada de intelectuais comprometidos com o futuro do País, o Instituto consolidou-se e fortaleceu-se com ações corajosas, amplamente reconhecidas e respaldadas pela sociedade, conquistando legitimidade e a aprovação da população brasileira e, simultaneamente, protegendo um gigantesco conjunto de bens materiais e imateriais. A pressão de preservar e recuperar o patrimônio, apesar da carência de recursos humanos e financeiros, é vivida pelo Iphan desde sua criação (Iphan, 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 16 maio. 2023).

A partir da década de 1980, houve uma ampliação significativa da compreensão de herança cultural, que transcendeu a noção de bens materiais representativos da cultura dominante. Passando a abranger também a valorização e compreensão da história e de outras manifestações culturais, que anteriormente não tiveram reconhecimento nas políticas de preservação.

O patrimônio assume, cada vez mais explicitamente, sua implementação positiva, segundo juízos de valor que afirmam uma verdadeira escolha. Os desafios ideológicos, econômicos e sociais extrapolam as fronteiras disciplinares (entre história, estética, ou história da arte, folclore ou antropologia) –, como pode ser notado, no decorrer das décadas de 1970-1980, pelo reconhecimento de “novos patrimônios”, que abrange uma profusão de esforços públicos e privados em favor de múltiplas comunidades (Poulot, 2009, p. 09).

Nesse contexto, incluíram-se tanto elementos tangíveis, quanto intangíveis, considerados fundamentais para a memória coletiva de uma sociedade e a sua preservação como de suma importância. Essa mudança foi notavelmente impulsionada pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, que define como patrimônio cultural brasileiro:

[...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988, p.181).

³⁴ O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) foi criado a partir da publicação do Decreto-Lei n.º 5.253, de 31 de março de 1971, promulgado pelo então governador Ernani Sátiro e sua estrutura administrativa estava incorporada à Secretaria de Educação e Cultura. Este órgão foi concebido com o propósito de salvaguardar os bens culturais paraibanos que não estavam sob a tutela do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, englobando elementos de natureza histórica, artística, folclórica, florística e arqueológica. Toda essa atenção dedicada ao patrimônio histórico estadual, que culminou na criação de uma instituição estatal voltada para tal finalidade, pode ser compreendida à luz de uma política mais ampla promovida pelo Governo Federal no final da década de 60 e início da década de 70, que visava não apenas o desenvolvimento econômico, mas também a integração da região Nordeste ao contexto nacional. Fonte: OLIVEIRA (2010, p. 76-77).

Desde então, a gestão do patrimônio cultural experimentou uma maior participação, envolvendo comunidades locais, especialistas, organizações governamentais e não governamentais nas decisões relacionadas à proteção desse legado cultural. Além disso, é relevante enfatizar a inclusão da perspectiva da diversidade cultural brasileira nessa definição, que engloba não apenas os modelos de culturas consideradas dominantes, mas também as culturas afro-brasileiras, indígenas, de comunidades ribeirinhas, e outras. Funari e Pelegrini destacam o tombamento do Terreiro da Casa Branca, *Ilé Axé Iya Nassô Oká*, em Salvador, no ano de 1986 como um marco dessa nova perspectiva (Funari; Pelegrini, 2006, p. 49-50).

Essa abordagem demonstra um esforço para compreender o patrimônio, incorporando a cultura popular através de suas expressões e práticas criativas, como elementos que constituem a cultura nacional. O estabelecimento do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, previsto pelo Decreto n.º 3.551/2000, é resultado dessas mudanças, que foram promovidas após a ampliação do conceito de patrimônio pela Constituição de 1988.

Essa multiplicação das frentes de tombamento do patrimônio histórico nacional, apresentada no registro de “bens imateriais notáveis” [...], evidenciou a adoção de novas formas de acautelamento por parte do Iphan e a necessidade da criação do Livro de Registro dos Saberes e do Livro de Registro das Formas de Expressão, nos quais são inscritos os “conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades” e compiladas “as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas” (Funari e Pelegrini, 2006, p. 125).

Funari e Pelegrini (2006, p. 117) salientam que, a Constituição promulgada de 1988 retomou alguns princípios preservacionistas que já haviam sido propostos por Mário de Andrade e Aloísio Magalhães. Esses defensores enfatizaram que a proteção do patrimônio cultural deveria ser feita independentemente do processo de tombamento, levando em conta a importância inerente dos bens culturais. Mais adiante, os referidos autores nos acrescentam:

[...] as disposições contidas no artigo 215 reiteram a proteção às manifestações populares, indígenas e afro-brasileiras ou de quaisquer outros segmentos étnicos nacionais, propondo, inclusive, a fixação de efemérides ou datas comemorativas concernentes aos seus respectivos interesses. A defesa do meio ambiente, da qualidade de vida nos centros urbanos e da pluralidade cultural representou avanços na luta pela cidadania e por políticas preservacionistas nos anos que se seguiram (Funari e Pelegrini, 2006, p. 118-119).

Conforme os referidos autores, apesar de se tratar a cidade em sua complexidade como um documento, as políticas de preservação no Brasil, nos anos 1990, passaram a considerar o patrimônio cultural como um componente relevante do setor turístico. Isso resultou em vários projetos de revitalização de centros históricos, museus e acervos nacionais, com destaque para cidades como Salvador, Olinda, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro.

Criou-se um simulacro de preservação, uma vez que, não raro, a intervenção nos conjuntos históricos limitou-se a recuperar apenas a plasticidade expressa no traçado e nas características estéticas das construções. A exclusão da população residente e a adaptação dos espaços a novos usos, na maioria das vezes, não resultaram em processos integrados de reabilitação, como propunham as cartas patrimoniais internacionais que defendiam a conservação integrada e o desenvolvimento sustentável. Muito pelo contrário, as ações desse tipo se identificaram com o fenômeno definido pelos geógrafos como “gentrificação”, enquanto a consolidação do espaço arquitetônico, via de regra, pautou-se pela superficialidade das restaurações (Funari e Pelegrini, 2006, p. 119-120).

É importante destacar que a preservação e revitalização de centros históricos são temas complexos e multidisciplinares. Embora tais intervenções possam criar uma imagem esteticamente atrativa, também levantam questões sobre peculiaridades históricas e a preservação da memória cultural. A ideia de uma suposta uniformidade nos centros históricos foi frequentemente obtida por meio de intervenções superficiais na restauração de estruturas arquitetônicas e na adoção de um sistema mobiliário padronizado, voltado para atender aos interesses da indústria do turismo e exclusão de populações de baixa renda, residentes nas antigas áreas centrais de várias cidades, revelando-se como uma espécie de autossustentabilidade ilusória, baseada em princípios econômicos, visando “à redução dos custos de investimento público, mas deixaram de lado a gestão associada de políticas ambientais, urbanísticas e habitacionais” (Funari e Pelegrini, 2006, p. 122).

Segundo Funari e Pelegrini (2006), não podemos esquecer dos projetos de restauração de centros históricos, viabilizados pela iniciativa privada, como o Projeto Cores da Cidade, patrocinado pela Fundação Roberto Marinho e por empresas que fabricam tintas, e até mesmo de governos estaduais. Programas como esse são bons, mas não devem ser focados apenas na indústria cultural e no entretenimento. Isso pode afastar as pessoas da cultura e causar problemas sociais e históricos.

Como foi possível notar, a necessidade de preservação do patrimônio cultural, bem como o reconhecimento de sua importância, têm uma longa trajetória, até a sua consolidação como sendo de valor significativo para a sociedade brasileira. Embora ainda haja muito a ser feito, é pertinente colocar que, a experiência relacionada ao patrimônio no Brasil tem sido abordada de forma abrangente e em consonância com a coletividade, pelo menos nas décadas mais recentes. Isso se baseia em conhecimentos multidisciplinares, que incluem a atuação de diversos especialistas na área. “A implantação de cursos de educação patrimonial, a organização de oficinas-escola e serviços em mutirão, constituem ações de importância fundamental no processo de envolvimento da população” (Funari e Pelegrini, 2006, p. 128-129).

Todavia, é importante ressaltar que essas ações relacionadas ao patrimônio não devem se limitar apenas à preservação de heróis nacionais e prédios históricos. Elas também devem

considerar a cultura cotidiana das pessoas, o saber popular, os modos de fazer e as relações sociais das comunidades. Nesse contexto, as iniciativas voltadas para o patrimônio imaterial desempenham um papel crucial, uma vez que, têm o potencial de proporcionar o contato com à rica cultura brasileira, valorizando não apenas as representações culturais das camadas dominantes, mas também a memória social e a identidade cultural de diversos grupos étnicos que coexistem em nosso país.

Sabemos que, o conceito de patrimônio abrange tudo aquilo que possui significado para as pessoas que habitam os espaços e constroem conhecimento. Dessa maneira, podemos presumir que o surgimento e a consolidação de uma “educação patrimonial” é uma iniciativa que resulta desse processo. A percepção e a incorporação pelos grupos locais de seus ativos patrimoniais desempenham um papel importante na salvaguarda do Patrimônio Cultural e “implica fazer passar a história e a política de preservação e construção do passado pelo crivo de sua significação coletiva e plural” (Paoli, 1992, p. 26).

Assim sendo, envolver as comunidades na proteção e valorização do patrimônio cultural, não apenas preserva a herança cultural, mas também enriquece o conhecimento, tanto individual, quanto coletivo e institucional. Nesse sentido, a preservação do patrimônio cultural não é um processo estático, mas sim um esforço contínuo de troca e valorização.

Cabe à educação patrimonial proceder à escuta e à mediação dos sujeitos sociais portadores de tradições, de saberes e fazeres que, em sua diversidade, constroem atrativos geradores de significação e integradores da identidade e identificação cultural. É sua responsabilidade sensibilizar e conscientizar as comunidades em torno de seus valores e tradições, inserindo tais práticas na vida sustentável, resgatando e preservando o imaginário coletivo e o patrimônio representativo da cultura, no eixo temporal e espacial (Farias, 2002, p. 62).

A função exercida pela Educação Patrimonial envolve a exposição de identidades, mudanças e questionamentos entre diferentes segmentos sociais, desde que estes se reconheçam como participantes ativos na construção de culturas e agentes desse processo. Isso viabiliza a inclusão de vários grupos sociais na formação de um patrimônio nacional, que destaca a diversidade, dando visibilidade ao patrimônio concebido por todas as esferas sociais, conferindo maior influência à sociedade civil e promovendo o desenvolvimento do indivíduo.

Dessa forma, uma série de questões e processos se congregam para trazer os elementos que norteiam as atuais políticas de patrimônio. Trazendo para o contexto mais local da Paraíba e de Pirpirituba, temos a adicionar brevemente que a Constituição Estadual (2015, p. 11- 103) prevê como objetivo prioritário do Estado (Art. 2 Inciso XIX) “a proteção ao meio ambiente e ao patrimônio histórico, cultural e urbanístico”, o que é reiterado no Art. 7. Inciso VII. Essa responsabilidade também deve incidir sobre os Municípios (Art. 11. Inciso IX). No Artigo 192,

que trata do Turismo, o Inciso VIII remete à “proteção ao patrimônio ecológico e histórico-cultural do Estado”. Todo o Artigo 216 esmiúça o que consiste o patrimônio cultural da Paraíba.

Assim, do ponto de vista constitucional estadual, existe uma série de dispositivos que tratam do patrimônio cultural, seguindo as premissas da Constituição Federal, adaptando-as ao contexto mais local. Certamente, essa mera disposição constitucional não significa que esses direitos e obrigações sejam efetivamente cumpridos, cabendo nesse ponto a participação popular e cidadã como fiadora dessas políticas, uma vez que não raro se chocam com interesses econômicos e políticos em cada localidade.

Por sua vez, na Lei Orgânica do Município de Pirpirituba (2021, p. 74-75), as questões patrimoniais aparecem no Art. 232, que trata das obrigações municipais no sentido de assegurar o pleno exercício dos direitos culturais a todos os seus cidadãos, bem como garantir o acesso às diversas fontes da cultura nacional. Além disso, o texto enfatiza o papel do município no apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais locais. Esse artigo destaca a importância atribuída à cultura como um direito fundamental e o compromisso das autoridades municipais em promover e proteger a diversidade cultural da região, de modo a contribuir para o enriquecimento da identidade cultural da comunidade e para o desenvolvimento socioeconômico local.

No que diz respeito aos bens culturais, o Art. 233. Incisos I, II, III e IV, do referido documento, reitera o que está no Artigo 216, da Constituição Federal (1988, p. 181), que define e estabelece os critérios para a classificação de bens como patrimônio cultural. Entre esses bens, incluem-se “as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-cultural”.

O texto estabelece que é dever do Poder Público, em colaboração com a comunidade, adotar medidas de proteção ao patrimônio cultural por meios de inventários, registros, vigilância, tombamentos e desapropriações, entre outras formas de cuidado e preservação. Além disso, enfatiza a importância da administração pública na gestão da documentação municipal e na facilitação do acesso a ela por parte da população.

Ainda temos de considerar, embora essa questão seja mais desenvolvida adiante, que o adensamento das discussões e experiências sobre educação patrimonial trouxe um cabedal de conhecimentos, considerado fundamental para conferir sucesso às políticas patrimoniais, uma vez que, traz a questão para o âmbito social mais amplo, visando fazer dialogar os especialistas com a rede educacional, movimentos sociais e outros agentes importantes nesse processo.

Ponderando esses aspectos, os patrimônios presentes na cidade de Pirpirituba que são

apresentados neste trabalho de pesquisa, constituem como elementos relevantes na constituição das identidades da cidade, sendo constatada essa afirmação por meio do resultado de sondagens com essa finalidade. Isto se baseia também em observações pessoais que se deram mediante pesquisa feita no NDIHR/UFPB, na década de 1990, estudando o material produzido por alunos das escolas municipais de Pirpirituba como parte do Projeto de Resgate do Processo Histórico e Cultural Paraibanos³⁵. Durante esta pesquisa, ficou evidente que muitos alunos da época destacaram a importância da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário como um patrimônio significativo para os mesmos.

Mencionado, da mesma forma, ao iniciar as atividades pedagógicas, em 2023, na disciplina eletiva "Patrimônio, História e Memória em Pirpirituba–PB," na Escola Estadual Monsenhor Walfredo Leal, percebemos que a Igreja Matriz, que já havia sido destacada de forma recorrente pelos alunos da rede municipal, nos anos 1990, durante o referido Projeto, continuou a ser um elemento de destaque na discussão dos alunos na disciplina eletiva, assim como a própria Escola. Isto posto, a escolha dos patrimônios abordados nesta pesquisa também foi pensada, levando em consideração diversos fatores, incluindo a viabilidade de realização do estudo do meio.

Dessa maneira, atentamos para a proximidade dos locais selecionados com a escola, visando facilitar o deslocamento dos alunos e garantir a execução da atividade dentro dos recursos logísticos disponíveis. Além disso, analisamos a convergência necessária entre o calendário escolar e o do Profhistória, buscando conciliar as atividades pedagógicas com as demandas pertinentes à pesquisa.

Apenas para informação mais geral, a ser mais desenvolvida *a posteriori*, a Escola Monsenhor Walfredo Leal, situa-se no Centro de Pirpirituba, atendendo atualmente 895 alunos, em 03 turnos, com 11 séries, distribuídas em 22 turmas. A instituição atua nos segmentos dos Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). É pertinente ressaltar que a escola é polo educacional para seis turmas da EJA no Campo, localizadas em áreas rurais do município de Bananeiras–PB, onde 104 alunos são atendidos nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

³⁵ O referido Projeto, desenvolvido na década de 1990, por pesquisadores do NDIHR-UFPB, destinou-se a elaborar livros de natureza didática sobre histórias de Municípios paraibanos, tendo chegado a produzir obras sobre Ingá (1993), Pedras de Fogo (1993), Cabedelo (1996), Conde (1996) e Areia (1998). Depois, por motivos variados, a Coleção foi desativada, mas, em relação a alguns municípios, chegaram a ser feitos trabalhos preliminares de pesquisa, como foi o caso de Pirpirituba. Sobre a Coleção Resgate, ver a dissertação de (Araújo, 2022).

Figura 10- Escola Monsenhor Walfredo Leal–Pirpirituba–PB**Ano Desconhecido**

Fonte: < <https://www.diariodosertao.com.br/noticias/educacao/52298/ricardo-entrega-reforma-e-ampliacao-de-escola-em-pirpirituba-e-beneficia-mais-de-800-alunos.html> >.

Acesso em: 25 abr. 2023.

A instituição conta com uma infraestrutura composta por biblioteca, sala de informática³⁶, pátio recreativo, cantina, secretaria, diretoria, almoxarifado, sala de professores e uma sala destinada ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). Além disso, existem banheiros separados por gênero, incluindo instalações específicas para alunos com necessidades especiais, bem como para a equipe de apoio, professores, gestores e coordenadores pedagógicos.

Para os parâmetros da cidade, a Escola Monsenhor Walfredo Leal é considerada uma instituição pública bem estruturada, com uma equipe pedagógica de destaque. Essa avaliação positiva leva a uma alta demanda por vagas, ocasionando algumas dificuldades para acomodar todos os alunos devido à falta de salas de aula suficientes.

2.2 A Educação Patrimonial como Aprendizagem Histórica

Com o propósito de delinear o âmbito de discussão desta seção, apresentamos uma breve exposição de suas principais considerações. A temática em pauta é a Educação Patrimonial, no contexto do ensino de História, e como esta prática pode propiciar estudantes uma conexão mais significativa com as manifestações culturais, saberes e práticas, que se constituem como

³⁶ É importante ressaltar que a sala de informática encontra-se indisponível para fins pedagógicos devido à falta de equipamentos em estado adequado de funcionamento, assim como a ausência de equipe técnica para atender essa demanda específica.

elementos patrimoniais do seu lugar.

Assim, por meio da Educação Patrimonial, os estudantes são instigados a desenvolver uma consciência crítica em relação ao ambiente cultural em que estão inseridos, permitindo-lhes reconhecer a importância da valorização e preservação dos bens culturais, que constituem a identidade coletiva de sua comunidade. Dessa forma, a aprendizagem histórica se fortalece ao desenvolver práticas de ensino direcionadas para as experiências de vida próximas dos alunos, estimulando-os a refletir sobre os processos históricos que moldaram a sociedade atual.

É relevante discorrer sobre as questões que perpassam em torno da Educação Patrimonial e os seus desdobramentos no Brasil. Iniciamos trazendo o conceito apresentado pelo Guia Básico de Educação Patrimonial, elaborado por Horta, Grunberg e Monteiro (1999).

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 04).

Segundo Oliveira (2019), os primeiros passos dessa metodologia foram dados a partir das experiências pioneiras na Inglaterra, com a chamada *heritage education*, relacionadas à educação patrimonial, e aqui no Brasil, a expressão foi formulada a partir do 1º Seminário de Educação Patrimonial, realizado no Museu Imperial, em Petrópolis, em 1983³⁷.

Conforme as afirmações trazidas por Chagas (2013), o autor Átila Tolentino (2016, p. 41) enfatiza que, a Educação Patrimonial já existia antes mesmo do termo ser formalizado, com raízes nas práticas museológicas do século XIX e na instituição formal do serviço educativo do Museu Nacional em 1926.

Silveira e Bezerra (2007, p. 82-83), também colocam que, embora a introdução da Educação Patrimonial seja frequentemente datada dos anos 1980, seus fundamentos foram apresentados no Brasil muito antes. Segundo as autoras, o Guia Básico de Educação Patrimonial, apesar de sua abordagem construtivista de educação, remonta às propostas de Paulo Freire³⁸, cuja concepção educacional, décadas antes, já valorizava o ensino por meio do

³⁷ Não obstante, conforme discutiremos adiante, uma série de experiências de estudos do meio realizadas por professores no Brasil, décadas antes, delinearão práticas que deram base ao desenvolvimento de uma educação patrimonial (Veja Santos e Schneider, 2022 e Bittencourt. In: SILVA, 1984).

³⁸ FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3ª ed. São Paulo: Centauro, 2001.

conhecimento cultural da população envolvida na prática educativa, independentemente de serem eruditas ou populares.

Oportuno lembrar que, que as discussões, aqui postas não buscam questionar a importância do Guia de Educação Patrimonial do Iphan ou minimizar o seu relevante papel para o fortalecimento da educação patrimonial, bem como em sua contribuição para a divulgação do tema como prática estratégica nas iniciativas de preservação.

No entanto, diversos autores questionam sua ênfase no patrimônio edificado e a pouca abertura para uma concepção mais ampla. Como se trata de material de 1999, quando as discussões sobre o patrimônio imaterial ainda estavam em consolidação, talvez isso explique a maneira como o mesmo não teve o relevo necessário.

Por outro lado, a Educação Patrimonial não pode se constituir numa nova panaceia, que supostamente resolva todos os problemas da educação e do patrimônio. Ela precisa estar bem fundamentada em reflexões aprofundadas e em práticas consequentes, sob pena de dar frutos distintos de suas pretensões. Acerca disso, Ângelo Pessoa, nos coloca de forma pertinente:

uma educação patrimonial, a depender de sua concepção e prática, tanto pode ampliar as referências de leitura do mundo, quanto pode, ingenuamente, reforçar estereótipos indesejáveis, sendo o principal deles um culto ingênuo do passado como “um tempo no qual as coisas eram mais belas”. **E precisa** [...] ser encarada como uma metodologia e um campo de ação bastante rico e proveitoso, mas que não deve ceder a determinados equívocos, sob pena de consistir em mais uma daquelas modas que vêm e vão, ao sabor das circunstâncias de cada estação (Pessoa, 2016, p.144. Grifo nosso).

Ainda, conforme o historiador citado, a Educação Patrimonial pretende promover, de maneira participativa, o diálogo entre o patrimônio, e o meio educacional. Visando propiciar uma relação mais abrangente entre o patrimônio e a sociedade, com resultados mais eficazes inclusive nas esferas das políticas de preservação. Com a construção de vínculos que facilitam a interação entre os especialistas no campo do patrimônio e a sociedade em geral.

Segundo Mário Chagas (2013, p. 27), “educação e patrimônio são práticas socialmente adjetivadas”. Ele argumenta que, a educação é uma prática sociocultural e que não há como se pensar em educação fora do campo do patrimônio, justamente pela inseparabilidade dos termos.

Refletindo sobre as discussões em torno desse termo, é evidente que a Educação Patrimonial é um campo em constante evolução e ainda não está totalmente consolidada. Isso se deve, em parte, à maneira como o conceito se propagou na sociedade, conforme discorre Simone Scifoni (2012).

Além disso, desde o final dos anos de 1990, quando as definições do Guia Básico de Educação Patrimonial foram previstas, muitas mudanças foram introduzidas nesse campo,

incluindo a promulgação de novas leis relacionadas ao patrimônio cultural e o reconhecimento do patrimônio imaterial. Ainda, segundo Simone Scifoni (2012), é importante considerar que:

“qualquer conhecimento deve ser entendido como historicamente datado, como produto de um momento e das reflexões que foram possíveis naquele momento. As práticas de Educação Patrimonial pedem, há muito tempo, que se avance em relação àquelas proposições” (Scifoni, 2012, p. 31-32).

A Educação Patrimonial deixou de ser exclusiva dos museus e passou a ser praticada em órgãos dedicados à preservação da memória, cultura e patrimônio, bem como nas salas de aula, por exemplo. Além disso, o Iphan publicou materiais que disponibilizam novas bases teóricas para orientar as iniciativas educacionais, a exemplo do livro “Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos”, como detalharemos posteriormente.

Ao longo dos anos, o conceito de Educação Patrimonial tem gerado reflexões, críticas e, mais importante, reinterpretações. Conforme destacado no documento publicado pelo Iphan “Educação do Patrimônio: história, conceitos e processos” (Florêncio et al., 2014), fica claro que:

Atualmente, a CEDUC³⁹ defende que a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde 39 convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (Florêncio et al., 2014, p. 19).

A esse respeito, Tolentino (2016, p. 40) destaca a importância do Iphan afirmar que o patrimônio cultural é uma construção social e, portanto, deve ser protegido pela sociedade. O que implica dizer que o referido órgão, não considera o patrimônio como algo dado, que existe independentemente do sujeito social. Dessa forma, a Educação Patrimonial é concebida com base na ideia de referências culturais, construídas socialmente com a participação ativa dos detentores e produtores dessas referências, em um processo que envolve acordos e conflitos.

Da mesma maneira, não podemos falar em “alfabetização cultural”, considerando que, a Educação patrimonial não deve ser vista como uma tentativa de conscientizar a população,

³⁹ Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC), que em 7 de maio de 2009, através do Decreto n.º 6.844, foi vinculado ao recém-criado Departamento de Articulação e Fomento (DAF). Essa medida teve como objetivo fortalecer, no âmbito central do órgão, uma instância dedicada à promoção, cooperação, integração e avaliação da implementação de programas e projetos de Educação Patrimonial, consoante a Política Nacional do Patrimônio Cultural. Nesse processo, foram sistematizadas diretrizes e princípios orientadores cruciais, expandindo suas áreas de atuação. Isso incluiu, de um lado, a consideração da noção ampliada de Patrimônio Cultural, conforme previsto no artigo 216 da Constituição Federal de 1988 e nos parâmetros relacionados à área de Patrimônio Imaterial, criada por decreto, em 2000. (Florêncio et al., 2014).

impondo conhecimento sobre ela. “A ideia redentora de conscientizar o Outro, tão comum entre educadores e técnicos do campo do patrimônio, revela uma violência simbólica” (Bourdieu, 1989 apud Silveira; Bezerra, 2007, p. 87).

É necessário sublinhar que, no contexto de seleção de patrimônios, as memórias e identidades coletivas, são representações sociais construídas por meio de disputas políticas, econômicas e simbólicas, que tendem a perpetuar uma narrativa padronizada, favorecendo a manutenção da hegemonia de certos grupos sociais que detém o poder. Isso muitas vezes exclui relatos que reconheçam índios e negros como construtores e contribuintes desses monumentos históricos. Como bem observado Emanuel Braga (2016), os bens culturais tombados frequentemente incorporam uma narrativa de brasilidade que destaca a herança colonial lusitana, com elementos etnográficos.

Sendo assim, não podemos ignorar as relações de poder que perpassam o campo do patrimônio e da memória coletiva. De acordo com Bourdieu (2005), o poder se manifesta de várias formas, além do poder econômico, há múltiplos valores na vida social. O capital simbólico, que conhecemos, possuímos e valorizamos em diversos campos ou esferas sociais, é um campo de disputa. Portanto, é importante notar que existe uma ordem posta de valores entre os diversos tipos de bens simbólicos, e, como argumenta Bourdieu (2005), o capital cultural dos grupos com maior capital econômico é geralmente mais valorizado na sociedade moderna.

Nesse sentido, García Canclini (1997) observa que, mesmo em países que adotam oficialmente a noção antropológica de cultura, que reconhecem a legitimidade de todas as formas de construção e representações da vida social, ainda assim, algumas dessas representações se sobrepõem umas às outras.

Quando pensamos no patrimônio como capital cultural, podemos percebê-lo como um conjunto de representações sociais dotadas de valores e significados, que são conforme os interesses de diversos segmentos da sociedade, sendo que alguns possuem maior capacidade de influência do que outros.

Dessa forma, não podemos considerar a Educação Patrimonial como uma mera tentativa de conscientizar o "Outro", pois “as perspectivas conscientizadoras desconsideram a visão dos envolvidos com o processo de conservação do mundo patrimonial, tendendo a tomá-los como pessoas que refletem da luz do conhecimento para aclarar suas consciências obtusas” (Silveira; Bezerra, 2007, p. 87).

Neste contexto, é relevante salientar a perspectiva atual de educação adotada pelo Iphan, conforme expressa na publicação "Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos":

é imprescindível que toda ação educativa assegure a participação da comunidade na formulação, implementação e execução das atividades propostas. O que se almeja é a construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local. Ação transformadora dos sujeitos no mundo, e não uma educação somente reprodutora de informações, como via de mão única e que identifique os educandos como consumidores de informações (Florêncio et al., 2014, p. 20).

Essas ações demandam uma interação mais abrangente das questões sociopolíticas que envolvem as especificidades culturais. Tornando-se particularmente eficazes quando se inserem de forma integrada nas múltiplas esferas da vida das pessoas e são articuladas com suas as práticas cotidianas, bem como, com os elementos referenciais identitários e culturais que caracterizam esses indivíduos, pois, os diferentes contextos culturais vivenciados pelas pessoas.

Essas refrações culturais são elementos necessariamente constitutivos e indispensáveis de uma plena experimentação patrimonial. Não são objetos que se comunicam sensorialmente entre si, mas são pessoas expressas em pessoas ou em suas obras, obras essas que inexistem sem os que as fizeram e as mantêm. A experimentação dos patrimônios não pode se fazer alienando a presença concreta e bem real das pessoas que lhes dão sentido, identidade ou alteridade, tal como a sua conversão em mero produto comercial tem tantas vezes feito (Pessoa, 2016, p. 150).

Ainda conforme o documento "Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos", publicado pelo Iphan, quando as instituições públicas assumem responsabilidades de mediação, não devem apenas estabelecer valores prévios, mas sim criar ambientes de aprendizagem e interação que permitam aos grupos sociais mobilizarem-se e refletirem sobre o seu próprio patrimônio. Logo, não se trata de,

pretender imobilizar, em um tempo presente, um bem, um legado, uma tradição de nossa cultura, cujo suposto valor seja justamente a sua condição de ser anacrônico com o que se cria e o que se pensa e viva agora, ali onde aquilo está ou existe. Trata-se de buscar, na qualidade de uma sempre presente e diversa releitura daquilo que é tradicional, o feixe de relações que ele estabelece com a vida social e simbólica das pessoas de agora. O feixe de significados que a sua presença significante provoca e desafia (Brandão, 1996, p.51, apud Florêncio et al., 2014, p. 21).

Nesse contexto, ao introduzirmos práticas pedagógicas relacionadas à Educação Patrimonial na sala de aula, devemos buscar o compromisso de reconhecimento e fortalecimento dos laços entre as comunidades e seus patrimônios. Levando em consideração que as heranças culturais estão diretamente relacionadas a um contexto de significados locais que se entrelaçam com as memórias dos lugares.

Em educação patrimonial enfatiza-se a importância de a escola atuar para mapear e divulgar os bens culturais relacionados com o cotidiano dos diversos grupos, mesmo aqueles bens que ainda não foram reconhecidos pelos poderes instituídos e pelas culturas dominantes (Brasil, 2006, p. 78).

As experiências educativas que se voltam para essa questão devem proporcionar uma compreensão profunda do papel dos lugares de memória presentes no cotidiano dos alunos, a fim de explorar as raízes culturais e históricas que caracterizam a sociedade. Pois, “qualquer que seja a ação implementada ou o projeto proposto, sua execução supõe o empenho em identificar e fortalecer os vínculos **dos alunos com os seus patrimônios**” (Florêncio et al., 2014, p. 21. Grifo nosso).

Oliveira (2019, p. 100) também observa que, as ações educacionais realizadas por meio da prática da Educação Patrimonial têm o potencial de oferecer novas perspectivas sobre as “antigas construções, as produções e as manifestações culturais singulares, retirando-lhes qualquer véu mistificador”. Essas expressões culturais, que emergem das atividades cotidianas desses grupos, não ficam em desvantagem em relação a supostas produções culturais mais “sofisticadas”. Elas desempenham um papel significativo na preservação da memória social e no fortalecimento do direito a ela.

Uma questão importante a ser colocada é que a Educação Patrimonial muitas vezes está direcionada exclusivamente ao ensino de História, quando é necessário ser pensada num processo abrangente e interdisciplinar, transcendendo os limites dessa disciplina. Ela deve ser baseada na partilha de conhecimentos, para proporcionar uma “educação dos sentidos, do olhar, do sentir, do ouvir, permitindo assim uma sensibilização patrimonial que garanta sentidos de preservação e de pertencimento desse patrimônio em relação à comunidade da qual ele faz parte” (Oliveira, 2019, p.100-101).

Ângelo Pessoa (2016), ao discorrer sobre o tema em apreciação, considera que este engloba uma série de questões que extrapolam a competência de uma única disciplina como a História,

a partir de nossas experiências, entendemos que a educação patrimonial, para além de uma prática de caráter apenas formal nos planos de ensino, necessita de uma discussão do âmbito do espaço escolar, envolvendo disciplinas diversas, o que se torna essencial para a sua efetiva realização. (Pessoa, 2016, p. 140).

Diante de tudo o que foi exposto em relação às práticas pedagógicas realizadas através da Educação Patrimonial, é necessário reforçar que, tais ações implicam, acima de tudo, em uma análise crítica sobre os patrimônios estudados, em vez de uma postura acrítica e meramente contemplativa perante os patrimônios que muitas vezes são idealizados e dados prontos.

Portanto, cabe ao professor criar oportunidades para a construção coletiva do conceito de patrimônio cultural, promovendo o diálogo e a negociação, como salientado por Tolentino (2016, p.45). Para que assim não se construa a mera ideia de que o conhecimento sobre o

patrimônio é essencial para a sua preservação, inspirando-se na citação de Aloísio Magalhães (1997, p. 190) "a comunidade é a melhor guardiã do patrimônio. [...] Só se protege o que se ama, só se ama o que se conhece." Sem dúvida, o conhecimento é um pré-requisito para se chegar a essa propositura, mas conhecer, por si só, não garante a proteção efetiva dos bens culturais, conforme ressalta Cecília Londres Fonseca (2001, p. 114), "o conhecer é o primeiro passo para proteger essas referências –, pois é preciso, antes de mais nada, identificá-las, enunciá-las".

Posto isto, passaremos a discussão que envolve a Escola Monsenhor Walfredo Leal e a Matriz Nossa Senhora do Rosário, patrimônios da cidade de Pirpirituba, que se configuram como lugares de memória e nos trazem singularidades e diversidades dos grupos sociais locais, que lhes conferem significados e relevância.

2.3 Pirpirituba e alguns de seus patrimônios: A Escola Monsenhor Walfredo Leal e a Matriz Nossa Senhora do Rosário

A preservação do patrimônio cultural é um ato que visa assegurar o direito à memória, reconhecendo que a cultura material e imaterial e suas expressões históricas desempenham um papel fundamental nesse processo. Ao estudarmos os patrimônios presentes em Pirpirituba, que têm um significado afetivo para os residentes, e ao oferecermos oportunidades de estudo dentro da perspectiva da História Local, estamos abrindo espaço para despertar um olhar mais amplo sobre a cidade, tanto em seu contexto regional quanto nacional.

Podemos também revelar narrativas, personagens e eventos que desempenham um papel significativo na cidade e merecem ser reconhecidos e preservados, bem como suas trajetórias devem ser discutidas e analisadas a partir do conhecimento histórico. Dessa forma, "cada geração reconstrói aquele passado e o sistematiza em uma narrativa" (Pesaveto, 2002, p. 25). Ainda conforme a referida autora,

[...] uma cidade inventa seu passado, construindo um mito das origens, descobre pais ancestrais, elege seus heróis fundadores, identifica um patrimônio, cataloga monumentos, transforma espaços em lugares com significados. Mais do que isso, tal processo imaginário de invenção da cidade é capaz de construir utopias, regressivas ou progressivas –**através desse processo imaginário, a cidade se constrói por si mesma** (Pesaveto, 2002, p. 25. Grifo nosso).

Considerando que, a memória afetiva dos pirpiritubenses está profundamente entrelaçada com patrimônios que carregam consigo histórias, valores e significados

transmitidos ao longo das gerações, essa prática além de enriquecer o conhecimento acadêmico, desperta olhares atentos para importância desse espaço e sua conexão com outros contextos, revelando identidades e alteridades, convergências e conflitos, sons e silêncios, conforme pondera Costa (1998, p. 11-12).

Aqui se faz necessário lembrar que, o trabalho com a História Local nos permite ressignificar a memória afetiva das pessoas presentes na localidade. No entanto, temos que nos atentar para que esse resgate não deva se limitar à mera evocação dessa memória, mas também no sentido de examiná-la e questioná-la de forma crítica. Mesmo considerando, no caso de Pirpirituba, que tratamos em nossa experiência com dois patrimônios “canônicos” – a saber, a Igreja Matriz e a principal Escola da cidade –, esse tratamento não pode limitar-se a uma visão apologética dos mesmos, mas precisa aprofundar sua análise, para construir um conhecimento mais atento às disputas pela memória social.

Ao explorarmos a história de um lugar, nos deparamos com uma complexa teia de eventos, experiências e narrativas que desempenharam um papel fundamental na formação das identidades, tanto coletivas quanto individuais. Nesse sentido, passemos às discussões sobre os conceitos que envolvem questões sobre identidade e memória.

Segundo Manuel Castells (1999, p. 22), a identidade representa a “fonte de significado e experiência de um povo”. Para o sociólogo Pêrsio Santos de Oliveira (2004, p. 139) a identidade cultural é um tipo de “sentimento de pertencimento”. Assim sendo, percebemos que as identidades são construídas de maneira simbólica e não podem ser concebidas fora do universo de significados nos quais encontram sentido. Tendo em vista que, “não são seres da natureza, mas da cultura e dos sistemas simbólicos que a compõem” (Silva, 2008, p. 78).

Além disso, a identidade cultural não é inerente a um indivíduo, mas sim preexistente a ele. Pois à medida que a cultura se transforma, a identidade cultural do sujeito também passa por transformações, e “principalmente, não é uma imposição inocente, nem uma apropriação, de todo, inconsciente. A identidade cultural é por sua vez construída, manipulada e política”. (Pacheco, 2007, p. 03).

Nesse sentido, a construção da identidade consiste num exercício de inclusão e exclusão. Ao expressarmos “quem somos” implica também pensarmos “quem não somos”. Sendo assim, ao afirmarmos nossa identidade estamos também estabelecendo limites e fazendo distinções entre o que está dentro e o que está fora. E isto pressupõe e, ao mesmo tempo, reforça relações de poder, neste caso a identidade é construída excluindo e separando aqueles que não se enquadraram na identidade considerada padrão ou correta, resultando na normalização da sociedade, conforme observa Silva (2008, p. 82 – 83).

Pollak (1992), ao discorrer sobre essa questão, argumenta que, o conceito de identidade tem estreita relação com o conceito de memória. Para o autor,

[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. [...] A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros (Pollak, 1992, p. 204).

Segundo Oliveira (2010, p. 30), “múltiplas são as memórias”, que se constituem como algo vivo e suscetível de ser esquecida, mas sempre sujeita a ser registrada. Cada grupo de pessoas possui sua própria lembrança, pensamentos e registros do passado, que os confere um sentimento de pertencimento a uma mesma comunidade e reafirmam suas origens e experiências vivenciadas. Dessa forma, a memória pode estar sujeita a alterações, quando for conveniente e necessário,

pode ser alterada para conformar, para transformar-se em única, abarcando a memória dos vencedores e a dos vencidos na busca da uniformização, ficando a dos primeiros sempre como a “real e verdadeira” em detrimento das outras. Isso ocorre nos momentos de disputas, também múltiplas [...] Nos momentos de construções ou de afirmação, torna-se algo homogêneo, longe dessas multiplicidades (Oliveira, 2010, p. 30).

Para Pierre Nora (1993) a memória,

[...] é a vida, sempre carregada por grupos vivos, e nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. [...] A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto [...] é um absoluto (Nora, 1993, p. 09).

Nesse contexto, uma memória resulta em esquecimento e silenciamento e permeia questões de disputa e poder, pois a imposição de memórias que se tornaram ou que se tornam predominantes é um caminho para que a vontade de um grupo se sobreponha a outro. A partir desse ponto, construímos visões compartilhadas que se enraízam no imaginário coletivo. Outrossim, nenhum documento ou memória está isento de carregar olhares de mundo, o registro do passado e a escrita sobre ele não são atividades despidas de intenção.

A memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (Le Goff, 1996, p.476).

Nesse processo, conforme Oliveira (2010) começamos a nos conceber como iguais,

detentores de um passado compartilhado, sendo e permanecendo como um único grupo, mesmo que, na realidade, sejamos apenas a soma de grupos em conflito. Esse processo acaba legitimando uma memória única e uma narrativa, “como se toda a nossa história fosse a história de uma elite branca/católica/letrada e as demais classes fossem apenas atores coadjuvantes.” (Oliveira, 2010, p. 44).

Essa questão está relacionada com a formação dos lugares. Os lugares que não são apenas espaços físicos, mas sim como construções sociais que trazem contribuições e significados. Eles são como documentos históricos que, assim como os eventos que ocorreram, não possuem uma voz própria. Precisam de mediações, de explicação, de pontes entre o passado e o que se torna relevante no presente, conforme argumenta Oliveira (2010).

São lugares de unanimidade sem, de fato, representarem a unidade, porque, quando se transformam em lugares de memória, significa dizer que são fruto de uma disputa, são os lugares de uma história vencedora, portanto, ocultam-se outras memórias que, muitas vezes, reclamam também por sua história. Afinal, tudo tem história e memória. (Oliveira, 2010, p.45).

Podemos então perceber que, essa memória não é só de convergência, de identidade, também há memórias silenciadas, memórias de divergências silenciadas, de alteridades negadas (a escravidão, a pobreza, as lutas de trabalhadores rurais e urbanos, etc.). Essas memórias pertencem a grupos subalternizados, constituindo uma identidade que contrasta com a imagem que uma sociedade majoritária deseja transmitir e impor. Dessa maneira, Jacques Le Goff (1996) destaca de forma pertinente que,

tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (Le Goff, 1996, p. 46).

Nesse sentido, podemos perceber que, os grupos envolvidos nesses contextos procuram afirmar suas narrativas, memórias e identidades como legítimas e significativas, enquanto negam ou silenciam as narrativas dos grupos oponentes, como observado por Pollak (1992, p. 205), “a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais”, que ocorrem num contexto de jogo de interesses, que influenciam a construção de identidades coletivas e na construção das narrativas históricas.

Essa consideração também se perpassa sobre a questão dos espaços que Pierre Nora (1993) costuma chamar de “lugares de memória” coletiva. São lugares construídos que requerem um diálogo entre o passado e que, no presente, merece destaque. “Eles nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea” (Nora, 1993, p. 13). Sendo assim, a

incerteza do futuro, impõe, no presente, a obrigação de lembrar e preservar tudo, pois "se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles evocam, eles seriam dispensáveis" (Nora, 1993, p. 13). Ainda conforme o autor, são lugares que, de fato, abrangem os três significados da palavra: material, simbólico e funcional.

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança (Nora, 1993, p. 21).

Segundo a perspectiva de Myrian Santos (1992), esses espaços, identificados como “lugares de memória”, possuem sempre o poder de representar “alguns objetos que nos são familiares, artefatos e mesmo monumentos, parecem nos remeter a mundos que não existem mais. E figuram-se como chaves que abrem as portas do passado para nós” (Santos, 1992, p. 17. Grifo nosso).

Essa prática de construção de “lugares de memória” são experiências comuns nas sociedades e são frequentemente considerados essenciais para a criação de identidades, todavia, também são processos de construção de memórias moldadas por grupos sociais dominantes.

“A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor”. (Pollak, 1989, p.08).

Dessa maneira, ao investigarmos as narrativas que envolvem questões de memória e patrimônio, somos desafiados a não apenas relembarmos as glórias do passado, mas também buscarmos os aspectos menos gloriosos, conflitos e memórias que foram esquecidas. Isso nos permite não apenas uma conexão com o passado, mas também um aprofundamento no entendimento e na construção de uma relação mais clara e reflexiva com ele. É preciso não esquecermos que para além dessas memórias dos grupos dominantes, a memória coletiva abriga lembranças de grupos sociais marginalizados, que “como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial", no caso a memória nacional” (Pollak, 1989, p. 04).

Essa questão também se faz necessária, nas discussões em sala de aula, a fim de se observar o que a “memória oficial” estabelece como escolha em contraposição ao que é marginalizado. Para assim se perceber quais são as memórias nacionais que definem o conceito de nacionalidade brasileira e como essa questão se encontra no espaço dos livros didáticos. “É

fundamental pensar memória e esquecimento como processos correlatos, considerando que parte da memória ao que foi excluída por não compor os “grandes acontecimentos selecionados para serem lembrados” (Gil, 2019, p.155).

Segundo as reflexões de Walter Mignolo (2003), o surgimento do imaginário do mundo moderno como conhecemos é resultado da complexa interação entre as “vozes” que foram exclusivamente reconhecidas e aquelas que foram suprimidas. Esse processo revela como a construção de narrativas envolve a supressão de algumas memórias em prol de uma narrativa dominantes. Portanto, “distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. [...] Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido.” (Pollak, 1989, p. 08-09).

No contexto do ensino de História, é importante considerar a lembrança e o esquecimento como movimentos seletivos entre passado e presente. Em outras palavras, a memória está relacionada ao lugar que ocupamos no presente e, portanto, é uma construção narrativa e discursiva do presente, como destacado por Gil (2019).

Nessa perspectiva, conforme observado por Ecléa Bosi (1987, p. 09), a memória desempenha um papel fundamental ao possibilitar a conexão entre o corpo presente e o passado, ao mesmo tempo, em que exerce influência sobre o processo atual de representações. Assim, a memória não se constitui como imparcial, mas, pelo contrário, é moldada pelos propósitos e objetivos que a norteiam. E ainda coloca que, “[...] cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que são pontos de amarração de sua história” e complementa, “as lembranças se apoiam nas pedras da cidade” (Bosi, 1987, p. 199-200).

Portanto, ao estudarmos e refletirmos sobre os patrimônios de Pirpirituba, não estamos apenas resgatando e preservando a História Local, mas também construindo pontes entre passado e presente. Assim sendo, a história compartilhada torna-se parte de cada geração subsequente, promovendo a preservação da cultura, memória e identidade pirpiritubense.

Voltemos para Pirpirituba e discutamos em específico os patrimônios selecionados na nossa pesquisa. Nesse sentido, é crucial explorar a história dos já mencionados Escola Monsenhor Walfredo Leal e a Igreja Nossa Senhora do Rosário, a fim de obter uma compreensão mais aprofundada da identidade coletiva, das tradições culturais e dos processos sociais que moldaram Pirpirituba ao longo do tempo.

Ao investigar a origem, a evolução e o significado dessas instituições, é possível traçar conexões entre o passado e o presente, destacando a importância desses patrimônios na vida da comunidade e na construção da sua história. Essa abordagem permite uma análise mais

abrangente dos valores, das práticas sociais e dos eventos que desejam para a formação do caráter múltiplo e da identidade local da cidade.

Aqui reforçamos sobre a decisão de selecionar a Escola Monsenhor Walfredo Leal e a Igreja Nossa Senhora do Rosário como fontes de estudo entre a diversidade de possibilidades encontradas em Pirpirituba, baseou-se em evidências obtidas por meio da pesquisa realizada no NDIHR e pela permanência dessas referências na sondagem que fizemos posteriormente. Notavelmente, a Igreja apareceu como um lugar recorrente nas narrativas dos alunos, coletadas durante a pesquisa, evidenciando sua importância cultural e histórica para a comunidade. Nesse sentido, nosso texto vai apresentar em linhas gerais ambos os bens patrimoniais acima mencionados. Importante destacar que são locais de boa acessibilidade pela população local, inclusive escolar, o que contribui para tornar mais viável a atividade de visitação.

Outrossim, considerando as exigências e prazos de uma dissertação de Mestrado, bem como da interação com a experiência no espaço escolar, partimos de uma intenção de um mapeamento mais amplo do patrimônio local, mas o andamento da pesquisa, coadunado com a atividade letiva na disciplina ofertada na Escola, nos levaram a selecionar ambos. Há de se reconhecer aqui que pesquisas posteriores podem e devem ampliar essas referências e, por outro lado, a investigação desses lugares “canônicos” na história da cidade pode ganhar uma abordagem que vá além do meramente celebrativo.

Trazendo nosso espaço inicial, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Monsenhor Walfredo Leal, observamos que ela foi fundada e em 05 de maio de 1948⁴⁰, no contexto da criação dos grupos escolares na PB, e instalada pelo Decreto-Lei n.º 57050348. Foi o primeiro Grupo Escolar Estadual fundado na localidade, conforme relata Maia (1973),

Encontramos, inacabado, um edifício escolar em Pirpirituba, Osvaldo Trigueiro entregou-me dinheiro para construí-lo. Administrei pessoalmente os serviços, e no dia 05 de março de 1948, Osvaldo, o governador, amigo de Guarabira, veio inaugurá-lo, batizando-o com o nome de Walfredo Leal, ouvindo um discurso do prof. cego José Vicente e o entregando à sua primeira diretora Noêmia Renovato Porpino (Maia, 1973, p. 39).

Antes de seguirmos adiante na incursão pela história específica acerca da Escola Walfredo Leal, fazemos um breve levantamento da trajetória da educação na cidade de Pirpirituba, contextualizando melhor o nosso objeto.

A educação no município passou por diversas transformações ao longo do tempo,

⁴⁰ A escola foi inaugurada no dia 05 de março de 1948, conforme observado por Sabiniano Maia (1973, p.38). Em ata encontrada no arquivo da escola, no entanto, cita-se o mês de novembro como o da inauguração da instituição. Eventualmente, essa diferença se deve ao tempo que pode ter transcorrido entre a institucionalização formal da escola e sua entrada prática em funcionamento.

refletindo as mudanças políticas e sociais que esse núcleo urbano criou. Segundo Barbosa (2013, p. 32) a primeira escola pública do então povoado de Pirpirituba foi criada no ano de 1894, cujo principal mestre foi Augusto José Coelho, depois substituído pelo professor Antônio Florentino. Ainda neste século, foi fundada a primeira escola particular do professor Félix Cantalice da Trindade.

Nesse contexto, temos que considerar que educação na localidade se fazia de forma restrita, considerando que boa parte da população não tinha condições financeiras para estudar numa escola particular. Vale ressaltar que determinados segmentos sociais foram excluídos do acesso à educação formal, como trabalhadores rurais, grupos étnicos marginalizados, como ex-escravizados, por exemplo, e mulheres, que enfrentavam barreiras sociais e culturais. Essa exclusão não apenas limitava o desenvolvimento pessoal desses grupos, mas também perpetuava desigualdades sociais e econômicas na comunidade.

Recuando mais no tempo, de acordo com Pinheiro (2001, p. 16), a introdução do ensino público e laico na Paraíba, iniciou-se em 1766, quando o Marquês de Pombal criou uma Cadeira de Latim por meio de carta régia. Entretanto, somente em 1783 a cadeira foi fornecida pelo professor João Adolfo, que recebeu um salário de trezentos mil réis. Ainda, segundo o autor, a partir deste momento, iniciou-se na Paraíba a implementação de um modelo educacional organizado, que predominou tanto no período colonial quanto no imperial, e se estendeu até às primeiras décadas da República Velha, conhecida como a Era das Cadeiras Isoladas.

Esse modelo educacional foi marcado pela ausência de um sistema público de ensino e pela concentração do ensino em poucas cadeiras, sobretudo em línguas clássicas e filosofia. Embora a educação até fosse ofertada para a população pobre – muito embora, em termos práticos, com um alcance bastante restrito, particularmente nas áreas rurais – o ensino secundário estava voltado para as elites, ficando a maioria da população sem acesso a qualquer tipo de escolarização formal.

Pinheiro (2001, p. 60) nos mostra que com a implantação do regime republicano, conforme relatado pela historiografia educacional brasileira e paraibana, a educação se tornou uma preocupação central. No entanto, este fato foi mais evidente nos discursos políticos que, na prática. Na verdade, após a implantação da República, houve uma retração na alocação de recursos para o setor de instrução pública na Paraíba do Norte.

Nesse momento, na primeira década do século XX, conforme Barbosa (2013), foram fundadas mais escolas em Pirpirituba, como o primeiro Colégio fundado pelo Dr. José Global, o Grêmio Literário 14 de julho e a escola de 1ª a 4ª série (Ensino Primário), Simeão Leal, fundada pelo professor José Vicente Bezerra do Vale, conhecido popularmente como Professor

“Zeca”, que era cego e com a ajuda de sua esposa dona “Niná”, lecionava em sua residência. Esta escola funcionou até os anos de 1960. A partir dos anos 1920 foram fundados, o Colégio Nossa Senhora do Rosário, pelo padre José de Maria Batista Dias e outro Colégio (de educação religiosa), criado pelo vigário João Batista de Almeida e Albuquerque. Porém, ainda não havia na Vila uma escola da rede pública funcionando em prédio próprio.

Embora não dispondo de fontes que nos forneçam dados mais específicos sobre esse assunto, é possível inferir que foram feitos esforços para estabelecer uma instituição de ensino em um edifício apropriado ao longo desse período. Uma pesquisa realizada, na cidade de Guarabira, por meio de análise do Jornal “O Município”, revelou informações sobre a existência de um memorial, no qual a população de Pirpirituba reivindicava a construção de um grupo escolar na localidade.

A esse respeito foi publicada no jornal já mencionado, no ano de 1938, uma nota sobre o encaminhamento de um ofício, ao interventor do Estado da Paraíba, Argemiro de Figueiredo, solicitando a construção de um edifício escolar naquele Distrito, considerando ser de extrema necessidade “o amparo à instrução em Pirpirituba, que com uma densa população escolar” (O Município, 31, maio. 1938, p. 07), não tinha um prédio próprio para o funcionamento de uma escola.

Em seu esboço histórico, Barbosa (2013) menciona que houve incentivo do Estado à educação, nos anos 1930, através da nomeação de professoras para lecionar em salas de aula que funcionavam em prédios arrendados. Assim sendo, para atenuar a falta de uma escola com prédio próprio, a casa do Sr. Argemiro Moura, foi adaptada de modo a comportar duas salas, uma para meninos e outra para meninas. A primeira professora foi Júlia, depois foram nomeadas outras, Estelita, Raquel, Alice e Cordélia, esta lecionava em sua residência. Cabe destacar que:

O funcionamento de cadeiras isoladas em casas alugadas perdurou por muitos anos na Parahyba do Norte. Na verdade, os prédios escolares só passaram a pertencer ao patrimônio público a partir do momento em que o modelo de organização escolar das cadeiras isoladas foi sendo substancialmente modificado e substituído pelo modelo dos grupos escolares (Pinheiro, 2001, p. 68).

No Jornal “O Município”, encontramos uma nota sobre uma exposição escolar, realizadas por algumas professoras de Pirpirituba:

Realizou-se a 12 deste, com grande brilhantismo, a exposição de trabalhos escolares em Pirpirituba. Organizado com acentuado gosto artístico, deixou bem patente a capacidade de trabalho das professoras, Cecília Paiva, Noêmia Renovato, Eulália Cantalice, Severina Porpino e Amélia Ramalho. O Rvmo. P. Carlos Coelho, diretor da *A Imprensa*, de João Pessoa, que assistiu aquele certame, mostrou-se verdadeiramente encantado com o que ali observou (O Município, 4, nov. 1938, p. 08).

Durante a pesquisa, no acervo da Escola Monsenhor Walfredo Leal, encontramos duas atas⁴¹ no livro de matrícula, intitulado "Livro de Escripuração Uniformizada do Movimento Didactico nas Escolas Primárias" datado do ano de 1937. Este documento evidencia a participação das professoras Eulália Cantalice, Noêmia Renovato e Severina Porpino, em conjunto com os inspetores, José Luís Pereira dos Santos e Lourival Cavalcante, como avaliadores na banca de exames finais dos alunos dos quatro primeiros anos, do Ensino Primário (hoje Anos Iniciais do Ensino Fundamental) da cadeira Elementar Mista Monsenhor Pedro Anísio. Esta descoberta fornece uma perspectiva sobre estrutura educacional vigente no mencionado período.

Segundo Pinheiro (2001, p. 163), houve um aumento significativo na oferta de Grupos Escolares, em nosso Estado, nos anos 1930 e 1940. Quando foram criados, aproximadamente, 70 novas instituições em vários bairros pobres de cidades maiores como João Pessoa e Campina Grande, assim como em pequenas e médias cidades do interior. Inserindo-se, nesse contexto, a criação da Escola Monsenhor Walfredo Leal, conforme podemos observar na mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba em 1º de junho de 1949 pelo Governador Oswaldo Trigueiro,

“Como a ficou dito, o que se há de feito na Paraíba em matéria de educação popular está ainda muito aquém das nossas necessidades. Em um período de 50 anos o Estado construiu apenas 54 edifícios para grupos escolares, sendo 7 na capital e 47 em cidades e vilas do interior com cêrca de 200 salas de aula.

Ao iniciar o atual Govêrno a sua gestão em março de 1947, era êsse o número de grupos escolares existentes no Estado, além de 7 devido à iniciativa de entidades particulares. Por achar do seu indeclinável dever estender o mais possível a rêde de escolas em todo o Estado, a preocupação do Govêrno atual tem sido a construção em alta escala de edifícios para grupos escolares, principalmente nas vilas e cidades mais importantes e em algumas cidades ainda desprovidas dêsse benefício.

Inicialmente, como medida de maior importância, tratou o Govêrno de concluir as construções de prédios escolares que haviam sido iniciadas em administrações anteriores e que se achavam a longo tempo paralizadas, muitas das quais ainda nas fases preliminares dos trabalhos e outras em via de conclusão.

Dessas obras, que compreendia os grupos de Santa Júlia, na capital e o de Soledade, Pombal, Pirpirituba, Pedras de Fogo, Mogeiro, Aldeia Velha e Aroeiras, o Govêrno já concluiu, mobiliou e instalou 9, faltando apenas concluir o de Caiçara” (Mensagem de 1949, p.52-53. In: Parahyba do Norte, 1950. Documento do Departamento de Publicidade do Estado da Paraíba).

Durante esse período a construção de escolas era regularmente vista como um investimento fundamental, uma vez que, representavam maior racionalização dos gastos com a instrução pública e melhor rendimento técnico-pedagógico, principalmente no que se refere às iniciativas de diminuição dos índices de analfabetismo. Ao mesmo tempo que os grupos

⁴¹ As referidas atas encontram-se nas páginas 40, 41 e 42 do referido livro.

escolares introduziram uma maior supervisão “do Estado sobre uma significativa parcela da sociedade (principalmente professores e alunos), esse novo modelo de organização escolar também propiciou melhoria na qualidade do ensino público” (Pinheiro, 2001, p. 160).

Mas voltemos a Escola Monsenhor Walfredo Leal, que tem um trabalho prestado à população ao longo da história da cidade. De acordo com Segundo (2022, p. 108), esta instituição teve uma curiosa origem: o terreno em que foi construída teria abrigado uma pequena cadeia para ladrões de cavalos. Lídio Gomes Barbosa (2013), por sua vez, relata que, nas proximidades onde hoje se encontra a escola, ficava a residência do Capitão Luís Corrêa de Melo.⁴² Ainda, segundo seu pai, a capela da cidade foi construída em 1860, também nessas imediações, para que assim o Capitão pudesse vê-la de sua residência.

Figura 11- As origens da nossa escola



Ano: 1948

Fonte: Maia (1973, p. 39).

No início de seu funcionamento, a referida escola teve como primeiras funcionárias: Iêda Paiva Barbosa, Maria Hosana Paiva Barbosa, Maria Dilma Barbosa Chagas, Maria Amélia Costa, Alzinete Frazão Viana, Maria Irecê de Pontes Calixto, Creuza Freitas Cantalice, Maria da Luz Gomes Monteiro, Maria Djanete Coelho Vieira, Noêmia Porpino, Cecília Alves de

⁴² Os registros históricos de Pirpirituba não dispõem de dados abrangentes sobre Luís Corrêa de Melo. No entanto, uma pesquisa em fontes da historiografia paraibana revela uma breve menção ao referido capitão, cuja contribuição se associa à introdução do cultivo e comércio de algodão na região, resultando no estabelecimento do primeiro povoado na localidade. Fonte: (Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1960, p.342).

Paiva, dentre outras⁴³.

Por sua vez, o nome dado à escola, deve-se em homenagem a Walfredo Soares dos Santos Leal, mais conhecido como Monsenhor Walfredo Leal (1845-1942), nascido na cidade de Areia, no Brejo Paraibano, filho de Matias Soares Cavalcanti e Maria dos Santos Leal. Começou seus estudos na Paraíba e, em seguida, ingressou na vida religiosa. Devido a sua posição eclesiástica e também como figura de destaque na política paraibana, o Monsenhor Walfredo Leal teve forte influência no Brejo e Litoral da Paraíba.

As informações sobre a criação da Escola Monsenhor Walfredo Leal são escassas e até mesmo raras⁴⁴. No entanto, ao pesquisar nos arquivos da escola em questão, identificamos alguns documentos, muitos dos quais já se encontram em estado avançado de deterioração. No “Registro Escolar: Matrícula, Professores e Aparelhamento Escolar,”⁴⁵ constatamos que a maioria dos alunos provinha da área urbana da cidade, e seus pais e/ou responsáveis, desempenhavam variadas ocupações profissionais.

Predominantemente, os homens eram agricultores, contudo, havia também barbeiros, pedreiros, padeiros, comerciantes, funcionários públicos, sapateiros, motoristas, ferroviários, marchantes, trabalhadores braçais, mecânicos, entre outros. Por outro lado, as mulheres declaravam-se principalmente como domésticas, engomadeiras e lavadeiras.

No que concerne ao nível de instrução escolar, a maioria era analfabeto (a), havendo apenas alguns que tinham concluído o Ensino Primário (correspondente ao atual Anos Iniciais do Ensino Fundamental) e Científico (atualmente denominado como Ensino Médio). Além disso, no registro em questão, havia uma seção destinada à declaração da religião. Com base nos dados levantados, constatamos uma clara predominância da religião católica, sendo que somente uma pessoa declarou-se protestante.

O período que compreende parte desses registros, o Recenseamento Geral de 1950, aponta que apenas 26% dos habitantes de Pirpirituba eram alfabetizados, o que representa um índice elevado de analfabetismo, conforme o quadro a seguir:

⁴³As informações referentes ao corpo docente fundador da Escola Monsenhor Walfredo Leal foram obtidas por meio de pesquisas realizadas no arquivo da própria instituição. Os registros utilizados para esse estudo, incluíram os livros de ponto datados do período próximo ao ano de fundação da escola, livros de registros de matrículas e um caderno de atas, que forneceram dados sobre a composição do corpo docente e do funcionamento da escola. Tais dados também constam no Projeto Político Pedagógico da referida instituição.

⁴⁴ É de conhecimento geral que, em Pirpirituba, a família Leal era bastante admirada pelo professor José Vicente, que ao fundar a sua escola, em 1919, ele nomeou-a de José Simeão Leal (primo do Monsenhor Walfredo Soares dos Santos Leal), conforme observado por Barbosa (2013, p. 33) e Segundo (2022, p. 109).

⁴⁵ Os registros de matrícula que localizamos abrangem os anos de 1957 a 1964.

Quadro II - Recenseamento Geral de 1950 – Pirpirituba

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS DE 5 ANOS A MAIS	
	Número	% sobre o total
Sabem ler e escrever.....	822	26
Não sabem ler e escrever.....	1. 869.....	62
Sem declaração de instrução.....	419.....	13
TOTAL.....	3.110.....	100

Fonte: As informações foram retiradas da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, XVII Volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1960, p. 345.

Ainda conforme, os dados estatísticos do IBGE, inseridos na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, o recenseamento do período mostrado no quadro, revela que, existiam em funcionamento, no município, 47 escolas, de ensino primário fundamental comum (atualmente Anos Iniciais do Ensino Fundamental). E ainda, dos 8. 834 habitantes registrados, 3. 110 residiam na área urbana, enquanto 5. 724 habitavam a área rural, representando 64,58% da população de Pirpirituba. O censo também indica que a população urbana possuía nível de alfabetização maior. Essas informações corroboram as referências encontradas nos arquivos da Escola Monsenhor Walfredo Leal quanto ao número maior de alunos serem oriundos da zona urbana da cidade.

Após discorrermos sobre a contextualização histórica da escola mencionada, é pertinente apresentarmos considerações relacionadas à historiografia da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, que se constitui como patrimônio de destaque na vida religiosa e social da comunidade de Pirpirituba ao longo dos anos.

Suas bases iniciais foram construídas na década de 1860. No entanto, para uma compreensão mais abrangente da história da igreja, é necessário descrevermos o contexto da construção das instituições católicas no Brasil. Ao longo do século XVI até o XIX, essas edificações não apenas refletiram as estruturas sociais implantadas na colônia e no império, mas também foram influenciadas pelas tradições religiosas e culturais de cada região, bem como atesta o domínio do Catolicismo romano nesse período.

A riqueza e diversidade cultural do país se reflete, entre outros aspectos, na arquitetura das igrejas, que podem variar desde as simples capelas de interior até as grandiosas catedrais das grandes cidades. Essas mesmas igrejas, por sua vez, foram perpassadas por distinções sociais e mesmo “desvios” religiosos que extrapolavam o quadro estreito do que era legalmente permitido ou simplesmente tolerado. A presença de Irmandades de grupos étnicos distintos e a

existência de práticas religiosas sincréticas com tradições ameríndias e africanas foi alvo de constante vigilância e repressão da hierarquia católica.

Além disso, com a vigência do antigo Padroado Régio no reino de Portugal, a Igreja era vinculada ao Estado, consistindo além de espaço de culto em instância administrativa local. Mesmo com a separação paulatina entre Igreja e Estado no século XIX, essa influência permaneceu por décadas.

Ao analisarmos o trabalho de pesquisa de Souza Júnior (2015), podemos identificar essa questão no período em que Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques, assumiu o cargo de Bispo Paraíba. Posteriormente, em 14 de julho de 1914, foi elevado à posição de Arcebispo deste Estado.

Embora não seja o único momento em que se percorreu uma estreita relação entre o poder religioso e o poder político, neste período se destaca, a criação da Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Pirpirituba, ocorrida durante o bispado de Dom Adauto na Arquidiocese da Paraíba. Discutiremos em detalhes a fundação da Igreja Nossa Senhora do Rosário posteriormente.

Segundo Souza Júnior (2015), como arcebispo do Estado, Dom Adauto definiu que, para promover reuniões sacerdotais e melhorar a atuação da diocese dentro do território paraibano, era necessário dividir a diocese em onze áreas, distribuídas entre as freguesias e cidades. Para o referido autor, essa distribuição é uma estratégia usada pelo então arcebispo, uma vez que “abarca todas as regiões da Paraíba, do litoral ao sertão, passando pelo brejo, curimataú, agreste e cariri” (Souza Júnior, 2015, p. 163).

A partir daí garantiu-se a presença da Igreja Católica em todos esses espaços, permitindo a implementação do projeto de expansão e reforma almejadas pelo então clérigo. Além disso, possibilitou a proximidade da igreja com a população, por meio de visitas pastorais e da construção e ocupação de paróquias por novos padres, que eram ordenados e enviados para exercer sua função sacerdotal em várias localidades da Paraíba.

Ainda conforme o mencionado autor, nesse contexto, a Diocese da Paraíba surge como um território estratégico no movimento de reforma liderado por Dom Adauto. Durante sua gestão, o religioso enfatizou a importância das visitas pastorais como um elemento fundamental para o fortalecimento da Igreja Católica, permitindo que esta estivesse aproximada da população e fosse receptiva às suas preocupações. O arcebispo apreciava cada aspecto das visitas pastorais, desde as viagens em si, a contemplação das paisagens rurais, até o contato com a população. Para o religioso, as visitas pastorais representavam não apenas um dever, mas também um momento de renovação espiritual, conforme ele mesmo expressava em suas Cartas

Pastorais.

Conforme pondera Souza Júnior (2015), mediante análise desse período pode-se também compreender as suas diversas facetas, incluindo os arranjos políticos, as alianças, o uso da violência como demonstração de força e poder nos municípios, onde a justiça não exercia o seu pleno poder ou estava subordinada às autoridades locais. Foi uma fase marcada pela instabilidade política, após a Proclamação da República, e também religiosa, com o crescimento do protestantismo e espiritismo. Nesse contexto, Dom Adauto não poupou esforços para que a Igreja mantivesse sua posição como instituição privilegiada.

Para conseguir tal propósito, o então clérigo, contou com o apoio político das oligarquias que estiveram no poder ao longo do contexto político da Primeira República. Um dos seus aliados políticos foi monsenhor Walfredo Leal, bem como os irmãos Machado, que se revezaram no poder entre 1894 e 1912, uma prática comum no nosso país, durante a Primeira República, em décadas subsequentes, e podemos dizer que se faz presente até hoje, ao observarmos os arranjos políticos que ocorrem a cada período eleitoral.

De acordo com Souza Júnior (2015), a família Machado, naquela época, fazia parte do grupo dominante e compartilhavam, juntamente com Dom Adauto, suas raízes na cidade de Areia, onde eram colegas de infância e frequentavam os mesmos bancos escolares. Tanto o arcebispo paraibano quanto o referido político, seguiram carreiras eclesiásticas com o apoio e o envolvimento de suas famílias e dos favores políticos mútuos.

Da mesma forma que Dom Adauto, Monsenhor Walfredo Leal também estudou em Roma e, após o seu regresso ao Brasil, tornou-se vigário em Guarabira, que na época era uma freguesia pertencente à cidade de Areia, base eleitoral do Partido Republicano que, posteriormente, ele ajudaria a fundar, juntamente com os irmãos Machado.

Dessa maneira, no mesmo ano em que Álvaro Machado e Monsenhor Walfredo Leal ocuparam os cargos de presidente e vice-presidente estaduais, Dom Adauto assumiu o cargo de Bispo da Diocese da Paraíba, em 1894. O apoio político de seus conterrâneos beneficiou a sua administração ao obter o respaldo dos governantes estaduais para sua política religiosa, inclusive na fundação de paróquias em diversas localidades do Estado.

Dom Adauto colaborou com os dirigentes oligárquicos, celebrando missas, te-déus e solenes pontificias em dias festivos de posse e natalício, atuando como primeiro celebrante em casamentos, batizados e crismas de figuras eminentes dos clãs oligárquicos, e até mesmo integrando comitivas oficiais em recepções, formaturas e viagens pelo interior do Estado (Souza Júnior, 2015, p.169).

O autor ainda destaca que, o longo período em que os irmãos Machado e Monsenhor Walfredo Leal estiveram à frente do cenário político paraibano, possibilitou a Dom Adauto,

condições favoráveis para impor sua autoridade como clérigo. Em 1897, o mesmo fundou o jornal "A Imprensa", um dos poucos diários católicos da época, que apresentou um elemento de munição para enfrentar as campanhas anticlericais realizadas nos primeiros anos de seu episcopado.

As solenidades durante a posse de D. Adauto foram bem ilustrativas do papel que seria reservado à Igreja pelas oligarquias paraibanas na Velha República. Mobilizados pelo Presidente do Estado, Álvaro Machado, amigo de infância do bispo, todas as camadas sociais acorreram ao préstito saudando-o com flores e foguetes por todo o itinerário até a Igreja Matriz. Apagando as diferenças sociais, o jornal oficial do governo salientou a participação das **figuras ilustres até o mais humilde cidadão** nas homenagens ao novo dignitário da Paraíba. (Souza Júnior, 2015, p.168-169. Grifo nosso).

Assim como a família Machado, o Monsenhor Walfredo Leal e Dom Adauto pertenciam ao seio das oligarquias regionais, esses membros foram escolhidos com base em critérios de representatividade política e interesses econômicos e religiosos. Dom Adauto, aproveitou sua aproximação com as elites locais para obter recursos, subsídios e favores que apoiassem a organização eclesiástica e a reafirmação do catolicismo na Paraíba, conforme observado por Souza Júnior (2015).

Consoante o autor supracitado, nesse contexto, Dom Adauto buscou restaurar a influência política e doutrinária da Igreja por meio de campanhas institucionais e missões católicas em todo o interior da Paraíba. Dessa forma, as pequenas povoações do território paraibano também foram contemplados com a construção de novas igrejas, muitas vezes financiadas por famílias ricas da região. Essas construções marcaram a paisagem urbana desses lugares, tornando-se referências arquitetônicas e culturais.

Assim não se fez diferente em Pirpirituba. Segundo Coelho (1955), a Matriz Nossa Senhora do Rosário teve sua origem a partir de uma capela de taipa construída por escravos,⁴⁶ que ali realizavam suas celebrações religiosas. Sobre a mesma, apesar de nossos esforços, ainda não localizamos mais informações a tempo de conclusão da presente dissertação.

As fontes que encontramos nos mostra que, em 1860, a capela foi reconstruída e melhorada com recursos provenientes do capitão Luiz Correia de Mélo, fazendeiro que tinha forte influência econômica e política na localidade. Outrossim, o Sr. José Luís de França

⁴⁶ A invocação do Rosário é tradicional na Igreja Católica, tendo sido instituída no século XIII, por São Domingos de Gusmão. Desde o século XV, em Portugal, diversas Igrejas do Rosário passaram a ser organizadas em torno de Irmandades de Homens Pretos, como aconteceu em diversas cidades brasileiras ao longo do período colonial. Isso não significava que em todas as igrejas do Rosário houvesse necessariamente irmandades de pretos. Em relação à Pirpirituba, não identificamos a eventual existência de uma irmandade de pretos local. Em Areia, município próximo e de grande importância no século XIX, existe remanescente o templo da antiga Irmandade do Rosário dos Pretos.

Segundo, cordelista da cidade popularmente conhecido como Zé Luís, em sua obra “Contos, Cantos e Recantos de Nossa Terra: Pirpirituba em Versos”, acrescenta que a capela citada foi demolida e no seu lugar foi construído no lugar um cruzeiro, mais tarde reformado, dando lugar à igreja matriz, conforme nos descreve através dos seus versos.

20

Como a vida dos negros
Era uma vida infeliz
O povoado foi crescendo
Assim a história diz
Reformaram o cruzeiro
Onde hoje é a matriz.

22

As madeiras pra reforma
Os negros iam buscar
A uma distância muito longa
Difícil de carregar
Hoje o alto da matriz
É o nome do lugar.
(Zé Luís, 2004, p. 15-17).

Zé Luís (2004) utiliza a tradição oral, presente na literatura popular, como fonte para destacar a influência cultural dos negros na construção de um patrimônio do município: a Igreja. Seus versos revelam a origem da igreja e seus construtores, geralmente excluídos das narrativas oficiais: os negros, que geralmente são silenciados das narrativas oficiais.

Embora para escrever um cordel sejam necessárias técnicas específicas como, a rima, a métrica e a musicalidade das palavras, essenciais para a construção de uma obra de qualidade, o cordelista precisa dominar esses recursos para criar um ritmo cadenciado e agradável ao leitor. O cordel⁴⁷ é bastante significativo como fonte histórica, especialmente para o estudo de temas populares e cotidianos que muitas vezes não são registrados em documentos oficiais. Na sua obra, o autor já citado, ainda discorre sobre peculiaridades da Igreja Matriz de Pirpirituba.

38

A história ainda conta
Que no Brasil só existe
Dois sinos como esse nosso
Com tinido alegre e triste

⁴⁷ Para referências adicionais sobre o tema, consultar Lourival Andrade Júnior, professor e pesquisador do Departamento de História do Centro de Ensino Superior do Seridó (DHC-CERES-UFRN), cujas pesquisas se concentram no campo das culturas populares. O professor destaca a importância do cordel como uma fonte valiosa para historiadores, permitindo um diálogo direto com eventos de âmbito nacional, regional e local. Ele enfatiza que não apenas o conteúdo dos cordéis é relevante, mas também as perspectivas oferecidas pelos cordelistas sobre diversos aspectos da vida nacional. Fonte: ANDRADE JÚNIOR (2017). Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488847339_ARQUIVO_Asreligiosafro.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

Um que fica na Bahia
E esse de tino fiche.

39

Por seu badalado elegante
O sino foi batizado
Deram-lhe por devoção
O belo nome Ricardo⁴⁸
Homenageando o padre
Na matriz já enterrado.
(Zé Luís, 2004, p. 25-26).

Figura 12- Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário



Ano Desconhecido

Fonte- Izete Fortuna. Disponível em: <<https://memoriasdepipirituba.blogspot.com>>. Acesso em: 05 maio. 2023.

Ao longo dos anos, a capela foi sendo ampliada e acabou assumindo a forma de uma igreja, após diversas reformas. Em seu relato sobre a construção da Matriz, Barbosa (2013) revisita um fato curioso sobre a possível existência de um cemitério nesse local, quando nos fala:

será que no passado, já existiu um cemitério no local onde construíram nossa Capela, hoje Matriz? Se não existiu, como justificar o aparecimento de vários crânios humanos, quando das fundações dos alicerces para a construção da Torre da Matriz, em 1916? E mais outros objetos inerentes a cadáveres, como sejam: continhas de rosário, pequenas cruzeiras e medalhas de alumínio. Achados esses que chamaram a atenção de quase toda Piripituba, inclusive dos mais idosos (Barbosa, 2013, p. 42).

Segundo o autor, que afirma ter presenciado esse acontecimento, não foram fornecidas informações mais precisas sobre essas descobertas. E que, por ocasião da construção da estrada

⁴⁸ O padre Ricardo José Brasiense, citado no referido cordel, foi o primeiro capelão da Igreja Nossa Senhora do Rosário, “encarregou-se dos trabalhos de ornamentação do Altar-Mor da paróquia” (Barbosa, 2013, p. 43).

de rodagem, um homem que passava pelo local, depois de um período chuvoso, um crânio humano foi afundado com a pata do cavalo, despertando, mais uma vez, curiosidade na população. O cordelista Zé Luís também menciona esse episódio descrito pelo autor anteriormente citado.

23

Também é bom ressaltar,
Que durante aqueles anos
Quando escavavam pra torre
Encontraram muitos crânios,
Ossos, rosários, outras coisas,
De restos mortais humanos
(Zé Luís, 2004, p. 17).

No ano de 1916, o Arcebispo D. Adauto de Miranda Henriques, em visita ao povoado, prometeu a construção de uma nova Matriz e uma nova residência paroquial, que seria criada uma freguesia com sede no então distrito de Pirpirituba. Foi necessário esperar por 09 anos até a Igreja de Nossa Senhora do Rosário obtivesse condição de paróquia, no dia 30 de abril de 1925, por intermédio de uma ação do então clérigo.

Assim como a Escola Monsenhor Walfredo Leal, a Matriz, dentre outras edificações, além de possuírem um valor arquitetônico e histórico, também simbolizam como identidades presentes nas comunidades onde estão incorporadas. Elas representam a crença, os costumes, as identidades e memórias de um povo, e também refletem as transformações sociais, culturais e políticas que ocorrem ao longo do tempo. Além disso, suas histórias também podem trazer lados menos perceptíveis e dignos de investigação, como o caso dos vestígios humanos no terreno da Matriz do Rosário. Eis uma questão a ser aprofundada.

Certamente, fizemos aqui uma seleção de duas referências importantes da cidade, destacadas com grande ênfase pela população local, tanto nos questionários dos alunos realizados no ano de 2022, como presente no levantamento arquivado no NDIHR, quanto nos resultados da disciplina eletiva atual, no qual esses dois patrimônios foram os mais mencionados.

No entanto, devemos perder de vista que a cidade é constituída por outras memórias e patrimônios – materiais e imateriais – que podem nos contar outras histórias. Na nossa própria vivência e observações, destacamos a presença tradicional de “benzedeiros” na região, que são marcas importantes de uma prática popular ainda muito ativa. Mesmo olhando para esses dois patrimônios da cidade, se soubermos fazer as indagações mais atentas, novas leituras podem surgir, trazendo um passado muitas vezes mais diverso que os memorialistas locais captaram em suas obras.

CAPÍTULO 3 – ESTUDANDO A HISTÓRIA DE PIRPIRITUBA: PATRIMÔNIO E MEMÓRIA COMO FONTES DE APRENDIZAGEM HISTÓRICA

“A construção dialógica do ambiente de aprendizagem e de produção do conhecimento histórico, só é possível se experimentarmos as angústias, as lágrimas, os saberes e experiências. Somos todos sujeitos inseridos nesse processo. Não podemos nos colocar acima dos alunos, mas andarmos juntos com eles [...]”.

Maurício Araújo

Neste capítulo, antes de adentrarmos propriamente ao projeto que realizamos no ProfHistória, vamos articulá-lo ao percurso de uma trajetória docente, na qual as experiências pregressas, com seus êxitos e insucessos, foram criando aprendizados significativos que nos fizeram escolher o objeto e o produto final desta pesquisa. No meio do caminho, muitas indagações sobre os sentidos da docência, a questão da memória, o propalado “desinteresse dos alunos” e uma série de outros questionamentos foram fazendo parte do trajeto.

Ao longo das discussões aqui apresentadas, trataremos de questões sobre a natureza da docência, o papel da memória, a percepção da necessidade de práticas que colaborem para o despertar do interesse dos alunos pelas identidades que estão ao seu redor e uma série de questionamentos que permearam essa trajetória. É necessário superar a percepção comum, por parte dos nossos alunos que, estudar História se limita apenas a aprender fatos distantes e descontextualizados de sua vivência e demonstrar a importância de compreender as perspectivas de análises históricas dos problemas atuais, promovendo uma visão mais abrangente da sua comunidade com outros âmbitos e tempos distintos, conforme destacado no primeiro capítulo.

Assim sendo, a conscientização dos alunos sobre a importância do patrimônio histórico cultural está intrinsecamente ligada às discussões anteriores sobre o ensino de História. Pois por meio de atividades ligadas à Educação Patrimonial, é possível construir uma compreensão da história local das referências culturais em todas as suas expressões, por meio do diálogo, entre as edificações históricas, as pessoas e suas manifestações culturais que permeiam o cotidiano dos estudantes. Visando contribuir para o reconhecimento, valorização e preservação dos patrimônios da cidade, sempre considerando o contexto político, das memórias e identidades das partes envolvidas.

Dessa forma, acreditamos que a promoção de práticas pedagógicas com vistas à Educação Patrimonial nas escolas, complementa o processo de construção da consciência

histórica, fortalecendo o entendimento e o vínculo dos alunos com sua comunidade e seu passado, bem como a percepção de que o presente também é uma história em construção e que desafia a cidadania a um papel ativo. Nessa perspectiva, optamos por trazer as experiências e tentativas de promover práticas de ensino de História dentro da perspectiva da História Local, num esforço de fazer com que os espaço de memórias e práticas cotidianas dos alunos e sua comunidade sejam valorizadas e preservadas.

Para uma questão de fluência à pesquisa e de viabilidade do cronograma de elaboração da dissertação do ProfHistória e do produto, optamos por selecionar os patrimônios culturais de Pirpirituba. Escolhemos a Igreja Nossa Senhora do Rosário e a Escola Monsenhor Walfredo Leal, com base em referências recorrentes dos alunos e nas atividades desenvolvidas nas escolas da rede municipal de ensino, que fizeram parte do projeto de resgate histórico de Pirpirituba feita pelo NDIHR, em 1990, como mencionado no segundo capítulo. Outrossim, a sua acessibilidade permitiu um trabalho com a Escola, o que seria dificultado em relação a patrimônios em lugares fisicamente mais distantes.

Dessa forma, o projeto articulando a pesquisa do ProfHistória e o calendário e demandas escolares se consubstanciou na oferta de uma disciplina optativa no ano letivo 2023 e da realização de um Estudo do Meio em torno do patrimônio local. Esta iniciativa procurou não apenas enriquecer o currículo escolar com uma abordagem interdisciplinar e contextualizada, mas também promover uma maior integração entre a teoria acadêmica e a prática educacional. Além disso, o Estudo do Meio proporcionou uma oportunidade para os alunos explorarem e compreenderem de forma mais profunda a história e a cultura de sua comunidade, fortalecendo assim o seu senso de identidade e pertencimento, conforme detalharemos mais adiante.

3.1 Realizando experiências com a História Local

No exercício da docência, o (a) professor (a) se vê diariamente com desafios que exigem uma reflexão constante sobre sua prática e busca por conhecimentos que estimulem o interesse dos alunos pelo aprendizado. Nesse contexto, é relevante ressaltar a experiência profissional de longa data no campo do ensino básico, especificamente no que diz respeito à disciplina de História. Buscando abordagens que tornem o ensino da História atraente para os alunos, oferecendo as bases possíveis para a construção de uma consciência histórica significativa.

Diante das indagações tão presentes no cotidiano em sala de aula, percebemos que, primeiramente, faz-se necessário romper com a noção que se perpassa entre os alunos que,

estudar História, limita-se a aprender fatos de um passado supostamente distante e irrelevante para suas vidas. É preciso mostrar a importância de compreender as raízes históricas dos problemas e questões atuais, promovendo uma visão crítica e reflexiva sobre a sociedade em que se vive e estabelecendo um diálogo ativo entre presente e passado, que permita com que ambos os períodos se enriqueçam mutuamente.

Também é notório que para muitos alunos, o estudo é motivado apenas pela necessidade de passar nas avaliações e obter uma nota que o conduza a aprovação no final do ano letivo. Mesmo quando se busca inovar a prática em sala de aula, utilizando recursos tecnológicos disponíveis na escola na tentativa de estimular uma postura mais participativa e criativa dos alunos, é perceptível o desafio de estimular sua curiosidade ativa e crítica, instigar seu engajamento e superar o possível alheamento, que muitas vezes vai além do simples “desinteresse” frequentemente naturalizado e atribuído exclusivamente aos estudantes, quando na realidade envolve uma série de questões mais complexas.

Assim, o enfrentamento desse fenômeno emerge como uma necessidade premente, demandando abordagens eficazes. A explicação para essa questão, frequentemente observada na prática em sala de aula, e os métodos para confrontá-la e superá-la, transcendem a simples rotulação como “desinteresse”, uma vez que, esta perspectiva não oferece uma explicação suficiente para essa realidade.

Assim sendo, é necessário enfatizar que, essa situação não se limita apenas às questões intrínsecas aos alunos, mas é influenciada por diversos fatores, que incluem desde a difícil realidade social que confronta até o próprio sistema educacional que, gradativamente, vai matando a curiosidade indagativa e o senso de problematização. Essa circunstância é resultado de um processo, no qual o aluno chega à sala de aula após ter percorrido frequentemente uma extensa trajetória de aprendizado baseada na memorização de conteúdos, que gradualmente foi matando a sua sensação de participação ativa e seu sentido de sujeito do conhecimento.

Na discussão sobre as finalidades do ensino de História, Borne (1998) destacou o que consideramos uma das tarefas fundamentais na prática docente de professores de História no ensino básico,

O ensinar a história é, em primeiro lugar, levar os alunos a se apropriarem de uma linguagem específica. (...) Apropriar-se de uma linguagem não passa por uma simples memorização, e sim pela aprendizagem das operações intelectuais que permitem a construção de um discurso. Como historiador, mas no nível que lhe é próprio, o aluno deve descobrir, analisar, classificar. Em suma, operar um ordenamento no tempo. (...) Pouco a pouco, os alunos aprendem as operações que conduzem a “fazer história”. A história não é dada a priori, ela se constrói. Manipular dados e, combinando-os, produzir sentido: a história é uma aprendizagem do exercício do pensamento lógico e crítico. (Borne, 1998, p. 139).

Além disso, segundo o referido autor, o campo dessa linguagem específica, a qual é a linguagem do conhecimento histórico, abre as portas para a aprendizagem da liberdade, pois possibilita a compreensão da diversidade de experiências humanas; da tolerância, ao remover o temor do desconhecido; e da solidariedade, ao contribuir para a formação de uma comunidade de memória escolhida espontaneamente.

Reforçando essa perspectiva, Silva (2019) nos chama a atenção para a necessidade de reconceitualizar o espaço escolar como um ambiente de construção do conhecimento, em vez de ser simplesmente um lugar de reprodução. A partir dessas premissas, o papel do professor na educação básica foi redefinido, sendo visto como um sujeito que cria e aplica conhecimentos no ato de ensinar. Pois,

os saberes da experiência são os constituídos no exercício da prática cotidiana da profissão, fundados no trabalho e no conhecimento do meio [...] a existência dos saberes da experiência, que não são para e sim da prática, aqueles que têm origem na prática cotidiana do professor em confronto com as condições da profissão. (Monteiro, 2001, p. 130-131).

Da mesma forma, Perrenoud (1999, p. 36) aprofunda a reflexão sobre a profissão docente, afirmando que as competências do professor não se constroem apenas durante a sua formação acadêmica, “mas também ao sabor da navegação diária de um (a) professor (a), de uma situação de trabalho à outra”. De modo que, a sua competência profissional envolve a busca de um amplo repertório de estratégias e abordagens, bem como a identificação perspicaz daquelas que são mais relevantes na sua prática.

Nesse contexto, o (a) professor (a) tem a capacidade de tornar sua relação com o conhecimento e a pesquisa acessível e atraente, promovendo a cumplicidade e a solidariedade na busca pelo conhecimento, permitindo que os alunos se envolvam no processo de aprendizagem.

Ainda, conforme Perrenoud (1999, p. 33), “a construção do conhecimento é uma trajetória coletiva que o (a) professor (a) orienta, criando situações e dando auxílio, sem ser o especialista que transmite o saber, nem o guia que propõe a solução para o problema”. Dessa forma, uma situação de aprendizagem não ocorre ocasionalmente, ela é cuidadosamente elaborada por meio de dispositivos que apresentam desafios aos alunos.

Considerando essas abordagens, neste espaço, peço licença para compartilhar algumas reflexões sobre meus primeiros passos como professora de História, que mesmo sem uma compreensão teórica completa das ideias de Silva (2019), Monteiro (2001) e Perrenoud (1999), já buscava uma prática de ensino alinhada com suas propostas.

Desde 2006, quando comecei a lecionar na Escola Estadual de Ensino Médio Otávia

Silveira, em Mogeiro–PB, enfrentei desafios significativos no ensino dessa disciplina. Vale mencionar que antes de concluir minha graduação em História, no ano de 2004, já me encontrava ministrando aulas de matemática e língua portuguesa, na Escola Maria José de Miranda Burity, na cidade de Serra da Raiz–PB, desde 1998.

Após a conclusão do curso de Licenciatura em História, logo consegui aprovação no concurso público para professora da rede estadual de ensino. A partir de então, atuando na minha área de formação, direcionei minhas aulas para os conteúdos apresentados no livro didático, selecionando aqueles que considerava relevantes. Meu objetivo era promover debates em sala de aula e desenvolver o pensamento crítico dos alunos.

No entanto, logo percebi a necessidade de modificar minha abordagem pedagógica, considerando que esta não propiciou oportunidades para debater e refletir sobre a realidade vivenciada pelos alunos no contexto do processo de ensino-aprendizagem. E como pondera Rüsen (2001, p. 25) “não se pode de forma alguma pensar um processo histórico de conhecimento em que o próprio sujeito do conhecimento **deixe** de debruçar-se sobre si mesmo” (Rüsen, 2001, p. 25. Grifo nosso).

Daí em diante, passei a planejar minhas aulas de modo a levar para a sala de aula as narrativas pertinentes ao contexto local, sem deixar de relacioná-las ao contexto nacional e sem abandonar os temas propostos pelo livro didático. Iniciei o debate sobre a comunidade, na qual estes alunos faziam parte, a história da sua família, moradores da comunidade que podiam contar sobre a história da localidade, as festas tradicionais, as “histórias de Trancoso”⁴⁹, dentre outros. Pois como bem nos colocam Schmidt e Cainelli:

[...] um aspecto importante do ensino da História é a etapa em que o aluno registra sua própria história, a de seu grupo familiar e a do segmento social ao qual pertence e articula-se com os conteúdos ou tema estudado. [...] pelo diálogo com o passado e o presente, identificam as possibilidades de intervenção e participação na realidade em que vivem (Schmidt; Cainelli, 2009, p. 161-162).

Considerando que muitos desses alunos não tinham conhecimento das memórias de suas famílias e dos patrimônios de sua cidade ou tendo conhecimento não os valorizavam, meu objetivo era promover a consolidação de uma consciência histórica por meio de suas memórias

⁴⁹ No Nordeste brasileiro este termo é usado para referir-se a contos da literatura oral, que fazem parte da cultura popular. Os contos apresentados nas Histórias de Trancoso tiveram um papel significativo na tentativa de justificar a dominação portuguesa sobre os indígenas, apresentando um forte viés moral e religioso. No entanto, é possível identificar elementos narrativos que fazem referência a sinais da tradição oral luso-indígena, como, por exemplo, a presença das figuras da "Negada" e do "Pai do Mato", imagens que não eram encontradas nos contos portugueses, mas que se consolidaram nas narrativas atuais no Nordeste brasileiro. Ao longo dos anos, essas narrativas assumem diferentes formas de expressão recreativa, sendo tradicionalmente consideradas como passatempos tanto no contexto da vida familiar privada quanto em certos espaços coletivos (Oliveira, 2020, p. 13-57).

familiares e a construção de sua identidade como sujeitos históricos. Visto que, "a memória familiar é uma construção coletiva, uma corrente de pensamento contínua [...] que retém do passado somente o que está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém" (Halbwachs, 2003, p.81- 82).

Além disso, conforme observa Oliveira (2010, p. 27) a discussão acerca dessa memória, sua interconexão com a construção histórica e a própria formação de um patrimônio é algo bastante necessário. Nessa perspectiva, comecei a utilizar a metodologia de ensino de História Local, buscando fazer emergir as memórias e a história das origens dos alunos, de suas famílias, de sua comunidade e do município na sua totalidade.

Minha intenção não era apenas fornecer informações e dados sobre os eventos, fatos, personagens e processos históricos, mas sim estimular os estudantes a questionar esses conhecimentos e a relacioná-los com as questões que impactavam suas vidas, visto que, as memórias são construídas “pelos costumes, hábitos, saberes, festas, comemorações, lugares, construções e fatos compartilhados pelos habitantes de uma determinada localidade. [...] **Interferindo diretamente na construção** da identidade das pessoas que moram nessas localidades" (Berutti; Marques, 2009, p 67. Grifo nosso). Dessa forma, os alunos poderiam compreender seu lugar num contexto mais amplo, permitindo, assim, que eles se sentissem como parte desse processo de construção da história.

Ao longo dos meus 16 anos de experiência como professora de História, incorporei o trabalho com a História Local e o Patrimônio Cultural em minha prática docente, mesmo diante das limitações inerentes à realidade da escola pública, bem como a todo um processo paulatino de aprofundamento de leituras e práticas, que foram se consubstanciando em reflexões que acabaram, por sua vez, desembocando na presente pesquisa. Reconheço que a falta de recursos e o grande número de alunos podem representar obstáculos para a oferta de um ensino de qualidade.

No entanto, acredito firmemente na possibilidade de superar esses desafios, adaptando os subsídios pedagógicos que se tem disponível na escola, no intuito de promover o envolvimento ativo dos alunos no processo de construção do conhecimento, por meio de atividades que abrangem entrevistas com membros da comunidade, pesquisas de fotografias antigas em álbuns de família, estudos do meio, e outras estratégias de ensino. Tendo em vista que, a prática docente em sala de aula transcende a simples transmissão de informações, na qual o professor é mediador da construção do saber histórico, esse processo ocorre em colaboração mútua entre o educador e o educando, conforme pondera Paulo Freire (1996, p. 25).

Considerando as experiências vivenciadas, optei por continuar com minha prática de

ensino, buscando estabelecer conexões entre os conteúdos abordados nas turmas que eu lecionava com a história local e regional. Meu objetivo primordial era tornar as abordagens históricas mais relevantes e significativas para as experiências pessoais dos alunos, visto que,

[...] o ensino de História deve efetivamente superar a abordagem informativa, conteudista, tradicional, desinteressante e não significativa para professores e alunos e que uma das possibilidades para superação é sua problematização. [...] quando é necessário haver uma abordagem e desenvolvimento importante das noções de tempo e espaço, juntamente com o início da problematização, da compreensão e explicação histórica e o contato com documento (Bittencourt, 2008, p. 121).

No entanto, quando se pretende despertar o interesse dos alunos por perspectivas alternativas sobre o seu próprio lugar e as identidades presentes neles, os desafios são constantes. Isto torna-se particularmente desafiador para os alunos, que estão fortemente influenciados pela globalização, pelo mundo da tecnologia avançado⁵⁰ e pelo rápido fluxo e rotatividade de informações. Pois a tirania do presente, onde “tudo acontece como se nada mais existisse além do **hoje**” (Hartog, 2013, p. 40. Grifo nosso), é uma constante no comportamento de nossos alunos e tende a dificultar o ensino de História.

Nesse contexto, percebi também que, dentro da escola, que funciona como um espaço para diversas experiências trazidas pelos alunos, adquiridas por meio de suas relações individuais e coletivas, há forte prevalência do presentismo⁵¹ nas mídias, como, as redes sociais, que têm uma influência significativa na formação das visões de mundo de nossos alunos. Muitas vezes, eles compartilham naturalmente notícias falsas, pois o passado tem pouco significado ou valor em relação ao presente. Hartog problematiza essa questão quando nos alerta que,

O presente tornou-se o horizonte. Sem futuro e sem passado, ele produz diariamente o passado e o futuro de que sempre precisa, um dia após o outro, e valoriza o imediato. [...] A economia midiática do presente não cessa de produzir e de utilizar o acontecimento, já que a televisão deu sequência ao rádio. Porém, com uma particularidade: o presente, no momento mesmo em que se faz, deseja olhar-se como já histórico, como já passado (Hartog, 2013, p. 148-150).

Por sua vez, ainda antes de Hartog, Marc Bloch (2001) nos anos 1940 já insistia na necessidade de um constante diálogo entre presente e passado, permitindo uma iluminação

⁵⁰ Refiro-me aqui a uma visão persistente que identifica tecnologia apenas com técnicas avançadas do mundo digital, que desconhece que as mais diversas sociedades humanas, em tempos e espaços distintos, produzem técnicas, como os indígenas, por exemplo, que desenvolveram toda uma tecnologia de fabricação das farinhas de mandioca, herdadas pela sociedade brasileira, expressas nas fotos “Mexendo a Farinha no Forno: Tradições e Práticas em Pirpirituba” e “O Ritual de Coar a Mandioca em Pirpirituba”, apresentadas no capítulo 1, p. 61, nesta dissertação.

⁵¹ HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

mútua entre ambos, sem um culto ao que denominava “ídolo das origens” ou um comportamento de alguns de total abandono das referências aos tempos mais remotos, aos quais denominava de “devotos do imediato”. Dessa maneira, sintetiza com propriedade meu raciocínio sobre o assunto, afirmando que “a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas não vale a pena esgotar-se para compreender o passado quando nada se sabe do presente” (Bloch, 2001, p. 65).

Esta questão torna ainda mais desafiador o trabalho com a temática local, especificamente em Pirpirituba, uma vez que, a cidade está próxima à Guarabira, considerada a capital do brejo paraibano, com uma oferta de serviços, trabalho e entretenimento, o que torna a cidade pouco atraente para os alunos, que relatam ser um local que não oferece nada de relevante. Entretanto, isso não se tornou um entrave que me impedisse de trabalhar com a história local e Educação Patrimonial em sala de aula.

Dessa forma, quando comecei a lecionar na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Augusto de Almeida, em Pirpirituba, em 2012, precisei analisar o perfil dos alunos, para, assim, continuar usando a História Local como metodologia de ensino de História, assim como fiz em outras instituições em que já havia trabalhado.

Nesse momento, já se evidenciava a atenção que acabou sendo dada pelos alunos à cidade de Pirpirituba em relação ao seu contexto regional e às cidades vizinhas. Essa percepção ocorreu devido à ausência de abordagem da temática sobre sua própria cidade nos Anos Finais do Ensino Fundamental, levando a uma introdução tardia do ensino de História Local com uma perspectiva localista.

No ano de 2013, dei um passo maior para um trabalho mais consistente com a História Local, quando juntamente com as professoras: Josefa Dias de Pontes, professora de língua inglesa e Larissa Bizerril da Silva, professora de biologia, desenvolvi um projeto de intervenção com as turmas dos 3º anos, do Ensino Médio, manhã e tarde, da referida escola. O projeto intitulado: “Nos Caminhos do Padre Ibiapina⁵² - Turismo Religioso e Sustentável no Brejo Paraibano – Pirpirituba–PB”, buscou promover ações voltadas para a conscientização e valorização do patrimônio natural e cultural dessa cidade.

Aqui se faz necessário falar a respeito do referido roteiro, “Caminhos do Padre Ibiapina”

⁵² O Padre Mestre Ibiapina (José Antônio de Maria Ibiapina, 1806-1883) foi um importante sacerdote católico nascido no Ceará e falecido na Paraíba, que peregrinou por diversos lugares da atual região Nordeste, com obras de grande destaque, como as Casas de Caridade, que deixaram seu nome em grande relevo em toda a região, sendo reconhecido como “Servo de Deus”, um dos passos para a possível canonização pela Igreja Católica. Disponível em: <https://www.ufpe.br/arquivocj/curiosidades/-/asset_publisher/x1R6vFfGRYss/content/padre-mestre-ibiapina/590249>. Acesso em: 04 jul. 2023.

também conhecido por “Caminhos do Brejo”⁵³ criado no ano de 2004. Esse itinerário turístico e de peregrinação, composto por 4 trilhas, abrange várias cidades da região do Brejo e do Curimataú paraibano, dentre as quais, Pirpirituba. Inspirado nos caminhos de Santiago de Compostela (Espanha) e Caminho da Fé (São Paulo), foi desenvolvido pela Organização da Sociedade Civil e de Interesse Público (OSCIP) *Para’iwa* com financiamento do Governo do Estado, PBTur⁵⁴ e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), visando redescobrir os lugares por onde o padre passou em suas peregrinações pelo nordeste entre 1856 e 1863. Todos os percursos partem do Memorial Frei Damião até o Santuário Padre Ibiapina, em Solânea–PB, local onde o padre está sepultado.

Figura 13– Roteiro Turístico "Caminhos do Padre Ibiapina"



Fonte: Publicação do site Paraíba Criativa. **Ano:** 2016.

Disponível em: <https://paraibacriativa.com.br/artista/caminhos-do-padre-ibiapina/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

Durante a caminhada, que decorre em estradas de terra batida, os peregrinos podem fazer o percurso a pé, de bicicleta ou a cavalo, sempre entre os dias 15 e 19 de cada mês, durante todo o ano. Ao final das quatro trilhas, os participantes recebem um certificado da Flor do Cedro, árvore que dá sombra no jardim do Memorial Padre Ibiapina, em Santa Fé, símbolo

⁵³ As informações sobre o referido roteiro foram escritas com base no site da Prefeitura de Guarabira–PB. Disponível em: <<https://guarabira.pb.gov.br/noticia/turismo-religioso-prefeitura-participa-de-reuniao-que-visa-reativar-os-caminhos-do-padre-ibiapina>>. Acesso em: 31 maio. 2023.

⁵⁴ A Empresa Paraibana de Turismo S/A - PBTUR é uma Sociedade de Economia Mista vinculada à Secretaria de Estado do Turismo e do Desenvolvimento Econômico - SETDE, responsável por promover iniciativas, planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do turismo no Estado da Paraíba. Sua criação ocorreu por meio da lei 3.779, publicada no Diário Oficial do Estado em 27 de maio de 1975. Disponível em: <<https://www.pbtur.pb.gov.br>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

representativo do projeto, que também serve como guia durante o percurso das trilhas⁵⁵.

Nessa perspectiva, considerando que as romarias são atividades relevantes no nosso país, principalmente no nordeste, o ritual da peregrinação, uma herança cultural muito forte na região onde os alunos estão inseridos, entendi que o desenvolvimento de ações voltadas para o reconhecimento e preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental da região seria uma tarefa significativa, e que tais iniciativas poderiam contribuir de maneira substancial para a transmissão do legado cultural e histórico do passado para as gerações envolvidas nesse processo de ensino-aprendizagem.

O referido projeto de intervenção foi desenvolvido, para promover uma aprendizagem significativa no convívio social dos alunos envolvidos. Para alcançar essa meta, na disciplina de história, durante sua execução foi inserido o estudo sobre a Guerra de Canudos, a história de vida e peregrinação do padre Ibiapina, considerando a forte influência que este teve em todo o Nordeste, inclusive sobre a figura de Antônio Conselheiro, o célebre beato que liderou o arraial de Canudos. Para tanto, utilizei materiais como a bibliografia do religioso e o vídeo "Eu sou o servo - Um Filme sobre o Padre Ibiapina"⁵⁶, além de um texto explicativo sobre Patrimônio Cultural.

Figura 14– Padre Ibiapina



Fonte: Fundação Padre Ibiapina. Ano e autor (Desconhecidos)

Disponível em: < <http://fundacaopadreibiapina.org.br/historico/>>. Acesso em: 22 abr. 2024.

⁵⁵ Foram construídas pequenas colunas de concreto, com a figura da flor do cedro no decorrer de todo o percurso do roteiro, para orientar os peregrinos. Em frente à escola havia um desses guias, muitas vezes cobertos pelo mato.

⁵⁶ O filme em questão foi retirado do YouTube no seguinte endereço eletrônico: <<https://www.youtube.com/watch?v=1jyXyAPFk7o>>. É relevante destacar que as orientações religiosas dos participantes do projeto foram devidamente respeitadas, e sua utilização teve o propósito de fornecer informações sobre a biografia do líder religioso mencionado.

Além disso, organizei uma palestra e duas aulas de campo, uma que saiu da escola Augusto de Almeida até a Cachoeira do Roncador, um patrimônio natural localizado na cidade de Pirpirituba–PB, e outra, saindo da cidade até o Santuário Padre Ibiapina, em Solânea–PB. Durante o percurso, os alunos puderam observar os bens culturais da localidade, bem como os das cidades que fazem parte desse itinerário.

Figura 15- Alunos em aula de campo – Cachoeira do Roncador- Pirpirituba–PB



Ano: 2013

Fonte: Arquivo pessoal

Figura 16- Turma na entrada do Anfiteatro Padre Ibiapina – Solânea–PB



Ano: 2013

Fonte: Arquivo pessoal

Como culminância do projeto, os alunos tiveram a oportunidade de expor os trabalhos

produzidos durante as oficinas realizadas ao longo dessa proposta pedagógica, levando em consideração que os bens culturais permitem refletir sobre nossa própria historicidade, e que a sua preservação é uma garantia para que as futuras gerações tenham acesso a essa herança cultural e a uma memória coletiva plural, possibilitando que a comunidade escolar tivesse acesso a essas produções e despertando a atenção para a importância de valorizar o Patrimônio Cultural.

Prosseguindo com minha abordagem pedagógica em sala de aula e explorando temas que partiam do contexto local para regionais, nacionais e globais, em 2017, desenvolvi o projeto "O Lugar Onde Moro", com os alunos do 7º ano A, manhã. Essa temática foi articulada aos estudos das cidades medievais, o que, por sua vez, foi articulada à realidade do lugar onde os alunos residiam.

No âmbito desse projeto, foram realizadas diversas atividades para engajar os discentes com a realidade de sua comunidade. Eles foram incentivados a realizar pesquisas sobre a história e a geografia do local, identificando suas características, aspectos culturais, econômicos, bem como questões sociais e políticas da comunidade. Tais iniciativas encontram-se em consonância com as ponderações de Bittencourt (2008, p. 171), ao ressaltar que cada localidade possui particularidades que demandam compreensão por meio da análise dos elementos que a constituem e suas funcionalidades.

Nesse contexto, os estudantes tiveram a oportunidade de apresentar seus trabalhos, por meio de exposições orais e escritas sobre o lugar em que vivem, além de produzirem materiais visuais pertinentes à temática. Para enriquecer as atividades, foram conduzidas entrevistas com membros da comunidade local, como moradores mais antigos, buscando informações sobre a história, tradições e experiências do cotidiano da comunidade.

Dessa maneira, ao identificar a dinâmica própria do seu lugar, os alunos foram incentivados a perceber as transformações que ocorreram no seu espaço de vivência ao longo do tempo, compreendendo a articulação desse processo com as relações externas e outras localidades. Assim, essa abordagem oportunizou aos estudantes a percepção das interferências dessas questões tanto em suas relações cotidianas quanto naquelas de indivíduos de outras localidades.

O trabalho docente me colocou diante de muitos desafios, no período de 2018 a 2022, envolvendo transições entre escolas, adaptação ao ensino remoto devido à pandemia e mudanças curriculares provocadas pela BNCC e pelo Novo Ensino Médio. Nesse cenário, o currículo oficial proposto pela BNCC passou a ser priorizado na minha prática docente. Essa situação, juntamente com as constantes cobranças para o preparo do aluno para o Enem, levou-

me a “abandonar” as abordagens do contexto local em sala de aula, priorizando o currículo oficial.

Oportuno destacar que, as mudanças implementadas pela Reforma no Ensino Médio também ocasionaram uma redução significativa na carga horária da disciplina de história, limitando-a, a apenas uma aula semanal. Essa alteração acarretou impedimentos na elaboração de um planejamento de ensino capaz de atender ao currículo oficial, incluindo atividades voltadas para o contexto da cidade de Pirpirituba. Entretanto, apesar dessas restrições, optei por continuar trabalhando com a temática local através do estudo dos espaços de memórias, nas aulas de itinerário formativo.

Dessarte, o ingresso no ProfHistória abriu novos horizontes em meu percurso como professora e pesquisadora, proporcionando o aprofundamento em conhecimentos voltados para a história local através do estudo de patrimônios culturais, por meio das leituras sugeridas no curso, que me proporcionaram o contato com estudiosos sobre o campo da historiografia e do ensino de História, a troca de experiência com os colegas de sala, assim como, as discussões promovidas pelos professores, possibilitaram conhecimentos mais consistentes sobre a temática que envolve as abordagens anteriormente referenciadas.

O decorrer do mestrado trouxe muitas vivências, a exemplo do estudo do meio realizado pelo professor Ângelo Emílio, no centro histórico de João Pessoa. Essa atividade proporcionou a ampliação do meu conhecimento sobre a História da Paraíba com o panorama histórico nacional, ao mesmo tempo, contribuiu para a aquisição de habilidades práticas voltadas para a realização de um estudo do meio.

A participação em congressos também propiciaram novas perspectivas de ensino pautadas na temática local, colaborando para enriquecer o que aprendi ao longo do mestrado. Dessa forma, o ProfHistória não apenas permitiu uma observação crítica sobre minhas experiências passadas, mas também levou a uma reflexão profunda sobre as lacunas, que precisavam ser superadas, e os aprimoramentos, que deveriam ser implementados no âmbito da minha prática metodológica.

Tudo isso convergiu para que eu pudesse articular o estudo da história local à educação patrimonial, no âmbito de um programa de Pós-Graduação que tivesse na reflexão acerca do ensino de História o seu cerne, aliados, por sua vez, à experiência concreta desse ensino no espaço escolar. Embora sejam conceitos diferentes, Educação Patrimonial e Estudo Meio possuem grandes possibilidades de convergência – mesmo se confundindo em diversos momentos.

Por fim, para por essas questões no plano prático, defini a oferta, na Escola Walfredo

Leal para o ano letivo de 2023, de uma disciplina optativa, que tivesse essa finalidade, bem como colocasse os estudantes em situação de trabalho de campo com o patrimônio local, selecionado de acordo com critérios que discorreremos mais adiante.

Para tanto, desenvolvi uma atividade de estudo do meio, realizada em Pirpirituba, cujos detalhes serão descritos mais adiante. No entanto, antes de prosseguir com a descrição detalhada, é pertinente apresentar algumas ponderações sobre a referida metodologia de ensino, que não podem ser ignoradas.

3.2 O estudo do meio como abordagem histórica

Novos conhecimentos é o que propõe o estudo do meio. Essa prática pedagógica, inclui etapas que antecedem a atividade de campo, o próprio estudo do meio, e fases posteriores à saída da escola, dedicadas à sistematização da pesquisa e de todo o processo educativo, como evidencia Bittencourt (2008).

Para a realização de um estudo do meio, há que tomar uma série de cuidados; porque seus objetivos englobam três aspectos: o aprofundamento de conteúdos (conceitos e informações de cada uma das disciplinas envolvidas), a socialização dos alunos e a sua formação intelectual (observação, comparação, analogias) (Bittencourt, 2008, p. 281).

O estudo do meio tem sido adotado em muitas instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas, principalmente da Educação Básica, mas não exclusivamente desta etapa de ensino, pois no Ensino Superior, muitos são os docentes que inserem no seu plano de curso as “saídas campo”, denominação dada a esse tipo de atividade.

Na concepção contemporânea, essa atividade pedagógica representa uma metodologia de ensino interdisciplinar que busca superar a fragmentação do conhecimento, promovendo uma maior integração não apenas entre as disciplinas, mas também entre os professores e são frequentemente utilizadas para explorar e compreender a história local, proporcionando o diálogo com questões próximas à realidade dos estudantes, e até mesmo com experiências e contextos diferentes.

Embora esteja muito em voga, os estudos do meio não se constituem práticas escolares exatamente recentes, Santos e Schneider (2022) e autores como Jean-Nöel Luc (1981) e Bittencourt (2008) trouxeram aportes importantes a essa questão. Por outro lado, se distinguem de um mero passeio escolar, porque estão fincados no planejamento das disciplinas, articulados aos conteúdos estudados. Não são atividades que se façam no improviso ou desconectadas da

sala de aula.

Inicialmente, Luc (1981) discute a importância do desenvolvimento da capacidade de leitura do meio, permitindo um potencial de reconstrução da paisagem por intermédio da observação e do estudo. Se as reflexões de Luc (1981) se remetem ao estudo de História por parte de crianças, elas podem ser transcendidas para outras faixas etárias:

O Estudo do meio indica mais um “processo de observação” que um meio particular. Processo que se organiza ao redor dos vestígios históricos clássicos, mas também ao redor de todas as marcas, de todo indício deixado pelo passado próximo ou remoto. De acordo com esta concepção, nenhum meio deve ser considerado desfavorável. Esta definição dos vestígios do passado não profana o conceito de fonte histórica, mas não se limita apenas aos documentos escritos (Luc, 1981, p. 74).

A conhecida pesquisadora sobre o ensino de História, Circe Bittencourt (2008), trouxe reflexões, que buscam respostas para questionamentos que frequentemente norteiam a prática docente, no que concerne aos conteúdos e práticas de ensino de História para crianças, jovens e adultos. Nesse relato, no capítulo 04 “Procedimentos metodológicos em práticas interdisciplinares”, páginas 273 a 287, dentre as metodologias que envolvem a interdisciplinaridade, a autora tece considerações sobre o estudo do meio, apresentando alguns exemplos de atividades desenvolvidas em escolas públicas de São Paulo, nos anos 1980 e 1990.

Circe Bittencourt (2008) nos mostra que esta é uma prática que se configura como uma “tradição escolar”, embora seus objetivos possam variar entre cada professor. Para ela, planejar atividades extracurriculares para os alunos é geralmente algo bem recebido e sempre considerado de forma proveitosa, tanto pela motivação que gera nos discentes quanto pelas oportunidades pedagógicas que pode proporcionar. A autora ainda pondera que, o estudo do meio é muitas vezes associado a uma simples excursão ou passeio, sem efetivamente representar um verdadeiro “estudo de campo”, que seria um momento específico de aprendizagem mais dinâmica e significativa.

Bittencourt (2008) descreve as experiências envolvendo conhecimentos na área de Química, nas quais o professor de uma escola pública de São Paulo, levava seus alunos para observarem as indústrias do bairro da escola e aprenderem sobre o conteúdo abordado na sala de aula. Durante o estudo, outras disciplinas, como Geografia e História, conectaram-se à matéria de Química, cuja finalidade era aprofundar conteúdos do currículo escolar.

A possibilidade de concretizar estudos interdisciplinares por intermédio de estudo do meio é indiscutível. Embora História e Geografia sejam consideradas as disciplinas privilegiadas para: a realização de atividades como essa, todas as demais podem-se integrar no estudo de um quarteirão, bairro, fazenda ou indústria (Bittencourt, 2008, p. 274).

Posteriormente, são descritas outras situações de estudo, em uma escola municipal de São Paulo, nos anos 1991, quando os professores da educação de jovens e adultos, integraram geografia, história, ciências e língua portuguesa em lugares com potencial prático na formação dos estudantes.

Circe Bittencourt, discorre sobre a necessidade do estudo do meio não se constituir como uma atividade esporádica e ocasional, já que ela deve estar ligada ao corpo do planejamento escolar e das disciplinas, dialogando com todo o processo pedagógico, com os conteúdos estudados nas diferentes matérias e com a dimensão avaliativa. Não se trata de algo desligado da sala de aula, mas em diálogo constante com todo o processo.

Os objetivos de um estudo do meio devem, portanto, ser definidos com precisão pelos docentes e discutidos com cuidado com os alunos, por tratar-se de um trabalho de integração em todas as suas etapas – da preparação à volta a sala de aula (Bittencourt, 2008, p. 277).

Corroborando com essa questão, Santos e Schneider (2022) discorrem sobre a necessidade de antes de tudo pensarmos por que realizar o estudo do meio e quais são os objetivos que queremos alcançar. Com as respostas a essas indagações é necessário planejar coletivamente e de forma interdisciplinar, cada etapa dessa atividade pedagógica, considerando que: “o essencial não é ‘onde’ se irá, mas ‘como’ o lugar deverá ser explorado” (Santos e Schneider, 2022, p.279).

Bittencourt (2008, p.280), ainda enfatiza que, o estudo do meio deve ser visto como um método de pesquisa que consiste em duas perspectivas: primeiramente, é um ponto de partida e não como um objetivo final. Em segundo lugar, sua realização deve partir de um projeto de estudo que deve estar incluído no plano curricular da escola.

Atualmente existem muitos relatos de experiências de estudos do meio conduzidos por professores de história, muitos dos quais ocorrem em cidades históricas com monumentos consagrados. A preferência por esse tipo de estudo em locais com esse perfil revela a importância de considerar a concepção de patrimônio histórico e a formação dos “lugares da memória” da sociedade brasileira.

Por conseguinte, a educação patrimonial agora realiza muitas ações em escolas voltadas para essa questão, e os professores de história, em particular, são motivados a participar de atividades com o estudo do meio. No entanto, faz-se necessário considerar, a escolha dos locais a serem visitados, uma vez que,

Ao limitar o estudo a espaços considerados “monumentos históricos”, tombados pelo patrimônio histórico, pode-se conduzir os alunos a equívocos sobre a própria concepção de história e sedimentar a ideia de que a memória histórica deve ater-se

apenas a determinadas esferas de poder (Bittencourt, 2008, p. 279).

Geralmente, os monumentos históricos são associados a figuras influentes ou ao poder oficial, o que poderia sugerir que apenas esses grupos são responsáveis pela construção da memória histórica. “O entendimento de que “todo meio é histórico”, representa, para os professores de história, noção fundamental e determinante na escolha dos espaços para a realização de um estudo do meio” (Bittencourt, 2008, p. 279).

Sendo assim, é necessário considerarmos monumento histórico, para além das tradicionais construções tombadas, de estátuas e bustos de pessoas ilustres, e reconhecer outros elementos de valor cultural, como saberes, modos de fazer, festividades e diversas formas de expressão que carregam consigo a memória e a identidade de uma comunidade.

Ao trazermos essa reflexão para o contexto de Pirpirituba, se nos limitarmos a pensar os marcos da História apenas como estruturas monumentais protegidas por lei, poderíamos levar os alunos a pensarem a cidade como um “lugar sem memória”, uma vez que ela não conta com um conjunto de bens arquitetônicos tombados pelo patrimônio histórico. Outrossim, se nos restringirmos aos testemunhos materiais e monumentais, perderemos o acesso a toda uma gama de patrimônios culturais intangíveis, mas não menos significativos.

Dessa forma, corroborando com as ideias de Luc (1981) e Bittencourt (2008) é importante saber explorar os diversos “lugares de memória” de um determinado espaço, orientando os alunos a “enxergarem” a diversidade das fontes existentes em seu entorno, e que não apenas os registros escritos, constituem-se como fontes históricas a serem estudadas através do estudo do meio. Pois qualquer espaço “possui uma história e esta história deixou suas marcas. Nas memórias e nos arquivos. Mas também no seu entorno. [...] Estes vestígios permitem situar a criança, **o jovem e o adulto** frente à realidade do passado” (Luc, 1981, p. 73. Grifo nosso).

Portanto, é essencial identificar os elementos que os alunos encontram durante o estudo do meio e considerar quais outros documentos podem ser produzidos ao longo dessa atividade. Para não se arriscar relegar ao esquecimento e apagamento dos oprimidos (mulheres, indígenas, negros, etc.) desprovidos do poder de reverenciar sua memória. Consideradas essas questões, passemos então ao Estudo em particular desenvolvido no percurso da disciplina optativa “Patrimônio, História e Memória em Pirpirituba”.

3.3 Estudando o Nosso Patrimônio: construindo uma proposta com a História Local

Neste ponto, apresentaremos em minudência as experiências relacionadas à disciplina eletiva criada no ano anterior (2023), na Escola Monsenhor Walfredo Leal, com foco no Patrimônio Cultural da cidade, visando proporcionar a Educação Patrimonial. Para isso, discorreremos sobre como as mudanças ocorridas no Ensino Médio, implementadas na escola no ano de 2022, levaram à decisão de criarmos a disciplina eletiva "Patrimônio, História e Memória em Pirpirituba" para as turmas do 2º ano A e B, do Ensino Médio, nos turnos matutino e vespertino.

A referida disciplina teve como objetivo principal proporcionar aos alunos uma vivência mais próxima e reflexiva sobre o ambiente cultural de sua cidade. Ao abordar temas como a história local, os bens patrimoniais, as tradições e culturas culturais, busca-se instigar nos estudantes o despertar pela história e pelo legado deixado pelas gerações anteriores.

Oportuno destacar que, ao analisar a cidade como “lugar de memória”, é fundamental compreender que eles estão intrinsecamente ligados à trajetória das pessoas, às mudanças que ocorreram e ainda ocorrem na localidade. Essa conexão com o espaço escolar é observável, embora muitas vezes seja negligenciado no processo de ensino-aprendizagem.

A questão da memória impõe-se por ser base da identidade, e é pela memória que se chega a história local. Além da memória das pessoas, escrita ou recuperada pela oralidade, existem os “lugares de memória” expressos por monumentos, praças, edifícios públicos ou privados, mas preservados como patrimônio histórico. (Bittencourt, 2008, p. 169).

Dessa forma, o ensino de História Local através do estudo do ambiente cultural da cidade de Pirpirituba, não apenas buscou enriquecer o aprendizado dos alunos, mas também fortalecer o seu senso de pertencimento a este espaço comum de convivência de costumes, de saberes, de expressões e de práticas que remetem à sua história, à sua memória e identidade local. Pois, “se o espaço, [...] é capaz de exprimir a condição do ser no mundo, a memória escolhe lugares privilegiados de onde tira sua seiva” (Bosi, 1987, p. 200. Grifo nosso).

Além disso, é necessário considerar que os lugares possuem suas particularidades, e a partir das mudanças que ocorrem ao longo do tempo, tanto no que se refere ao patrimônio quanto à região na sua totalidade, podem ocorrer modificações em suas funções e significados que lhes são atribuídos.

Com a implementação das alterações curriculares advindas da Reforma do Novo Ensino Médio, como medida para completar a carga horária, assumimos a responsabilidade de ministrar a disciplina eletiva nas 2ª séries do Ensino Médio. Entretanto, conforme mencionado anteriormente, no ano de 2022, de forma sucinta, introduzimos o Ensino de História Local, mediante exploração do ambiente cultural da cidade de Pirpirituba, enquanto os mesmos alunos da referida turma ainda cursavam a 1ª série do Ensino Médio. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário diagnóstico, aplicado por meio do *Google Forms*, no qual os estudantes foram solicitados a identificarem os lugares e manifestações culturais que representam a cidade e com os quais se identificavam.

No contexto fornecido, muitos alunos mencionaram a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, a Escola Monsenhor Walfredo Leal, além, da Praça da Cultura, da Usina São Francisco, entre outros. Considerando as referências dadas pelos alunos, criamos uma disciplina eletiva voltada para o ensino da História Local, com ênfase na Educação Patrimonial e a realização de um Estudo do Meio para essa finalidade.

Oportuno também destacar que, as disciplinas eletivas já eram oferecidas nas escolas de regime integral, mas, no ano de 2022, a Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba lançou o "Edital Cardápio das Eletivas", abrangendo todas as escolas da rede estadual. Conforme o referido edital, este foi o primeiro documento a dispor “de um leque de possibilidades para os professores de toda a rede se utilizarem e trabalharem em suas respectivas escolas, sejam elas integrais ou regulares (que agora oferecem essa metodologia graças ao Novo Ensino Médio)” (SEECT/PB, 2022, p. 02).

As eletivas são disciplinas temáticas oferecidas semestralmente aos professores levando em consideração as necessidades e interesses dos alunos, de modo a propiciar o envolvimento dos mesmos de forma mais engajada e proporcionar uma educação mais contextualizada e significativa.

As Eletivas são escolhidas pelos estudantes, a partir do interesse demonstrado na apresentação dos temas, pelos professores, e são uma oportunidade para a ampliação do seu conhecimento de uma forma mais lúdica e interessante, a fim de que o estudante possa interagir de forma direta nesse processo de aprendizagem. A Eletiva deve ter como característica a interdisciplinaridade, não devendo um único professor assumir uma Eletiva que contemple apenas uma disciplina, seja ela da Base Comum ou da Base Técnica. (SEECT/PB, 2022, p. 02).

É necessário destacar que tais diretrizes não são compatíveis com a dinâmica das Escolas de Regime Parcial⁵⁷. Conforme descrito na PCMPB23, para garantir uma oferta

⁵⁷ Termo usado atualmente para designar escolas regulares.

apropriada na Unidade de Ensino, as Eletivas devem ocorrer simultaneamente para todas as turmas, no mesmo dia e horário, com uma carga horária de duas horas/aulas sequenciais. Além disso, permite-se a matrícula de estudantes de séries distintas na mesma eletiva, promovendo assim um maior envolvimento entre as turmas da escola. No entanto, tal norma é aplicável exclusivamente às escolas de Regime Integral. No que concerne às escolas de Regime Parcial, que funcionam em turnos distintos de 4 horas por dia, essa organização é feita em dias diferentes, o que impede os alunos de escolherem qual disciplina eletiva cursar.

Essa questão nos leva à necessidade de adaptação e busca de estratégias para proporcionar aos alunos uma experiência proveitosa por meio dessas disciplinas, mesmo com as restrições impostas pelo currículo. Dessa forma, é necessário um esforço maior para se promover o aproveitamento desses estudos, no intuito de contemplar temas relevantes e despertar o interesse dos alunos nesse contexto.

Diante das restrições de tempo e escolha, decidimos aproveitar a oportunidade para desenvolver uma disciplina que explorasse a riqueza histórica e cultural de Pirpirituba. As abordagens em sala de aula buscaram promover o estudo do Patrimônio Cultural da cidade, através das identidades presentes no cotidiano dos estudantes, como também, estimular o desenvolvimento de ações de Educação Patrimonial, incentivando os mesmos a se envolverem na preservação do patrimônio material e imaterial identificados na cidade. A esse respeito, Ângelo Pessoa nos coloca de maneira pertinente que,

a atuação de órgãos de proteção patrimonial, por mais recursos que sejam aplicados, não pode prescindir de uma ativa participação do conjunto da sociedade na sua valorização e defesa e, nesse sentido, a formação escolar permite o estabelecimento de uma consciência mais ampla de preservação, consistente com o princípio de que só se defende aquilo que se conhece (Pessoa, 2016, p. 141).

Nesse sentido, nossa prática foi baseada não apenas na transmissão de conhecimentos sobre os patrimônios da cidade, mas também no intuito de cultivar o senso de pertencimento e responsabilidade dos alunos em relação à valorização de suas heranças culturais. Sendo assim, gostaríamos de compartilhar um pouco sobre as experiências com a disciplina eletiva “Patrimônio, História e Memória em Pirpirituba–PB”, direcionada para o ensino de História Local e Educação Patrimonial, destinada às turmas do 2º ano A, no período da manhã e 2º ano B, no período da tarde, contando com a participação de setenta e seis alunos frequentes, com faixa etária entre 14 e 16 anos.

Conforme mencionado anteriormente, no ano de 2022, propusemos um questionário diagnóstico para avaliarmos o entendimento dos estudantes sobre o conceito de Patrimônio

Cultural. Percebemos que a maioria dos alunos possuía uma compreensão limitada do conceito de patrimônio, associando-o principalmente aos bens materiais, como casas e edifícios antigos. De modo que, poucos estudantes mencionaram a presença de bens imateriais em sua percepção do patrimônio cultural. Tal observação aguçou nosso interesse em aprofundarmos e ampliarmos o conhecimento dos alunos acerca dessa temática, especialmente agora com a criação de uma disciplina destinada especificamente para esse assunto.

O objetivo principal da disciplina foi criar, por meio das ações desenvolvidas, dentro e fora da sala de aula, atividades pedagógicas, a partir desses dois “lugares de memória” identificados pelos estudantes. E que podemos considerar como sendo espaços educativos de referência histórico-cultural, das memórias e histórias que fazem parte do contexto dos estudantes e da comunidade local.

Logo, buscamos com essa proposta não apenas promover a valorização e conservação desses lugares, mas sobretudo ressignificar a memória e a história local recorrendo a práticas de ensino que permitissem a problematização das questões que permeiam essa temática. Nesse contexto, é pertinente enfatizarmos que as abordagens no âmbito do Patrimônio Cultural também abrangeram a noção de que este campo é permeado por conflitos e disputas, conforme analisado por Walter Benjamin (1987) em suas pesquisas.

Dessa forma, torna-se fundamental promovermos discussões em sala de aula que estejam atentas ao fato de que o patrimônio envolve processos, tensões e diversas perspectivas sobre o que deve ser preservado, reinterpretado ou mesmo descartado. A compreensão dessas dinâmicas conflituosas no campo do patrimônio é essencial para uma observação crítica e reflexiva sobre sua preservação e significado para a sociedade.

Mediante experiências no contexto da educação básica, observamos que muitas atividades relacionadas à história de Pirpirituba, quando trabalhadas em projetos de intervenção, frequentemente adotam abordagens que se limitam a uma visão de história local linear, centrada em eventos, dados, personalidades e monumentos que têm pouca relevância para os alunos envolvidos nessas iniciativas, os quais não se sentem representados nessa história.

Nessa perspectiva, a abordagem da História Local muitas vezes não consegue cumprir seu propósito de questionar as narrativas históricas predominantes, baseadas em grandes acontecimentos e figuras proeminentes, nem de ampliar as possibilidades de explorar um conjunto mais diversificado de abordagens históricas na sala de aula, nem de engajar os estudantes em narrativas mais próximas da sua realidade.

Oportuno enfatizar que, com o intuito de estabelecermos uma organização adequada e

coerente com tais questionamentos, elaboramos um plano de curso abrangendo os três primeiros bimestres do ano letivo. Durante a construção desse plano, levamos em consideração a ocorrência das datas comemorativas da escola, que geralmente são realizadas às sextas-feiras, mesmos dias do horário destinado à disciplina eletiva. Além disso, buscamos alinhar as propostas desse componente curricular com as ações desenvolvidas pela escola, que frequentemente promove projetos de intervenção envolvendo toda a comunidade escolar, no quarto bimestre.

Os conteúdos programáticos foram organizados para abranger o conceito de patrimônio cultural material e imaterial, discutindo sua definição, história, classificação e importância para a sociedade. A ideia era que, ao compreenderem o patrimônio como um direito humano, os estudantes pudessem refletir sobre a importância de sua preservação e reconhecerem a relação entre patrimônio e identidade cultural.

Dessa forma, pensando numa perspectiva de trabalho direcionada para a Educação Patrimonial, inicialmente, apresentamos às turmas a temática que seria trabalhada pela disciplina, assim como sua duração e objetivos pretendidos. Posteriormente, solicitamos aos alunos que, na aula seguinte, escolhessem um objeto que simbolizasse o patrimônio e que tivesse relevância para eles, justificando sua escolha em sala de aula. Essa atividade buscou propiciar uma reflexão pessoal sobre o significado do patrimônio antes de abordar o conceito apresentado por estudiosos da área.

Em outra etapa, os alunos foram incentivados a observarem um lugar da cidade de Pirpirituba que considerassem relevantes. Em seguida, foram solicitados a apresentar argumentos que justificassem suas escolhas, explorando os elementos que os levaram a selecionar esses espaços em particular. Essa atividade visou estimular a compreensão dos alunos sobre sua relação afetiva com determinados lugares, sendo observado que a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário e a Escola Monsenhor Walfredo Leal foram muito citadas, seguidas da Usina São Francisco (em ruínas), entre outros lugares.

Considerando a importância atribuída à Escola Monsenhor Walfredo Leal, foi solicitada aos alunos a realização de uma atividade extraclasse, que consistiu na entrevista de um ex-aluno (a) da instituição. Para tanto, foram divididos em equipes de quatro componentes e instruídos a elaborarem perguntas sobre o cotidiano da escola, os espaços físicos na época, as regras que deveriam ser seguidas, as disciplinas ministradas, professores, dentre outros aspectos que considerassem relevantes.

O objetivo dessa atividade foi permitir aos alunos uma comparação entre a realidade vivenciada por eles como estudantes e a experiência relatada pelo ex-aluno(a), visando

promover uma reflexão mais ampla sobre como questões sociais, políticas, culturais e econômicas interferem no ambiente educacional, nas mentalidades e ambientes culturais.

Durante essa trajetória, foi possível observar o engajamento dos alunos na atividade proposta. As equipes do 2º Ano, período matutino, apresentaram seus trabalhos, despertando atenção e suscitando questionamentos por parte das outras equipes, através do contato com as experiências que se originaram dos depoimentos coletados durante a pesquisa.

Figura 17– Aluno do 2º Ano A apresentando atividade da disciplina eletiva



Ano: 2023

Fonte: Arquivo pessoal

No 2º Ano, tarde, não houve realização da proposta de pesquisa, o que nos causou desânimo e sensação de incompetência. No entanto, ao abrir espaço para um diálogo franco com os alunos, pudemos compreender que as dificuldades encontradas para a realização da atividade estavam mais relacionadas às questões de gestão do tempo, e a outros compromissos escolares e pessoais, do que propriamente ao desinteresse deles pela temática abordada na disciplina. Tudo isso possibilitou reconhecer a importância de adaptar nossas abordagens pedagógicas para melhor atender às necessidades e realidades individuais dos alunos, além de destacar a relevância de promover um ambiente de confiança e comunicação aberta na sala de aula.

No decorrer do segundo bimestre, foram promovidos espaços de discussões para que os estudantes pudessem problematizar os patrimônios culturais de seu entorno e como estes se refletem no tempo presente, buscando contribuir para uma compreensão mais ampla da construção das práticas sociais relacionadas a suas identidades. Por meio da realização de rodas de conversa sobre a relação de cada um com sua cidade, além de leituras de textos obtidos no

Portal Iphan e em textos acadêmicos, foram introduzidas discussões sobre os conceitos de memória, identidade e patrimônio cultural. O objetivo dessa atividade foi problematizar, os conceitos das supostas imparcialidade e espontaneidade da memória, e com isso, promover a compreensão sobre as questões inerentes à construção da memória e das influências culturais dentro dos grupos identitários.

Em concordância com o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)⁵⁸ a atividade teve como finalidade levar os estudantes à compreensão de que referência cultural não se limita ao aspecto material da cultura, mas abrange a diversidade de significados e valores que diferentes indivíduos atribuem a esses bens culturais. Assim, não se trata apenas do valor supostamente histórico e artístico desses bens, mas também da dimensão simbólica que eles representam para os habitantes do local e das dinâmicas de práticas, usos e costumes envolvidos. Portanto, uma referência cultural só se torna significativa quando é reconhecida e valorizada como um elemento distintivo pelos sujeitos envolvidos.

Dessa forma, a temática que envolve a questão da Educação Patrimonial foi abordada, enfatizando a importância de espaços como museus, manifestações culturais, saberes e práticas, como bens culturais intrinsecamente vinculados ao cotidiano das pessoas da localidade, mesmo quando tais bens ainda não foram reconhecidos pelas autoridades instituídas e/ou pelas culturas dominantes. Nesse contexto, alinhando-se à orientação dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, é fundamental considerar que:

Introduzir na sala de aula o debate sobre o significado de festas e monumentos comemorativos, de museus, arquivos, áreas preservadas, permeia a compreensão do papel da memória na vida da população, dos vínculos que cada geração estabelece com outras gerações, das raízes culturais e históricas que caracterizam a sociedade humana. (Brasil, 2006, p.79).

Nesse bimestre, alguns alunos enviaram fotografias de residências que preservaram parte de sua fachada original. Diante do interesse demonstrado, optamos por reunir essas imagens com outras de alguns patrimônio da cidade, como a igreja Nossa Senhora do Rosário, a Escola Monsenhor Walfredo Leal e outros espaços, para promovemos a exposição dessas imagens, via *slides*, abordando as características arquitetônicas presentes nessas construções.

Essa atividade buscou fornecer uma análise crítica do valor histórico e cultural dessas edificações, enriquecendo o conhecimento dos estudantes sobre o patrimônio arquitetônico local. Os alunos também foram orientados a elaborarem um pequeno texto abordando sua

⁵⁸ INVENTÁRIO nacional de referências culturais: manual de aplicação. Brasília: IPHAN, 2000.

perspectiva em relação a esses locais e identificar os grupos subalternizados, com os quais poderiam conectar a história e a memória preservadas por meio desses "lugares de memória", com base nas pesquisas realizadas durante essa atividade.

Figura 18- Exposição dos patrimônios de Pirpirituba



Ano: 2023

Fonte: Arquivo pessoal

Ao final do segundo bimestre, os alunos responderam um questionário de avaliação, a fim de analisar as experiências adquiridas durante as atividades realizadas no bimestre. As perguntas exploraram o alcance das aulas, a significância das aprendizagens, e se consideraram essas experiências relevantes. Além disso, o questionário buscou coleta de sugestões de atividades para serem aplicadas no segundo semestre.

Analisando as respostas dos alunos, pudemos observar que, em certa medida, as aulas alcançaram alguns dos objetivos propostos. Durante as explanações em sala, eles tiveram a oportunidade de aprofundar seu conhecimento sobre a história dos patrimônios da cidade e compreender que esses lugares estão ligados a bens intangíveis, muitos dos quais foram omitidos das narrativas oficiais, como, por exemplo, os escravos, que construíram a base da Igreja, as benzedeiras e parteiras da cidade, mulheres, cujas práticas sociais representam um patrimônio imaterial, as quais muitos alunos não tinham a percepção de que são representações do patrimônio imaterial, e tantos outros trabalhadores que dão sentido a esses patrimônios.

Ao analisar as respostas fornecidas pelos alunos, no referido questionário avaliativo, emergiram percepções significativas que lançaram luz sobre as perspectivas e conhecimentos

adquiridos, por meio das atividades desenvolvidas na disciplina eletiva. Com a primeira pergunta intencionava-se saber o que os (as) alunos (as) entendiam sobre conceito de patrimônio. Para isso perguntou-se: Como era a sua compreensão sobre patrimônio antes de estudar sobre o assunto?

Observemos as respostas dadas a essa questão pelos alunos, aqui identificados por um, pseudônimo, uma vez que se tratou de um questionário não identificado:

“Eu imaginava que os patrimônios eram apenas construções, espaços antigos” (Cris).

“Para mim, patrimônio retratava só prédios, casarões, monumentos históricos” (Nara).

“Eu simplesmente achava que patrimônio era apenas coisas velhas” (Luna).

“Achava que patrimônio era uma construção antiga” (Fagundes).

Outra pergunta que fizemos aos alunos foi: atualmente, qual é o seu entendimento sobre o conceito de patrimônio e como você percebe a relação entre o patrimônio cultural e a História? Com ela ambicionávamos saber se os mesmos conseguiram ampliar o seu conhecimento sobre patrimônio cultural como uma construção histórica.

“Patrimônio pra mim é hoje uma representação da cidade, pois sempre tem uma importância, por trás tem uma história” (Lenine).

“O meu entendimento agora é que patrimônio conta uma história sobre a cidade e o povo” (Luna).

“Estão muito conectadas porque a cultura tem sua história e a História ajuda a contar e mostrar mais sobre as culturas” (O Pirpiritubense).

“Patrimônio vai muito além de algo físico, patrimônio pode ser pessoas, lugares e até mesmo maneiras de fazer algo” (Sócrates).

Perguntamos também se estudar sobre patrimônio foi uma experiência significativa para o (a) aluno (a), vejamos algumas respostas:

“É muito bom conhecer um pouco mais sobre a cidade que moramos, achei interessante aprender um pouco mais. Também foi significativo pra mim estudar sobre patrimônio, passei a olhar a minha cidade de outra maneira, valorizar mais a cidade da forma que merece” (Lenine)

“Agora eu percebo que além das construções, também são patrimônios: festas, tradições, danças. Aprendi mais sobre minhas raízes e sobre o lugar onde moro” (Sócrates).

“Sim, foi como dá uma volta ao passado e também de ver como a sociedade passa por transformações” (Rachel).

Com base nas respostas pudemos perceber que, boa parte dos alunos conseguiu abordar

a natureza imaterial das coisas às quais se atribui valor. Durante as discussões conduzidas na disciplina, enfatizamos que os bens culturais englobam não apenas elementos materiais, mas também aspectos imateriais. E que, a atribuição de valores a essas heranças culturais é garantida pela subjetividade dos indivíduos em relação a elas. Nenhum objeto, local ou monumento adquire valor exclusivamente por sua materialidade, é a relação afetiva estabelecida pelas pessoas que os torna significativos.

Nossa intenção foi proporcionar aos estudantes a percepção de que os patrimônios estudados estão interligados com relações de sociabilidade que podem revelar conexões entre o passado e o presente, podendo levá-los a adquirirem olhares mais atentos às memórias esquecidas dos monumentos estudados, pois “por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [...] aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar” (Bloch, 2001, p. 54).

Dessa forma, os alunos poderiam relacionar os conceitos explorados sobre memória, identidade e patrimônio com a história e a trajetória de personagens que eram até então pouco familiares para eles, por meio dos espaços de discussão e das atividades realizadas, permitindo-lhes incluir novos conhecimentos a partir das experiências vivenciadas e, sobretudo, a reconhecerem que a História é uma narrativa em constante construção, na qual eles próprios desempenham um papel ativo.

É necessário ressaltar que também foi possível notar que outros alunos ainda associaram o conceito de patrimônio a construções históricas, sem estabelecerem conexões com o tempo presente. Os resultados obtidos, por meio desse questionário, direcionaram as ações do bimestre seguinte, permitindo-nos uma autoavaliação.

Durante o terceiro bimestre, com o intuito de promover reflexões sobre os patrimônios enquanto “locais de memória” e identidades e explorar os aspectos dos bens culturais de Pirpirituba, foi conduzida uma atividade de estudo do meio. Os estudantes foram incentivados a desenvolver a capacidade de observar e interagir para identificar elementos relacionados à Igreja Nossa Senhora do Rosário e a Escola Monsenhor Walfredo Leal.

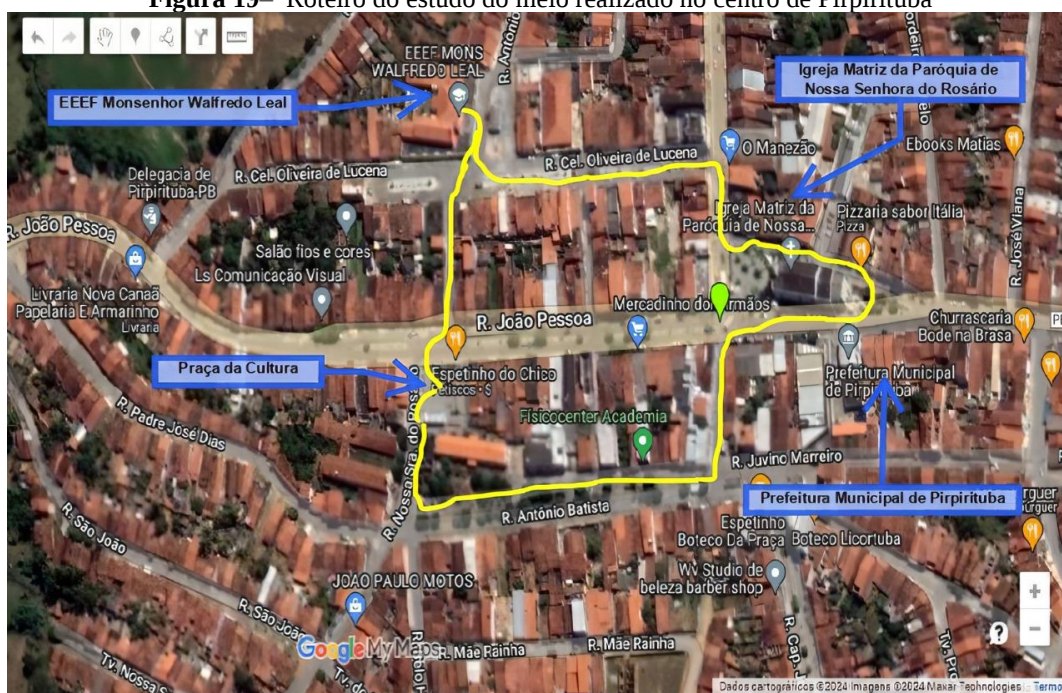
Considerando as ponderações de Santos e Schneider (2022), Bittencourt (2008) e Luc (1981) iniciamos o estudo sobre a cidade de Pirpirituba, obedecendo às estratégias e etapas necessárias, que incluíram uma preparação prévia, a realização da atividade de campo e a posterior análise e discussão dos resultados em sala de aula.

Num primeiro momento, esclarecidos quais os objetivos, cronograma de atividades a serem realizadas, assim como o roteiro e a data do estudo do meio, orientamos os alunos sobre os materiais necessários para um melhor aproveitamento da atividade de campo, assim

sugerimos a divisão de equipes, onde cada componente ficaria responsável pelos registros (um ficaria com os registros fotográficos, outro com o caderno de anotações, etc.).

Para melhor reconhecimento da cidade, realizamos em sala, um estudo dos locais que seriam visitados, através das bibliografias sobre a cidade de Pirpirituba (trechos do livro de Lídio Gomes Barbosa e do cordelista Zé Luís), nesse momento foram realizadas rodas de conversa articulando as discussões abordadas pelos autores com os conceitos anteriormente estudados, que envolvem a temática sobre patrimônio cultural, assim como, o contexto local com o nacional.

Figura 19– Roteiro do estudo do meio realizado no centro de Pirpirituba



Ano: (2023)

Fonte: <https://www.google.com.br>>. Acesso em: 10 abr. 2024. Adaptado por Wandemberg da Silva.

Seguidas essas etapas, no dia 04 de agosto de 2023, às 7h e 30 e às 14h,⁵⁹ partindo da escola, fizemos um roteiro de 2h (manhã e tarde), que consistiu num percurso por algumas ruas, começando pela Rua Coronel Oliveira Lucena, onde encontramos a residência do Sr. Argemiro Moura da Costa. Esse local, no passado, abrigou as primeiras salas de aula, com recursos oriundos do governo do estado, antes da construção da Escola Monsenhor Walfredo Leal.

Descendo a via referenciada, cruzamos a Rua Celso Cirne em direção à Igreja Nossa

⁵⁹ O estudo do meio, em dois horários, pela manhã e tarde, com alunos da 2ª série do Ensino Médio. A atividade foi dividida por turmas, priorizando a realidade e as necessidades dos estudantes.

Senhora do Rosário. Ao chegarmos ao largo da Igreja, na Praça Padre Ricardo⁶⁰, fizemos uma parada para uma exposição que retratou a história da construção desse patrimônio, proporcionando uma observação minuciosa do local e a conexão com diferentes épocas e contextos históricos. Pois, a Igreja não é apenas um espaço de prática religiosa, mas também um local “de vivências de sociabilidades, em suas festas, batismos, casamentos, velórios, entre outras funções que os frequentadores lhes conferem no dia a dia da cidade” (Pessoa, 2023, p. 09).

Da mesma forma, o largo em frente à Igreja, é repleto de significados devido às pessoas que residem e transitam por ali, que dão vida a esse espaço. O local serve como ponto de encontro para aqueles que o atravessam em suas atividades diárias. É um lugar de espera para muitos estudantes que pegam o ônibus escolar de volta para casa, e também onde os mesmos, como outras pessoas, podem se encontrar para conversar e usar as redes sociais, aproveitando a disponibilidade de *Wi-Fi* gratuito.

Figura 20– Uma parada na Praça Padre Ricardo, em frente à Igreja Nossa Senhora do Rosário



Ano: 2023

Fonte: Arquivo pessoal

⁶⁰ Padre Ricardo José Brasiliense, como primeiro capelão, contribuiu com a construção da capela de Nossa Senhora do Rosário, durante o período em que esta não havia sido elevada à *status* de paróquia. Residindo em Pirpirituba, onde tinha laços familiares, o padre, já idoso, tinha o hábito de subir o morro de Mindóia (atualmente uma rua do bairro José Feliciano de Pontes, conhecido como bairro da Caixa d'água) todas as tardes para fazer suas orações. Foi neste local que o encontraram após seu falecimento. Atualmente uma cruz marca o local, e a rua foi nomeada em homenagem ao Padre Ricardo. Fonte: Barbosa (2013, p. 82-83).

Nesse espaço, estão presentes histórias, que tornam a cidade “e seus vestígios um lugar do presente, que se percebido com a sutileza do olhar histórico, pode revelar muitos diálogos entre esses vestígios e os dias que correm” (Pessoa, 2023, p. 09). Dessa forma, o estudo do meio é uma atividade pedagógica que pode proporcionar aos estudantes a observarem com sensibilidade a história da sua cidade, e se perceberem como participantes ativos dessa história.

Saindo da Igreja Matriz, seguimos na direção do prédio da Prefeitura Municipal e, em seguida, nos dirigimos à rua da antiga estação ferroviária. Nesse percurso, pudemos observar as transformações ocorridas e a ressignificação desse local.

Figura 21– “Explorando” os espaços da cidade



Ano: 2023

Fonte: Arquivo pessoal

O ato de observar esse espaço, conectando-o com diferentes períodos e contextos, é o que faz a diferença nesse tipo de atividade, conforme destacado por Luc (1981). Além da estação antiga, uma parada para observarmos um espaço que sofreu mudanças e ganhou novo sentido: o antigo armazém da estação ferroviária, atual Igreja Nossa Senhora Aparecida. Saindo desse local, percorremos a Praça da Cultura, onde realizamos algumas observações. Em seguida, cruzamos a rua Presidente João Pessoa, retornando à escola, onde finalizamos nosso estudo do meio.

Na aula seguinte, os alunos tiveram a oportunidade de compartilhar suas experiências através da apresentação dos relatórios do estudo do meio, os quais expuseram os acontecimentos mais significativos para cada um deles. Eles compartilharam anotações e

fotografias obtidas durante a atividade. Por meio desse compartilhamento de perspectivas individuais, percebemos quais os significados, compreensões e aspectos relevantes para eles sobre os lugares observados.

A cidade, nesse sentido e em termos metafóricos, pode ser considerada um museu a céu aberto ou um sítio arqueológico vivo; seu acervo e suas camadas de história podem ser percebidos nessa delicada tessitura que liga presente e passado. Não será vista uma “cidade do passado”, isso não mais existe, será vista uma cidade do presente, a qual guarda em sua paisagem marcas remanescentes daqueles que a fizeram e continuam a fazer na aventura dos seres humanos no tempo (Pessoa, 2023, p. 06).

Dessa forma, os alunos foram estimulados a considerar certos elementos da cidade como especialmente relevantes para aqueles que residem e convivem nela, garantindo que essa reinterpretação se torne uma representação coletiva, na qual cada um possa de alguma maneira se sentir partícipe na construção das memórias e identidades presentes em Pirpirituba, bem como podem tomar consciência de seu papel ativo de cidadãos na definição dos rumos futuros da cidade.

Ainda nesse bimestre, foi realizado outro estudo do meio, dessa vez, na cidade de Areia–PB, que abriga um conjunto histórico e urbanístico tombado pelo Iphan, em 2006. Para a realização dessa atividade, reunimo-nos com a coordenadora Adenise Brito e as professoras, Rosa Maria Marques (Língua Portuguesa e Artes) e Cláudia Eufrázio (História), com o intuito de definirmos a data, o roteiro, o horário e a duração do estudo.

Posteriormente, solicitamos ao gestor da escola, Tarcísio Pontes, que encaminhasse um ofício à Secretaria de Transporte do município, requerendo um ônibus escolar para a condução das turmas até a cidade a ser estudada. Além disso, enviamos duas comunicações, por *e-mail*, à Secretaria de Cultura de Areia. Na primeira solicitamos informações sobre os procedimentos para a visita aos museus da cidade, na segunda, enviamos um ofício comunicando a data da realização da atividade, o número de alunos e professores participantes.

Após a conclusão dessas etapas, procedemos com um estudo prévio sobre a cidade de Areia. Em sala de aula, utilizando *slides*, abordamos a história local, contextualizando-a com eventos históricos tanto na Paraíba quanto nacionalmente. Sublinhamos que, no século XIX, Areia se sobressaiu com o desenvolvimento da cultura canavieira, embora esse destaque econômico tenha suas raízes no século XVIII, com a lavoura do algodão. Além disso, apresentamos de forma sucinta os principais pontos do patrimônio histórico da região.

O estudo do meio, na cidade de Areia ocorreu no dia 01 de setembro de 2023, saímos da escola, às 7h, chegando na mencionada cidade por volta das 9h, fizemos um roteiro de 2h, onde iniciamos o percurso na praça Pedro Américo, no centro da cidade, com visitas aos

museus: Casa de Pedro Américo, Museu Regional de Areia, Teatro Minerva e por último, a Igreja do Rosário, todos situados na área tombada pelo Iphan.

Essa experiência permitiu que os alunos aprofundassem os conceitos adquiridos na sala de aula e, ao entrar em contato com um patrimônio tombado, compreendessem que a memória e as identidades estão presentes mesmo em locais que não possuem grandes monumentos arquitetônicos, museus e locais oficialmente reconhecidos como centros históricos.

Figura 22– Na cidade de Areia–PB



Ano: 2023

Fonte: Arquivo pessoal

Na figura acima, a turma estava na Praça Pedro Américo, onde está localizada a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição⁶¹ (ao fundo). Embora tenha perdido algumas de suas características originais, a igreja ainda é repleta de história, testemunhando o passar do tempo em Areia, assim como as demais construções visitadas. Um exemplo é o primeiro sobrado erguido em 1818 pelo português Francisco Jorge Torres⁶², conhecido como Marinheiro Jorge, agora denominado Casarão José Rufino de Almeida (na lateral à esquerda). Essa construção é reconhecida como a única senzala urbana remanescente na Paraíba, preservando sua estrutura original e arquitetura, mesmo após restaurações que incluíram réplicas do assoalho e outros espaços. Além disso, destaca-se o busto de Pedro

⁶¹ Fonte: SILVA, J. N. **Ações e perspectivas da cultura popular na cidade de Areia/Pb**. Biblioteca Setorial Francisco Tancredo Torres, 15 jul. 2020. Disponível em: < <http://www.cca.ufpb.br/bscca/contents/noticias/acoes-e-perspectivas-da-cultura-popular-na-cidade-de-areia-pb>>. Acesso em: 23 abr. 2024.

⁶² Fonte: AREIA. Destino Brejo, 2019. Disponível em: < <https://brejoparaibano.com.br/cidades/areia/>>. Acesso em: 23 abr. 2024.

Américo, ilustre artista plástico natural de Areia, famoso por sua obra "O Grito do Ipiranga".

Na próxima cena, em visita ao Teatro Minerva,⁶³ os alunos aprofundaram seus conhecimentos acerca da história desse patrimônio, inaugurado em 1859 sob o nome de "Theatro Recreio Dramático", sendo a mais antiga edificação teatral remanescente do Estado da Paraíba. A fachada exibe o nome "Theatro Particular" e a data de inauguração, enquanto uma estatueta da deusa Minerva enfeita o centro de sua decoração.

Figura 23– Visitando o Teatro Minerva- Areia– PB



Ano: 2023

Fonte: Arquivo pessoal

Também ressaltamos as semelhanças históricas entre as cidades de Areia e Pirpirituba, incluindo o ciclo da cana-de-açúcar, a influência da família Leal e outros nomes proeminentes na região, questões estas que, servem frequentemente de base para narrativas que dão destaque aos grupos dominantes e suas repercussões no processo de construção da memória social e do patrimônio histórico e cultural das cidades.

Além disso, propusemos uma análise mais aprofundada da Igreja Nossa Senhora do

⁶³ Fonte: SILVA, J. N. **Ações e perspectivas da cultura popular na cidade de Areia/Pb**. Biblioteca Setorial Francisco Tancredo Torres, 15 jul. 2020. Disponível em: < <http://www.cca.ufpb.br/bscca/contents/noticias/acoes-e-perspectivas-da-cultura-popular-na-cidade-de-areia-pb>>. Acesso em: 23 abr. 2024.

Rosário, construída por escravos, na segunda metade do século XVIII,⁶⁴ coincidindo com o período da construção da Igreja Nossa Senhora do Rosário, em Pirpirituba, que também foi erguida por escravos. Esses personagens são frequentemente desprezados pelas narrativas oficiais, que tendem a destacar os grupos abastados como, os senhores de engenho, os proprietários de escravos e os comerciantes ricos da região.

Figura 24– Conhecendo a Igreja Nossa Senhora do Rosário – Areia–PB



Ano: 2023

Fonte: Ruan da Silva – Aluno do 2º ano A

Ao abordarmos essas questões de maneira crítica, buscamos conscientizar os alunos de que “memória e patrimônio são, de maneira incontornável, terrenos de conflito. Conflitos esses que, certamente, se aprofundam em momentos de aceleração e expansão das forças produtivas” (Civale e Martins, 2022, p. 93).

⁶⁴ Não há registros precisos sobre a data exata de construção da Igreja. Conforme o escritor paraibano Horácio de Almeida, em 1865, o governo da Província da Paraíba destinou recursos para o andamento da obra. Tudo indica que sua conclusão ocorreu por volta de 1886, quando foi celebrada a primeira festa religiosa no local. Disponível em: <<https://www.ipatrimonio.org/areia-igreja-de-nossa-senhora-do-rosario/#!/map=38329&loc=-6.968387885465413,-35.700640920503695,17>>. Acesso em: 20, out. 2023.

Figura 25– Registrando o estudo do meio, em Areia–PB



Ano: 2023

Fonte: Arquivo pessoal

Também convém destacar que, ao longo das atividades da disciplina eletiva, contamos com o apoio da administração escolar, que providenciou a impressão do material didático utilizado em aula e autorizou a realização de atividades fora das instalações da escola, entre outras formas de suporte.

Além disso, salientamos a colaboração da coordenação pedagógica, da equipe de apoio da escola e dos demais professores, bem como o engajamento dos alunos nas atividades desenvolvidas. Cumpre enfatizar que as recomendações sobre a conduta necessária numa atividade como essas, especialmente no quesito segurança, foram observadas com atenção pela turma. Igualmente, relevante foi a atitude dos pais e/ou responsáveis, que prontamente consentiram, sem objeções, a autorização para a execução do estudo do meio, na cidade de Areia. Essa parceria e apoio desempenharam um papel fundamental para o desenvolvimento das ações na disciplina.

Durante o quarto bimestre, buscando proporcionar uma visão mais abrangente dos resultados alcançados por meio da disciplina optativa, descreveremos as ações realizadas, concentrando-nos na culminância do referido componente curricular, que resultou em uma exposição fotográfica retratando a cidade.

Essa atividade foi conduzida em colaboração com a disciplina de Artes. Para isso, orientamos os alunos a formarem equipes e conduzirem uma pesquisa de fotografias que retratassem a cidade, com ênfase na Igreja Nossa Senhora do Rosário, abrangendo tanto os festejos religiosos, quanto os eventos profanos da festa da padroeira, além das pessoas que

desempenham papéis significativos nessas interações sociais.

Também destacamos a escola Monsenhor Walfredo Leal, enfocando os eventos e indivíduos que contribuíram e continuam a contribuir para a história dessa instituição de ensino. E em conjunto com a professora de Artes, foi realizado um concurso de fotografia intitulado “Pirpirituba: estética, memória e identidade”. As inscrições para a referida atividade foram abertas no dia 13 de novembro de 2023 e encerradas no dia 20 do mesmo mês. O propósito da ação foi incentivar a produção de artes visuais por meio de imagens, com foco no registro local, promovendo assim a democratização e valorização dos bens culturais, artísticos e patrimoniais do município de Pirpirituba. A exposição fotográfica foi realizada no 28 de novembro do referido ano.

Figura 26– Exposição fotográfica na escola



Ano: 2023

Foto: Prof. Rosa Maria Marques

Fonte: Acervo da professora Rosa Maria Marques

Posto isto, direcionamos, agora, nossa discussão para a aplicação questionário avaliativo, destacando que este abordou questões relacionadas à compreensão dos alunos sobre o estudo de História e sua relação com o patrimônio cultural, visando obter informações sobre os resultados alcançados por meio das aulas na disciplina eletiva.

Dessa forma, procuramos sondar a percepção dos alunos em relação à história de sua cidade e sua conexão com a história nacional e mundial. Questionamos sobre o olhar dos alunos para sua cidade, antes e depois das aulas da disciplina eletiva, assim como sua compreensão sobre o patrimônio cultural e sua capacidade de relacioná-lo aos conteúdos envolvidos na

disciplina de história.

Figura 27– Alunos durante aplicação de questionário avaliativo



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

Nosso objetivo era avaliar se, após as discussões teóricas sobre história, memória e patrimônio, os alunos ampliaram sua compreensão sobre essas questões, indo além do patrimônio material e reconhecendo os patrimônios imateriais. Queríamos entender como eles passaram a enxergar a cidade (ou se não houve modificações nesse sentido), bem como sua compreensão sobre memória, identidade e patrimônio como construções sociais permeadas por jogos de disputa e poder.

Ao analisar as respostas do questionário à luz dos objetivos propostos, podemos afirmar que os resultados foram satisfatórios. Tendo em vista que os alunos demonstraram ter interesse pela temática trabalhada e desenvolveram uma percepção mais ampla da cidade, todavia, também é importante destacar, os pontos negativos.

Quando perguntado: conhecer os patrimônios da sua cidade contribuiu para o sentimento de pertencimento ao seu lugar de vivência? Vejamos algumas respostas (reforçamos que usamos nomes fictícios para designar os alunos, por se tratar de um questionário não identificado):

“Não mudou o meu sentimento sobre a cidade” (Ray).

“Não senti nada de mais. Talvez pra mim, a aula de campo, em Areia, teve um significado, pois pretendo fazer faculdade lá” (Belly).

“Não, porque a história da cidade não me importa muito” (Any).

Muitos alunos ainda mantêm uma visão “limitada” sobre o patrimônio da cidade, associando-o principalmente a construções antigas, citando apenas bens materiais. No entanto, isso não implica que esses bens não possam ter um valor subjetivo conferido a eles, já que, “a noção de patrimônio é um valor construído culturalmente atribuído a esses bens” (De Paoli, 2012, p. 174). Além disso, podemos notar como a história e a memória, muitas vezes representadas pelas narrativas oficiais, ainda tendem a destacar a história como uma sequência de eventos antigos e relevantes, em detrimento de outros que também desempenharam papéis importantes no contexto local. Analisemos agora duas das respostas fornecidas:

“O patrimônio são coisas antigas que tem histórias importantes para a cidade” (Elvis)
“Patrimônio cultural fala sobre coisas mais antigas que estão hoje em dia, como a igreja, casas antigas, praças, etc. A história fala sobre a origem da cidade e também como era antes a cidade” (Cleo).

As experiências adquiridas através da disciplina eletiva revelaram que é possível se fazer um trabalho voltado para a temática sobre o local, que envolva os alunos e os leve a considerar diferentes perspectivas sobre as questões relacionadas à memória, história e identidade presentes em seu entorno.

Outrossim, a disciplina permitiu que os alunos se tornassem agentes ativos na problematização histórica, incentivando-os a questionar conceitos “tradicionais” de história e memória e a produzir um conhecimento histórico escolar crítico. Isso representou uma mudança na concepção da História como uma sucessão de acontecimentos do passado para uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais, políticas e culturais, que permeiam a construção da História.

Por fim, podemos considerar que, a disciplina eletiva também contribuiu para fortalecer os laços de amizade entre os envolvidos nesse processo, enriquecendo suas experiências e proporcionando novas maneiras de adquirir conhecimento. Nesse sentido, a realização de toda a experiência buscou articular, conforme dissemos, o estudo da história local e de seu patrimônio, articulados à educação patrimonial e à realização de um estudo do meio interagindo com o espaço escolar, de modo a dar amarração à nossa proposta original de pesquisa, que será pontuada nas Considerações Finais e na elaboração de uma proposta de Produto Didático resultante dessa experiência, que virá em apêndice ao texto dissertativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as discussões postas nesta pesquisa, é pertinente destacar a nossa perspectiva e lugar de fala, mostrando que a intenção deste trabalho não se restringiu apenas em apresentar os conceitos que norteiam as abordagens locais e regionais no campo historiográfico. Embora devamos considerar, as transformações promovidas a partir do movimento historiográfico do século XX, notadamente os Annales, que trouxeram mudanças metodológicas relevantes na forma de se fazer e se pensar a história.

Buscamos também ressaltar sobre a relevância da metodologia de ensino de história sob o âmbito local como uma abordagem que busca valorizar as histórias e perspectivas locais, promovendo uma visão mais inclusiva e abrangente da História e o fortalecimento da conexão dos indivíduos com sua comunidade. Da mesma maneira que permitem ao indivíduo a oportunidade de experimentar e conhecer locais de sua própria vivência cotidiana, alargando suas percepções, críticas e aprofundando sua compreensão do passado e do presente.

Considerando as observações colocadas por Raphael Samuel (1990), e Joana Neves (1997), convém destacar a necessidade de considerar as ligações entre as esferas locais, regionais e globais, evitando assim uma abordagem estritamente localista, que reduza a História Local a um conjunto cultural específico e a uma periodização própria.

Sendo assim, por meio da temática sobre o local no ensino de História, é possível criar um ambiente de aprendizagem mais significativo, capacitando os estudantes a compreender melhor como diferentes grupos interagem e constroem a história de sua região e do seu país, por meio de suas práticas cotidianas. Essa abordagem permite uma reflexão mais aprofundada sobre o contexto local, conectando os alunos com o seu passado histórico e permitindo a percepção de como as experiências passadas influenciaram a formação da sua comunidade.

Isso se torna necessário, considerando as transformações na divulgação do conhecimento na sociedade, que não se limitam mais aos conteúdos dos livros e ao espaço escolar. Nesse sentido, os estudantes são incentivados a identificar elementos específicos da cidade como significativos para sua vida cotidiana, com o cuidado de fazer desta conscientização uma representação coletiva, na qual cada cidadão possa se identificar de alguma forma.

Há de se relevar, ainda, que o desafio específico em torno de Pirpirituba mostrou-se significativo, uma vez que existe escassa historiografia local e o acesso aos acervos documentais ainda é um desafio. Esperamos, inclusive, que este trabalho também possa instigar o desenvolvimento de novas pesquisas sobre a cidade, adensando o conhecimento necessário

sobre a sua história.

Assim sendo, o trabalho com a Igreja Nossa Senhora do Rosário e a Escola Monsenhor Walfredo Leal, buscou formar um olhar crítico sobre esses “lugares de memória” instituídos na cidade, problematizando e ampliando o conceito de patrimônio, permitindo a compreensão sobre outros lugares, outras memórias e outros sujeitos que com suas práticas cotidianas dão vida e sentido a cidade. Esperamos em estudos próprios ou de outros que essa perspectiva se aprofunde em trabalhos subsequentes

Dessa forma, esperamos que nosso trabalho possa contribuir para uma prática de ensino de História que dialogue com a experiência local, destacando memórias, histórias e identidades que estão presentes na cidade de Pirpirituba, buscando dar visibilidade à diversidade de grupos que compõem a história local. Nosso objetivo também é despertar nos alunos uma compreensão mais profunda de suas raízes e dos espaços de conhecimento em sua localidade, tornando-os cidadãos conscientes que contribuem para a história e cultura de sua comunidade.

Considerando que, o ensino de História não deva estar ancorado apenas em fontes bibliográficas, mas também ser instrumentalizado a partir do patrimônio cultural de uma sociedade. O produto deste trabalho, pode ser objeto de outros conhecimentos e aprendizagens para alunos da Educação Básica, aguçando sua curiosidade para as questões pertinentes a sua cidade.

Convém, por fim, ressaltar que a análise das fontes oferecidas não busca enrijecer as conclusões propostas. Pois o papel do historiador não é fixar seus resultados de forma inalterável, mas sim apresentar uma das muitas interpretações possíveis de um contexto histórico específico. É fundamental reconhecer que qualquer abordagem da história, por sua própria natureza epistemológica, é incompleta, conforme nos coloca Jenkins (2001, p.34- 35). Esperamos que nosso trabalho possa estimular outros professores da Educação Básica a trabalharem sob a perspectiva de História Local e Educação Patrimonial, contribuindo assim para novas abordagens no âmbito do ensino de História.

APÊNDICE – Caderno de Atividades: “Contando Histórias, Coletando Memórias na Cidade de Pirpirituba–PB”

Como produto final desta dissertação, elaboramos um Caderno de Atividades destinado aos alunos do Ensino Médio, podendo ser adaptado para qualquer ano do Ensino Fundamental. Esse recurso se propõe a ser um guia para a implementação da Educação Patrimonial nas escolas do município, oferecendo orientações para a realização de atividades que abordam temas relacionados ao contexto local, bem como sua interação com esferas regionais, nacionais e globais.

Cada atividade foi construída visando explorar aspectos diversos do patrimônio cultural, como monumentos históricos, manifestações culturais, tradições locais e memórias coletivas. Além disso, foram propostas reflexões sobre a importância do patrimônio, sua preservação e valorização, bem como sua relação com a identidade e a história da comunidade.

Ao longo do Caderno, são sugeridos recursos metodológicos variados, como pesquisas, entrevistas, estudos do meio, dentre outros. Também são apresentados exemplos de atividades interdisciplinares, que integram diferentes disciplinas do currículo escolar, ampliando a compreensão e a conexão dos alunos com as temáticas propostas.

É relevante ressaltar que, ao conceber esse material, não tivemos o propósito para servir como uso direto com os alunos, mas sim, para ser mediado pelo professor, como subsídio pedagógico em sala de aula. A elaboração deste material foi pensada primordialmente para o corpo docente, visando facilitar sua interação com os conteúdos apresentados pelos documentos norteadores do Ensino de História, abrangendo desde as diretrizes de âmbito nacional, como a BNCC, até as propostas estaduais, como PCMPB23, bem como, as Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Municipal de Pirpirituba.

Embora inicialmente tenha sido considerada a possibilidade de desenvolver um recurso voltado diretamente para os alunos, com potencial para resultar em produto que contribuam para pesquisas futuras, optou-se, neste momento, por priorizar sua utilização como instrumento de diálogo e mediação pedagógica por parte dos professores.

Por último, é fundamental destacar que, as atividades apresentadas constituem um ponto de partida para o desenvolvimento de práticas voltadas para o ensino de História Local e podendo ser complementadas e enriquecidas pela experiência individual de cada professor (a), a partir de sua atuação em sala de aula. Esperamos que esse material contribua para fortalecer o ensino de Educação Patrimonial na cidade, proporcionando aos alunos experiências de aprendizagem, que buscam incentivar reflexões sobre o patrimônio cultural de Pirpirituba.

FONTES E BIBLIOGRAFIAS

FONTES

Acervo do projeto de resgate histórico de Pirpirituba–PB – NDIHR/UFPB.

ANDRADE JUNIOR, L. As religiões afro-brasileiras no Cordel: a escrita de Franklin Maxado Nordestino. In.: **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História da ANPUH**, 2017. Contra os preconceitos: História e Democracia. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488847339_ARQUIVO_Asreligioesafr o.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

AREIA – IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO. **iPatrimônio** - Patrimônio Cultural Brasileiro. Disponível em: <<https://www.ipatrimonio.org/areia-igreja-de-nossa-senhora-do-rosario/#!/map=38329&loc=-6.968387885465413,-35.700640920503695,17>>. Acesso em: 20 out. 2023.

AREIA. Destino Brejo, 2019. Disponível em: <<https://brejoparaibano.com.br/cidades/areia/>>. Acesso em: 23 abr. 2024.

BARBOSA, Vicente. Cleodon Coelho: Guarabira através dos Tempos. **Hoje**, edição quinzenal, set. 2009, n.p.

BOHNENBERGER, Pedro. Disciplinas com nomes ‘estranhos’ causam dúvida e amedrontam alunos do Novo Ensino Médio. **CBN Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 01 jan. 2024. Disponível em: <<https://cbn.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2024/02/01/disciplinas-com-nomes-estranhos-causam-duvidas-e-amedrontam-alunos-do-novo-ensino-medio.ghtml>>> Acesso em: 05 mar. 2024.

BRASIL, República dos Estados Unidos do. **Registro Escolar: Matrícula, Professores e Aparelhamento Escolar**. Convênios e Estatísticas Educacionais de 1931, p. 07-157.

COSTA, Antônio. **Associação Cultural Memória Viva – Memorial Itabaianense**. Itabaiana–PB, 15 fev. 2028.

PADRE MESTRE IBIAPINA. Arquivo do CCJ. **Universidade Federal de Pernambuco – UFPE**, 05 de julho, 2021. Disponível em: <https://www.ufpe.br/arquivoccj/curiosidades/-/asset_publisher/x1R6vFfGRYss/content/padre-mestre-ibiapina/590249>. Acesso em: 04 jul. 2023.

DECRETO N.º 9. 099, DE 18 DE JULHO DE 2017. **Programa Nacional do Livro e do Material Didático**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9099.htm>. Acesso em: 13 set. 2023.

EMPRESA PARAIBANA DE TURISMO S/A – **PBTUR**. Quem Somos. © 2023. Disponível em: <<https://www.pbtur.pb.gov.br>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

ESCOLA MONSENHOR WALFREDO LEAL. **Projeto Político Pedagógico** – Pirpirituba–PB, Ano: 2022.

Eu Sou o Servo. Direção: Elizier Filho. Produção de Durval Leal Filho. João Pessoa: Para'iwa, 2011. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=1jyXyAPFk7o>>.

GUARABIRA, 135 anos: pesquisador presenteia município com jornais da cidade da década de 1930. **Brejo.com**, Guarabira, 24 nov. 2022. Disponível em: <<https://brejo.com>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

Google Maps. Localização urbana de Pirpirituba. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Pirpirituba,+PB,+58213-000/@-6.7811154,-35.5071358,15z/data=!3m1!4b1!4m6!3m5!1s0x7adb9e2eecbc4bb:0x858abfa262e0edf3!8m2!3d-6.781137!4d-35.496836!16s%2Fg%2F11bxfv82g7?entry=ttu>. Acesso em: 10 abr. 2024.

IBGE. **Histórico do Município de Pirpirituba**. João Pessoa: IBGE, 2013. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pirpirituba/historico>. Acesso em: 28 set. 2023.

IBGE. **Censo 2022**: População e Área da Unidade Territorial. João Pessoa: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br>> Acesso em: 30 abr. 2023.

Implantação das Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08. **Confederação Nacional dos Municípios**. Brasília, 01 de abril de 2009. Disponível em: < https://www.cnm.org.br/storage/biblioteca/NT%20006-09%20-%20Lei_10.639_e_11.645.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2024

IPHAEP – PB. **iPatrimônio**. Patrimônio Cultural Brasileiro. Disponível em: <<https://www.ipatrimonio.org>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

JUNCO. In: Dicio – Dicionário Online de Português. Porto 7 Graus, 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br>>. Acesso em: 28 set. 2023.

MAIA, Sabiniano. Levantamento Topográfico. **O Município**, Guarabira–PB, ano 7, n.º 4, 15 abr. 1939.

_____. Sabiniano. Grupo Escolar em Pirpirituba. **O Município**, Guarabira–PB, ano 7, n.º 1, 31 mai. 1939.

_____. Sabiniano. Exposição Escolar em Pirpirituba. **O Município**, Guarabira–PB, ano 7, n.º 8, 04 nov. 1939.

MUNICÍPIO de Pirpirituba. **Cidade Brasil**, 2021. Disponível em: <<https://www.cidade-brasil.com.br>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

NOVO ENSINO MÉDIO – perguntas e respostas. **Ministério da Educação**, 2018. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#:~:text=Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20%2D%20Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 13 set. 2023.

NOTA TÉCNICA N.º 006/2009. **Confederação Nacional de Municípios**. Brasília, 01, de abril de 2009. Disponível em: < <https://www.cnm.org.br/storage/biblioteca/NT%20006->

[09%20-%20Lei_10.639_e_11.645.pdf](#)>. Acesso em: 20 set. 2023.

PANDEMIA MARCOU AS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO EM 2020. Governo da Paraíba, 2021. Disponível em: <<https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-ciencia-tecnologia-inovacao-e-ensino-superior/noticias/pandemia-marcou-as-acoes-do-conselho-estadual-de-educacao-em-2020>>. Acesso em: 20 set. 2023.

PEREIRA, Jônatas Rodrigues. Obras D'Artes - Ponte do Riacho do Padre – Pirpirituba.

História Ferroviária Paraibana, 13, de janeiro, 2019. Disponível em: <<http://historiaferroviariaparaibana.blogspot.com.br>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

_____. Jônatas Rodrigues. Pirpirituba: Município de Pirpirituba–PB. **Estações**

Ferroviárias do Brasil, 05, de dezembro, 2017. Disponível em:

<<http://www.estacoesferroviarias.com.br/paraiba/pirpirituba.htm>. Acesso em: 30 abr. 2023.

PARAHYBA, Estado da. **Registro do Movimento Didactico**. Ensino Primário, p. 02-46.

PIRPIRITUBA – Estação Ferroviária. iPhatrimônio. Disponível em:

<<https://www.ipatrimonio.org>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO COMPLETA 80 ANOS. Iphan, 12, de janeiro, 2017. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3949/politica-de-preservacao-do-patrimonio-cultural-brasileiro-completa-80-anos#:~:text=Nascido%20da%20mente%20privilegiada%20de,protegendo%20um%20gigante%20conjunto%20de>>. Acesso: 16 maio. 2023.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. In: _____. (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 16 maio. 2023.

SILVA, J. N. **Ações e perspectivas da cultura popular na cidade de Areia/Pb**. Biblioteca Setorial Francisco Tancredo Torres, 15 jul. 2020. Disponível em: <<http://www.cca.ufpb.br/bscca/contents/noticias/acoes-e-perspectivas-da-cultura-popular-na-cidade-de-areia-pb>>. Acesso em: 23 abr. 2024.

Solutudo Produtos e Serviços Ltda. **Solutudo**. © 2005 – 2023. **Fórum Regional De Turismo Sustentável Do Brejo Paraibano-Frtsb-Pb**. Disponível em: <https://www.solutudo.com.br>. Acesso em: 31 maio. 2023.

TURISMO RELIGIOSO: Prefeitura participa de reunião que visa reativar os Caminhos do Padre Ibiapina. **Prefeitura de Guarabira**, 2022. Disponível em: <<https://guarabira.pb.gov.br/noticia/turismo-religioso-prefeitura-participa-de-reuniao-que-visa-reativar-os-caminhos-do-padre-ibiapina>>. Acesso em: 31 maio. 2023.

BIBLIOGRAFIAS

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba** - vol. I. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.

ARANHA, Gervácio Batista. Trem e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas (1880-1925). Campina Grande: EDUEFCG, 2006. (Coleção Outras Histórias n.º 2) 257p.

ARAÚJO, Jéssica Hellen dos Santos. **Por uma História que atinja a maior parte da população: a produção didática do projeto resgate da história local dos municípios paraibanos** – Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA. João Pessoa, p. 159, 2022.

ANTONELLO, Roberta Siqueira de Souza. **História Local no Processo de Ensino e Aprendizagem Histórica: O Caso do Município de Guarantã do Norte-MT**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional). Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, Cuiabá, 2020. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/601170>>. Acesso em: 03 out 2023.

ASSIS, T. C. de; PINTO, S. L. de A. O ensino de história local como estratégia pedagógica. **Itinerarius Reflectionis**, Goiânia, v. 15, n.º 1, p. 01–18, 2019. DOI: 10.5216/rir.v15i1.56626. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/rir/article/view/56626>>. Acesso em: 26 jan. 2023.

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BANDEIRA, G. A. Um currículo de masculinidades nos estádios de futebol. **Revista Brasileira de Educação**, 2010. 15(44), 342-351.

BARBOSA, Agnaldo Souza. **A proposta de um estatuto para a História local e Regional. Algumas Reflexões**. In: História e perspectiva, Uberlândia, janeiro/dez, 1999.

BARBOSA, Lídio Gomes. **Esboço Histórico de Pirpirituba. Pirpirituba-PB**: Projeto Reviver S/C, 2013, p. 24.

BARROS, José D'Assunção. História, Região e Espacialidade. In: **Revista de História Regional** 10(1): 95-129, Verão, 2005, p. 127.

BRAGA, Emanuel Oliveira. Entre o templo e a ruína: identidades, conflitos e políticas no pós-tombamento da igreja de São Miguel Arcanjo na Terra Indígena Potiguara, Paraíba. **Anais da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia**. João Pessoa: ABA, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. [recurso eletrônico] — Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 1998. Disponível em: <<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>>. Acesso em: 03 out, 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular: educação é a base**. Brasília: MEC, 2018.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: MEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec), 1999.

_____, **Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências humanas e suas tecnologias.** – Brasília: MEC/SEF, 2006. 133p.

_____, **Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio.** Brasília, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>> Acesso em: 19. Set. 2023.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura.** (Obras escolhidas vol.1). São Paulo: Brasiliense. 1987.

BERUTTI, Flávio; MARQUES, Adhemar. **Ensinar e Aprender História.** Belo Horizonte: RHJ, 2009.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** 2ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. O meio como história. In: SILVA, Marcos Antônio da (org.). **Repensando a História.** São Paulo: Marco Zero, 1984.

BOSI, Ecléa. **Memória da cidade: lembranças paulistanas. Instituto de Estudos Avançados.** São Paulo:USP, vol. 1, n.º 1, 1987.

BORNE, D. Comunidade de memória e rigor crítico. In: BOUTIER, J.; JULIA, D. **Passados recompostos: campos e canteiros da história.** Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 183- 141.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BLOCH, Marc. “A história, os homens e o tempo”. In: **Apologia da História ou o ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAGAS, Mario. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. In TOLENTINO, Átila (org.). **Educação patrimonial: educação, memórias e identidades. Caderno Temático de Educação Patrimonial n.º 03.** João Pessoa: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, p 27-31, 2013. FLORÊNCIO, Sônia. et al. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos.** 2 ed. rev. ampl. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Editora da Unesp: Estação Liberdade, 2006.

CIVALE, Leonardo; MARTINS, Walkiria de Freitas. Patrimônio e Cidadania: reflexões sobre o patrimônio cultural tombado em Viçosa (MG) e sua relação com a Educação Básica (1984-2010). In: **Saberes históricos, patrimônio e espaços de memória** [recurso eletrônico]. MAIOR, Paulo Souto; PESSOA, Ângelo Emílio; Salles, André Mendes (Org.). João Pessoa: Editora do CCTA, 2022.

COELHO, Cleodon. **Guarabira Através Dos Tempos.** Guarabira–PB. Tipografia Nordeste,

1955.

CONSTANTINO, Núncio Santoro. **O que a micro-história tem a nos dizer sobre o regional e o local.** São Leopoldo, Revista Unisinos n.º 10, 2004.

COSTA, Aryana. **História Local.** In: Margarida Maria Dias de Oliveira; Marieta de Moraes Ferreira. (Org.). **Dicionário de Ensino de História.** 1ed. Rio de Janeiro: FGV, 2019, p. 132-136.

COSTA, Emília Viotti da. Novos públicos, novas políticas, novas histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética. IN: **Anos 90.** Revista do Programa de Pós-Graduação em História UFRGS. N.º 10, dez 1998. p. 7-22.

COSTA, Ercília Gonçalves. **Poder Local e Exclusão Social: Projecto Porto Feliz.** 2006. 253. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas, Universidade de Aveiro, 2006.

COSTA, Severino Ismael da. **Caiçara... Caminhos de Almocreves.** João Pessoa: Ed. Micrográfica, 1990.

CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos (Org.). **Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2012.

DE PAOLI, Paula Silveira. Patrimônio Material, Patrimônio Imaterial: dois momentos da construção da noção de patrimônio histórico no Brasil. IN: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos (Orgs.). **Patrimônio Cultural Políticas e Perspectivas de Preservação no Brasil.** Rio de Janeiro. P. 167-166. Mauad X, 2012 – e-book

DINIZ, Gabriela Viana. **Educação Patrimonial e Ensino de História: experiências com plataformas digitais envolvendo o Centro Histórico de São Luís.** Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional–PROFHISTÓRIA). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, pág. 85, 2022. Disponível em: <<https://tedebc.ufma.br>>. Acesso em: 07 mar. 2023.

FARIAS, E. K. V. A construção de atrativos turísticos com a comunidade. In: MURTA, S. M.; ALBANO, C. (org.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar.** Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.

FRANÇA, Íris Cristina Anselmo. **Literatura de Cordel: um olhar sobre a obra Contos, Cantos e Recantos de Nossa Terra** – Pirpirituba em versos de Zé Luís. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras/Português) – UEPB – Campus III, 2017, 38 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa.** 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** 3ª ed. São Paulo: Centauro, 2001.

_____, Paulo. Considerações em torno do ato de estudar. (1968). _____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 09-12

FIRINO, Daniel da Silva. **Reconfiguração religiosa da Paraíba (1911 – 1950): a presença adventista.** Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA. João Pessoa, 2021, p. 410, 2021.

FLORÊNCIO, Sônia. et al. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. 2 ed. rev. ampl. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf>. Acesso em: 10 out, 2023.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da Política Federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

_____. Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. **Ipea -Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**, n.º 2, 2001. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4175>>. Acesso em: 10 out. 2023.

FONSECA, Selva Guimarães. História Local e Fontes Oraís: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História. **Revista História Oral**, vol. 9, n. 1, p.125-141, jan/jun, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

_____. Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizagens**. Campinas-SP: Papyrus, 2013.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da USP, 1997.

GERMINARI, Geyso; BUCZENKO, Gerson. História Local e Identidade: um estudo de caso na perspectiva da educação histórica. In: **Revista História & Ensino**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 125-142, jul./dez. 2012.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. Memória. In: Margarida Maria Dias de Oliveira; Marieta de Moraes Ferreira. (Org.). **Dicionário de Ensino de História**. 1ed. Rio de Janeiro: FGV, 2019, p. 155-161.

GILDATE, Lara Ximenes. **Diálogos entre a História Local e o Ensino Fundamental – 2º segmento: Propostas de inserção curricular em Cassimiro de Abreu/RJ**. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTÓRIA). Universidade do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. Rio de Janeiro, p. 91, 2018. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br>>. Acesso em: 03 fev. 2023.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. **História local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância**. In: MONTEIRO, Ana Maria F. C.; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (orgs.). **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007.

GOUBERT, Pierre. “História Local” in **História & Perspectivas**, Uberlândia, 6-45-47, jan/jun 1992, p.45.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo

Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HORN, Geraldo Balduino; GERMINARI, Geyso Dongley. **O Ensino de História e seu Currículo – Teoria e Método**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. (et.alli) **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 23 set. 2022.

IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, XVII Volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

INVENTÁRIO nacional de referências culturais: manual de aplicação. Brasília: IPHAN, 2000.

JENKINS, Keith. **A História Repensada**. São Paulo: Contexto, 2001.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. Jacques. **História e Memória**. 4 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

_____. Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

LUC, Jean-Nöel. **La Enseñanza de la Historia del Medio**. Madrid: Editorial Cincel, 1981.

LUÍS, Zé. **Contos, Cantos e Recantos da Nossa Terra – Pirpirituba em Versos**. FIC Augusto dos Anjos. Governo da Paraíba, 2004.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **De Como se Constrói uma História Local: Aspectos da Produção e da Utilização no Ensino de História**. In: Reflexões sobre História Local e Produção de Material Didático [recurso eletrônico] / Carmem Margarida Oliveira Alveal, José Evangelista Fagundes, Raimundo Nonato Araújo da Rocha (Org.). Natal: EDUFRN, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.ufrn.br>>. Acesso em: 25 jan. 2023.

MAIA, Fábio Diego Quintanilha Magalhães. Meter-se a besta na feitura: passeando, ensinando e aprendendo história em lugares, memórias e patrimônios outros. 2021. 154 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional–PROFHISTORIA) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/700490>>. Acesso em: 03 out. 2023.

MAIA, Sabiniano Alves do Rego. **A História das Quatro Viagens**. João Pessoa: Nova Paraíba – Ind. Gráfica Ltda., 1973.

MAIOR, Paulo Souto; PESSOA, Ângelo Emílio da Silva; SALLES, André Mendes (Org.). Saberes históricos, patrimônio e espaços de memória [recurso eletrônico]. João Pessoa: Editora do CCTA, 2022. (Coleção Experimentos e reflexões sobre práticas no ensino de História, v.2).

MAGALHÃES, Aloísio. **E o Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1997.

MARTINS, Marcos. **História Regional**. In: Pinsky, Carla. Novos Temas nas Aulas de História.

São Paulo: Contexto, 2013.

MEDEIROS, J. R. Coriolano de. **Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba**. 4ª ed. [Reimpressão fac-similar da edição de 1950]. João Pessoa: Editora do IFPB, 2016.

MELO, Josemir Camilo. **Ferrovias Inglesas e Mobilidade Social no Nordeste (1850-1900)**. Campina Grande: EDUEFCG, 2007.

MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e. **História local: contribuições para pensar, fazer e ensinar**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MONTEIRO, Ana Maria. Professores: entre saberes e práticas. **Dossiê: Os Saberes dos Docentes e sua Formação. Educação & Sociedade**, ano XXII, n.º 74, abril/2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302001000100008>>. Acesso em: 19 out. 2023.

NEVES, Joana. História Local e Construção da Identidade Social. **Saeculum – Revista de História**, [S.l.], n.3, 1997. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História – a problemática dos lugares**. In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História. São Paulo, n. 10, p. 7, 1993.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, História e Patrimônio Histórico**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

_____, Almir Félix Batista de. Educação Patrimonial. In: Margarida Maria Dias de Oliveira; Marieta de Moraes Ferreira. (Org.). **Dicionário de Ensino de História**. 1ed. Rio de Janeiro: FGV, 2019, v., p. 98-101.

OLIVEIRA, Emanuel da Silva. História de Trancoso como Tradição de Passatempo. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, p. 145, 2020. Disponível: <<https://www.pgh.ufpe.br>>. Acesso em: 09 jul. 2023.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 2004.

PACHECO, Joice Oliveira. **Identidade cultural e alteridade: problematizações necessárias**. Disponível em<
http://www.unisc.br/site/spartacus/edicoes/012007/pacheco_joice_oliveira.pdf > Acesso em: 17 dez. 2023.

PAIM, Elison Antonio; PICOLLI, Vanessa. Ensinar história regional e local no ensino médio: experiências e desafios. In: História e Ensino, v. 13. Londrina: set. 2007, p. 107 – 126.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992, p. 25-28.

PARAHYBA DO NORTE, Estado da. Mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa do

Estado da Paraíba pelo Governador do Estado Oswaldo Trigueiro em 1º de junho de 1950. João Pessoa–PB: 150 p. (datilografado). Disponível em: <<https://archive.org/details/mensagemparaiba1949esta/page/n3/mode/2up>>. Acesso em: 04 abr. 2024.

PARAÍBA. **Constituição do Estado da Paraíba**. Francisco Carneiro (Org.) João Pessoa Paraíba [Recurso Eletrônico]. João Pessoa–Paraíba, 2015. Disponível em: <<https://tce.pb.gov.br>>. Acesso em: 06 mar. 2024.

PARAÍBA. **Proposta Curricular do Ensino Médio da Paraíba (PCEMPB)**. [recurso eletrônico]. Governo da Paraíba: SEECT/PB, 2023. Disponível em: <<https://paraiba.pb.gov.br/arquivos/pdfs/PropostaCurricularDoEnsinoMdiodaParabaPCEMPB23.pdf>>.

_____. **Edital Cardápio de Eletivas**. Governo da Paraíba: SEECT/PB, 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Memória, história e cidade: lugares no tempo, momentos no espaço. **ArtCultura**, Uberlândia, vol. 4, n. 4, p. 26, 2002.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **Educação Patrimonial, Ensino de História e Cultura Histórica: Algumas Experiências e Considerações**. Revista de História [35]; João Pessoa, jul./dez. 2016.

_____. Ângelo Emílio da Silva. Atividade de Estudo do Meio. **Do Rosário aos Milagres: Caminhar por João Pessoa e dialogar com a Parahyba**. João Pessoa, 2023.

_____. Ângelo Emílio da Silva (Org.). **Conhecer Campinas numa perspectiva histórica**. Campinas: Secretaria Municipal de Educação, 2004.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. Origens da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil. **Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online)**, [S. l.], n. 3, p. 4-14, 2006. DOI: 10.11606/ISSN.1984-4506.v0i3p4-14. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44654>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

PIRIPITUBA/PB/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Municipal de Educação de Piripituba–PB**, 2023. PDF.

PIRIPITUBA. **Lei Orgânica de Piripituba** [Recurso Eletrônico]. Piripituba – PB, 2021. Disponível em: <https://www.piripituba.pb.gov.br/public/storage/content/legislacao/lei-organica/432/arquivos/file_202210161602mYez.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2024.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da Era das Cadeira Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas–SP, p. 250, 2001. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br>>. Acesso em: 03 maio. 2023.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Novos temas nas aulas de História**. São Paulo: Contexto, 2018.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

_____. Michael. Memória e Identidade Social. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, v.5, n.10, p.200 - 215, 1992.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores** - São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. **Revista Brasileira de História**, p. 219-242. V. 9, n. ° 19, 1990.

SANTOS, Edson Joaquim dos; NETO, Júlio Schneider. **O Estudo do Meio como Prática Pedagógica Regular**. In: Saberes Históricos, Patrimônio e Espaços de Memória (Coleção Experimentos e reflexões sobre práticas no ensino de História, vol. 2) /Paulo Souto Maior; Ângelo Emílio da Silva Pessoa; André Mendes Salles (Org.). João Pessoa: Editora do CCTA, 2022.

SANTOS, Maria das Dores Fonseca Ribeiro. Descolonizar o pensamento para reaprender a História: o povo indígena Potiguara no ensino de História no contexto do ensino médio na Paraíba, 2019-2022. Orientador: Roberto Airon Silva. 2022. 112f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - Profhistoria) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/52381>>. Acesso em: 03 out. 2023.

SANTOS, Myrian S. Objetos, Memória e História: Observação e Análise de um Museu Histórico Brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2. p. 217, 1992.

SCIFONI, Simone. Educação e patrimônio cultural: reflexões sobre o tema. In TOLENTINO, Átila (org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas. Caderno Temático de Educação Patrimonial nº 02**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, p. 30-37, 2012.

SILVA, Cristiane Bereta da. Conhecimento Histórico Escolar. In: Margarida Maria Dias de Oliveira; Marieta de Moraes Ferreira. (Org.). **Dicionário de Ensino de História**. 1ed. Rio de Janeiro: FGV, 2019, p. 50-54.

SILVA, Rodrigo da (Coord.); OLIVEIRA, Carlos Eduardo; BORGES, Joacir Navarro. **Memória da Cidade: História e patrimônio urbano no Brasil**. São Paulo: Conceito Humanidades, 2011. Disponível em : <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/18078/1/TESE%20UFPE%202015.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e Diferença**. Petrópolis: Vozes, 2008.

SILVEIRA, Flávio L. A.; BEZERRA, Márcia. Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas. In LIMA FILHO, Manuel F. et al. (orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, p 81-97, 2007.

SOUSA, Antônio Eusébio de. **Conflito, luta e resistência camponesa no semiárido piauiense frente ao projeto mineração e transnordestina**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento territorial da América Latina e Caribe da Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2016.

SOUSA JUNIOR, José Pereira. **Estado laico, igreja romanizada na Paraíba republicana: relações políticas e religiosas (1890 – 1930)**. In: dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

RÜSEN, J. 2001. **Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília, Editora da UNB, 2001, p. 194.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

SEGUNDO, José Luís de França. **Coletânea Mensagens e Histórias contadas em Versos**. PB: Gráfica Frei Damião, 2022.

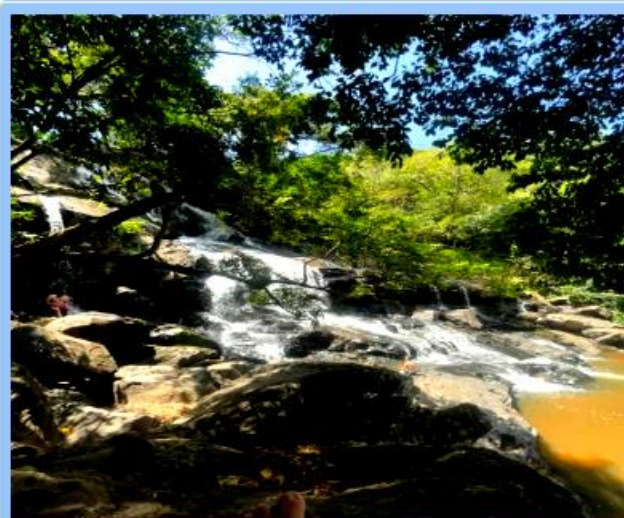
TOLEDO, Maria A. L. T. História local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia no ensino de história. **Antíteses**, vol. 3, n. 6, jul.-dez. de 2010, pp. 743-758 Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3632463.pdf>>. Acesso em: 10 maio. 2023.

TOLENTINO, Átila (org.). **Educação patrimonial: educação, memórias e identidades**. João Pessoa: IPHAN, 2013, p. 108. – (Caderno Temático; 02). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cadernotematicodeeducacaopatrimonialnr03.pdf>>. Acesso em: 01. out. 2023.

_____, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira (Org.). **Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. – (Caderno Temático; 05). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf>. Acesso em: 17 out. 2023.

VIANA, José Ítalo Bezerra. **História Local**. Sobral: Inta, 2016, p. 77.

CADERNO DE ATIVIDADES



Contando Histórias, coletando memórias na cidade de Pirpirituba - PB

MONIQUE LEANDRO DA SILVA



Produto Final da Pesquisa “Olhares sobre a História de Pirpirituba–PB: Uma Perspectiva de Ensino de História Local por meio da Educação Patrimonial”, desenvolvida no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória–UFPB) –Anos: 2023–2024.

Organizadora:

Prof.^a: Monique Leandro da Silva

Orientação:

Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa

Banca Examinadora

Prof. Dr. André Mendes Salles (ProfHistória – Universidade Federal de Pernambuco)

Profa. Dra. Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano (Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – Universidade Federal da Paraíba)

Colaboradores:

Alexsandro Martins de Lima (Professor de Matemática)

Rosa Maria Marques (Professora de Língua Portuguesa e Artes Visuais)

Rosane Silva Ramires (Professora de História)

Wandemberg da Silva (Professor de Geografia)

Projeto Gráfico:

Monique Leandro da Silva e Wandemberg da Silva

Capa:

Pirpirituba–PB. Fotos de: Página do Instagram da prefeitura de Pirpirituba; Vinícius Marinho; Antônio de Lima; Antônio Andrade; Gabriel Monteiro; Yasmin Lourenço e Rosilany dos Santos.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
CAPÍTULO 1 –PIRPIRITUBA: ESTUDANDO SUAS ORIGENS	6
ROTEIRO DIDÁTICO 01 – O CONCEITO DE PATRIMÔNIO	20
DISCIPLINA: HISTÓRIA	20
ROTEIRO DIDÁTICO 02 – MEMÓRIA E IDENTIDADE	24
DISCIPLINAS: HISTÓRIA E SOCIOLOGIA	24
CAPÍTULO 3 – REVISITANDO A ORIGEM DA NOSSA ESCOLA E CONECTANDO SABERES.....	28
ROTEIRO DIDÁTICO 01 – DISCIPLINA: HISTÓRIA.....	29
ROTEIRO DIDÁTICO 02 – DISCIPLINA: MATEMÁTICA	34
CAPÍTULO 4 – A INFLUÊNCIA CULTURAL DA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO EM PIRPIRITUBA.....	36
ROTEIRO DIDÁTICO 01 – DISCIPLINA: HISTÓRIA.....	37
ROTEIRO DIDÁTICO 02 – DISCIPLINA: GEOGRAFIA	44
ROTEIRO DIDÁTICO 03 – DISCIPLINA: LÍNGUA PORTUGUESA	47
ROTEIRO DIDÁTICO 05 – DISCIPLINA: MATEMÁTICA	53
CAPÍTULO 5 – O ESTUDO DO MEIO COMO APRENDIZAGEM HISTÓRICA	55
ROTEIRO DIDÁTICO 01 – COMUM A VÁRIAS DISCIPLINAS DO CURRÍCULO ESCOLAR.....	56
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	58
APÊNDICES	63

Apresentação

Estimados professores,

Este trabalho é parte integrante de minha dissertação de Mestrado em Ensino de História intitulada *Olhares sobre a História de Pirpirituba–PB: Uma Perspectiva de Ensino de História Local por meio da Educação Patrimonial*, desenvolvida no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória-UFPB), sob a orientação do professor Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa, entre os anos 2023 e 2024. Recomenda-se a leitura da referida dissertação, onde os conteúdos aqui tratados estão presentes de forma mais detalhada.

Eu, enquanto professora de História do Ensino Médio, percebo as dificuldades no tocante a subsídios pedagógicos direcionados para História Local. Em razão disso, visei produzir este material didático para auxiliar no trabalho com os alunos sobre a abordagem temática relacionada à História Local. Dessa maneira, o município de Pirpirituba–PB agora tem disponível um material didático que utiliza a metodologia da História Local, observando, então, dois patrimônios culturais selecionados em nossa pesquisa, a saber, a Escola Monsenhor Walfredo Leal e a Igreja Nossa Senhora do Rosário, ambas são representações das memórias e identidades presentes na cidade.

As propostas pedagógicas aqui apresentadas são consideradas um ponto de partida, sujeitas a serem complementadas e enriquecidas pela experiência da equipe pedagógica escolar, que detém a capacidade de estabelecer uma crítica apropriada e enriquecer este caderno com novas propostas. Embora o foco deste produto seja as séries do Ensino Médio, pode haver adaptações para quaisquer etapas dos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Em linhas gerais, cada capítulo segue uma estrutura baseada em um texto introdutório que apresenta a temática a ser abordada. Ele é dividido em seções, começando com um quadro denominado "**Roteiro Didático**", que traz a disciplina em foco, e inclui informações como habilidades a serem desenvolvidas, conteúdos, a serem explorados, recursos didáticos sugeridos, estimativa de tempo para cada atividade e uma orientação sobre avaliação. Cada roteiro é subdividido em **etapas**, cada uma delas com títulos, que servem para orientar o desenvolvimento da atividade. Na seção "**Para Refletir**", apresento questões destinadas a fomentar as discussões temáticas. Já na seção "**Trocando ideias**", realizo breves explanações sobre os temas que norteiam as discussões durante as atividades. Além disso, disponibilizo

textos para apoiar a realização das atividades, bem como sugestões de vídeos e leituras complementares.

Cada atividade foi pensada, buscando estudar diferentes aspectos referentes ao conceito de patrimônio cultural, a saber: monumentos históricos, manifestações culturais, tradições locais e memórias coletivas. Estas propostas são reflexões críticas sobre o patrimônio como uma construção social de disputa e poder, e enquanto espaço para ações afirmativas dos diversos grupos que compõem a sociedade local, indo além da mera contemplação. Assim, ofereço diretrizes para a realização de atividades que exploram temas relacionados ao contexto local, considerando sua interação com esferas regionais, nacionais e globais.

Dessa forma, as sugestões de atividades interdisciplinares, aqui contidas, buscam proporcionar um processo de ensino-aprendizagem aos estudantes, no qual haja uma compreensão mais profunda da cidade por meio de seus "lugares de memória", permitindo uma melhor compreensão do presente. Portanto, há o uso de pesquisas, leituras compartilhadas, entrevistas e estudos do meio, todas alinhadas às orientações da Proposta Curricular do Estado da Paraíba.

O estudo do meio é uma metodologia de ensino interdisciplinar sugerida, uma vez que, possibilita a observação, reflexão e sistematização das temáticas abordadas em sala de aula, favorecendo para que os professores e os alunos interajam e explorem diversas temáticas a partir da realidade da comunidade, na qual a escola se encontra, enriquecendo, assim, o aprendizado para além dos livros didáticos.

No tocante à avaliação, considerando-a uma ferramenta essencial na construção do processo educativo, presente em nosso dia a dia de maneira subjetiva e interpretativa, proponho a abordagem da avaliação formativa. No entanto, você, professor(a), poderá adaptar a avaliação conforme o perfil dos estudantes, considerando os distintos ritmos e particularidades de aprendizagem presentes na sala de aula.

Por fim, espero que este material contribua para fortalecer o ensino de História Local e Educação Patrimonial, proporcionando o conhecimento histórico por meio da vivência do espaço. Certamente, selecionei dois espaços da cidade, mas a partir dessa iniciativa, outros colegas podem realizar futuras investigações e ampliarem essa experiência para outros espaços. Esse é o nosso mais sincero desejo.

Com carinho,

Professora Monique Leandro da Silva.

CAPÍTULO 1 –PIRPIRITUBA: ESTUDANDO SUAS ORIGENS

Enquanto professores, temos que considerar que, a construção do conhecimento histórico deve iniciar-se pela compreensão da realidade dos alunos, capacitando-os a explorar contextos históricos mais amplos. No entanto, ao organizarmos os conteúdos utilizando a História Local¹ como metodologia de ensino de História, é necessário evitar a abordagem descontextualizada dos eventos mais abrangentes. Conforme menciona Neves (1997), assim como o passado e o presente estão interconectados na produção do conhecimento histórico, o âmbito geral e o local se entrelaçam na construção da nossa compreensão histórica.

A História Local permite uma reflexão significativa sobre o contexto local, conectando os discentes ao seu passado histórico e possibilitando a compreensão de como as experiências passadas influenciaram a formação de sua comunidade e sua interação com contextos nacionais e universais. Conforme afirma Bittencourt (2008, p. 204), “a História propõe reconstruir os tempos distantes da experiência do presente e assim transformá-los em tempos familiares para nós”.

Nessa perspectiva, neste primeiro capítulo, apresento uma sequência de atividades destinadas às disciplinas de História, Geografia e Língua Portuguesa. Estas atividades poderão ser complementadas e enriquecidas por cada professor(a), conforme a realidade escolar, o currículo, o planejamento bimestral e os recursos pedagógicos de que a escola dispõe.

**Imagem da marca d'água: A majestosa cachoeira
do Roncador – Pirpirituba – Ano: 2023
Foto: Gabriel Monteiro da Silva - 2 A
Fonte: Acervo da Prof. Rosa Maria Marques**

¹ Para um aprofundamento sobre o conceito ver: SAMUEL (1990) e MELO (2015).

ROTEIRO DIDÁTICO 01 – DISCIPLINA: HISTÓRIA			
Habilidades Específicas da Área	Objeto de Conhecimento	Expectativas de Aprendizagem	Conteúdos
(EM13CHS101) (EM13CHS102) (EM13CHS401) (EM13CHS502)	Populações indígenas, e comunidades tradicionais: culturas (material e imaterial); sociedades; trabalho; modos de viver e resistir frente à tentativa de dominação civilizatória ocidental, do local ao global.	Ampliar o conhecimento sobre as fontes históricas (conceito, usos e possibilidades) a partir da sua realidade do aluno. Conhecer e compreender a relevância dos estudos e das perspectivas decoloniais nos estudos históricos, considerando as narrativas dos povos afetados por discursos colonialistas e neocolonialistas.	Povos Originários: Indígenas Etnocentrismo Colonização do Brasil Conquista da Paraíba
Recursos Didáticos		Duração da Atividade	Avaliação
Lousa e lápis para quadro; texto complementar (cópias); projetor multimídia (Data show ou Tv.); notebook e/ou celular.		4 aulas de 45 minutos.	Avaliação Formativa (observação e acompanhamento do aluno durante as atividades desenvolvidas; avaliação contínua).

Fonte: Proposta Curricular do Estado da Paraíba – Ensino Médio – Ano: 2023, p. 400-405 [Adaptado].

Etapas 1– Introdução ao estudo da História Local

Professor (a), converse com a turma sobre a relevância da compreensão sobre História Local, esta contribui para a construção de conhecimento conectado à realidade presente em suas comunidades. Assim, é possível entender realidades mais amplas, pois a cidade é um ambiente complexo e diversificado, no qual histórias individuais e coletivas se entrelaçam para moldar sua história, refletindo realidades globais.

O trecho do capítulo 06, intitulado “*Toponímia de Pirpirituba, adulteração de nome*”, do livro “*Esboço Histórico de Pirpirituba*” (2013, p. 24 e 26) pode ser ponto de partida para iniciar as reflexões. Lídio Gomes Barbosa (1903-1989), era natural de Pirpirituba e ficou conhecido por sua profissão como barbeiro. Ao longo de sua vida registrou, por meio de suas memórias, eventos e acontecimentos que marcaram a história da cidade.

Distribua cópias do texto e faça uma leitura compartilhada. Em seguida, incentive os alunos a problematizarem essa adulteração do nome da cidade, fazendo perguntas que possam guiar a reflexão do texto.

Texto 01: Toponímia de Pirpirituba, adulteração de nome

Diziam os antigos que aqui abundavam o junco que os índios o denominavam pery-pery-tuba. Perypery, significando capim e Tuba muito. Muito capim na região é a conclusão. Mas não sabemos por que ou por quem o nome foi adulterado. Por princípio deveria ser "Pirirituba". Com a adulteração, passou a Pirpirituba. O motivo é ignorado até pelos mais antigos. Em 1910, quando foram colocar o nome do frontispício da Estação ferroviária, nem o próprio IBGE encontrou explicação para a adulteração.

Hoje é um mal sem remédio, totalmente aceito. Tem a vantagem de não haver outro nome no País. [...] Ainda em função da derivação do nome Pirpirituba, como de origem indígena, lembramos que até 1910, a rua hoje denominada Engenheiro Dr. Celso Cirne, denominava-se Ruado capim. O nome era tão antigo que nem mesmo os mais idosos, nunca souberam dizer quando surgiu a referida rua. Atribuíam à quantidade de capim junco que no passado abundava o local. É também o que nos diz a lógica.

Barbosa, Lídio Gomes. **Esboço Histórico de Pirpirituba**. Pirpirituba-PB: Projeto Reviver S/C, 2013, p. 36-38.

Em seguida, incentive os alunos a problematizarem essa adulteração do nome da cidade, fazendo perguntas que possam guiar a reflexão do texto. Na sequência, na seção “Para Refletir” há questões para colaborar com o debate em sala de aula.

Para Refletir

- 1) Qual é a explicação trazida pelo autor sobre a toponímia de Pirpirituba?
- 2) Você consegue relacionar a influência dos povos indígenas com a origem da cidade? Se sim, de que forma?
- 3) Você conhece alguma outra cidade com denominação de origem indígena? (Alguns nomes como, Itapororoca, Itabaiana, Guarabira, Uiraúna, poderão ser citados, caso os alunos desconheçam).
- 4) Que traços da cultura indígena você consegue encontrar no seu cotidiano?



Etapa 2 – Conectando Saberes

Professor (a), esta atividade tem por intenção refletir sobre a influência do passado no tempo presente e sobre a importância das nossas origens, nossa ancestralidade e as semelhanças entre as pessoas de todas as regiões do Brasil e do mundo. Para tanto, há abaixo a letra da música *Amarelo, azul e branco*, de Anavitória (part. Rita Lee). Num primeiro momento, após a leitura, é bom ouvir a canção. Para, em seguida, levantar questões, do quadro “Para Refletir”, para uma roda de conversa.

Amarelo, azul e branco

Compositoras: Vitória Falcão/Ana Clara

Disponível em:

<<https://www.letras.mus.br/anavit-oria/amarelo-azul-e-branco-part-rita-lee/>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

Deixa eu me apresentar
Que eu acabei de chegar
Depois que me escutar
Você vai lembrar meu nome
É que eu sou de um lugar
Onde o céu molha o chão
Céu e chão gruda no pé
Amarelo, azul e branco
Deixa eu me apresentar
Que eu acabei de chegar
Depois que me escutar
Você vai lembrar meu nome
É que eu sou de um lugar
Onde o céu molha o chão

Céu e chão gruda no pé
Amarelo, azul e branco
Eu não sei (não sei), não sei (não sei)
Não sei diferenciar você de mim
Não sei (não sei), não sei (não sei)
Não sei diferenciar
Ao meu passado
Eu devo o meu saber e a minha ignorância
As minhas necessidades, as minhas relações
A minha cultura e o meu corpo
Que espaço o meu passado deixa para a minha liberdade hoje?
Não sou escrava dele
Eu vim pra te mostrar
A força que eu tenho guardado
O peito 'tá escancarado
E não tem medo, não, não tem medo
Eu canto pra viver
Eu vivo o que tenho cantado
A minha voz é meu império
A minha proteção

Eu vim pra te mostrar
A força que eu tenho guardado
O peito 'tá escancarado
E não tem medo, não, não tem medo
Eu canto pra viver
Eu vivo o que tenho cantado
A minha voz é meu império
A minha proteção
Meu caminho é novo, mas meu povo não
Meu coração de fogo vem do coração do meu país
Meu caminho é novo, mas meu povo não
O norte é a minha seta, o meu eixo, a minha raiz
E quando eu canto cor
E quando eu grito cor
Quando eu espalho cor
Eu conto a minha história
Não sei (não sei), não sei (não sei)
Não sei diferenciar você de mim
Não sei (não sei), não sei (não sei)
Não sei diferenciar



Para Refletir

- 1) Identifique o lugar que a música está se referindo. Em seguida, explique como você chegou a essa conclusão.
- 2) Você consegue identificar elementos na música que podem estar relacionados à história ou cultura local?
- 3) O nosso país é conhecido mundialmente pela sua diversidade étnica. Explique como se deve essa diversidade, identificando os povos originários do Brasil e alguns de seus costumes.

Em seguida, é possível introduzir reflexões sobre os povos indígenas, suas práticas culturais, na Paraíba e no Brasil, assim como, conectar os alunos com a visão de mundo desses povos. Apresente informações contextuais sobre o tema, mediante um pequeno roteiro e depois, exiba um vídeo (na parte final do roteiro há sugestões). Pode integrar com o livro didático, caso haja uma seção no mesmo sobre essa temática.

Etapa 3 – Contextualização Histórica no Brasil

O objetivo desta atividade é refletir como o processo de colonização levou a reprodução de ideologias coloniais e racistas para justificar as práticas de dominação e opressão às populações indígenas. Pois como se sabe, a visão sobre os povos indígenas na História do Brasil foi construída com base em ideologias, que tendem a invisibilizar e marginalizar aspectos essenciais relacionados à afirmação de identidades e ao reconhecimento desses povos. Apresento a seguir, atividades que contemplam a temática “etnocentrismo”. A ideia é promover o debate em sala de aula sobre a importância da alteridade.



Atividade 01: Leia o texto com atenção:

Texto 02: Etnocentrismo e racialização: notas sobre a dominação

O etnocentrismo caracteriza-se a partir de um universo de representações hegemônicas, tornando-o único modelo de mundo, enquanto todos os outros universos e culturas diferentes são reduzidos à insignificância (Carvalho, 1997). Mais especificamente, etnocentrismo tem significado numa matriz de mundo produzida, histórica, política e culturalmente, pelo colonizador. Nesse sentido, é através do colonialismo que se introduz valores e normas singulares a grupos subalternizados, responsáveis pela continuidade do processo colonizador.

Logo, os Outros – os que são e agem de forma diferente do pensamento hegemônico – são apropriados e (re)produzidos a partir da imagem de “aculturados”, “aberrações”, “anormais” (Menezes, 1999). O pensamento etnocêntrico, hoje, por meio de matrizes coloniais e racializadas, segue julgando e categorizando povos e culturas ditos inferiores sob o argumento acrítico acerca de como essas formas de pensar tais premissas temporais se instituíram [...]

[...] O etnocentrismo desvela, ao lado da matriz colonial-racial, uma forma sutil e perversa de apagamento: conserva-se a alteridade e se faz dela um pretexto à opressão. Essa diferença, que tem legitimado até hoje a opressão, dominação e exploração de grupos subalternos, sustenta a partir do racismo a degradação da condição humana de grupos marcados étnica e racialmente.

Reproduzido de: CARDOSO, Fernando da Silva; TAVARES, Joyce da Silva. Descolonialidade e perspectiva negra: racismo, povos indígenas e a ditadura militar no Brasil. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 365-384, jul./dez. 2018.



Atividade 02: Observe as charges abaixo. Relacionando o texto acima com às imagens, explique o que é etnocentrismo.

Fonte 01:



Charge com os dizeres: Meu Deus, eles não usam roupas! Olha, eles não usam penas! Disponível em:

<<https://psicorujacom.files.wordpress.com/2016/11/relativismo013-copy.jpg>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

Fonte 02:



Imagem com os dizeres: Tomam banho todo dia... São uns bárbaros. Disponível em: <<https://i.ytimg.com/vi/lwjqdR3ytRc/maxresdefault.jpg>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

Nota ao (a) professor (a):

O que é charge? "A charge é um tipo de ilustração que geralmente apresenta um discurso humorístico e está presente em revistas e principalmente jornais. Trata-se de desenhos elaborados por cartunistas que captam de maneira perspicaz as diversas situações do cotidiano, transpondo para o desenho algum tipo de crítica, geralmente permeada por fina ironia. [...] A charge não se resume a uma imagem, ela se constitui como um gênero textual, que combina a linguagem verbal e a não verbal, e pode indicar opiniões e juízos de valores por parte de quem enuncia (o chargista)."

Fonte: PEREZ, Luana Castro Alves. "Charges". **Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/redacao/charges.htm>> Acesso em 22, mar. de 2024.

Etapa 4 – Pesquisa

Divida a turma em grupos e solicite aos alunos uma pesquisa sobre os povos originários que viveram e ainda vivem no território Paraibano, destacando as suas tradições culturais e potencialidades. Por fim, incentive a turma a construir um mural com imagens e informações sobre os indígenas da Paraíba para ficar exposto no pátio da escola com rodízio de alunos para apresentar a comunidade escolar.

Sugestões	
 Um dia numa aldeia indígena Potiguara na Paraíba Produção: Felipe Herrera, 2022. Duração: 45 min e 13 segundos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LT9EngVpbuE. Acesso em: 22 mar. 2024. No dia dos povos indígenas, conheça a Tribo Tabajara, na Paraíba. Produção: TV Câmera de João Pessoa, 2021. 9 min e 01 segundo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Zv19M4zE-rE. Acesso em: 22 mar. 2024. Falas da Terra (Documentário Completo) Direção: Rubens Rocha, 2021. Duração: 43 min e 14 seg. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BdDpp6USz5Y. Acesso em: 22 mar. 2024. Videoaula sobre povos indígenas na Paraíba. Produção: Thiago Raposo, 2023. Duração: 16 min e 04 segundos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jRF_e2hOzQk. Acesso em: 22 mar. 2024.	 NÓBREGA, Ana Flávia; ALVES, José. Paraíba é sinônimo de Terra Indígena. A União, 17 abr. 2023. Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_paraiba/paraiba-e-sinonimo-de-terra-indigena. Acesso em: 22 mar. 2024.

Trocando ideias:

Nos últimos anos no Brasil, tem havido uma crescente adoção do termo "Indígena" em substituição a "Índio". Essa mudança visa respeitar a diversidade cultural e a identidade dos povos originários, que são diversos e possuem suas próprias designações. O termo "Índio" é genérico e não abarca as particularidades que diferenciam os diversos povos indígenas, como suas línguas, culturas e o tempo de contato com a sociedade não indígena. Em contrapartida, "indígena" refere-se a alguém que é nativo do lugar em que habita. Essa palavra ressalta a singularidade de cada povo, onde quer que estejam localizados.

G1 Educação. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/04/19/indio-ou-indigena-entenda-a-diferenca-entre-os-dois-termos.shtml>. Acesso em: 10 dez. 2023.

ROTEIRO DIDÁTICO 02 – DISCIPLINA: GEOGRAFIA			
Habilidades Específicas da Área	Objetos de Conhecimento	Expectativas de Aprendizagem	Conteúdos
(EM13CHS101) (EM13CHS102) (EM13CHS201) (EM13CHS202) (EM13CHS203)	A construção e as regionalizações do território paraibano e brasileiro. Características geofísicas, sociais, humanas, econômicas e culturais das regiões da Paraíba e do Brasil.	Compreender o surgimento, a organização territorial e a regionalização do espaço paraibano e brasileiro.	Territórios e fronteiras Regionalizações do Território Paraibano e brasileiro. Características geofísicas, sociais, humanas, econômicas e culturais das regiões da Paraíba e do Brasil.
Recursos Didáticos		Duração da Atividade	Avaliação
Lousa e lápis para quadro; texto complementar (cópias); projetor multimídia (Data show ou Tv.); notebook e/ou celular.		4 aulas de 45 minutos.	Avaliação Formativa (observação e acompanhamento do aluno durante as atividades desenvolvidas; avaliação contínua).

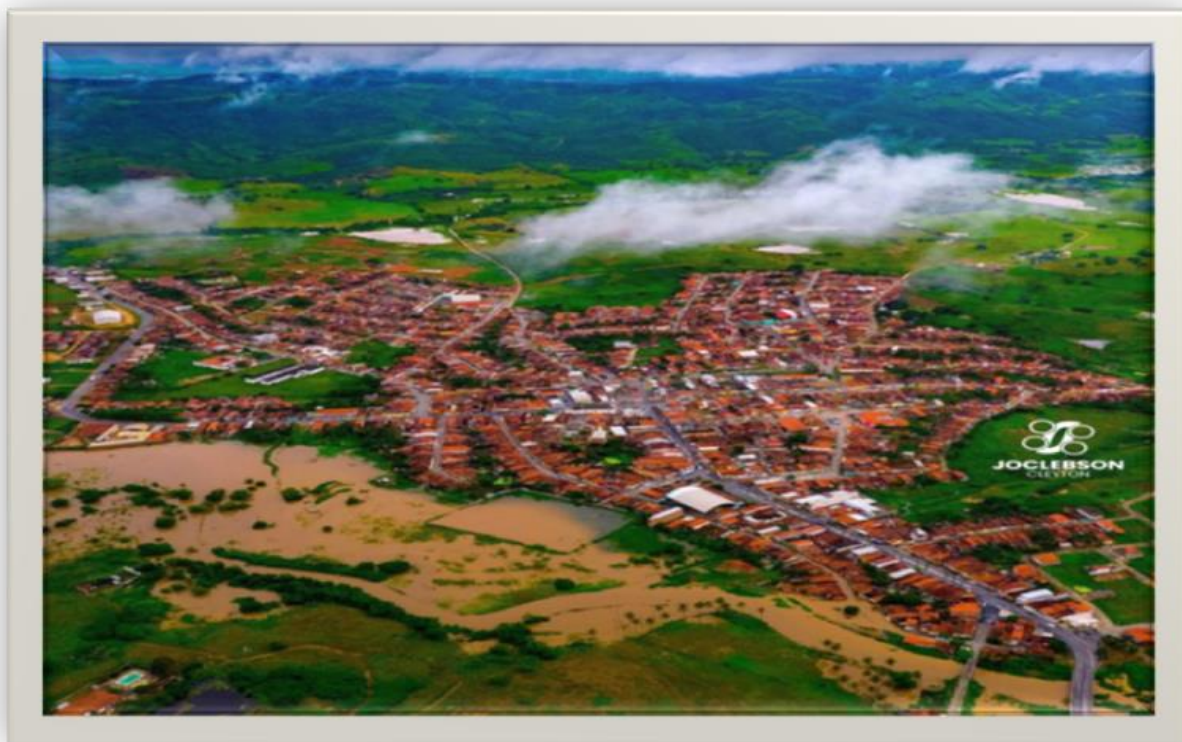
Fonte: Proposta Curricular do Estado da Paraíba – Ensino Médio – Ano: 2023, p. 411-414 [Adaptado].

Etapas 1 – Introdução à temática

Para introduzir o assunto sobre a formação territorial e regionalizações do território brasileiro e paraibano, utilize os trechos das fontes históricas, que estão nesta etapa. Os capítulos 07 e 08 intitulados: “*Nosso Mal, Grande Mal, clamando por Remédios*” e 08 “*Aspectos Geográficos e Econômicos*”, de Lídio Gomes Barbosa (2013), páginas 26, 27 e 28. Nos referidos trechos é possível encontrar informações sobre a área territorial, e aspectos econômicos. Pode comparar com dados atuais existentes no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística² (IBGE) e no site da Federação das Associações de Municípios da Paraíba³ (Famup).

² Consultar: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pirpirituba/panorama>>. Acesso em: 23 no. 2023.

³ Consultar: <https://famup.org.br/paraiba/pirpirituba/>. Acesso em: 23 nov. 2023.



Pirpirituba–PB.

Foto: Joclebson Cleyton – **Ano:** 2022 Disponível em:

<https://www.instagram.com/p/CfuWeTXO_Dv/>. Acesso em: 23 nov. 2023

Texto 01: Nosso Mal, Grande Mal, clamando por Remédios

Poucos são os pirpiritubenses, que tem conhecimento, que por ocasião da linha demarcatória pela Assembleia Estadual do nosso Estado, coube a Pirpirituba, como distrito de Guarabira, apenas 75 quilômetros quadros de extensão territorial. [...] Pirpirituba, em 1892, ano em que foi convertida em distrito de Guarabira, contava apenas 32 anos de existência. Ao núcleo, muito novo, ainda em formação, o fato passou despercebido, desconhecendo seus habitantes as linhas divisórias do distrito e a injustiça que se fazia. [...] De todos os distritos de Guarabira foi o que ficou com menor área.

[...] Em 1953, foi criada uma comissão para corrigir a injustiça cometida. [...] Limitando-se com Caiçara, a quem Belém pertencia como distrito, a comissão pleiteou a cessão de área integrante do distrito de Belém, cujo limite chegava as portas do povoado de Pirpirituba. Severino Ismael, deputado e chefe político de Caiçara, não atendeu o pleito da comissão, dizendo que não cedia "um palmo". E a consequência é que, ainda hoje, a cidade tem pequena parte urbana, pertencendo ao novo município de Belém. Parece até uma comunidade de limite estadual.

Reproduzido de: Barbosa, Lídio Gomes. **Esboço Histórico de Pirpirituba**. Pirpirituba–PB: Projeto Reviver S/C, 2013, p. 26-27.

Texto 02: Aspectos Geográficos e Econômicos

Já fizemos referência ao fato de pelo decreto Estadual n.º 24, de maio de 1892, Pirpirituba haver se transformado em distrito de Guarabira, com apenas 75 km quadrados, quando os outros distritos foram contemplados com áreas bem maiores. Mas, o que negaram em espaço territorial, a Natureza deu a Pirpirituba, com relativa prodigalidade, boas terras produtivas usadas na policultura, na cana-de-açúcar, mandioca, cereais, agave, pimenta-do-reino, açafrão, algodão, coco da praia além de fruteiras diversas e boas pastagens.

Muitos pirpiritubenses ignoram que devemos a vantajosa produção agrícola, aos insignificantes 75 quilômetros que nos couberam. Hoje, divididos em quase 400 pequenas propriedades, sem nenhum latifúndio. São 400 proprietários, que, somados a mulheres e filhos, vão para mais de dois mil livres agricultores. Portanto, fazem de um pequeno Município, um grande produtor.

Reproduzido de: Barbosa, Lídio Gomes. **Esboço Histórico de Pirpirituba**. Pirpirituba–PB: Projeto Reviver S/C, 2013, p. 27-28.

Em seguida, apresente a organização territorial e os aspectos econômicos de Pirpirituba na atualidade⁴, assim os alunos poderão comparar quais foram as mudanças ocorridas na região e como o município se insere nas divisões regionais do Estado.

Aproveite para trabalhar aspectos físicos, sociais também. Para isso, divida a turma em grupos e solicite uma pesquisa. Defina os aspectos a serem pesquisados por cada grupo. Peça para levantarem dados como: o Índice Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Educação, Meio Ambiente, Relevo, Clima de Pirpirituba.

Etapa 2 – Ampliando conceitos

Nesta atividade, inicie o estudo sobre a organização do espaço paraibano, apresente algumas características físicas, econômicas, sociais de outras cidades do Estado, utilizando os dados obtidos pelos alunos é possível fazer observações sobre aspectos da cidade que se diferenciam e que são comuns a outras cidades paraibanas. A partir do estudo sobre as características da própria cidade e do próprio Estado, é possível iniciar o estudo para a compreensão da organização do território paraibano em uma escala nacional.

⁴ Consultar: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pirpirituba/panorama>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

Etapa 3 – Construção de Gráficos e/ou Mapeamento da Cidade

Com base na pesquisa e no que foi estudado nas atividades anteriores, construa, juntamente com os alunos, gráficos e/ou mapas representativos da cidade de Pirpirituba. A intenção é que, a partir do uso das ferramentas digitais, os discentes possam realizar esta atividade. Não havendo possibilidade de utilizar tais ferramentas, pode fazê-la manualmente.

ROTEIRO DIDÁTICO 03 – DISCIPLINA: LÍNGUA PORTUGUESA			
Habilidades Específicas da Área	Objetos de Conhecimento	Expectativas de Aprendizagem	Conteúdos
(EM13LP01) (EM13LP02) (EM13LP07) (EM13LP08)	Tipologias textuais: descritiva e narrativa. A morfossintaxe a serviço das relações semântico e estilísticas. Sinais de pontuação e efeitos de sentido na construção do texto. Sinais de pontuação e efeitos de sentido na construção do texto.	Analisar os tipos de textos, considerando estrutura, finalidade, contexto e interlocução. Estimular a criatividade e a expressão escrita Produzir diversos gêneros, levando em consideração as condições de contextualização e de circulação. Desenvolver habilidades de leitura crítica, interpretação e escrita.	Características das tipologias textuais: narração, descrição; Gênero textual: relato histórico Semântica; Pontuação.
Recursos Didáticos		Duração da Atividade	Avaliação
Lousa e lápis para quadro; texto complementar (cópias); dicionário impresso; celular.		4 aulas de 45 minutos.	Avaliação Formativa (observação e acompanhamento do aluno durante as atividades desenvolvidas; avaliação contínua).

Fonte: Proposta Curricular do Estado da Paraíba – Ensino Médio – Ano: 2023, p. 94- 106 [Adaptado].

Etapla 1 – Apresentação Inicial: Leitura e discussão sobre o tema e o gênero textual: Relato histórico

Inicie a aula discutindo sobre dois tipos de gêneros textuais: narração e descrição, apresentando diários, biografias, crônicas e literatura de viagem. Sugiro o material em PDF⁵ “Relato Histórico: A Carta de Pero Vaz de Caminha”, da professora Marina Ferreira (2019), sobre esse gênero textual.

Como texto complementar, indico o capítulo 13, “*Vetustos lampiões, companheiros de minha juventude*”, páginas 36-38, do livro *Esboço Histórico de Pirpirituba*, de Lídio Gomes Barbosa (2013). Distribua cópias do texto com a turma e faça uma leitura compartilhada. Promova a discussão em sala de aula, para reflexões sobre as ideias trazidas no texto.

Texto 03: *Vetustos lampiões, companheiros de minha juventude*

Os que, como eu, conheceram Pirpirituba, antes de 1925, sabem que nossas pacatas e silenciosas ruas eram iluminadas por poucos, cansados e velhos lampiões.

Às 17 e 30 horas, mais ou menos, passava o acendedor, escada às costas, vasilha com querosene, um trapo de pano velho, com que na ida limpava as chaminés. Depois, botava nos candeeiros, uma média de meio quarteirão de querosene, quantia equivalente e oitava parte líquida de uma garrafa. Realizava esta operação no último dos candeeiros, acendia-o e voltava acendendo os que ficavam as suas costas, E nesta metódica sequência, quase sempre, quando acendia o último, o primeiro acendido começava a se apagar.

Não se conformava com esta detestável economia. Agrevava o fato a providência dos lampiões não serem acesos durante as 15 noites de luar. Os gaiatos diziam, ironizando, que era o convênio que a Prefeitura tinha com o luar. Quem gostava mais da escuridão éramos nós, pois tínhamos liberdade para nossas travessuras. A falta de luz era um encantamento. Sob as vistas complacentes do delegado, "Seu Teodósio", como nós o chamávamos, ou sob os condescendentes olhares de um outro Delegado, "Seu Chiquinho Coelho" nós brincávamos com ampla liberdade. [...]

Em 1925, a moderna eletricidade substituiu os velhos, dolentes e nostálgicos lampiões. Ontem, contemplando a luz dos lampiões, depois da eletricidade, vinha à nossa

⁵ FERREIRA, Marina. Relato Histórico - A carta de Pero Vaz de Caminha. Disponível em: <<https://www.colegiogeracao.com.br/wp-content/uploads/2019/02/Literatura-Relato-Hist%C3%B3rico.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

mente a lembrança dos nossos antepassados, no seu viver pacato. As ruas escuras e desertas, desalinhadas como ainda existem algumas Ruas sem calçamento, calçadas desiguais, umas estreitas, outras muito largas. Batente aqui, batente mais à frente. Casas acaçapadas de beira e bica estilo colonial. No terminal das ruas principais, casa de taipas; um pouco mais distantes casas de palhas, como ainda hoje se ver nas entradas de quase todas as cidades, até mesmo das capitais. [...] Neste momento de imaginação saudosa, parece-me ainda lobrigar como quem vislumbra, através das brumas da recordação, um vetusto passado. Todo ele vivido por nossos ancestrais. [...]

Fonte: Barbosa, Lídio Gomes. **Esboço Histórico de Pirpirituba–PB**: Projeto Reviver S/C, 2013, p. 36-38.

Glossário

Casas acaçapadas – Casas pequenas, apertadas ou de tamanho reduzido

Condescendentes – Algo ou alguém que é tolerante ou flexível.

Dolentes – Que pode sentir ou expressar dor; que sente mágoa; queixoso. [Figurado]. Que pode se assemelhar à expressão de sofrimento, de dor. [Música]. Cuja essência é triste.

Vetustos – Velho ou antigo. Que provém de um tempo antigo; remoto.

Fonte: Dicio (Dicionário Online de Português). Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2023

Após as discussões, peça aos alunos para localizarem trechos que indiquem que se trata de um fato passado, outro que mostre o cotidiano da cidade e os personagens, assim como, a visão do autor sobre àquele momento, dentre outras questões que favoreçam a compreensão dos elementos que caracterizam o gênero textual trabalhado.

Etapas 2 – Produção textual: Um Dia na Cidade de Pirpirituba

Solicite aos alunos que escrevam textos sobre um dia na cidade, a partir de diferentes perspectivas, como um morador antigo, um trabalhador, um jovem, um político, uma dona de casa, um feirante, uma trabalhadora do comércio, uma professora, etc. Os alunos podem escolher um gênero textual, que explore as diferentes temporalidades da cidade, os festejos, o movimento das pessoas, a rotina na vida urbana, as transformações da cidade ao longo do tempo, entre outros.

Por fim, os alunos podem compartilhar suas produções textuais em sala de aula, mostrando quais critérios foram utilizados para compor a sua produção textual. O momento é oportuno para que você, professor (a) promova uma reflexão sobre como acontecimentos do passado podem contribuir para a apreciação e compreensão da cidade no presente.

CAPÍTULO 2 – O CONCEITO DE PATRIMÔNIO AO LONGO DA HISTÓRIA: DA HERANÇA FAMILIAR À MEMÓRIA COLETIVA

No período medieval, o patrimônio⁶ era representado por bens tangíveis, tais como terras, propriedades, templos, joias, armas e animais. Estes bens eram considerados um sinal de posição social e o seu proprietário era responsável pela sua preservação e conservação. Estes bens eram passados de geração em geração, e muitos deles eram considerados sagrados.

Pessoa (2016, p. 152), nos coloca que, o patrimônio abrange uma ampla gama de bens de várias origens e naturezas, “desde as suntuosas catedrais barrocas até humildes criações artesanais ou práticas alimentares” e que “não deve se limitar a sua simples evocação desses patrimônios, é necessário também incorporar uma análise crítica sobre tais questões”.

Trabalhar com patrimônio também requer discutir sobre memória e identidade, conceitos que se entrelaçam com essa proposta. Pois, à medida que a cultura se transforma, a identidade cultural do sujeito também passa por mudanças “não é uma imposição inocente, nem uma apropriação, de todo, inconsciente. A identidade cultural é, por sua vez, construída, manipulada e política” (Pacheco 2007, p. 03). Nesta perspectiva, sugiro atividades relacionadas às questões previamente mencionadas. Estas podem ser adaptadas e refinadas por você, professor(a).

**Imagem da marca d'água: Capela Nossa Senhora de Fátima
Pirpirituba–PB - Ano: 2023**

Foto: Kauã Júlio Lima dos Santos - 2 A

Fonte: Acervo da Prof. Rosa Maria Marques

⁶ Patrimônio é palavra de origem latina e deriva de *pater*, que significa pai. Patrimônio é o que o pai deixa para o seu filho, sendo assim, a noção de patrimônio esteve ligada aos bens materiais familiares, voltados para o consumo, no período em que o conceito de pátria estava vinculado ao poder familiar. IN: CHOAY (2006).

ROTEIRO DIDÁTICO 01 – O CONCEITO DE PATRIMÔNIO DISCIPLINA: HISTÓRIA			
Habilidades Específicas da Área	Objeto de Conhecimento	Expectativas de Aprendizagem	Conteúdos
(EM13CHS101) (EM13CHS104) (EM13CHS503) (EM13CHS504) (EM13CHS603)	Patrimônio histórico, artístico e cultural (material e imaterial): compreensão, interpretações e possibilidades, do local ao global.	Debater o conceito de patrimônio. Compreender o patrimônio cultural como fonte para a construção do conhecimento histórico. Reconhecer os grupos sociais envolvidos na construção do patrimônio cultural.	Revolução Francesa O que é Cultura? Cultura como representação da realidade Patrimônio Cultural
Recursos Didáticos		Duração da Atividade	Avaliação
Lousa e lápis para quadro; texto complementar (cópias); projetor multimídia (Data show ou Tv.); notebook e/ou celular.		4 aulas de 45 minutos.	Avaliação Formativa (observação e acompanhamento do aluno durante as atividades desenvolvidas; avaliação contínua).

Fonte: Proposta Curricular do Estado da Paraíba – Ensino Médio – Ano: 2023, p. 400-405 [Adaptado].

Etapas 1 – Apresentação da temática



Para a realização desta atividade é necessário pedir, com antecedência, que os alunos levem para a sala de aula um objeto que lhes traga uma memória afetiva. Por exemplo, um álbum de fotografias, um brinquedo, uma carta, um livro, etc.

A introdução da temática pode ser feita de maneira bem simples, por meio de perguntas, promovendo o debate em sala de aula em torno do conceito de patrimônio. Peça aos alunos para apresentarem seus objetos na sala de aula como se estivessem organizados em um museu. Incentive-os criarem pequenas placas descritivas, para explicar a importância

histórica e afetiva do objeto escolhido. Em seguida, promova a interação da turma e o envolvimento com a atividade, para isso, organize a sala como uma exposição em um museu, para que eles possam se movimentar e expliquem o porquê da escolha do seu objeto para os colegas.

Esta atividade servirá para se iniciar o diálogo sobre a noção e conceito de patrimônio, que envolve questões de âmbito pessoal (sua vida), família (suas origens, seus pais, avós, tios), bairro (vizinhos, lugares), cidade, etc.

Etapa 2 – Construindo o conceito de patrimônio



Para a realização das atividades desta etapa, será necessário pedir com antecedência que cada aluno fotografe algum lugar da cidade, pessoa, alguma prática ou modos de fazer, que para ele possa representar os patrimônios da cidade de Pirpirituba.

Para iniciar esta atividade as questões abaixo podem ser escritas na lousa ou faladas. O objetivo é levar os alunos a refletirem sobre a história do bem cultural escolhido por eles.

Para Refletir:

- 1) O que o (a) levou a considerar a sua escolha como patrimônio cultural da cidade?
- 2) Qual a sua função? Quando foi construído? Foi construído para a função que tem atualmente ou foi posteriormente adaptado (caso seja um bem de natureza material)?
- 3) O que funcionava nele antes (caso seja um bem de natureza material)?
- 4) Quais as transformações ocorridas (caso seja um bem de natureza material)?

Etapa 3 – Aprofundando conhecimentos

Distribua cópias dos textos, reproduzidos nesta seção: “*Patrimônio Cultural: uma construção da cidadania*” e “*A Constituição Federal e o conceito de Patrimônio cultural*”. Faça a leitura compartilhada e em seguida proponha a cada aluno que compartilhe sua

compreensão e opinião sobre aspectos identificados nos textos. Em seguida, promova a visualização de um vídeo (há indicação de vídeos no final desta seção) sobre a temática para aprofundar os conceitos estudados.

Texto 01: Patrimônio Cultural: uma construção da cidadania

Ao pronunciarmos a palavra patrimônio nos vem logo à mente a noção de bens, objetos de valor, memória, herança, algo que se constrói e se acumula com o passar do tempo, podendo assumir valores não só econômico ou de uso, mas afetivo e até mesmo simbólico, desde que com eles nos relacionemos pelo vínculo do apoderamento. [...]

[...] Patrimônio é um complexo de bens legados pelos nossos antepassados, representados não apenas no seu restrito sentido material, mas naquela condição de bens que assumem uma dimensão imaterial. [...] Um conjunto de bens de valor com significado coletivo, a considerar a sua singularidade, representa o patrimônio de um grupo de pessoas, de um país ou até mesmo da humanidade [...].

[...] Patrimônio tem relação intrínseca com a Cultura [...], portanto, é a herança cultural acumulada ao longo do tempo pelos homens, agentes das realizações e história de uma sociedade [...]. Nesse sentido, tudo que é produto da ação consciente e criativa dos homens sobre o meio em que vive é patrimônio cultural [...].

Reproduzido de: Umbelino Peregrino de Albuquerque. In: **Educação patrimonial: reflexões e práticas.** / Átila Bezerra Tolentino (Org.) – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012, p. 05) [Adaptado].

Trocando ideias:

Professor (a), o momento é oportuno para conectar os textos com as atividades anteriores (objetos pessoais e imagens dos espaços da cidade em que os alunos trouxeram). Incentive a turma a relacionar as ideias discutidas nos textos desta seção com as questões que envolvem o conceito de patrimônio. Apresente imagens que representem o patrimônio cultural da cidade de Pirpirituba e de outras cidades brasileiras, para que os alunos possam identificar, se são bens tangíveis ou intangíveis.

Texto 02: A Constituição Federal e o Conceito de Patrimônio Cultural



Festival de Quadrilhas Juninas em Pirpirituba

Ano: 2023 (Autor desconhecido)

Fonte: pmpirpirituba

Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ct4Et8Zsik8/?img_index=2>. Acesso em: 20 dez. 2023.

Art. 216. *Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:*

I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico- culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Reproduzido de: BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. [recurso eletrônico] — Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2023, p. 181. Disponível em: <<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2023. [Adaptado].

Sugestões



Patrimônio Cultural – Conceito (parte 01)

Produção: SABER Tecnologias Educacion, 2015. Duração: 10 min. 04 segundos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vGeXC_2nx9M&t=21s>. Acesso em: 03 out. 2023.

O que é patrimônio material e imaterial?

Produção: Elaborando Projetos, 2015. Duração: 03 min e 20 segundos. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-Uz61DKiMAk&t=121s>>. Acesso em: 03 out. 2023.

ROTEIRO DIDÁTICO 02 – MEMÓRIA E IDENTIDADE DISCIPLINAS: HISTÓRIA E SOCIOLOGIA			
Habilidades Específicas da Área	Objetos de Conhecimento	Expectativas de Aprendizagem	Conteúdos
(EM13CHS101) (EM13CHS104) (EM13CHS401) (EM13CHS502) (EM13CHS503) (EM13CHS504) (EM13CHS603)	Tempo, memória, culturas, identidades e diversidades. Cultura e diversidade cultural. Patrimônio histórico, artístico e cultural (material e imaterial).	Identificar formas diversas de expressão e registro da memória. Entender a cultura material e imaterial dos diferentes grupos humanos, nos seus vestígios e manifestações, assim como suas contribuições para a construção identitária e coletiva, e o sentimento de pertencimento a um lugar.	Formas de exercício de poder Diversidade Social e Cultural Identidade e Cultura Identidade Cultural
Recursos Didáticos		Duração da Atividade	Avaliação
Lousa e lápis para quadro; texto complementar (cópias); projetor multimídia (Data show ou Tv.); notebook e/ou celular.		4 aulas de 45 minutos.	Avaliação Formativa (observação e acompanhamento do aluno durante as atividades desenvolvidas; avaliação contínua).

Fonte: Proposta Curricular do Estado da Paraíba – Ensino Médio – Ano: 2023, p. 400-427 [Adaptado].

Etapa 1 – Refletindo sobre o conceito de patrimônio cultural como construção social

O objetivo proposto nesse momento é iniciar a problematização sobre o patrimônio como construção social e mediar a compreensão sobre as questões que envolvem essa temática, como memória e identidade, por meio de perguntas geradoras, no sentido de avaliar o conhecimento comum dos alunos. Para isso, introduza a aula com perguntas, no sentido de sondar a percepção dos alunos acerca do tema. Proponho algumas questões, que podem ser complementadas e /ou adaptadas.

Você pode utilizar a dinâmica de mapa conceitual escrevendo na lousa as palavras-chave das respostas dadas pelos alunos, para depois intercalar a noção que eles têm sobre a temática abordada e os conceitos abordados nos textos, que servirão de base para o próximo passo da atividade.



Para Refletir:

- 1) Para você, o que é identidade?
- 2) Identidade pode ser uma construção social? Se sim, dê exemplos.
- 3) De que maneira as lembranças dos indivíduos para que uma pessoa se perceba e se identifique com um lugar?
- 4) Como as memórias compartilhadas por uma pessoa ou uma comunidade afetam a construção da identidade coletiva?
- 5) Memória e História têm o mesmo significado? (Essa questão pode levar a discussão levantada por Pierre Nora, quando diz que, embora tenham relações, memória e história não são iguais).

Nota ao (a) professor (a):

De acordo com Pierre Nora (1993), memória e história está longe de serem o mesmo, são opostas. A história é a construção do que já não existe. Por outro lado, a memória é um fenômeno sempre presente, uma conexão vivida no eterno agora; enquanto a história é uma representação do que já passou. No coração da história, existe uma crítica que questiona a memória espontânea. A história sempre desconfia da memória, pois seu verdadeiro objetivo é desafiá-la e criticá-la. Quando a memória passa a ser uma construção escrita, ela já é história.

In: NORA, Pierre. Entre memória e história – a problemática dos lugares. *In:* Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo: Educ., 1993.

Após as reflexões pessoais levantadas pela turma, proponha a leitura dos textos “*Memória e identidade: apontamentos iniciais*” e “*Patrimônio Cultural, Memória e Identidade*” e/ou exibição de um vídeo sobre memória e identidade. Inicie problematizando o tema, buscando levar os discentes a perceberem quais são os grupos sociais da cidade de Pirpirituba que estão representados nos patrimônios da cidade e, quais foram apagados dessa memória coletiva. Após o texto, apresento algumas questões que podem estimular a compreensão sobre a temática.

Texto 01: Memória e identidade: apontamentos iniciais

A memória pode ser entendida popularmente como a capacidade que o ser humano tem de conservar e relembrar experiências e informações relacionadas ao passado, sendo estas, parte de processos de interação de cada indivíduo com seu meio.[...] Enquanto geradora da identidade, a memória pode ser vislumbrada como sendo participante de sua construção, uma vez que, a própria identidade de uma sociedade, realiza certas seleções da memória, e ainda, dá forma às predisposições que vão conduzir o indivíduo a incorporar alguns aspectos particulares do passado [...]. Nessa perspectiva, as diversas manifestações da cultura popular, modo de falar, de criar e fazer, estilo de vida e costumes, representam bens intangíveis que se integram as pessoas e à comunidade, de tal modo que passam a ser elementos referenciais de identidades.

Reproduzido de: LARA, Camila de Brito Quadros. A importância da memória para a construção da identidade: o caso da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição Dourados M/S. **XVIII Encontro Regional de História. História e Democracia: Possibilidades do Saber Histórico**, Coxim M/S- 08 a 11 de novembro de 2016, pp. 01-06. [Adaptado]

Texto 02: Patrimônio Cultural, Memória e Identidade

As memórias constituem a nossa capacidade de perceber e reunir experiências, saberes, sensações, emoções e sentimentos que, por um motivo ou outro, escolhemos para guardar. [...]

[...] A identidade é o sentimento de um indivíduo ou grupo em pertencer a uma determinada região, prática social, ideia ou sistema de valores. A identidade cultural é construída a partir do conflito da visão de mundo do “outro” como diferente da visão do mundo do “eu”, ou seja, das diferentes identidades. Pode-se acrescentar, ainda, que as identidades expressam uma postura e ação de afirmação (étnica, local, ideológica, etc.) no jogo político do cotidiano. [...]

O patrimônio cultural está presente em todos os lugares e atividades: nas ruas, em nossas casas, em nossas danças e músicas, nas artes, nos museus, escolas, igrejas e praças. Nos nossos modos de fazer, criar e trabalhar. Nos livros que escrevemos, na poesia que declaramos, nas brincadeiras que fazemos, nos cultos que professamos. Ele faz parte de nosso cotidiano, está pautado em nossas memórias, forma a nossa identidade e a dos outros e determina os valores de uma sociedade. [...].

Reproduzido de: TOLENTINO, Átila. **Educação patrimonial: educação, memórias e identidades** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). João Pessoa: Iphan, 2013. 108 p. 07-08. – (Caderno Temático; 3).



Para Refletir:

- 1) Se a memória é um campo que envolve um jogo político de disputas e de poder e tem relação com a construção das identidades. O patrimônio é algo dado ou assim como identidade é uma construção social?
- 2) Os monumentos históricos da sua cidade representam todos os segmentos sociais? Explique sua resposta.
- 3) As narrativas oficiais, transmitidas por instituições governamentais, políticas ou educacionais, podem interferir na escolha do que deve ser preservado ou não? Se sim, dê exemplos.

Etapa 2 – Realizando Oficinas sobre Patrimônio, identidade e memória

Nesta etapa, divida a turma em grupos e organize oficinas de produção de cartazes, vídeos curtos, panfletos, etc., sobre os patrimônios de sua cidade e a importância de se conhecer e valorizar esses bens culturais. Em seguida, promova a exposição dos trabalhos criados com outras turmas da escola.

Sugestões



Ser Brasileiro: Qual a minha identidade? Lilia Moritz Schwarcz

Produção: Casa do Saber, 2018. Duração: 03 min e 57 segundos.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rbg8NyUxCic&t=6s>>. Acesso em: 20 dez. 2023.

A importância da preservação de museus e do patrimônio cultural.

Produção: Casa do Saber, 2019. Duração: 11 min e 29 segundos.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hCtwj4eF4G4&t=17s>>. Acesso em: 20 dez. 2023.

CAPÍTULO 3 – REVISITANDO A ORIGEM DA NOSSA ESCOLA E CONECTANDO SABERES



Vista da fachada da Escola Monsenhor Walfredo Leal – Ano: 2023

Foto: Monique Leandro da Silva

Fonte: Arquivo pessoal

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Monsenhor Walfredo Leal foi inaugurada em 5 de maio de 1948, no contexto da criação dos grupos escolares na Paraíba, conforme estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 57050348. A escola recebeu esse nome em homenagem a Walfredo Soares dos Santos Leal (1845-1942), mais conhecido como Monsenhor Walfredo Leal, nascido em Areia, no Brejo Paraibano.

Em seu esboço histórico, Lídio Gomes Barbosa (2013) menciona que houve incentivo do Estado à educação, nos anos 1930, por meio da nomeação de professoras para lecionar em salas de aula que funcionavam em prédios arrendados. E que para atenuar a falta de uma escola com prédio próprio, a casa do Sr. Argemiro Moura, foi adaptada de modo a comportar duas salas, uma para meninos e outra para meninas.

Da mesma forma, o cordelista Zé Luís (2022), também aborda a fundação da Escola Monsenhor Walfredo Leal (2022), detalhando em pormenores sobre as professoras e gestoras que contribuíram com a história da instituição.

Aqui, indico propostas de atividades voltadas para as disciplinas de História e Matemática. É importante ressaltar que essas atividades são flexíveis e podem ser ajustadas e endossadas pelos professores, conforme as necessidades específicas e o contexto escolar em questão.

ROTEIRO DIDÁTICO 01 – DISCIPLINA: HISTÓRIA			
Habilidades Específicas da Área	Objetos de Conhecimento	Expectativas de Aprendizagem	Conteúdos
(EMIFCHSA01) (EMIFCHSA04) (EMIFCG07) (EMIFCHSA08)	Patrimônio histórico, e cultural: compreensão, interpretações e possibilidades, do local ao global. Usos e Transformações do Espaço.	Compreender o Patrimônio Cultura e contribuições para a construção identitária e coletiva, e o sentimento de pertencimento a um lugar. Explorar a história da Escola Monsenhor Walfredo Leal e refletir sobre este patrimônio como “lugar de memória”.	Lugar, Memória e Identidade. A Era Vargas; Governo Dutra; Guerra Fria; Governo de Stálin.
Recursos Didáticos		Duração da Atividade	Avaliação
Lousa e lápis para quadro; material impresso (cópias); projetor multimídia (Data show ou Tv.).		5 aulas de 45 minutos.	Avaliação Formativa (observação e acompanhamento do aluno durante as atividades desenvolvidas; avaliação contínua).

Fonte: Proposta Curricular do Estado da Paraíba – Ensino Médio – Ano: 2023, p. 401-626 [Adaptado].

Etapa 1 – Conhecendo a História da Nossa Escola

Nesta seção, proponho algumas questões para se iniciar o estudo sobre a história da Escola Monsenhor Walfredo Leal. Você pode fazê-las oralmente ou escrevê-las na lousa e pedir para que os alunos copiem no caderno.



Para Refletir:

- 1) Você sabe quando foi fundada a escola Monsenhor Walfredo Leal? Sabe a história em torno do nome dado a esta escola?
- 2) Alguma pessoa da sua família também estudou nessa escola? Se sim, quem foi?
- 3) Selecione algumas de suas memórias relativas à sua trajetória como estudante da escola Monsenhor Walfredo Leal.
- 4) Quais mudanças você percebeu no espaço físico e nas regras da escola no decorrer de sua trajetória como estudante dessa instituição?
- 5) Existe um arquivo ou museu sobre a história da escola?

Para iniciar a discussão sobre a história da Escola Monsenhor Walfredo Leal, recomendo a leitura compartilhada de um trecho do capítulo 11 “*Primeira Escola criada por Guarabira, 1984*”, do livro de Lídio Gomes Barbosa (2013), p. 32-33, o qual adaptei e intitulei como “*Origem da Escola Monsenhor Walfredo Leal*”.

Texto 01: Origem da escola Monsenhor Walfredo Leal

[...] A partir da década de 1930, o Estado começa também a interessar-se pela instrução em nossa terra. E a primeira professora nomeada foi uma jovem de nome Júlia, bem distinta e educada. Em continuação, tivemos as professoras: Estelita, Raquel, Alice e Cordélia. [...] Por não haver um grupo Escolar, as Escolas funcionavam em prédios arrendados.

O major Oliveira Lucena, para amenizar a situação, adaptou a casa, hoje pertencente ao Sr. Argemiro Moura, dividindo-a em duas seções: uma para meninos e outra meninas. Somente com o Dr. Osvaldo Trigueiro, no Governo, se construiu o Grupo Escolar Walfredo Leal, nome da preferência do sempre lembrado Prof. "Zeca", admirador da família Leal.

Segundo informações do jornal "O Município"⁷, no ano de 1938, foi expedido um ofício, pelo prefeito da cidade de Guarabira, Sabiniano Maia e encaminhado ao interventor do Estado da Paraíba, Argemiro de Figueiredo, pleiteando a construção de um edifício escolar no Distrito de Pirpirituba. Uma nota do jornal "O Norte", datada de 5 de março de 1948, informa que, ao assumir o governo, Oswaldo Trigueiro encontrou obras paralisadas, incluindo a construção de oito grupos escolares em áreas do interior do estado. Entre essas obras estava a escola Monsenhor Walfredo Leal, cuja construção foi retomada e foi oficialmente inaugurada em 4 de março de 1948, conforme relatado no referido periódico. No entanto, seguindo o Decreto Lei Decreto-Lei n.º 57050348, de criação da referida escola, atribui-se a data de fundação da escola, o dia 05 de maio. Eventualmente, essa diferença de datas se deve ao tempo que pode ter transcorrido entre a institucionalização formal da escola e sua entrada prática em funcionamento.

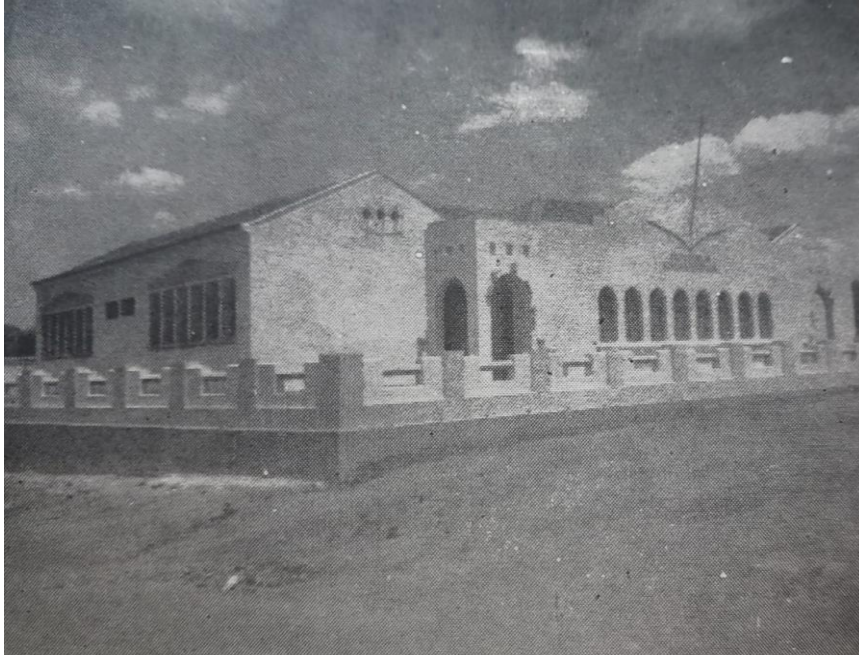
No início de seu funcionamento, a referida escola teve como primeiras funcionárias: Iêda Paiva Barbosa, Maria Hosana Paiva Barbosa, Maria Dilma Barbosa Chagas, Maria Amélia Costa, Alzinete Frazão Viana, Maria Irecê de Pontes Calixto, Creuza Freitas

⁷ Sobre periódico acessar: <<http://brejo.noticiasdaparaiba.com/2022/11/24/guarabira-135-anos-pesquisador-presenteara-municipio-com-jornais-da-cidade-da-decada-de-1930/>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

Cantalice, Maria da Luz Gomes Monteiro, Maria Djanete Coelho Vieira, Noêmia Porpino, Cecília Alves de Paiva, dentre outras.

*Fonte: Barbosa, Lídio Gomes. **Esboço Histórico de Pirpirituba–PB**: Projeto Reviver S/C, 2013, p. 32- 33. Grifo nosso; Escola Monsenhor Walfredo Leal. Projeto Político Pedagógico–Pirpirituba/ PB, Ano: 2022. [Adaptado].*

Escola Monsenhor Walfredo Leal. Ano: (1948)



Fonte- Maia, 1973, p. 39.

Trocando Ideias:

Professor (a), além de abordar a origem da escola, é possível explorar as transformações ocorridas na sociedade ao longo do período de existência dessa instituição de ensino, situando-a em contextos mais amplos. As constantes mudanças políticas, econômicas e sociais (movimentos pelos direitos civis, direitos das mulheres, a luta dos povos indígenas, dos negros), e os avanços tecnológicos (o uso das tecnologias digitais), têm impactado profundamente a maneira como ensinamos e aprendemos e, conseqüentemente, influenciou a dinâmica interna da escola.

Etapas 2 – Dialogando com outros contextos históricos

Nesta etapa, sugiro contextualizar a abordagem temática da escola com eventos que marcaram a História do Brasil. Inicie apresentando uma introdução ao governo Dutra,

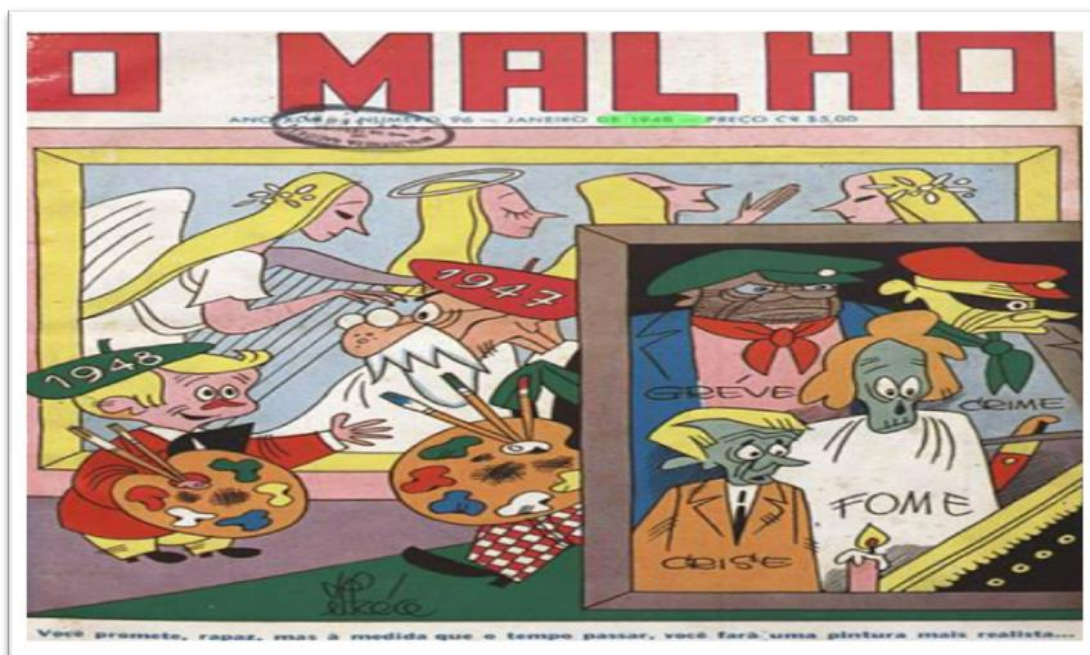
destacando a política econômica de seu mandato que, apesar das expectativas iniciais, não se traduziu em melhorias significativas na qualidade de vida da população. Explore a política externa de Dutra, marcada pelo alinhamento com os Estados Unidos e pelo rompimento de relações diplomáticas com a União Soviética. Este contexto permite uma análise mais ampla do cenário mundial da Guerra Fria e seus impactos no Brasil. Utilize o livro didático para aprofundar a explanação do tema. Em seguida, discuta como as políticas repressivas do governo, como a perseguição aos comunistas e o fechamento do Partido Comunista Brasileiro (PCB), refletiam as tensões ideológicas da época. Para enriquecer a discussão, considere os efeitos dessas políticas na sociedade brasileira, incluindo a cassação de mandatos de políticos eleitos pelo PCB. Você pode aplicar as seguintes questões para estimular a reflexão dos alunos:



Atividade 01: A charge, a seguir, é uma leitura crítica do governo Dutra.

Com base na imagem, identifique os desafios sociais enfrentados durante esse período.

Fonte 01:



Charge da Revista O Malho, 1948, com os dizeres: “Você promete, rapaz, mas à medida que o tempo passar, você fará uma pintura mais realista...”. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116300&Pesq=1948&pagfis=99440>. Acesso em: 20 jan. 2024.

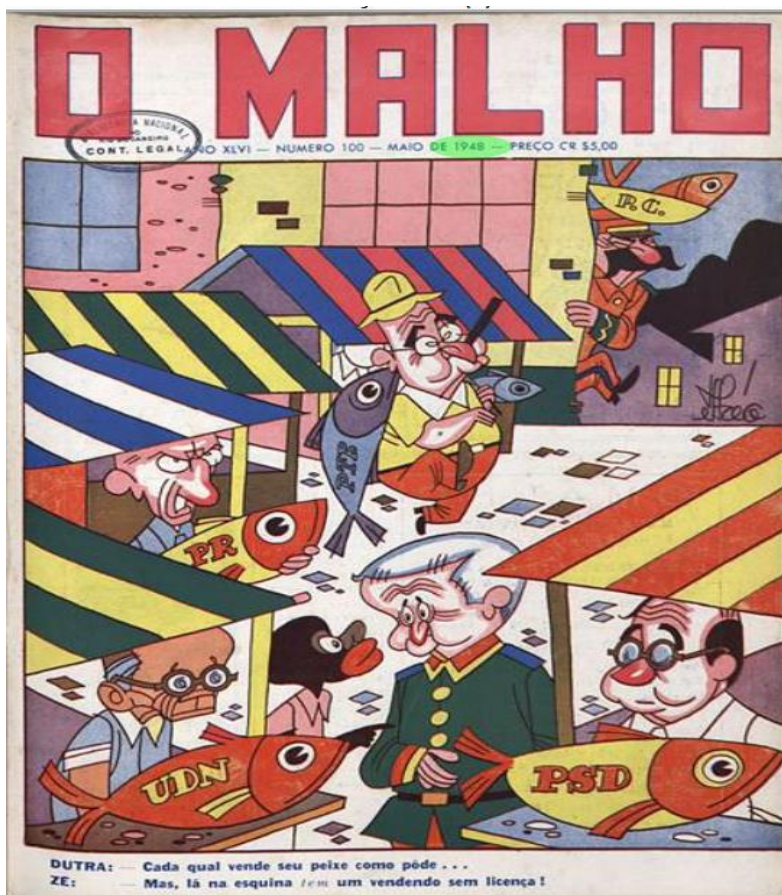


Atividade 02: observe o trecho e a charge a seguir, e depois responda as questões a seguir:

Fonte 01:

" O Governo Dutra rompeu relações diplomáticas com a União Soviética e perseguiu os comunistas no Brasil, fechando o Partido Comunista e cassando os mandatos dos políticos eleitos por esse partido político". Daniel Neves Silva. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/governo-dutra.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2024. [Adaptado].

Fonte 02:



Charge da Revista O Malho, de maio de 1948, com os dizeres:

Dutra: — Cada qual vende seu peixe como pode...

Zé: — Mas lá na esquina tem um vendendo sem licença!

Disponível em:

<<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116300&Pesq=1948&pagfis=99669>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

- Com base no trecho, da fonte 01, explique como o rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética pelo Governo Dutra refletem as tensões da Guerra Fria no Brasil?
- Ao analisar a fonte 02, identifique qual a mensagem subentendida a charge transmite sobre a repressão aos comunistas e a situação política da época?

Etapa 3 – Ampliando conhecimentos

Nesta etapa, proponho trabalhar com elaboração de um mural histórico da escola. Peça aos alunos para criarem uma linha do tempo que destaque os marcos importantes na história da escola, desde a sua fundação, em 1948, até os dias atuais, juntamente com eventos da história do Brasil. De modo a identificarem conexões entre o contexto local com o nacional. Eles podem pesquisar sobre a economia local, os costumes da época, o cotidiano escolar⁸, eventos políticos e culturais que marcaram a comunidade durante os períodos escolhidos na linha do tempo. Podem incluir fotografias, ilustrações e citações para destacar os aspectos desses períodos e apresentarem suas descobertas na sala de aula.

ROTEIRO DIDÁTICO 02 – DISCIPLINA: MATEMÁTICA			
Habilidades Específicas da Área	Objetos de Conhecimento	Expectativas de Aprendizagem	Conteúdos
(EM13MAT101) (EM13MAT102) (EM13MAT103) (EM13MAT104) (EM13MAT105) (EM13MAT105) (EM13MAT201) (EM13MAT306) (EM13MAT308) (EM13MAT309) (EM13MAT404) (EM13MAT406)	Áreas de superfícies planas. Grandezas. Porcentagem. Proporcionalidade. População e amostra; variáveis contínuas e discreta; gráficos.	Compreender os conceitos primitivos da geometria espacial. Desenvolver a compreensão da relação entre espaço e forma. Identificar a relação de dependência entre grandezas.	Números e operações Conceitos básicos de Geometria.
Recursos Didáticos		Duração da Atividade	Avaliação
Lousa e lápis para quadro; fita métrica; régua; papel milimetrado; calculadora.		4 aulas de 45 minutos.	Avaliação Formativa (observação e acompanhamento do aluno durante as atividades desenvolvidas; avaliação contínua).

Fonte: Proposta Curricular do Estado da Paraíba – Ensino Médio – Ano: 2023, p. 275 [Adaptado].

Etapa 1 – Conhecendo as formas geométricas do espaço escolar

⁸ Para dados sobre a escola, os discentes poderão entrevistar algum (a) ex-aluno (a), professor (a), ex-funcionário (a) da escola. No final deste caderno, na seção apêndice 01, apresento um questionário (apêndice 01) para uma entrevista, que podem ser adaptadas. Se preferir, você poderá elaborar, juntamente com os alunos, as questões que servirão de base para a entrevista.

Para o desenvolvimento dessa atividade recomendo que proponha aos alunos a observação dos diferentes espaços da escola, a fim de identificar as formas geométricas presentes nos espaços observados. De volta a sala de aula, introduza noções geométricas como: ponto, linha, plano e sólido, as quais, servem de base para todo o conhecimento existente sobre a Geometria. Peça para os alunos identificarem exemplos desses conceitos no espaço escolar.

Etapa 2– Aplicando atividade prática de medida, capacidades e volumes

Inicie a aula explicando a importância de compreender os conceitos de área e volume no contexto da geometria. Em seguida, explique que a atividade consistirá em calcular a proporção de alunos da sala de aula por metro quadrado. Divida a turma em grupos e distribua fitas métricas, solicitando que cada grupo meça e anote as dimensões da sala, e anote o número de alunos da sala. Com base nessas informações, você pode explicar como eles poderão calcular a proporção de alunos por metro quadrado. Esta atividade prática também poderá ser realizada em outras áreas da escola, como também pode-se trabalhar capacidades e volumes utilizando recipientes existentes na escola.

No final da atividade, cada grupo pode criar mapas detalhando os espaços da escola, utilizando escalas e símbolos para representar diferentes elementos e/ou maquetes explorando as formas geométricas presentes nesse espaço.

Culminância do Projeto Escola de Valor



Ano: 2023

Foto: Rilávia Sayonara

Fonte: Acervo da escola

CAPÍTULO 4 – A INFLUÊNCIA CULTURAL DA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO EM PIRPIRITUBA

A Matriz de Nossa Senhora do Rosário, destaca-se não apenas como um templo religioso, mas como um reflexo da diversidade cultural e das influências que definiram os templos religiosos no Brasil entre os séculos XVI e XIX. Assim, a construção das igrejas se constituiu não apenas como uma resposta às mudanças sociais e políticas do país, mas também uma expressão das tradições religiosas e culturais de cada região.

Durante o período do Padroado Régio em Portugal, a Igreja esteve estreitamente vinculada ao Estado, desempenhando não apenas o papel de local de culto, mas também de uma instância administrativa local. Nas pequenas localidades da Paraíba, a construção de novas igrejas era frequentemente financiada por famílias ricas da região. Essas construções não serviram apenas como locais de devoção, mas também marcaram a paisagem urbana, tornando-se marcos arquitetônicos e culturais. O caso de Pirpirituba não foi exceção a essa tendência.

Segundo Coelho (1955), a Matriz Nossa Senhora do Rosário teve suas origens em uma modesta capela de taipa, construída por escravos que ali realizavam suas celebrações religiosas. Em 1860, a capela passou por uma reforma, cujos recursos vieram por doação do Luiz Correia de Mélo, um fazendeiro de grande influência econômica e política na região. O cordelista Zé Luís (2004) utiliza a tradição oral, presente na literatura popular, para destacar a influência cultural dos negros na construção desse importante patrimônio do município.

No decorrer deste capítulo, ofereço sugestões de atividades destinadas às disciplinas de História, Artes Visuais, Geografia, Língua Portuguesa e Matemática. Destaca-se a flexibilidade dessas propostas, permitindo que os professores as adaptem conforme as suas necessidades.

Imagem da marca d'água: O acender das luzes de Natal.

Foto: Joclebson Cleyton. **Ano:** 2022.

Disponível em:

<https://www.instagram.com/p/CqsOMjGOo3c/?imgindex=7>

ROTEIRO DIDÁTICO 01 – DISCIPLINA: HISTÓRIA			
Habilidades Específicas da Área	Objeto de Conhecimento	Expectativas de Aprendizagem	Conteúdos
(EM13CHS101) (EM13CHS104) (EM13CHS503) (EM13CHS504) (EM13CHS603)	Patrimônio histórico, artístico e cultural (material e imaterial): compreensão, interpretações e possibilidades, do local ao global.	Aprofundar o conhecimento sobre patrimônio cultural. Reconhecer os grupos sociais envolvidos na construção do patrimônio cultural.	Cultura como representação da realidade. Lugar, memória e cultura: cultura popular, tradição, religiosidade. Usos e transformações do espaço. Escravidão no Brasil. Protagonismo dos africanos.
Recursos Didáticos		Duração da Atividade	Avaliação
Lousa e lápis para quadro; texto complementar (cópias); projetor multimídia (Data show ou Tv.); notebook e/ou celular.		4 aulas de 45 minutos.	Avaliação Formativa (observação e acompanhamento do aluno durante as atividades desenvolvidas; avaliação contínua).

Fonte: Proposta Curricular do Estado da Paraíba – Ensino Médio – Ano: 2023, p. 400- 405 [Adaptado].

Etapa 1–Introduzindo a temática

Professor (a), inicie a aula por meio de perguntas geradoras, no sentido de sondar o conhecimento dos discentes acerca da história da Igreja Nossa Senhora do Rosário. Para isso, faça a projeção de imagens da igreja (em TV ou Data show). Discuta sobre as relações cotidianas e as memórias afetivas da comunidade com a Igreja, como lugar de sociabilidade também.

Trocando ideias:

Professor (a), as atividades interdisciplinares propostas neste capítulo, podem oferecer aos alunos uma compreensão mais abrangente da Igreja, sua história e sua importância cultural, ao mesmo tempo que promovem o aprendizado contextualizado. A Igreja também abrange outros patrimônios de natureza imaterial, como, por exemplo: a Festa de Nossa Senhora do Rosário e São Sebastião. No livro de Lídio Gomes Barbosa (2013), nos capítulos¹ 34, 35 e 36, páginas 73-76, encontramos informações sobre as festas religiosas de Pirpirituba, que podem ser utilizadas para se trabalhar em sala de aula. Também é possível promover reflexões relacionadas ao contexto da colonização portuguesa e a escravização dos africanos pelos europeus. Visto que, a história da Igreja, tem suas bases nas memórias dos negros.

Etapla 2 – Trabalhando com textos

Nesta etapa, proponho a leitura dos textos que apresento a seguir, a fim de promover espaços de reflexões sobre o patrimônio e as diversas questões que se perpassam sobre ele. Em seguida, sugiro algumas questões para o debate em sala de aula.

Texto 01: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário: Devoção, Identidade e Aculturação no Brasil Colonial

[...] As irmandades de Nossa Senhora do Rosário surgiram no mosteiro dominicano de Lisboa em 1460 e desempenharam um papel importante na propagação da fé católica entre a população que se estabeleceu na colônia, tanto entre os portugueses quanto entre os africanos escravizados ou não. [...] Em quase todas as paróquias brasileiras, ocorreram irmandades do Santíssimo Sacramento, de Nossa Senhora do Rosário e das Almas, sendo as primeiras a serem incentivadas tanto na metrópole quanto no Brasil. Os negros geralmente se congregavam em torno da Virgem do Rosário, seguindo o padrão português, mas também tinham preferência por outros santos, como São Benedito e Santa Efigênia.

O culto a Nossa Senhora do Rosário no Brasil foi introduzido pelos jesuítas e, posteriormente, os franciscanos que o promoveram por meio da criação dessas irmandades ou confrarias. [...] As irmandades e a devoção à Virgem do Rosário podem ser consideradas uma "reinterpretação do catolicismo africano" no Brasil, possibilitando a preservação de práticas culturais católicas adquiridas pelos africanos antes de sua subjugação ou escravização.

Reproduzido de: BEZERRA, Analucia Sulina. AS IRMANDADES DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS NO BRASIL: IDENTIDADE E DIFERENÇA CULTURAL. Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, 2015. P. 51. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/19132>>. Acesso em: 09, nov. 2023. [Adaptado].

Texto 02: Espaços de Devoção e Sociabilidade na Paraíba e no Brasil Colonial

[...] As irmandades erguidas entre os séculos XVII ao XIX no Brasil, foram responsáveis pelas devoções católicas e pela promoção das procissões e festas, marcada pela grandiosidade das manifestações exteriores da fé e também pelas questões políticas que envolviam as irmandades, o Estado e o poder eclesiástico. As irmandades eram regidas por

um conjunto de regras chamadas de “compromissos” que deveriam ser aprovados pela Igreja Católica, Presidente de Província e pela autoridade monárquica, para depois ter seu direito de funcionamento.

[...] A devoção a N. S. do Rosário estendeu-se por várias regiões do país e congregava negros de vários extratos sociais, como o forro e o escravo. Além disso, as festas em homenagem a N. S. do Rosário nos fornecem dados interessantes sobre a cultura negra e a inserção do elemento escravo ou forro dentro da sociedade brasileira. Viver a fé e a devoção para os irmãos era também em viver a festa, uma vez que toda a festa em louvor à Nossa Senhora do Rosário, por exemplo, se resumia à parte religiosa e à realização de uma quermesse, em que todas as despesas corriam por conta dos festeiros, os quais contavam com a doação de alimentos e outras ajudas para sua realização. Entretanto, as comemorações eram celebradas com muita reza e fartura, cumprimentos e abraços concretizados, além da procissão. Nesse universo, temos a presença dos senhores de escravos e autoridades religiosas e políticas da época, que estabeleciam vínculos de sociabilidade com a população presente, transformando-se no atrativo das comemorações. [...]

Reproduzido de: SOUZA JÚNIOR, José Pereira. Irmandades religiosas: espaços de devoção e disputas políticas na Paraíba oitocentista. *ANPUH - Anais do XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza, 2009, p. 02-03. Disponível em: < https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772190_9767a0e5c338bf5642cde9b9ff23d3a10.pdf >. Acesso em: 25 abr. 2024. [Adaptado].

Procissão de Nossa Senhora do Rosário – Pirpirituba



Década de 1950 (Autor desconhecido)

Fonte: <<https://www.facebook.com/groups/Pirpirituba/?ref=share&mibextid=hubsqH>>. Acesso em: 20 nov. 2023.



Para Refletir:

- 1) A partir da leitura e análise dos textos, identifique aspectos semelhantes e as diferenças em relação ao culto à Nossa Senhora do Rosário.
- 2) Você considera a Igreja Nossa Senhora do Rosário um patrimônio cultural? Explique.
- 3) Que memórias estão presentes em torno da Igreja Nossa Senhora do Rosário?
- 4) Essas memórias representam todos os segmentos sociais da cidade? Justifique.

Etapa 3 – Atividade de pesquisa

Oriente os alunos para a realização de uma pesquisa sobre a história da festa de Nossa Senhora do Rosário em Pirpirituba e sobre as religiões existentes na cidade (Católicas, Evangélicas e de Matriz Africana). O resultado dessa pesquisa pode promover o debate sobre a questão da identidade, da memória e do significado desses patrimônios para a comunidade.

Etapa 4 – Contextualização histórica

A seguir, apresento uma atividade para iniciar o debate sobre o protagonismo da população escravizada. As fontes permitem ampliar as reflexões trazidas nos textos 01 e 02, da etapa 2, favorecendo o debate em sala de aula sobre a socialização do homem negro na sociedade escravista por meio das irmandades negras da Paraíba, no século XIX. As ações dessas instituições se traduziam em protesto, afirmação social e identidade coletiva. Suas reuniões, festas, procissões, cortejos e

Trocando ideias:

Neste momento, abra espaço para a discussão sobre a escravização africana no Brasil, destacando que foram os negros que construíram as bases da igreja Nossa Senhora do Rosário, em Pirpirituba, cujas memórias permanecem silenciadas. Ressalte que essa condição imposta aos negros não impediu seu protagonismo na sociedade brasileira. Através de suas práticas culturais e formas de resistência à escravização, eles enriqueceram a cultura do país com contribuições em diversas áreas, como música, dança, culinária, vestimenta e religião. Essas reflexões podem ajudar a desconstruir estereótipos, como o racismo estrutural e a intolerância.

sepultamentos representavam a afirmação do lugar social que os homens negros podiam ocupar nessa comunidade. Por isso, as irmandades eram espaços de luta e resistência⁹.



Atividade 01: Observe as fontes 01 e 02, a seguir, em seguida, responda as questões.

Fonte 01:

A Nossa Senhora do Rosário foi designada como a padroeira oficial das irmandades negras, e na Província da Parahyba, foi predominantemente designada como padroeira destas instituições. Sua função era caracteristicamente a mesma dos outros santos, mas possuía especificidades da condição feminina, pois, a sua figura feminina ressaltava a ideia de mãe. protetora, compadecida, e poderosa interventora, já que era a mãe de Jesus. [...] Um momento importante da irmandade era a festa do padroeiro. Era neste momento que as irmandades deveriam despojar-se de todos os seus recursos possíveis para, "em honra e gloria de Nossa Senhora", mostrarem-se adequadamente diante de toda a sociedade. A imagem da padroeira, e a cruz da irmandade eram levadas nas procissões. Os homens iam vestidos com as roupas características de sua instituição, assistiam à missa, ouviam o sermão e faziam suas orações. Tudo isso diante de uma sociedade escravista e hierarquizada pela cor de seus integrantes.

[...] Art. 29º A Festa de Nossa Senhora do Rosário terá sempre lugar no ultimo dia de dezembro de cada anno, salvo quando, segundo as circunstancias, Mesa for determinado outro dia; Art. 30º Quinze dias antes se reunirá para tratar da Festa de Nossa Senhora do Rosário, a Mesa em maior numero possível, providenciando sobre algumas esmolas e mais arrecadações necessárias para este fim. Art. 32º Todos os irmãos são obrigados a comparecer na festa, e acompanhar a procissão, quando haja lugar, dando os lugares destinados aos Irmãos de outras Irmandades que foram convidados¹⁰.

[...] Na Província da Parahyba temos a descrição de Horácio de Almeida (1980), sobre os festejos realizados pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Areia, onde descreve o último festejo de reis realizado na cidade já no século XX, mas descendente das antigas comemorações, das irmandades, ao coroarem seus reis negros.

Tudo pronto para a folgança, o Secretário inicia o canto:

Pretinhos dos Congos Para onde é que vão?

E o coro bailando:

Vamos ao Rosário

Festejar Maria!

Festejar, festeja

Com muita alegria!

Vamos ao Rosário Festejar Maria!".

Fonte: ALVES, Naiara Ferraz Bandeira, 2006, p. 79-96. [Adaptado].

⁹ Ver: ALVES, Naiara Ferraz Bandeira (2006). Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6033/1/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2024.

¹⁰ Fonte: ALVES, op. cit., p. 98.

Fonte 02



A imagem retrata uma cena capturada por Jean-Baptiste Debret em 1828: “Coleta para manutenção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Porto Alegre”. A obra demonstra uma das expectativas negras sobre a liberdade. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/impresso/esrebelde/revista/conversas-de-pretos-e-a-imaginada-liberdade/>>. Acesso em: 06 jun. 2024.

- Explique como a integração das tradições africanas com a religião católica nas irmandades negras pode ter contribuído para a sobrevivência e resistência das culturas africanas no Brasil.
- De que maneira a cena representada na imagem se relaciona com a descrição das festas e celebrações mencionadas no texto?
- Identifique alguns elementos culturais da Festa de Nossa Senhora do Rosário, organizada pelas irmandades negras, na Província da Parahyba, que se assemelham e se diferenciam da Festa de Nossa Senhora do Rosário em sua cidade.
- Além do culto à Nossa Senhora do Rosário, que outros elementos da cultura afrobrasileira você consegue identificar em sua cidade?

Nesta aula, recomendo, ainda, a audição das músicas: “A Carne”, de Elza Soares, para uma reflexão sobre a marginalização e o preconceito enfrentados pelos negros, e “Reis e rainhas do Maracatu” (Milton Nascimento), como um contraponto da presença criativa da população negra no Brasil. Ainda apresento algumas questões sobre as canções.

A Carne (Elza Soares)

A carne mais barata do
mercado é a carne negra

(Tá ligado que não é fácil, né,
mano?)

(Né, mano? Vixe!)
(Se liga aí!)

A carne mais barata do
mercado é a carne negra
A carne mais barata do

mercado é a carne negra
A carne mais barata do
mercado é a carne negra

A carne mais barata do
mercado é a carne negra
(Só serve o não preto)

Que vai de graça pro presídio
E para debaixo do plástico
Que vai de graça pro
subemprego
E pros hospitais psiquiátricos

A carne mais barata do
mercado é a carne negra (diz
aí!)

A carne mais barata do
mercado é a carne negra
A carne mais barata do
mercado é a carne negra
A carne mais barata do
mercado é a carne negra
Que fez e faz história

Segurando esse país no braço,
mermão
O cabra aqui não se sente
revoltado

Porque o revólver já está
engatilhado
E o vingador é lento
Mas muito bem intencionado
E esse país vai deixando todo
mundo preto
E o cabelo esticado

Mas, mesmo assim
Ainda guardo o direito de
algum antepassado da cor

Brigar sutilmente por respeito
Brigar bravamente por respeito
Brigar por justiça e por respeito
(pode acreditar)
De algum antepassado da cor
Brigar, brigar, brigar, brigar,
brigar
(Se liga aí!)

A carne mais barata do
mercado é a carne negra
(Na cara dura, só serve o não
preto)

A carne mais barata do
mercado é a carne negra
A carne mais barata do
mercado é a carne negra
(Na cara dura, só serve o não
preto)
A carne mais barata do
mercado é a carne negra
(Tá ligado que não é fácil, né,
mano?)

Negra
Negra
Carne negra (pode acreditar)

A carne negra

(Composição: Seu Jorge /
Marcelo Yuka / Ulisses
Capelette). Disponível em:
<<https://www.lettras.mus.br/elza-soares/281242/>>. Acesso em:
20 jan. 2024.

Reis e Rainhas do Maracatu

Milton Nascimento

Dentro das alas, nações em festa
Reis e rainhas cantar
Ninguém se cala louvando as glórias
Que a história contou

Marinheiros, capitães, negros sobas
Rei do congo, a rainha e seu povo
As mucamas e os escravos no canavial
Amadês senhor de engenho e sinhá
Dentro das alas, nações em festa
Reis e rainhas cantar

Ninguém se cala louvando as glórias
Que a história contou

Traz aqui maracatu, nossa escola
Do Recife nós trazemos com alma
A nação maracatu, nosso tema geral
Vem do negro esta festa de Reis

Composição: Milton Nascimento / Nelson /
Novelli.

Disponível em: < <https://www.lettras.mus.br/milton-nascimento/47448/>>. Acesso em: 25 abr. 2024.



Atividade 02: Após ouvir as músicas, responda às questões, a seguir:

1. Quais são os principais temas abordados na letra das músicas “A Carne” e “Reis e Rainhas do Maracatu” e como refletem os desafios enfrentados pelos negros no Brasil?
2. Como você interpreta a repetição insistente da frase "A carne mais barata do mercado é a carne negra", na música cantada por Elza Soares?
3. O Maracatu é apresentado na música de Milton Nascimento como expressão cultural central, da tradição cultural afro-brasileira. Você já havia ouvido falar no Maracatu e na festa de Reis? Se sim, comente seus conhecimentos sobre o assunto.
4. Qual é a sua percepção sobre a importância da cultura afro-brasileira na formação da identidade nacional e na promoção da igualdade racial no Brasil?
5. Além de Elza Soares e Milton Nascimento, existem muitas personalidades negras, que atuaram e atuam em vários campos, como esportes, literatura, arte, política, dentre outros. Faça uma pesquisa sobre alguma personalidade negra, destacando como sua história contribuiu ou contribui para o empoderamento dos negros. E como suas histórias podem influenciar a sociedade brasileira sobre a diversidade e a igualdade racial?

ROTEIRO DIDÁTICO 02 – DISCIPLINA: GEOGRAFIA			
Habilidades Específicas da Área	Objetos de Conhecimento	Expectativas de Aprendizagem	Conteúdos
(EM13CHS102) (EM13CHS106) (EM13CHS202) (EM13CHS204)	Compreender o espaço geográfico. Bem como, paisagem e lugar: conceitos fundamentais à compreensão do espaço geográfico.	Explorar o significado da Igreja Nossa Senhora do Rosário para a comunidade local, promovendo a compreensão dos conceitos de lugar, paisagem, espaço geográfico.	Paisagem e Lugar: conceitos fundamentais à compreensão do espaço geográfico. Território e região: expressões do espaço geográfico.
Recursos Didáticos		Duração da Atividade	Avaliação
Lousa e lápis para quadro; texto complementar (cópias); projetor multimídia (Data show ou Tv.); notebook e/ou celular.		5 aulas de 45 minutos.	Avaliação Formativa (observação e acompanhamento do aluno durante as atividades desenvolvidas; avaliação contínua).

Fonte: Proposta Curricular do Estado da Paraíba – Ensino Médio – Ano: 2023, p. 411- 413 [Adaptado].

Etapa 1 – Estudando as categorias de análise

Inicie a atividade fazendo a exibição da imagem desta seção, ou outra de sua preferência, para trabalhar as categorias de análise geográfica. Comece explicando como as atividades humanas, como construção de edifícios, o planejamento urbano e o uso do solo, modificam paisagem, buscando promover o desenvolvimento de habilidades de compreensão mais profunda sobre as dinâmicas urbanas.



Vista aérea de Pirpirituba- PB – Foto: Joclebson Cleyton – Ano: 2023 Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CqbL6ArOgBH/>>. Acesso em: 20 dez. 2023

Correlacione o espaço ao redor da Igreja com outros espaços da cidade, analisando como a presença de ícones de modernização (rodovias, praça, pontos comerciais, etc.), influenciaram positivamente e/ou negativamente na paisagem. A leitura do texto que reproduzi e as questões geradoras, a seguir, podem contribuir para a discussão temática em sala de aula.

Trocando ideias:

Professor (a), considerando que espaço geográfico abarca outras categorias de análise como: lugar, território, paisagem e região, optei por trazer apenas um conceito de espaço geográfico para assim, abordar os demais conceitos que abrangem as complexas interações entre sociedade e ambiente em diferentes escalas e contextos.

Texto 01: Espaço Geográfico: Transformações Humanas e Influências Sociais

O espaço geográfico é resultado da ação humana, onde ocorrem as relações sociais, econômicas e políticas. Ele abrange qualquer porção do planeta e é a soma de lugares marcados por distintos aspectos naturais, que foram modificados ao longo de processos históricos.

Não se restringe apenas à natureza intocada, mas abarca também áreas permanentemente modificadas pelo trabalho humano, visando satisfazer necessidades materiais e culturais. O espaço reflete a totalidade por meio de transformações sociais determinadas por fatores como modos de produção, distribuição populacional e outras demandas, desempenhando papéis evolutivos na formação econômica e social. Dessa forma, influencia e é influenciado por diversas estruturas, tornando-se um componente essencial da totalidade social e de seus movimentos.

Adaptado de: Os lugares, as paisagens e o espaço geográfico. Disponível em: <<https://materiasparaconcursos.com.br>>. Acesso em: 14, nov. 2023.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979, p.10.

SAQUET, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli Santos da. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. ISSN 1981-9021 – **Geo. UERJ** - Ano 10, v.2, n.º 18, 2º semestre de 2008. P. 11 (adaptado). Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1389/1179>>. Acesso em: 14, nov. 2023.



Para Refletir:

- 1) Como a paisagem é transformada em espaço?
- 2) Observe a paisagem de diferentes áreas da cidade ou região. Quais fatores históricos, econômicos ou sociais influenciaram essas mudanças?
- 3) De que maneira a cultura local se reflete na paisagem? Identifique nas imagens elementos físicos e sociais, que influenciam na paisagem local?
- 4) Quais são os elementos físicos (paisagem) e os aspectos culturais (espaço) que se entrelaçam com a Igreja Nossa Senhora do Rosário?
- 5) Como a igreja se conecta com outros espaços da cidade?
- 6) Como a relação entre espaço e paisagem pode influenciar a qualidade de vida das comunidades? (Considere aspectos como acessibilidade, áreas verdes e infraestrutura).

Etapa 2 – Ampliando a compreensão dos conceitos por meio de uma pesquisa

Após as discussões gerais sobre os conceitos, solicite aos alunos que fotografem e/ou desenhem a Igreja e apresentem dados sobre sua localização geográfica no espaço urbano, acompanhados de legendas, com o ano da construção; aspectos culturais e históricos; possíveis mudanças estruturais ao longo dos anos; elementos urbanos, como comércios, instituições públicas ou residências no seu entorno, e quais elementos específicos, sejam físicos ou simbólicos, identificam a esse patrimônio como um território na comunidade. Peça para apresentarem o resultado desta pesquisa, em na sala de aula, assim, eles poderão socializar suas descobertas.

ROTEIRO DIDÁTICO 03 – DISCIPLINA: LÍNGUA PORTUGUESA			
Habilidades Específicas da Área	Objetos de Conhecimento	Expectativas de Aprendizagem	Conteúdos
(EM13LP01) (EM13LP02) (EM13LP03) (EM13LP06) (EM13LP07) (EM13LP08) (EM13LP09) (EM13LP10) (EM13LP51) (EM13LP51/1,2) (EM13LP52/1,3)	Gêneros textuais: bilhete, aviso, roda de conversa, fanzines, e-zines, músicas, games, dentre outros. Variação linguística (regional, histórica, situacional, ocupacional, etária, etc.), norma-padrão e norma culta, estrangeirismos. O estudo do Cordel (cordelistas locais e regionais).	Analisar os tipos de textos, considerando estrutura, finalidade, contexto e interlocução. Reconhecer as variedades da língua falada e da escrita. Evitar preconceito linguístico, valorizando a cultura e os costumes aos quais pertence. Compreender o fazer literário nas obras lidas, assim como a interação entre a obra e o leitor. Estudar o Trovadorismo, de maneira mais próxima da realidade dos alunos, através do cordel.	Literatura de cordel; Trovadorismo
Recursos Didáticos		Duração da Atividade	Avaliação
Lousa e lápis para quadro; projetor multimídia (Data show ou Tv.); notebook e/ou celular; texto impresso (cópias); folhas de papel ofício.		8 aulas de 45 minutos.	Avaliação Formativa (observação e acompanhamento do aluno durante as atividades desenvolvidas; avaliação contínua).

Fonte: Proposta Curricular do Estado da Paraíba – Ensino Médio – Ano: 2023, p. 94-100 [Adaptado].

Etapa 1 – Introdução ao Gênero Literário

Nesta seção, sugiro que contemple a discussão temática que envolve a história e importância da literatura de cordel. Com ênfase para o Trovadorismo português e características da literatura de cordel enquanto poesia popular. Após as aulas, conversas, pesquisa e debates gerais sobre o conteúdo, inicie a explicação sobre o cordel, destacando sua estrutura, como linguagem, características, alguns autores que se destacam.

Nesta etapa, pode ser apresentado exemplos de cordéis, vários autores renomados, assim como dos cordelistas de Pirpirituba e da região, e sobre a diversidade de temas dessa literatura. Para aprofundar o conhecimento sobre a temática, se possível organize uma visita ao Memorial do Cordel José Camelo de Melo Resende¹¹, localizado na Rua Osório de Aquino, n.º 11, na cidade de Guarabira.

Etapa 2 – Leitura e análise do cordel de Zé Luís de França

Nesta parte da sequência de atividades será trabalhado o gênero cordel de um artista local. Inicie a atividade com a leitura do texto de Apoio I: “*Contos, cantos e recantos da nossa Terra – Pirpirituba em versos*” de Zé Luís, que fala sobre a Igreja Nossa Senhora do Rosário. Discuta sobre a presença da literatura popular na escrita história do município e como este gênero da literatura está



Zé Luís durante apresentação cultural na Escola Monsenhor Walfredo Leal. Ano: 2023. Fonte: Arcevo pessoal.

presente na cidade e explica a construção da Igreja e a identidade do pirpiritubense. Em seguida, explique o que é o Trovadorismo, suas características e contexto histórico. Para contextualizar a temática abordada, apresento, o cordel de Zé Luís, em seguida, algumas sugestões de leituras, vídeos e questões geradoras que poderão subsidiar esta atividade.

¹¹ José Camelo de Melo Resende é conhecido mundialmente como autor do cordel “Romance do Pavão Misterioso”.

Texto 01: Contos, cantos e recantos da nossa Terra – Pirpirituba em versos

Onde mora seu Luis
Salustiano de Medeiros
E na fazenda dos Paulinos
Muito antes "dipremeiro"
Moravam estes coronéis
Os dois, grandes fazendeiros.

Em toda propriedade
Um cruzeiro sempre tinha
E eles como eram amigos
Tendo as terras bem vizinhas
Combinaram os dois juntos
Fazerem uma capelinha.

Um "galpãozinho" de taipa
Para os negros se encontrar
Derrubaram e construíram
Um cruzeiro no lugar
Com frente para a casa grande
Para de lá vigiar.

Como a vida dos negros
Era uma vida infeliz
O povoado foi crescendo
Assim a história diz
Reformaram o cruzeiro
Onde hoje é a Matriz.

Eu não sei se esta história
Encontra-se em manuscrito
Parece um conto de fadas
Talvez um tanto esquisito
Mas o barro eles trouxeram
Do riacho do Salitre.

As madeiras pra reforma
Os negros iam buscar
A uma distância muito longa
Difícil de carregar
Hoje o alto da Matriz
É o nome do lugar.

Também, é bom ressaltar
Que durante aqueles anos
Quando escavavam pra torre
Encontraram muitos crânios,
Ossos, rosários, outras coisas,
De restos mortais humanos.

Vinte e sete metros, a torre,
Depois de medir, somar.
Uma altura muito grande
Que dói até no olhar
Botaram nela um relógio
E o bronze secular.

Em 1860
Se os dados são sinceros
Construíram nessa época
O primeiro cemitério
Juntamente com o Cruzeiro
Onde rezavam o mistério.
Eu não sei de quem a idéia
Do nome dessa cidade
Eu não sou daqueles tempos
E não tenho tanta idade
Sei que tem origem indígena
Isso sim é bem verdade.

Fonte: LUIS, ZÉ. **Contos, Cantos e Recantos da Nossa Terra: Pirpirituba em Versos.** Fic Augusto do Anjos. Governo da Paraíba, 2004), p. 14-18.



**Vista lateral da igreja
Nossa Senhora do
Rosário
Ano: 2023**

Foto: Maria Júlia
Pereira Gomes - 2 B

Fonte: Acervo da Prof.
Rosa Maria Marques

Para Refletir:

- 1) Como a literatura popular, no caso, o cordel, pode contribuir para a construção da identidade de uma comunidade?
- 2) Em que medida as narrativas apresentadas no cordel de José Luís de França refletem a história e os valores locais?
- 3) Os temas trazidos pelo cordel de José Luís de França têm alguma semelhança com os temas tratados pelos trovadores medievais?
- 4) Quais elementos ou temas do Trovadorismo podem ser identificados no contexto atual?

Etapas 3 – Atividade Prática: Oficinas de Escrita

Nesta etapa, conduza uma oficina prática de produção de cordel, orientando os alunos na criação dos versos, que utilizem características presentes num cordel, como rimas e métrica. Interessante incentivar os alunos a escolherem temas relacionados à sua comunidade,

cidade ou região nessa produção, enfatizando que o cordel pode ser uma ferramenta para expressar e preservar a cultura local.

Essas oficinas podem ser realizadas de forma interdisciplinar, com o (a) professor (a) de História, que pode apresentar a História do Cordel, e de Artes, que pode solicitar aos alunos que tirem fotos que representem elementos da cidade de Pirpirituba ou região, tais imagens podem servir para compor os elementos visuais do cordel.

Etapa 4 – Discussão em Grupo

Divida a turma em grupos para discutir as características específicas de cada cordel produzido, buscando explorar como os temas, linguagem e estrutura variam entre as diferentes produções. Cada grupo pode apresentar suas análises, destacando essas questões presentes em cada cordel.

Etapa 5 – Exposição e Recitação dos cordéis

Organize a sala de aula para a exposição dos cordéis produzidos pelos alunos no decorrer das oficinas. Essas apresentações podem ser feitas no dia do nordestino (08 de outubro) ou no dia cordelista (19 de novembro), ou na data que melhor se encaixe no calendário de ações pedagógicas da escola. Nesta etapa, seria interessante convidar o cordelista Zé Luís ou outro cordelista da cidade para participar do evento, visando promover um momento para perguntas e respostas, no qual os alunos podem interagir com o cordelista, tirar dúvidas e aprender mais sobre sua experiência.

SUGESTÕES	
 DIANA, Daniela. Trovadorismo. Toda Matéria, [s.d.]. Disponível em: https://www.todamateria.com.br/trovadorismo/. Acesso em: 10 dez. 2023 LUIS, Zé. Contos, Cantos e Recantos da Nossa Terra: Pirpirituba em Versos. Fic. Augusto do Anjos. Governo da Paraíba, 2004), p. 14-18. SEGUNDO, José Luís de França. Coletânea Mensagens e Histórias contadas em Versos. PB: Gráfica Frei Damião, 2022.	 Como fazer cordel passo a passo. Produção: Professor Fagner Araújo, 2020. Duração: 13 min e 57 segundos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PxasQHMB-Dw>. Acesso em: 10 dez. 2023.

ROTEIRO DIDÁTICO 04 – DISCIPLINA ARTES			
Habilidades Específicas da Área	Objeto de Conhecimento	Expectativas de Aprendizagem	Conteúdos
(EM13LGG301) (EM13LGG304) (EM13LGG602) (EM13LGG603) (EM13LGG701) (EM13LGG703)	O valor das Artes Visuais. Leituras de imagens nas artes visuais.	Debater acerca de antigos e novos processos e sistemas de valoração, disputa e legitimação social da produção artística visual. Conhecer aparelhos culturais e artísticos da comunidade escolar e do município.	Estilos Arquitetônicos: Arte e Cultura.
Recursos Didáticos		Duração da Atividade	Avaliação
Lousa e lápis para quadro; projetor multimídia (Data show ou Tv.); notebook e/ou celular; papel para desenho; lápis de colorir; tesoura; régua, tinta guache.		5 aulas de 45 minutos.	Avaliação Formativa (observação e acompanhamento do aluno durante as atividades desenvolvidas; avaliação contínua).

Fonte: Proposta Curricular do Estado da Paraíba – Ensino Médio – Ano: 2023, p. 140-143 [Adaptado].

Etapas 1 – Iniciando a temática

Para propiciar a discussão sobre estilos arquitetônicos, projete uma imagem da Matriz Nossa Senhora do Rosário, para que os alunos observem a arquitetura desse patrimônio. Em seguida introduza o conteúdo sobre estilos arquitetônicos, como Arquitetura Eclética, Estilo Neoclássico, Estilo Barroco, Neogótico ou revivalismo gótico, dentre outros. Durante a explanação, pergunte aos alunos se eles conseguem identificar alguns desses estilos na Igreja.

Etapas 2 – Atividade prática

Você pode incentivar os alunos a fazerem trabalhos inspirados na arquitetura da Igreja e na cultura local, por meio de pinturas, maquetes, desenhos ou vídeos. De modo que retratem esse monumento e as manifestações culturais que estão no seu entorno. Também é possível, trabalhar com Xilogravura, considerando que a literatura de cordel tem sua contribuição na construção das narrativas escritas existentes sobre a Igreja.

Sugestão



Como fazer xilogravura com isopor e EVA

Produção: Pedagogia on-line, 2020. Duração: 4 min e 34 segundos.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zRUG83kUghk>. Acesso em: 18 dez. 2023.

ROTEIRO DIDÁTICO 05 – DISCIPLINA: MATEMÁTICA

Habilidades Específicas da Área	Objetos de Conhecimento	Expectativas de Aprendizagem	Conteúdos
(EM13MAT201) (EM13MAT512) (EM13MAT308) (EM13MAT309) (EM13MAT512)	Áreas de superfícies planas. Grandezas.	Compreender os conceitos primitivos da geometria espacial. Desenvolver a compreensão da relação entre espaço e forma. Capacitar os alunos para quantificar áreas, capacidades e distâncias. Estimular a aplicação prática de conceitos geométricos no ambiente cotidiano. Resolver problemas envolvendo os conceitos de grandezas e medidas.	Números e operações Conceitos básicos de Geometria Espacial
Recursos Didáticos		Duração da Atividade	Avaliação
Lousa e lápis para quadro; papel para desenho; papel milimetrado; calculadora, régua, compasso.		3 aulas de 45 minutos.	Avaliação Formativa (observação e acompanhamento do aluno durante as atividades desenvolvidas; avaliação contínua).

Fonte: Proposta Curricular do Estado da Paraíba – Ensino Médio – Ano: 2023, p.263-266 [Adaptado].

Etapa 1 – Introduzindo o tema

Comece a aula exemplificando como as formas geométricas são encontradas no nosso dia a dia. Em seguida, explique a relação entre a Matemática e a arquitetura, enfatizando que as formas geométricas são utilizadas na construção de edifícios que fazem parte do cenário das cidades. Através da projeção da imagem da Igreja Nossa Senhora do Rosário, ou de uma visita ao local, oriente os alunos a observarem detalhadamente a arquitetura desse patrimônio, para que os mesmos identifiquem as formas geométricas presentes em elementos como portas, janelas, torres, sino, etc.



Igreja NSA. S. do Rosário. Foto: Joclebson Cleyton

Ano: 2023. Disponível em:

<https://www.instagram.com/p/CqsOMjGOo3c/?img_index=1>. Acesso em: 20 dez. 2023

Etapa 2 – Atividade com desenho

Apresente figuras geométricas (triângulos, quadrados, retângulos, círculos, etc.) e introduza o assunto sobre “*Formas geométricas planas e não planas*”, apresentando exemplos em cartões, recortes ou desenhos na lousa. Em seguida, peça aos alunos para associarem essas formas geométricas com as encontradas na Igreja. Você também pode pedir para fazerem desenhos da igreja relacionando os formatos encontrados nos desenhos com os exemplos dados no início desta aula. Nesse momento pode ser trabalhado os conceitos de medidas, solicitando aos alunos que anotem as medidas das formas que foram utilizadas na construção do desenho para, em seguida, trabalhar a classificação das figuras geométricas e os cálculos matemáticos relacionados ao assunto.

Etapa 3 – Trabalhando atividades com formas geométricas

Nesta etapa, selecione alguns exercícios para aprofundar conhecimentos sobre os conceitos abordados ou, se preferir, você pode criar situações problema, relacionados à Igreja e outros patrimônios da cidade.

CAPÍTULO 5 – O ESTUDO DO MEIO COMO APRENDIZAGEM HISTÓRICA

Os estudos do meio¹² têm raízes no âmbito do ensino de História, Santos e Schneider (2022) apontam que a prática dos estudos do meio já vem desde as primeiras décadas do século XX, quando escolas anarquistas propunham uma prática que ligasse os estudantes ao conhecimento do meio no qual viviam. Um estudo desenvolvido nos anos 1980, pelo historiador francês Jean-Nöel Luc, sobre os estudos do meio na escola, traz elementos de grande valia para pensarmos sobre a questão. Segundo o autor,

“a aproximação histórica ao meio define essencialmente um “processo de observação”, um “estado de ânimo”, um “modo de investigação do real”, e não um meio particular. “O importante está em tua observação, não na coisa observada” (Luc, 1981, p. 74).

Circe Bittencourt (2008), ressalta que, o estudo do meio não deve consistir numa atividade esporádica e ocasional, ela deve estar mesmo ligada ao cerne do planejamento escolar e das disciplinas, dialogando com todo o processo pedagógico, com os conteúdos estudados nas diferentes disciplinas e com a dimensão avaliativa.

Neste capítulo, proponho como sugestão de atividade um estudo do meio, que poderá ser planejado e executado com disciplinas de diferentes áreas de conhecimento. Enfatizo a flexibilidade dessas propostas, permitindo que sejam feitas adaptações conforme as suas necessidades.

Imagem da marca d'água: Explorando os “lugares de memória” de Pirpirituba–PB
Ano: 2023 Fonte: Acervo pessoal

¹² Para um aprofundamento do tema, ver: SANTOS e NETO SCHNEIDER (2022). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ClevoBq5HaE>>. Acesso em: 20 dez. 2023.

ROTEIRO DIDÁTICO 01 – COMUM A VÁRIAS DISCIPLINAS DO CURRÍCULO ESCOLAR



Professor (a), as áreas temáticas, objetivos da aprendizagem, habilidades da BNCC, objetos de estudo e temas de articulação de cada disciplina, são as mesmas das propostas apresentadas nos capítulos anteriores, podendo variar conforme com as disciplinas que poderão ser inseridas, além das que propusemos. Em razão disso, prefiro deixar a seu critério essa organização, considerando as propostas de conteúdos que cada um, queira abordar dentro da perspectiva temática, bem como o planejamento da equipe. Aqui, no caso específico da disciplina de História, recomendo a temática sobre patrimônio, memória e identidade.

Etapas 1 – Planejando a atividade de estudo do meio

Considerando as definições sobre essa estratégia de ensino, planeje uma atividade de estudo do meio em conjunto com outros professores da escola. Para definirem o roteiro desse estudo, planejem a sua relação com o conteúdo de cada disciplina, os locais que serão visitados e as atividades que serão aplicadas no decorrer dessa estratégia de ensino.

Etapas 2 – Introduzindo a atividade em sala de aula

Após o planejar o estudo do meio, faça um estudo prévio dos locais que serão visitados, para isso, elabore um roteiro de estudos¹³. Apresente a proposta de ensino à turma e explique em que consiste um estudo do meio e como esta atividade pode contribuir para ampliar o conhecimento sobre conceitos estudados em sala de aula. Promova um espaço para a problematização do assunto que você pretende abordar, conectando a cidade de Pirpirituba e de outras regiões, via *slides*, vídeos ou projeção de imagens.

Em seguida, explique qual o roteiro do estudo do meio (no apêndice 02, no final deste caderno, sugerimos um roteiro, que poderá ser adaptado) e enfatize sobre a importância da observação atenta dos lugares visitados e sugira que façam registros (escritos e/ou audiovisuais) para o desenvolvimento das atividades que serão realizadas após o estudo em

¹³ A biblioteca municipal, localizada na rua Félix Cantalice, fica nas proximidades da Igreja Matriz e dispõe de exemplares do livro de Lídio Gomes (2013) e do cordelista Zé Luís (2022). Pode-se consultar também sites. A própria página da Prefeitura de Pirpirituba <<https://pirpirituba.pb.gov.br/>> e o IBGE Cidades <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pirpirituba/panorama>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

campo. Divida os alunos em equipes e atribua tarefas a cada membro, um aluno pode ficar responsável pela observação, outro faz os registros fotográficos e/ou audiovisuais e outro faz as anotações.

Etapas 3 – Conhecendo o Patrimônio Cultural da Cidade através do Estudo do Meio

Faça a visita aos locais que foram escolhidos, pela equipe, para o estudo do meio. É interessante que se promova situações em que os alunos tenham a percepção desses lugares com suas diversidades; as relações sociais e manifestações culturais; as transformações ocorridas ao longo dos anos; os grupos sociais que estão representados nesses espaços e os que foram apagados. Para tanto é interessante orientá-los sobre a necessidade de se observar e fazer registros do que está sendo visto, bem como as impressões pessoais sobre o que está se vivenciando.

Trocando ideias:

Professor (a), é importante reforçar as normas de comportamento e segurança durante a atividade e por se tratar de alunos menores de 18 anos, prepare um formulário de autorização para que os pais e responsáveis pelos alunos possam ter conhecimento da atividade a ser realizada e o seu consentimento (disponibilizamos, no apêndice 03, no final deste caderno, um modelo de formulário de autorização).

Etapas 4 – Socializando conhecimentos

Em sala de aula, cada professor poderá promover o compartilhamento das experiências e aprendizados adquiridos por meio da atividade pedagógica, visando avaliar como ela contribuiu para a percepção dos alunos sobre os patrimônios culturais da cidade e a relação com os conceitos estudados anteriormente em sala de aula. Você pode entregar um questionário sobre o estudo do meio a ser respondido por cada aluno. Ele poderá servir para avaliar se os objetivos propostos foram alcançados e orientar sobre atividades futuras (sugerimos um modelo, que se encontra no apêndice 04, no final deste caderno).

Etapas 5 – Sistematizando o conhecimento por meio de atividade avaliativa

Proponha para a turma a produção de um trabalho que sintetize as vivências e aprendizados através do estudo do meio. Essa produção pode ser um documentário, um relatório, um *podcast*, um portfólio, um “diário do estudo do meio”, maquetes, dentre outros. Ou ainda pode ser organizado um concurso fotográfico com registros dos bens culturais da cidade que pode culminar com uma exposição fotográfica na escola.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Sites

AMARELO, AZUL E BRANCO. Intérprete: Anavitória (part. Rita Lee). Compositoras: Vitória Falcão; Ana Clara. In: Amarelo, azul e branco. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/anavitoria/amarelo-azul-e-branco-part-rita-lee/>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

ARAÚJO, Fábio. Como fazer cordel passo a passo. 2020. YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PxasQHMB-Dw>>. Acesso em: 10 dez. 2023.

A CARNE. Intérprete: Elza Soares. Compositores: Seu Jorge; Marcelo Yuka; Ulisses Cappelette. In: Do Cócix até o Pescoço. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/elza-soares/281242/>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Casa do Saber. A importância da preservação de museus e do patrimônio cultural. YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hCtwj4eF4G4&t=17s>>. Acesso em: 20 dez. 2023.

CLEYTON, Joclebson. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/joclebson/>. Acesso em: 2023-2024.

DEBRET, Jean-Baptiste Debret (1828). “Coleta para manutenção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Porto Alegre”. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/impressoesrebelde/revista/conversas-de-pretos-e-a-imaginada-liberdade/>>. Acesso em: 06 jun. 2024.

DIANA, Daniela. Trovadorismo. **Toda Matéria**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/trovadorismo/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

DICIO. Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2023.

Elaborando Projetos. O que é patrimônio material e imaterial? YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-Uz61DKiMAk&t=121s>>. Acesso em: 03 out. 2023.

FAMUP. Pirpirituba–PB. Acesso em: 23 nov. 2023.

FERREIRA, Marina. Relato Histórico - A carta de Pero Vaz de Caminha. Disponível em: <<Literatura-Relato-Histórico.pdfcolegiogeracao.com.br>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

GUARABIRA, 135 anos: pesquisador presenteia município com jornais da cidade da década de 1930. **Brejo.com**, Guarabira, 24 nov. 2022. Disponível em: <<https://brejo.com>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

Google Maps. Localização urbana de Pirpirituba. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Pirpirituba,+PB,+58213-000/@-6.7811154,-35.5071358,15z/data=!3m1!4b1!4m6!3m5!1s0x7adb9e2eecbc4bb:0x858abfa262e0edf3!8m2!3d-6.781137!4d-35.496836!16s%2Fg%2F11bxfv82g7?entry=tту>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

HERRERA, Felipe. Um dia numa aldeia indígena Potiguara na Paraíba. YouTube. 19 nov. 2022. <https://www.youtube.com/watch?v=LT9EngVpbuE>. Acesso em: 22 mar. 2024.

IBGE. Pirpirituba. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pirpirituba/panorama>>. Acesso em: 23 no. 2023.

O Malho, Ano XDV, N.º 96, jan. 1948, p. 01. Disponível em: <<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116300&Pesq=1948&pagfis=99440>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

O Malho. Ano XLVI, N.º 100, maio, 1948. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116300&Pesq=1948&pagfis=99669>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PEREZ, Luana Castro Alves. "Charges". **Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/redacao/charges.htm>>. Acesso em 22, mar. de 2024.

Pedagogia on-line. Como fazer xilogravura com isopor e EVA. You Tube, 21 maio. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zRUG83kUghk>>. Acesso em: 18 dez. 2023.

PREFEITURA DE PIRIPITUBA. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/pmpirpirituba/>. Acesso em: 2023-2024.

PSICORUJA. Charge. Disponível em: <<https://psicorujacom.files.wordpress.com/2016/11/relativismo013-copy.jpg>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

PONS, Sívio. Império, Estado e Ideologia na URSS Stalinista. **Lua Nova**, São Paulo, 75: 99-113, 2008. 09 abr. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/ccJb9xYt7rDKSdJtVVqJL6b/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAPOSO, Thiago. Videoaula sobre povos indígenas na Paraíba. YouTube. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jRF_e2hOzQk>. Acesso em: 22 mar. 2024.

REIS E RAINHAS DO MARACATU. Intérprete: Milton Nascimento. Compositores: Milton Nascimento; Nelson; Novelli. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/milton-nascimento/47448/>>. Acesso em: 25 abr. 2024.

ROCHA. Rubens. Falas da Terra (Documentário Completo). 2021. YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BdDpp6USz5Y>>. Acesso em: 22 mar. 2024.

SABER Tecnologias Educacion. Patrimônio Cultural – Conceito (parte 01). YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vGeXC_2nx9M&t=21s>. Acesso em: 03 out. 2023.

SANTOS, Émily. Índio ou indígena? Entenda a diferença entre os dois termos. 19 abr. 2022. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/04/19/indio-ou-indigena-entenda-a-diferenca-entre-os-dois-termos.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2023.

Schwarcz, Lilia Moritz. Ser Brasileiro: Qual a minha identidade? YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rbg8NyUxCic&t=6s>>. Acesso em: 20 dez. 2023.

TV Câmera de João Pessoa. No dia dos povos indígenas, conheça a Tribo Tabajara, na Paraíba. 2021. YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Zv19M4zErE>>. Acesso em: 22 mar. 2024.

SILVA, Daniel Neves. Governo Dutra. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/governo-dutra.htm>. Acesso em 10 jan. 2024.

VISÃO ETNOCÊNTRICA. Charge. Disponível em: <<https://i.ytimg.com/vi/lwjqdR3ytRc/maxresdefault.jpg>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

Bibliografias

ALVES, Naiara Ferraz Bandeira. **Irmãos de Cor e de Fé: irmandades negras na Parahyba do século XIX**. João Pessoa, 2006. 1 15p. Dissertação (mestrado) UFPB/CCHLA. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6033/1/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2024.

BARBOSA, Lídio Gomes. **Esboço Histórico de Pirpirituba. Pirpirituba–PB: Projeto Reviver S/C**, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. [recurso eletrônico] — Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2023, p. 181. Disponível em: <<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>>. Acesso em: 03 out, 2023.

BEZERRA, Analucia Sulina. (2015). AS IRMANDADES DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS NO BRASIL: IDENTIDADE E DIFERENÇA CULTURAL. Projeto História: **Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História**, 51. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/19132>>. Acesso em: 09, nov. 2023.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

CARDOSO, Fernando da Silva; TAVARES, Joyce da Silva. Descolonialidade e perspectiva negra: racismo, povos indígenas e a ditadura militar no Brasil. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 365-384, jul./dez. 2018.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora da Unesp: Estação Liberdade, 2006.

COELHO, Cleodon. **Guarabira Através Dos Tempos**. Guarabira–PB. Tipografia Nordeste, 1955.

Escola Monsenhor Walfredo Leal. **Projeto Político Pedagógico** –Pirpirituba– PB, Ano: 2022.

LARA, Camila de Brito Quadros. A importância da memória para a construção da identidade: o caso da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição Dourados M/S. **XVIII Encontro Regional de História. História e Democracia: Possibilidades do Saber Histórico, Coxim M/S-** 08 a 11 de novembro de 2016, pp. 01-06.

LUC, Jean-Nöel. **La Enseñanza de la Historia del Medio**. Madrid: Editorial Cincel, 1981.

LUIS, Zé. **Contos, Cantos e Recantos da Nossa Terra: Pirpirituba em Versos**. Fic Augusto do Anjos. Governo da Paraíba, 2004.

MAIA, Sabiniano Alves do Rego. **A História das Quatro Viagens**. João Pessoa: Nova Paraíba – Ind. Gráfica Ltda., 1973.

MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e. **História local: contribuições para pensar, fazer e ensinar**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

NEVES, Joana. História Local e Construção da Identidade Social. **Saeculum** – Revista de História, [S.l.], n.3, 1997. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

NÓBREGA, Ana Flávia; ALVES, José. Paraíba é sinônimo de Terra Indígena. **A União**, 17 abr. 2023. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_paraiba/paraiba-e-sinonimo-de-terra-indigena>. Acesso em: 22 mar. 2024.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História – a problemática dos lugares**. In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História. São Paulo, n. 10, p. 7, 1993.

OLIVEIRA. PACHECO, Joice. Identidade cultural e alteridade: problematizações necessárias. **Spartacus** – Revista Eletrônica. UNISC – Santa Cruz do Sul–RS (2017).

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **Educação Patrimonial, Ensino de História e Cultura Histórica: Algumas Experiências e Considerações**. Revista de História [35]; João Pessoa, jul./dez. 2016, p. 152-153.

_____, Ângelo Emílio da Silva (Org.). **Conhecer Campinas numa perspectiva histórica**. Campinas: Secretaria Municipal de Educação, 2004.

Proposta Curricular do Estado da Paraíba: **Ensino Médio**. Disponível em: <<https://pbeduca.see.pb.gov.br>>. Acesso em: 23 fev. 2023.

PARAÍBA. **Proposta Curricular do Ensino Médio da Paraíba (PCEMPB)**. [recurso eletrônico]. Governo da Paraíba: SEECT/PB, 2023. Disponível em: <<https://paraiba.pb.gov.br/arquivos/pdfs/PropostaCurricularDoEnsinoMdiodaParabaPCEMPB23.pdf>>.

SEGUNDO, José Luís de França. **Coletânea Mensagens e Histórias contadas em Versos**. PB: Gráfica Frei Damião, 2022.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. **Revista Brasileira de História**. Pp. 219-242. V. 9, n. ° 19, 1990.

SANTOS, Edson Joaquim dos; NETO, Júlio Schneider. **O Estudo do Meio como Prática Pedagógica Regular**. In: Saberes Históricos, Patrimônio e Espaços de Memória (Coleção Experimentos e reflexões sobre práticas no ensino de História, vol. 2) / Paulo Souto Maior; Ângelo Emílio da Silva Pessoa; André Mendes Salles (Org.). João Pessoa: Editora do CCTA, 2022.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SAQUET, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli Santos da. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. ISSN 1981-9021 - **Geo UERJ** - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. p. 24-42. Disponível em: <www.geouerj.uerj.br/ojs>. Acesso em: 25 abr. 2024.

SOUZA JÚNIOR, José Pereira. Irmandades religiosas: espaços de devoção e disputas políticas na Paraíba oitocentista. **ANPUH - Anais do XXV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza, 2009. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772190_9767a0e5c338bf5642cde9bff23d3a10.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2024.

TOLENTINO, Átila. **Educação patrimonial: educação, memórias e identidades** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). João Pessoa: Iphan, 2013. – (Caderno Temático; 3).

ALBUQUERQUE, Umbelino Peregrino de. In: **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. / Átila Bezerra Tolentino (Org.) – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

APÊNDICES

Apêndice 01: Proposta de questionário para a realização de entrevista com ex-aluno (a), ex-professor (a) ou ex-funcionário (a).

Este questionário tem pretende fornecer informações para estudo e análise das relações na escola, bem como sua função perante a sociedade e as percepções e memórias dos entrevistados com relação à escola. Tais questões poderão possibilitar discussões em sala de aula, sobre os eventos históricos locais e as mudanças sociais na escola.

1. Informações Pessoais:

1. Nome do (a) entrevistado (a):

2. Ano em frequentou a Escola Monsenhor Walfredo Leal:

3. Você residia na área urbana ou rural da cidade?

4. Qual era a profissão que seus pais exerciam durante seus anos na escola?

5. Você enfrentou algum desafio específico em termos de acesso à educação, considerando sua origem ou situação familiar?

6. Quantas pessoas da sua família já estudou ou trabalhou na escola? (Especificar quantos) e indicar se foi o pai, a mãe, o irmão, irmã, um tio, uma tia, um avô, uma avó, um (a) primo (a), um (a) sobrinho (a)

2. Conhecendo a Rotina Diária na Escola:

6. Como era a rotina diária na escola (horários de aula e as atividades regulares na escola)?

7. Enumere alguns aspectos da rotina escolar que você mais gostava e os que menos gostava.

8. Existiam regras específicas ou normas que os alunos deveriam seguir na época em que você frequentava a escola? Se sim, cite algumas.

9. Quais eram os principais temas ou disciplinas ensinadas durante o período em que você frequentou a Escola Monsenhor Walfredo Leal?

10. Havia alguma disciplina ou assunto que se destacou para você?

11. Quais eram os eventos ou festividades realizadas na escola? Eles tinham alguma ligação com a comunidade local?

3. Descrevendo a socialização no espaço escolar

12. Como eram as relações entre os alunos, considerando as diferenças de origens e condições sociais dos membros da escola?

13. Como eram as relações entre os alunos e professores na época em que frequentava a escola?

14. Existe alguma lembrança relacionada ao seu ambiente familiar ou à sua origem que tem relação com suas lembranças escolares (se for ex-aluno, como os responsáveis orientavam o comportamento na escola, se destinava um horário específico para as tarefas escolares, em casa, se tinha alguém em casa para orientar nessas tarefas)?

15. Como a comunidade via a educação na época? Isso se refletia nas atitudes dos pais em relação à escola?

16. Você percebe mudanças na rotina escolar em relação à origem dos alunos desde sua época até hoje?

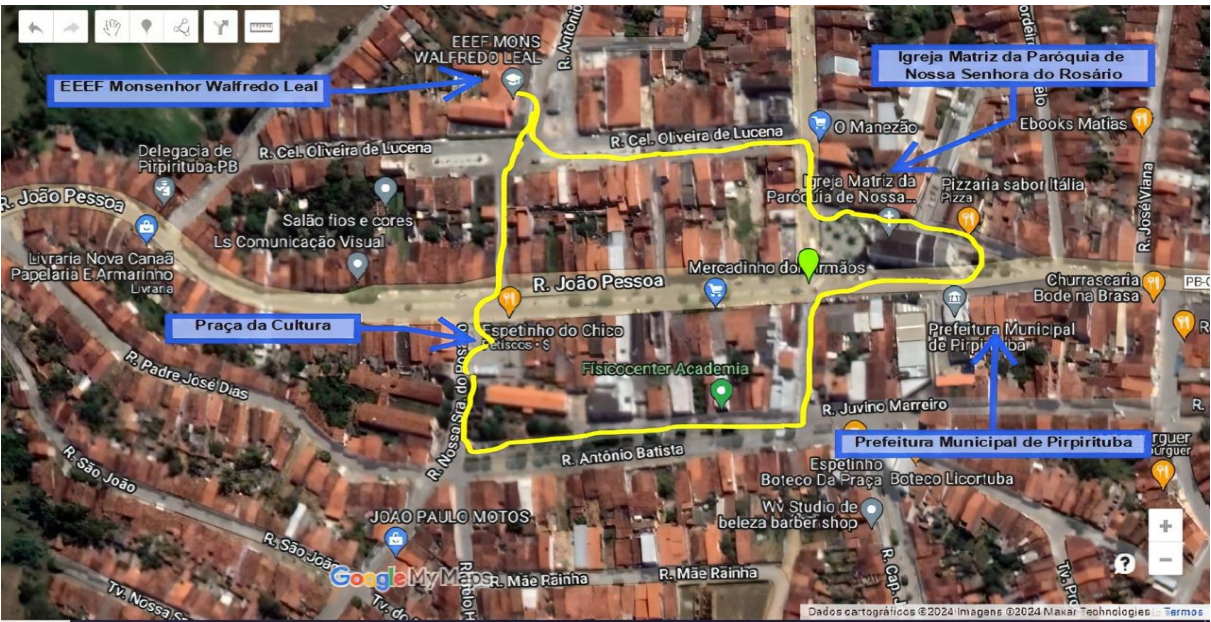
4. Memórias da Escola

17. Fale sobre algumas lembranças que marcaram a época em que você esteve na escola?

18. Houve algum evento escolar que você gostaria de destacar?

19. Quais conquistas pessoais você associa à sua experiência na escola?

Apêndice 02: Roteiro de Estudo do Meio



Percurso do estudo do meio na área central de Piripituba. Imagem feita por: Wandemberg da Silva.
Fonte: Google Maps. Disponível em:<<https://www.google.com.br>>. Acesso em:10 abr. 2024.

Objetivo Geral: Explorar e compreender o patrimônio cultural da cidade de Pirpirituba, analisando as transformações e ressignificações dos espaços ao longo do tempo, assim como aspectos sociais, culturais e econômicos, pessoas, cenas do cotidiano.

Saída da Escola Monsenhor Walfredo Leal (horário)

Em sala de aula, faça uma breve introdução sobre o roteiro do estudo e oriente-os sobre algumas regras que servirão para facilitar o andamento da atividade. Em seguida organize a turma na entrada da escola lembrando, sobre as atribuições de cada membro das equipes que foram formadas, durante a organização do roteiro desta atividade. Defina um tempo para observação e registros.

Inicie a caminhada descendo pela Rua Coronel Oliveira Lucena. Com a primeira parada em Frente à Casa do Sr. Argemiro. Para uma conversa sobre a importância histórica dessa casa, onde funcionaram as primeiras salas de aula com incentivo financeiro pelo governo do Estado, quando a localidade ainda era integrada a cidade de Guarabira. Como ainda não havia um prédio próprio para o funcionamento das salas de aula, era comum o arrendamento de casas de particulares para estes fins. Oriente-os sobre a observação da arquitetura e detalhes do local, registros fotográficos e anotações.

Visita ao Largo da Igreja Matriz, Praça Padre Ricardo

Chegando ao Largo da Igreja Matriz, na Praça Padre Ricardo, promova uma discussão sobre a praça como espaço de socialização, levando os alunos a perceberem sua funcionalidade, os eventos e pessoas que dão sentido ao local.

Visita à Igreja Nossa Senhora do Rosário

Entrada na Igreja Matriz para análise detalhada do espaço e observação de elementos que podem contar a história desse lugar e reflexão sobre o papel da igreja na história da cidade com contextos mais amplos como: a escravidão no Brasil, o papel da igreja no processo colonização do Brasil, o patrimônio como construção social e lugar de disputas de poder e a questões econômicas, dentre outras questões. Uma observação atenta pode promover reflexões sobre os personagens ou fatos estão representados nesse monumento.

Visita à Antiga Estação Ferroviária (Atual Secretaria de Saúde)

Oriente a turma a observarem as pessoas, as cenas do cotidiano, as mudanças ocorridas nos espaços, durante o percurso até a antiga estação ferroviária. Dialogue sobre o papel da ferrovia na história da cidade, o seu contexto histórico, trazendo reflexões a construção das ferrovias, que embora tenha desempenhado um papel significativo no desenvolvimento econômico e social das cidades da Paraíba, seus benefícios não foram igualmente distribuídos entre todas as classes sociais. Se as ferrovias possibilitaram a expansão do comércio, o escoamento da produção agrícola e a integração regional, esses impactos positivos foram majoritariamente desfrutados pelas elites produtivas e

proprietários de terras, por outro lado, a classe pobre, foi excluída dos benefícios trazidos pela malha ferroviária, enfrentando condições precárias de trabalho nas obras e sofrendo com a falta de acesso aos serviços e oportunidades fornecidas pelo transporte ferroviário.

Visita à Igreja Nossa Senhora Aparecida

Orientar os alunos a observarem o lugar com atenção para que se reflita sobre as transformações e ressignificados dos “lugares de memória”, considerando que a igreja, no passado, funcionou como armazém da estação ferroviária.

Chegando na Praça da Cultura

A praça está localizada bem próxima à Igreja Nossa Senhora Aparecida e à Antiga Estação Ferroviária. Bem próxima à antiga estação ferroviária e à igreja está o outro espaço visitado, a Praça da Cultura, onde é possível também refletir as transformações e ressignificações do espaço e analisar sobre a utilização histórica da praça, no decorrer dos anos.

Observando a Rua Presidente João Pessoa

Caminhando pela Rua é possível se promover a percepção das transformações e permanências ao longo do tempo, observando o comércio local, as relações sociais, os espaços que marcaram outras épocas e gerações como: o antigo Clube Recreativo (atualmente prédio da Câmara Municipal), os dois cinemas da cidade, que hoje são prédios comerciais, o antigo hotel da cidade, destino dos visitantes que desembarcavam na estação (atualmente é uma residência particular), também se pode observar os detalhes da única casa da rua que ainda conserva muitos traços da sua arquitetura original e pensar como era o fluxo de pessoas e mercadorias e as atividades que marcavam o cenário desse lugar. Uma permanência de fácil percepção é o fato de ainda ser um centro comercial, assim como no passado comercial, e que aos sábados concentra mais pessoas, atraídas pela feira, uma das identidades da cidade.

Retorno à Escola Monsenhor Walfredo Leal (horário)

Momento para socialização das percepções de cada um e de cada grupo sobre as descobertas, análises e experiências vivenciadas durante o estudo do meio. Bem como as orientações sobre a produção de um produto final proposto na fase inicial da atividade. Se preferir, pode-se distribuir entre as equipes, o questionário de análise e observação, que poderá contribuir para avaliar se os objetivos propostos foram alcançados e orientar sobre atividades futuras.

Apêndice 03: Formulário de Autorização



Somos todos
PARAÍBA
Governo do Estado



**EDUCAÇÃO
INOVAÇÃO**
fazem a Paraíba crescer

**ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO
MONSENHOR WALFREDO LEAL**

Prezados pais e/ou responsáveis,

Esperamos que esta mensagem os encontre bem. Temos uma atividade pedagógica destinada aos alunos de nossa escola e gostaríamos de solicitar a sua autorização para que seu filho(a) participe de um Estudo do Meio na cidade de Pirpirituba–PB.

Detalhes do Estudo do Meio:

Data: _____ saída da escola às _____ e retorno às _____. Local: Pirpirituba–PB

Disciplinas envolvidas: _____

Professoras acompanhantes: _____.

Essa atividade permitirá o contato dos alunos com o patrimônio cultural da cidade de Pirpirituba, proporcionando uma atividade prática e significativa que complementará os conceitos estudados em sala de aula.

Dessa forma, pedimos, por gentileza, que preencha e assine o formulário de autorização que se encontra, no verso desta mensagem. Caso tenha alguma preocupação ou dúvida, sinta-se à vontade para entrar em contato conosco.

Atenciosamente,

Todos os que fazem a gestão da escola, a coordenação pedagógica e professores envolvidas na atividade.

FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, responsável legal pelo (a) aluno(a) _____, autorizo sua participação no Estudo do Meio na cidade de Pirpirituba–PB, que ocorrerá em _____. Estou ciente dos detalhes da atividade e confio na supervisão dos professores e da equipe escolar durante o evento.

Assinatura do (a) responsável pelo (a) aluno(a)

Data: ____/____/____

Apêndice 04: Proposta de Questionário de Análise e Observação - Estudo do Meio sobre Patrimônio Cultural

Nome do (a) Aluno (a): _____ **Idade:** _____

Turma: _____ **Data do estudo do meio:** ____/____/____

Visita dos Locais: _____

Objetivo: Esta ficha visa avaliar o seu aprendizado durante o Estudo do Meio sobre o Patrimônio Cultural de sua cidade e servirá para nortear as atividades realizadas após o estudo.

1. Pergunta Inicial:

a. Antes da visita os lugares, qual era a importância do patrimônio cultural para você? Houve alguma mudança em sua percepção após a atividade? Explique.

2. Observações durante a Visita:

a. Descreva brevemente os locais que você visitou. O que mais chamou sua atenção?

b. Liste alguns elementos que você considera patrimônio cultural material e imaterial nos locais visitados.

c. Durante a visita, você ouviu alguma ação que poderia prejudicar ou colocar em risco o patrimônio cultural? Se sim, descreva.

d. Quais são os elementos que estão ligados aos lugares visitados, como paisagens, ou características culturais, sociais, econômicas?

3. Refletindo sobre a Aprendizagem:

a. O que você aprendeu sobre o patrimônio cultural com esta atividade? Houve algo que te surpreendeu?

b. O que essa experiência acrescentou ao seu conhecimento sobre a história da sua cidade? Se sim, de que forma?

c. Houve algo que você gostaria de ter sido alcançado ou explorado de forma diferente?

4. Avaliação

Solicite uma produção, que sintetize o que foi vivenciado e aprendido através do estudo do meio. Essa atividade poderá ser um memorial, um vídeo, um relatório, um *podcast*, portfólio, dentre outros.